TERRITÓRIO E QUESTÃO AGRÁRIA

EXPANSÃO DO CAPITAL, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

Eraldo da Silva Ramos Filho
Carlos Alberto Feliciano
Hellen Carolina G. Mesquita da Silva
Rodolfo Souza Lima (orgs.)

OUTRAS EXPRESSÕES

EXPANSÃO DO CAPITAL, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

ERALDO DA SILVA RAMOS FILHO
CARLOS ALBERTO FELICIANO
HELLEN CAROLINA GOMES MESQUITA DA SILVA
RODOLFO SOUZA LIMA (ORGS.)

EXPANSÃO DO CAPITAL, MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO

1ª edição
Outras Expressões
São Paulo – 2020

Copyright © 2020 by Editora Expressão Popular

Revisão: *Helen Cristina dos Anjos Santos*, *Nilton Viana e Dulcineia Pavan*
Projeto gráfico, diagramação e capa: *Zap Design*

CONSELHO EDITORIAL DA COLEÇÃO TERRITÓRIO E QUESTÃO AGRÁRIA
Profª. Drª. Angelina Herrera Sorzano – Universidad de La Habana (UH), Cuba
Prof. Dr. João Cleps Júnior – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil
Prof. Dr. João Edmilson Fabrini – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil
Prof. Dr, Dr. Juan Wahren – Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina
Profª. Drª. Rosa Maria Vieira Medeiros – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E96 Expansão do capital, movimentos socioterritoriais e políticas de desenvolvimento / Eraldo da Silva Ramos Filho, Carlos Alberto Feliciano, Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva, Rodolfo Souza Lima (orgs).-- 1.ed.-- São Paulo : Outras Expressões, 2020.
262 p. : grafs., tabs., fots.

Indexado em GeoDados - http://www.geodados.uem.br
ISBN 978-65-87389-00-4

1. Políticas públicas. 2. Movimentos socioterritoriais. 3. Expansão do capital. I. Ramos Filho, Eraldo da Silva. II. Feliciano, Carlos Alberto. III. Silva, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. IV. Lima, Rodolfo Souza. III. Título.

CDU 911.3

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

Esta obra está destinada à distribuição gratuita e não pode ser comercializada.
Qualquer parte deste livro pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

1ª edição: novembro de 2020

OUTRAS EXPRESSÕES
Rua Abolição, 201 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo – SP
Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500
livraria@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br
ed.expressaopopular
editoraexpressaopopular

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS 7

APRESENTAÇÃO 9

PARTE I – EXPANSÃO DO CAPITAL, AGRONEGÓCIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O HIBRIDISMO ENTRE ESTADO E CAPITAL NA CONSTITUIÇÃO E EXPANSÃO TERRITORIAL DO MONOCULTIVO DO EUCALIPTO E DA PRODUÇÃO DE CELULOSE NO BRASIL 19
Guilherme Marini Perpetua e Antonio Thomaz Jr.

A "FRONTEIRA" DE EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AMAZÔNIA: A CONTÍNUA METAMORFOSE DA TERRA EM MERCADORIA 35
Alyson Fernando Alves Ribeiro, Ricardo Gilson da Costa Silva e José Antônio Segrelles Serrano

A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS E OS DESDOBRAMENTOS NA REFORMA AGRÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR NO ESTADO DE SÃO PAULO 49
Camila Ferracini Origuéla e Lorena Izá Pereira

O PROCESSO DE ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS E SEUS IMPASSES JUNTO À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A SOBERANIA ALIMENTAR NA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA (MG) 65
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

PARTE II – MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, SOBERANIA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

OS OUTROS MOVIMENTOS DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS ARTICULADOS EM REDES: UMA LEITURA SOBRE *CONVERGENCE SPACES* DESDE O MST E SUAS RELAÇÕES URBANAS E INTERNACIONAIS 93
José Sobreiro Filho

POLÍTICAS PÚBLICAS E RESISTÊNCIA: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO 111
Ana Terra Reis e Antonio Thomaz Jr.

INICIATIVAS DE SOBERANIA ALIMENTAR NO BRASIL E NO CANADÁ 129
Estevan Leopoldo de Freitas Coca

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DO CAMPESINATO 145
Paulo Roberto Rosa, Munir Jorge Felício, Edilene Mayumi Murashita Takenaka Fúlvia Letícia Perego Silva e Geisiane dos Santos Araújo

PARTE III – AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SOB AS ÓTICAS DE MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E ORGANISMOS MULTILATERAIS

O GRUPO BANCO MUNDIAL E A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO 165
Guilherme Magon Whitacker

A CRISE DO CAPITAL, O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUAS INTERSECÇÕES COM O GOLPE DE ESTADO NO BRASIL 187
Eraldo da Silva Ramos Filho

AGROECOLOGIA QUE UNE E TRANSFORMA: EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS E A RELAÇÃO COM A POLÍTICA PÚBLICA DO NEDET SERGIPE 219
Laiany Rose Souza Santos, Josefa de Lisboa Santos e Eraldo da Silva Ramos Filho

EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – MULTIDIMENSIONAL NO PRONERA 241
Rodrigo Simão Camacho

SOBRE OS AUTORES 257

AGRADECIMENTOS

Ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao Ministério da Educação (MEC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelos recursos destinados ao fomento do Programa Casadinho/Procad que viabilizou a realização do projeto "Políticas públicas de desenvolvimento e a apropriação da natureza: terra, água e conflitos socioterritoriais", realizado no contexto da cooperação científica interinstitucional entre os Programas de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita/Faculdade de Ciência e Tecnologia – *campus* de Presidente Prudente, coordenado pelo prof. dr. Eraldo da Silva Ramos Filho, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2016.

APRESENTAÇÃO

O início do século XXI está marcado pelo aprofundamento da crise estrutural do capital. Desde a bolha imobiliária estadunidense em 2008, seguida pela crise mundial dos alimentos, pelo colapso de parte da economia europeia e das massas migratórias dos refugiados das guerras do Oriente Médio em direção à Europa, evidências do esgotamento do capitalismo como modelo civilizatório são contundentes.

As saídas apontadas pelo capitalismo explicitam: estratégias de deslocamento do capital especulativo e produtivo para a aquisição de "ativos" sob a forma de natureza, situados nas porções do globo onde haja estoques passíveis de dominação e mercadorização; a produção de guerras híbridas e novas formas de golpes de Estado com o intuito de aprofundar a organização das sociedades sob os princípios da ortodoxia neoliberal.

Neste contexto, o desenvolvimento continua sendo um conceito potente para a materialização das bases da expansão capitalista, amálgama do hibridismo entre Estado e capital e dinamizador da busca de saídas da crise estrutural do capital. De acordo com os contextos históricos, políticos e espaciais, o desenvolvimento assume feições de políticas públicas e suas múltiplas adjetivações: desenvolvimento-subdesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, desenvolvimento local, desenvolvimento territorial etc.

Portanto, o aprofundamento da crise estrutural do capital e as diferentes formas de manifestação do desenvolvimento desencadeiam profundas transformações na questão agrária mundial. Esta problemática estrutural do desenvolvimento desigual, contraditório e combinado do capitalismo explicita sua essência geográfica quando da eclosão dos conflitos territoriais, gerados pelo antagonismo das classes sociais e seus modos e interesses de apropriação e de dominação do espaço.

Na busca de explicações científicas sobre estas problemáticas, pesquisadores implementaram uma agenda de investigação na pós-graduação em

Geografia que instituiu processos de cooperação interinstitucional no quinquênio que se estendeu de 2012 a 2016, entre a UFS, UFU, UFPB e entre a UFS e a Unesp – *campus* de Presidente Prudente. Ao longo dessa interação foram abordados aspectos teóricos, metodológicos e empíricos acerca de diferentes dimensões, dinâmicas e contradições dos fenômenos em tela.

Esse foi um profícuo período de produção de conhecimentos, marcado pela realização de dezenas de missões de trabalho, docência e estudos, assim como a conclusão de diversas teses de doutorado e dissertações de mestrado, a realização de eventos científicos e trabalhos de campo conjuntos em diferentes unidades da federação. Decorrente do significativo volume de produção acadêmica, decidiu-se organizar a coleção "Território e Questão Agrária" para socializar os conhecimentos produzidos.

O primeiro volume desta série abordou a *Questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais* a partir dos debates centrais realizados no VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária (Singa), sediado pela Universidade Federal da Paraíba, em setembro de 2013.

Os volumes 2, 3 e 4 da referida coleção constituem-se em coletânea de artigos, cujos estudos foram elaborados no âmbito do projeto *Estado, Questão Agrária e Conflitos Territoriais: um estudo comparativo entre Sergipe, Paraíba e Minas Gerais*, realizado no contexto da cooperação científica interinstitucional entre os Programas de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal de Uberlândia.

A cooperação foi fomentada pelo Programa de Estímulo à Mobilidade e ao Aumento da Cooperação Acadêmica da Pós-graduação em Sergipe (Promob) e auspiciada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (Fapitec), entre 2013 e 2015.

O segundo livro da coleção foi intitulado *Questão agrária e conflitos territoriais* oferecendo aos leitores análises críticas sobre as dinâmicas territoriais do agronegócio, a produção do espaço agrário brasileiro no marco dos conflitos e da violência praticada pelo Estado e capital. Também discute os desafios da reprodução camponesa frente às políticas públicas e, por fim, o processo de espacialização de movimentos socioterritoriais camponeses emergentes.

Estado, território e políticas públicas é o título do volume 3. A publicação é composta por 12 capítulos, organizados em quatro partes de acordo com

diferentes eixos temáticos que, de modo geral, refletem e dialogam com a perspectiva do Estado e das políticas públicas em suas implicações geográficas diretas, resultando em novas dinâmicas e também em desafios postos ao território, avaliando situações no campo e nas cidades, além de problemáticas políticas ligadas à educação e ao ambiente.

O quarto livro intitulado *Agrocombustíveis, trabalho e resistências territoriais* completa o estudo e pesquisas da cooperação acadêmica supracitada. O livro integrado por 10 artigos está estruturado em quatro partes, sendo a primeira dedicada ao debate sobre "agrocombustíveis, território e campesinato", a segunda parte enfoca o "trabalho, a financeirização e precarização", seguido de um bloco de textos que abordam o "trabalho feminino, questão agrária e mobilização social" e na última seção, os autores discutem alternativas em curso desde a "agroecologia, economia solidária e políticas públicas".

O quinto volume que ora apresentamos ao público está intitulado *Expansão do capital, movimentos socioterritoriais e políticas de desenvolvimento*. Resulta dos estudos realizados no projeto "Políticas públicas de desenvolvimento e a apropriação da natureza: terra, água e conflitos socioterritoriais", coordenado pelo prof. dr. Eraldo da Silva Ramos Filho e realizado no contexto da cooperação científica interinstitucional entre os Programas de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita/Faculdade de Ciência e Tecnologia – *campus* de Presidente Prudente, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2016, fomentado pelo Programa Casadinho/Procad e auspiciado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Educação (MEC) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O primeiro bloco de artigos integra o eixo temático "Expansão do capital, agronegócio e políticas públicas". Inauguramos este livro com o artigo "O hibridismo entre Estado e capital na constituição e expansão territorial do monocultivo do eucalipto e da produção de celulose no Brasil", assinado por Guilherme Marini Perpetua e Antonio Thomaz Jr. Os autores desnudam as nuances contemporâneas da intrínseca relação entre Estado e capital, sem a qual este último não conseguiria persistir. Os rebatimentos espaciais e territoriais desta relação são analisados a partir das dinâmicas

empreendidas pelo agronegócio do ramo de monocultivo de eucaliptos e celulose, mediante reivindicações de flexibilização da legislação ambiental, concessão de créditos do Estado, políticas de comércio exterior, segurança da terra, dentre outras dimensões.

O segundo texto, "A 'fronteira' de expansão do capitalismo na Amazônia: a contínua metamorfose da terra em mercadoria", de autoria de Alyson Fernando Alves Ribeiro, Ricardo Gilson da Costa Silva e José Antônio Segrelles Serrano, questiona as interpretações sobre a Amazônia como uma região homogênea, lócus de beleza, abundância e atraso. A partir da análise da totalidade, enfocam a reprodução contraditória capitalista do espaço geográfico, atribuindo à região a função de fronteira de expansão do desenvolvimento econômico, sob a narrativa espacial do agrohidronegócio mundializado.

Na sequência, as autoras Camila Ferracini Origuéla e Lorena Izá Pereira no artigo "A expansão da produção de agrocombustíveis e os desdobramentos na reforma agrária e soberania alimentar no estado de São Paulo", discutem a territorialização do setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo e desnudam a corrida internacional pela apropriação de terras e os dilemas impostos à política nacional de reforma agrária e o comprometimento da soberania alimentar.

O texto "O processo de estrangeirização de terras e seus impasses junto à produção de alimentos e a soberania alimentar na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba", assinado por Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, fecha este bloco temático desnudando a territorialização do agronegócio e da estrangeirização de terras que suprimem a produção de alimentos e geram cenários potenciais de crise alimentar.

"Movimentos socioterritoriais, soberania alimentar e políticas publicas" é o tema da segunda parte da obra. A tônica dos quatro textos transita entre reflexões teóricas sobre a ação política dos movimentos socioterritoriais, suas práticas de produção da soberania alimentar e as políticas desencadeadas pelo Estado em diferentes escalas.

José Sobreiro Filho, no texto: "Os outros movimentos dos movimentos socioterritoriais articulados em redes: uma leitura sobre *convergence spaces* desde o MST e suas relações urbanas e internacionais" aborda as relações entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil), o Movimento Campesino de Santiago del Estero – Via Campesina (Argentina), a

União da Federação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mendoza (Argentina) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), do Brasil.

No sexto debate apresentado nesta coletânea, intitulado "Políticas públicas e resistência: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)", Ana Terra Reis e Antonio Thomaz Jr. analisam as mudanças de sociabilidades no contexto de assentamentos de reforma agrária em virtude da expansão do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos. Nesse fito, ressaltam processos de consolidação de cooperativas e associações comunitárias, de organização da produção e ampliação da participação da juventude e transição agroecológica.

Estevan Leopoldo de Freitas Coca, no texto "Iniciativas de soberania alimentar no Brasil e no Canadá", apresenta para os leitores uma comparação das políticas públicas alimentares nesses países. Propõe uma atualização do debate com a leitura da segunda geração de construção da soberania alimentar. Nesse fito, aborda o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Brasil e os resultados da implementação da rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), a qual visa incentivar instituições públicas como universidades, escolas e hospitais a intensificarem o consumo de produtos de origem local, fornecidos pelo campesinato.

Encerra esse bloco temático o artigo "Economia solidária como estratégia de resistência e desenvolvimento do campesinato" de autoria dos/as pesquisadores/as Paulo Roberto Rosa, Munir Jorge Felício, Edilene Mayumi Murashita Takenaka, Fúlvia Letícia Perego Silva e Geisiane dos Santos Araújo. Ele nos oferecem uma discussão teórico-conceitual sobre desenvolvimento e crescimento econômico, constatando-os enquanto matrizes afins à expansão capitalista. A partir dessa reflexão, mergulham na lógica de produção familiar do campesinato e contrapõem a prática de produção de economias solidárias no Pontal do Paranapanema (SP).

A terceira parte do livro, "As políticas de desenvolvimento territorial sob as óticas de movimentos socioterritoriais e organismos multilaterais", reúne estudos que evidenciam que certo repertório de políticas públicas praticadas pelo Estado tem sua origem nas formulações dos organismos supranacionais e que impactam diretamente a realidade. Por sua vez, os movimentos socioterritoriais, produzem políticas públicas populares como forma de incidência sobre a produção do espaço geográfico em bases mais equânimes, autonomias e transformação nas relações de gênero.

Neste percurso reflexivo, Guilherme Whitacker inaugura este bloco temático com o artigo "O grupo Banco Mundial e a acumulação por espoliação". Partindo do estudo das formulações do banco sobre o desenvolvimento rural, explicita sua influência sobre as políticas públicas no Brasil, notadamente aquelas vinculadas ao desenvolvimento territorial e o desenvolvimento sustentável, que mormente imbricadas, são apresentas como políticas de desenvolvimento territorial sustentável.

No texto "A crise do capital, o desenvolvimento territorial e suas intersecções com o golpe de Estado no Brasil", Eraldo da Silva Ramos Filho analisa a funcionalidade da estruturação de uma governança internacional do combate à pobreza, com ênfase na abordagem territorial do desenvolvimento e da ruralidade, na busca pelo capital de uma saída da sua crise estrutural. Nesse sentido, explora a materialização do pensamento ofensivo do IICA na implantação do "Programa Territórios da Cidadania" e encerra com apontamentos sobre as intersecções entre o desenvolvimento territorial, a crise estrutural do capital e o golpe de Estado no Brasil.

O 12º artigo segue na esteira da crítica radical à abordagem territorial do desenvolvimento, sob o enfoque de gênero. Com o título "Agroecologia que une e transforma: experiência de articulação das mulheres camponesas e a relação com a política pública do Nedet Sergipe", assinado por Laiany Rose Souza Santos, Josefa de Lisboa Santos e Eraldo da Silva Ramos Filho, objetivam demonstrar a articulação das mulheres camponesas em Sergipe em sua relação com a agroecologia como processo transformador, e com a política de desenvolvimento territorial. Discutem as contradições dessa política, cujo direcionamento era o combate à pobreza e a desigualdade de gênero como metodologia de participação social, que mesmo com todos os entraves para a superação das condições de vida das mulheres camponesas, ainda era tomada como uma afronta aos interesses dos grupos detentores do capital no Brasil.

Este volume é encerrado com o texto de Rodrigo Simão Camacho no artigo "Educação do campo e políticas públicas: desenvolvimento territorial – multidimensional no Pronera". A produção de políticas públicas populares no contexto dos movimentos socioterritoriais e sua incidência sobre as políticas públicas governamentais é trabalhada pelo autor que aborda o Programa Nacional de Educação do Campo como uma experiência inovadora que vem contribuindo com a construção de desenvolvimento territorial no

campo, com base na equidade e sustentabilidade. Neste sentido, realiza uma análise qualitativa do Curso Especial de Graduação em Geografia (CEGeo), ofertado pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita" – *campus* de Presidente Prudente (Unesp) em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) e o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Todas as obras da coleção "Território e Questão Agrária" resultaram de rigoroso, amplo e duradouro esforço científico coletivo e se apresentam à sociedade sob o princípio de livre acesso ao conhecimento. Portanto, estão disponíveis, também, nos sites dos programas de pós-graduação e/ou grupos de pesquisa empenhados nesta construção. E, na expectativa de que este volume 5 contribua com o debate acadêmico sobre a expansão do capital no campo, sobre as formas de reprodução social e produção do espaço e territórios assentados nas resistências empreendidas pelo campesinato, convidamos-lhes a desfrutar da leitura.

Aracaju/Sergipe, verão de 2020

PARTE I

EXPANSÃO DO CAPITAL, AGRONEGÓCIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

O HIBRIDISMO ENTRE ESTADO E CAPITAL NA CONSTITUIÇÃO E EXPANSÃO TERRITORIAL DO MONOCULTIVO DO EUCALIPTO E DA PRODUÇÃO DE CELULOSE NO BRASIL[1]

Guilherme Marini Perpetua
Antonio Thomaz Jr.

INTRODUÇÃO

Crescendo exponencialmente desde a última década, o segmento arbóreo-celulósico figura hoje como uma das principais "promessas" do agronegócio brasileiro, fazendo jus, inclusive, ao destaque na campanha veiculada em horário nobre da maior emissora de televisão do Brasil.[2] Novos megaempreendimentos, conjugando extensas e contíguas áreas de monocultivo de eucalipto em faraônicas fábricas de celulose de mercado,[3] territorializam-se, escolhendo preferencialmente regiões distantes do centro dinâmico do território nacional (Perpetua, 2013). Desde a ótica do discurso oficial, tais atividades são apresentadas como altamente competitivas e promotoras de desenvolvimento sustentável, pois que, pretensamente, estão afinadas pelo

[1] O presente capítulo apresenta parte das reflexões empreendidas em nossa tese de doutorado (Perpetua, 2016), intitulada "Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo", financiada pela Fapes e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp – *campus* de Presidente Prudente (SP), em novembro de 2016. Seu conteúdo, aqui revisto e ampliado, foi apresentado e publicado nos anais da XV Jornada do Trabalho, realizada nas dependências da Unicentro – *campus* de Guarapuava (PR), no mês de setembro de 2014.

[2] A referida campanha intitula-se "Agro é Tech, Agro é Pop, Agro é tudo", foi concebida pelas gerências de Marketing e de Comunicação da Rede Globo e vai até junho de 2018, segundo informações do Portal G1. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2016/10/agronegocio-e-valorizado-em-campanha-da-rede-globo.html. Acesso em: 8 dez. 2016.

[3] Celulose de mercado é aquela que tem por finalidade a comercialização, e não o abastecimento direto da indústria papeleira em fábricas integradas. O Brasil destaca-se na produção de celulose de fibra curta branqueada, um subtipo específico desse insumo voltado para a produção de papéis de imprimir e escrever, papéis sanitários e alguns tipos de cartão (Biazus; Hora; Leite, 2010).

diapasão da "economia verde" (Pnuma, 2008), merecendo, portanto, amplo e generoso apoio governamental.

Há, no entanto, um contrassenso marcante nos discursos veiculados por empresas e órgãos representativos do segmento em questão (o qual, acreditamos, também pode ser estendido à economia capitalista como um todo, na atualidade): se por um lado seus agentes criticam e atacam duramente o tamanho e a intervenção do Estado, reavivando o velho (e fantasioso) coro do *laissez-faire* liberal, por outro, reclamam lamuriosamente seu apoio e atuação, por meio da redução da carga fiscal, concessão de incentivos às exportações, melhoria da infraestrutura nacional – a chamada redução do "custo Brasil" –, ampliação da "segurança jurídica" para aquisição de terras por estrangeiros, "desburocratização" do licenciamento ambiental, ampliação do debate sobre o mercado internacional de créditos de carbono e autorização irrestrita do plantio de árvores geneticamente modificadas (AGMs) (Ibá, 2014).

As preocupações e questionamentos em torno da natureza da relação entre Estado e capital não são recentes ou circunscritas à nossa época. Ainda no final da primeira metade do século XIX, no Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels ([1848] 2013, p. 27) lançariam pela primeira vez a definição segundo a qual "um governo moderno é tão somente um comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa". Duas décadas depois, Marx ([1867] 2013) também apontou o apoio do Estado como indispensável à acumulação primitiva do capital. O simples tratamento mecanicista ou denuncista dessa intrincada relação, no entanto, pode calcinar na origem a possibilidade de compreendê-la em profundidade, tendo em vista o fato dela ser determinada dialeticamente pela dinâmica das relações sociais constituídas social e historicamente (Chagas, 2012).

É fato que hoje a relação entre Estado e capital é muito mais complexa que nos tempos de Marx e Engels. Mas, é preciso notar que, na realidade, em nenhum outro momento da história houve tanta e tão ampla prodigalidade estatal em favor do grande capital monopolista. Isso porque quanto mais profunda torna-se a crise estrutural do capital, tanto maior será a ajuda externa do Estado, absolutamente indispensável para manter suas condições de reprodução ampliada, a ponto de podermos afirmar, como o faz Mészáros (2003, p. 29), que sem ela "o sistema do capital não sobreviveria uma única semana". Algo semelhante enxerga Zizek (2012), para quem não

há nenhuma possibilidade do capital se reproduzir sozinho, ou seja, sem a "caridade extraeconômica" corporificada pelo Estado no seu processo de reprodução social atual.

O presente artigo segue a intenção de demonstrar a existência do hibridismo[4] entre o público e o privado, isto é, entre o Estado e o capital, por meio da análise da constituição e expansão territorial recente do monocultivo do eucalipto e da produção de celulose no Brasil. Para tanto, o texto será organizado em duas seções, além da introdução e das considerações finais, cada uma correspondendo a uma etapa histórica específica do fenômeno apreciado.

O ESTADO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA E A CONSTITUIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UM SEGUIMENTO PRODUTIVO

O nacional-desenvolvimentismo foi o modelo de desenvolvimento e a doutrina econômica vigente no planejamento governamental latino-americano entre as décadas de 1950 e 1980, cujo ápice, no Brasil, ocorreu no período ditatorial-militar (1964-1985) (Castelo, 2012). Suas origens remontam à revolução burguesa passiva e sem rupturas com a antiga elite agrária, e aos idos do processo de substituição de importações, desembocando, por fim, no golpe de 1964, estratégia cujo objetivo era manter a insustentável concentração de terras, renda e riquezas, bem como as insustentáveis desigualdades sociais no país (Ianni, 1989; Becker, 1991).

Não obstante as semelhanças guardadas entre o nacional-desenvolvimentismo brasileiro e sua versão original europeia e estadunidense, também chamada de "neomercantilismo", no tocante à centralidade da atuação estatal na economia, à busca de mudanças na estrutura produtiva (expansão das forças produtivas e redução da dependência em produtos primários) e à tentativa de controlar internamente as dinâmicas do desenvolvimento capitalista (Gonçalves, 2012; Sampaio Jr., 2012), em sua versão brasileira a questão da origem do capital não era decisiva. Daí a constituição do tripé formado pelo Estado, pelo capital estrangeiro (o sócio maior) e pelo capital nacional (o sócio menor) que dava sustentação ao modelo de então (Covre, 1983; Sicsú; De Paula; Michel, 2007; Castelo, 2012).

[4] O termo é aqui utilizado no sentido atribuído por Mészáros (2003).

O planejamento governamental do período seguia um duplo objetivo: de um lado, reduzir as tensões sociais decorrentes da escalada da concentração de terra e riqueza nos centros mais dinâmicos, por meio, por exemplo, dos deslocamentos populacionais para as áreas de fronteira agrícola; de outro, assegurar o fornecimento de matérias-primas para a indústria em expansão nesses mesmos espaços (Becker, 1991). A solução encontrada foi a integração das regiões mais distantes – tratadas como "espaços vazios" pelos tecnocratas – ao centro dinâmico, com base em um modelo de "modernização conservadora" (Delgado, 2012) que, a um só tempo, ampliou o conteúdo técnico dos processos produtivos sem alterar a estrutura fundiária e as antigas relações de dominação, mantendo intacto o poder das velhas oligarquias rurais.[5]

Foi esse o pano de fundo do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1974-1979), base para as principais medidas legais, financeiras e regulatórias responsáveis por diversas características atuais da indústria brasileira de celulose e papel. Ante a crise econômica e energética internacional, o documento previa uma grande ênfase na produção de insumos básicos, como a celulose, a fim de substituir importações e abrir novas frentes de exportação (Brasil/Ministério do Planejamento, 1974).

É precisamente nesse contexto, e como fruto da intervenção estatal maciça, engendrada principalmente por meio de medidas jurídico-formais, que começam a se esboçar os principais traços do capital arbóreo-celulósico no Brasil. Destaca-se, nesse sentido, a criação de medidas legais para o crescimento e o fortalecimento desse segmento produtivo, tais como a formulação do II Código Florestal Brasileiro, outorgado em 1965 (Lei n. 4.771/65); a Lei n. 5.106/66, que estabeleceu o abatimento de imposto de renda por meio de reflorestamento; o I Plano Nacional de Papel e Celulose (I PNPC), vinculado ao II PND (1974); a Lei n. 1376/74, que estipulava incentivos ao reflorestamento via Fundo de Investimento Setorial (Fiset), dentre outras (Santos, 2009; Morelli, 2011); e ainda, o abundante financiamento público via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), instituição que aprovou, ao todo, a quantia de R$ 30,9 bilhões em financia-

[5] Segundo Delgado (2012), no campo, a referida modernização seguiu por três eixos paralelos e interdependentes: (a) a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado, tanto dos riscos produtivos quanto de preços; (b) os estímulos à adoção de pacotes tecnológicos da "revolução verde" e (c) os incentivos ao aprofundamento das relações de crédito na agricultura.

mentos para o setor entre 1955 e 2002 (em reais de 2001), perfazendo uma média de R$ 1,2 bilhão por ano, isso sem contar as participações acionárias em diversos investimentos que também tiveram importante papel (Juvenal; Mattos, 2002).

A forte intervenção estatal marca uma inflexão determinante no caráter da produção de celulose no Brasil. Se até 1950 a cadeia de produção era pulverizada, destinando-se a celulose produzida à crescente indústria papeleira nacional, após a década de 1960 as "novas plantas industriais passaram a se especializar na produção de pasta de celulose de mercado e a se voltar para o comércio exterior, visando atender à demanda por insumos básicos da indústria mundial de papel em franco crescimento" (Rede Alerta contra o Deserto Verde, 2011, p. 8).

Estavam definidas, assim, as principais características da indústria de celulose nacional: oligopolização do mercado, dada pela intensa centralização do capital e verticalização da produção, a qual se realiza sob o comando estrito de um número muito reduzido de grandes corporações (Fibria Celulose, Suzano Papel e Celulose, Eldorado Brasil Celulose, Veracel Celulose, Cenibra e Jari Celulose), as quais assumem para si todas as etapas da produção e, até mesmo, da circulação.

O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E O PAPEL DA CELULOSE

Passada a "desertificação neoliberal" promovida no Brasil na década de 1990 (Antunes, 2004), passa a ser recorrente entre os estudiosos do assunto a indicação do segundo mandato do governo Lula (2007-2010) como o nascedouro da guinada no sentido de implementação de um – ao menos em parte – novo modelo de desenvolvimento, fundamentado na ampla composição política então vigente: o "novo desenvolvimentismo" ou "neodesenvolvimentismo" (Bresser-Pereira, 2004; Castelo, 2012; Alves, 2014).

Embora alguns autores, como Castelo (2012), atribuam a paternidade intelectual do modelo ao ex-ministro Bresser-Pereira, que em artigo de 2004[6] sintetizava sua proposta sob tal nomenclatura, os "eixos de um novo

[6] O artigo foi publicado no dia 19 de setembro de 2004, na *Folha de S.Paulo*. Entre outras coisas, Bresser-Pereira vaticinou que "o Brasil precisa de um novo desenvolvimentismo não porque o antigo fosse equivocado, mas porque se encontra em um estágio diferente de desenvolvimento, vive uma nova realidade e enfrenta novos desafios". Por contraposição, as diferenças fundamentais entre os dois, asseverou, residem na abertura da conta comercial, na não necessidade

modelo" já haviam sido delineados antes mesmo da vitória eleitoral do PT com Lula, ainda em 2001, no documento "Um outro Brasil é possível", de autoria atribuída aos quadros intelectuais do partido. Aloísio Mercadante e Maria da Conceição Tavares (2001) resumem-no em três linhas principais de intervenção: a) "tomar o social como essência", buscando reduzir o quadro de exclusão e desigualdade legado pelos militares e ampliado pela ortodoxia neoliberal, por meio de amplos programas sociais de redistribuição da renda e da riqueza (além da expansão do crédito, do crescimento do salário mínimo e do emprego formal); b) "desprivatizar o Estado", combatendo a deterioração da base financeira e da capacidade operacional e de investimento e (o mais importante para os objetivos aqui perseguidos); c) reduzir a dependência e a vulnerabilidade externas, com a reversão da "subordinação do funcionamento da economia nacional às prioridades e interesses dos credores e investidores externos" (p. 12) e a valorização dos investimentos "produtivos" em detrimento dos "especulativos", para cujo êxito é indispensável à recuperação do saldo da balança comercial.

Em plena crise de governabilidade petista (2005-2006), a qual demandou ampliação de alianças políticas e coincidiu com a retomada do crescimento econômico via valorização de produtos primários pelo "efeito China" (Cano, 2010), Sicsú, De Paula e Michel organizavam a coletânea "Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social" (2004), lançando suas linhas gerais e bases teórico-conceituais. Conforme os autores, o novo desenvolvimentismo deveria ser entendido como uma "(...) alternativa de política de desenvolvimento que compatibilize crescimento econômico com equidade social" a partir de um "programa alternativo à ortodoxia neoliberal" (Sicsú; De Paula; Michel, 2007, p. 508).

Em síntese, trata-se de um modelo de desenvolvimento em cujos limites não se encontra a ruptura radical com o capitalismo, nem mesmo com sua forma de ser hipertardia (Chasin, 1999) e dependente (Marini, 2011) na formação econômica e social brasileira, mas uma proposta – de cunho pseudonacionalista, diga-se de passagem – de conciliação entre doutrinas econômicas (keynesianismo e liberalismo) e, é mister notar, classes sociais

---

de intervenção direta do Estado como produtor (indústrias estatais) e, por fim, na centralidade assumida hoje pela estabilidade macroeconômica, características definidoras do novo desenvolvimentismo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>. Acesso em: 18 ago. 2014.

antagônicas em prol do crescimento continuado e da redução das excruciantes desigualdades sociais brasileiras através de "uma estratégia que permita ao país uma inserção soberana no processo de globalização em curso no mundo" (Sicsú; Paula; Michel, 2007, p. 522. Grifos nossos).

Para Sampaio Jr. (2012), no entanto, o novo desenvolvimentismo não passou de uma "farsa" apoiada nas "ilusões" de desenvolvimento datadas desse período, tais como a modesta retomada do crescimento do PIB, a lenta recuperação do poder aquisitivo do salário, a ligeira melhoria na distribuição pessoal da renda, o *boom* do consumo financiado pelo endividamento das famílias e a aparente resistência do Brasil frente à crise global.

Com efeito, devemos mesmo indagar: que tipo de "inserção soberana" pode haver num sistema capitalista mundializado, drasticamente (e cada dia mais) interdependente, desigual e polarizado (Chesnais, 1996)? É mesmo possível hoje distinguir entre capital produtivo e especulativo? O que dizer então da interpenetração entre o capital comercial, o capital industrial e o capital financeiro, tão comum na fase do capitalismo monopolista e financeiro vigente?[7] E mais, como almejar a redução da desigualdade social com abertura do mercado interno, crescente importância do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e, o mais importante, o aumento avassalador da área plantada destinada à produção de *commodities* como a celulose, sobre as quais se impõe severamente a competitividade no plano internacional?

Curiosamente, os principais apologistas do nacional-desenvolvimentismo implantado pelos militares não defendiam outra coisa senão o "capitalismo social" ou "neocapitalismo", isto é, "(...) o regime de mercado, com forte conteúdo social" (Velloso, [197-], p. 8), para o êxito do qual se deveria "(...) galvanizar todas as classes em torno do ideal do desenvolvimento" (Delfin Netto, 1966, p. 10. Grifos nossos). Como se vê, as permanências superam de longe as mudanças.

Longe de desconsiderarmos as significativas diferenças entre a ortodoxia neoliberal e a política em curso no início do século XXI,[8] os flagrantes

---

[7] Chesnais, 1996.

[8] Por exemplo, em relação ao impacto positivo das políticas sociais na redução da miséria, à expansão do ensino público superior (ainda que de maneira precária e paralelamente ao financiamento da rede privada), à postura não passiva quanto aos desmandos do imperialismo estadunidense, à redução da taxa de desemprego e o crescimento do mercado de trabalho formal, a valorização do salário real, dentre outros.

contrassensos do novo desenvolvimentismo revelam o insustentável pacto de classes e frações de classes assumido em nome da governabilidade petista. Essa, de acordo com Katz (2012), é a chave para decifrar o enigma de um modelo que, a um só tempo, agradou aos agentes do setor financeiro-especulativo, à burguesia industrial e aos agroexportadores. Na realidade, no caso do segmento arbóreo-celulósico, esses agentes misturam-se e se confundem sob uma mesma fachada empresarial.

A compreensão desses fatos requer uma leitura calcada na economia política, tal como proposta por Boito Jr. (2012), segundo quem a estratégia novo desenvolvimentista foi a expressão teórico-política da frente ampla, heterogênea, policlassista e contraditória composta por um "setor dominante", liderado pela burguesia nacional espalhada por diversos setores econômicos (mineração, construção pesada, agronegócio, indústria de transformação, grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional), e um "setor dominado", formado pelo operariado urbano, pela baixa classe média, pelo campesinato e, no extremo, pela grande massa dos trabalhadores desempregados, subempregados, precários ou por conta própria.

Nesse novo contexto, há a retomada da intervenção estatal no sentido de fortalecimento não apenas das atividades em destaque, como da produção e exportação de *commodities* agrominerais em geral, com destaque para o minério de ferro, a soja, os derivados da cana-de-açúcar e a carne bovina e de frango. Do lado do Estado, a principal justificativa para o amplo e generoso apoio, materializado na concessão de vultosos financiamentos, benefícios e incentivos, dotação de infraestrutura e medidas jurídico-formais favoráveis às grandes corporações, recai sobre a suposta possibilidade de redução da vulnerabilidade externa estrutural, por meio da obtenção de superávits na balança comercial capazes de reverter o déficit no balanço de pagamentos (Delgado, 2012).

Desde o seu início, o primeiro governo Lula (2003-2006) encampou a perspectiva da escassez da madeira, à época sugestivamente denominada "apagão florestal" (July, 2007), disponibilizando linha de crédito específica para o plantio de árvores, prioritariamente para consumo industrial. O mesmo governo incluiu no seu Plano Plurianual (PPA 2004-2007) recursos e medidas visando atingir a meta de aumentar o plantio de árvores em 300 mil ha/ano, por meio de programas empresariais (Malina, 2013).

No mesmo período, chama atenção o crescimento exponencial do volume de recursos concedidos pelo BNDES às empresas do setor. Conforme

Juvenal e Mattos (2001), o banco já desempenhava importante papel junto ao setor de celulose e papel desde os anos de 1950, não apenas como provedor de recursos,[9] mas também planejando, induzindo e sendo parceiro em investimentos conjuntos. Porém, no período novo desenvolvimentista, o protagonismo do BNDES na alavancagem das grandes corporações arbóreo-celulósicas foi alçado a um novo patamar. Entre 2006 e 2009, o setor de celulose e papel foi o terceiro em volume de desembolsos do banco, totalizando R$ 9,7 bilhões (Garzon, 2010) e, nos seis anos seguintes, as empresas produtoras de celulose tiveram seus cofres generosamente preenchidos com mais R$ 17,6 bilhões (tabela 1).

Tabela 1 – Brasil: operações diretas do BNDES com empresas do setor de celulose e papel (2010 a 2015*)

Empresa	Montante Concedido (R$)
Suzano	4.606.293.275
Klabin	4.500.868.015
Eldorado Brasil	2.801.096.760
CMPC Celulose Riograndense	2.577.860.169
Fibria**	1.770.903.048
Jari	534.642.000
Veracel	369.157.195
Rigesa	237.508.000
Melhoramentos	137.886.000
Arauco Forest	61.625.633
Kimberly-Clark	59.249.000
Lwarcel Celulose	33.471.000
Total	17.690.560.095

*Os valores são referentes às operações realizadas até setembro de 2015.
**Inclui VCP e Aracruz Celulose.
Fonte: BNDES. Elaborado pelo autor.

Mas, as altas somas concedidas apenas iniciam a lista das "benesses" governamentais em favor do grande capital. Quando descemos ao nível estadual e, sobretudo, municipal, notamos um esforço hercúleo do Estado em criar vantagens econômicas e políticas como forma de atração dos megaempreendimentos, com destaque para a dotação de infraestrutura de transportes, a concessão de benefícios fiscais (como incentivos e isenções às empresas,

[9] Segundo dados compilados e apresentados por Soto (1992 *apud* Pedreira, 2008), entre 1957 e 1991 o setor de celulose e papel recebeu cerca de US$ 4,08 bilhões.

subsídios e doações)[10] e a inclusão das atividades relacionadas ao segmento nos documentos do planejamento governamental enquanto atividades estratégicas e, portanto, prioritárias para o desenvolvimento dos estados.[11]

Não se trata, obviamente, de uma via de mão única, mas sim de uma teia de reciprocidades entre Estado e capital, este último retribuindo com o financiamento de campanhas eleitorais, em todos os níveis organizativos, com somas milionárias a título de doação (tabelas 2 e 3).

Tabela 2 – Brasil: doações diretas de empresas de celulose selecionadas para campanhas eleitorais em 2006 e 2008 (em R$)

Empresa	2006	2008	Total
Aracruz Celulose S/A	5.523.353,20	2.852.556,90	8.375.910,10
Suzano Papel e Celulose	3.145.279,70	1.305.294,57	4.450.574,27
Votorantin Celulose e Papel S/A	1.254.825,00	365.461,14	1.620.286,14
Veracel Celulose S/A	1.170.000,00	–	1.170.000,00
Stora Enso Brasil	185.150,71		185.150,71
Total	11.278.608,61	4.523.312,61	15.801.921,22

Fonte: TSE (2006; 2008). Elaborado pelo autor.

Nos pleitos de 2006 e 2008, período de finalização e lançamento de diversos projetos pelas maiores empresas do segmento estudado no Brasil, as doações das principais empresas envolvidas quase atingiu a casa dos R$ 16 milhões (tabela 2). Nas três eleições subsequentes, Fibria (também detentora da Veracel), Suzano e Eldorado Brasil doaram juntas a soma de R$ 22.012.670,66 para candidatos a deputado estadual, deputado federal, senador e governador (em 2010 e 2014) e prefeito e vereador (em 2012) (tabela 3).

[10] Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, a Fibria obteve isenção de 90% do ICMS por um período de 15 anos, mais doação da área já dotada de toda a infraestrutura para implantação de sua fábrica em Três Lagoas (Kudlavikz, 2011). No Maranhão, a Suzano também gozou de isenção do ICMS, dotação de infraestrutura logística, com destaque para a adequação da infraestrutura portuária (Porto de Itaqui), e todas as condições para a instalação de empresas fornecedoras (Secom, 20 mar. 2014).

[11] Sobre o assunto, ver, entre outros, os seguintes documentos: Instituto Evaldo Lodi/Fieb (2011), Inema/Sema (2011), Fiema (2009), Mato Grosso do Sul/Seplanct (2004) e Mato Grosso do Sul/Seprotur/Sebrae (2009).

Tabela 3 – Brasil: doações diretas das empresas de celulose selecionadas para campanhas eleitorais em 2010, 2012 e 2014 (em R$)

Empresa/ Cargo	2010					
	Deputado estadual	Deputado Federal	Senador	Governador	Presidente	Subtotal
Fibria Celulose S/A	1.092.898,62	2.002.343,81	640.000,00	1.030.000,00	–	4.765.242,43
Suzano Papel e Celulose S/A	833.001,70	1.607.705,00	598.854,47	2.946.568,70	–	5.986.129,87
Eldorado Brasil					–	
Total	1.925.900,32	3.610.048,81	1.238.854,47	3.976.568,70	–	10.751.372,30
Empresa/ Cargo	2012					
	Vereador			Prefeito		Subtotal
Fibria Celulose S/A	80.000,00			2.410.000,00		2.490.000,00
Suzano Papel e Celulose S/A	465.360,39			1.828.496,80		2.293.857,19
Eldorado Brasil	–			–		
Total	545.360,39			4.238.496,80		4.783.857,19
Empresa/ Cargo	2014					
	Deputado Estadual	Deputado Federal	Senador	Governador	Presidente	Subtotal
Fibria Celulose S/A	750.200,00	1.275.000,00	390.000,00	1.960.000,00	–	4.375.200,00
Suzano Papel e Celulose S/A	352.405,87	469.880,78	43.186,82	1.236.767,70	700.000,00	2.802.241,17
Eldorado Brasil			1.000.000,00		–	
Total	1.102.605,87	1.744.880,78	1.433.186,82	3.196.767,70	700.000,00	7.177.441,17

Fonte: TSE, 2010, 2012, 2014. Elaborado pelo autor.

As doações feitas pelas empresas para candidatos nos cinco pleitos considerados totalizaram R$ 38.514.591,88. É preciso ressaltar que tais recursos foram majoritariamente destinados a candidatos representantes dos estados (Espírito Santo, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e São Paulo) e municípios onde se localizam as principais fábricas de celulose e áreas de plantio das empresas, abarcando, em todos os casos, candidatos filiados a diferentes partidos, inclusive partidos opostos entre si, e concorrendo aos mesmos cargos. Isso nos permite deduzir que as empresas não se importam com a vinculação ideológica ou o programa de governo de cada candidato especificamente, preocupando-se, tão somente, em acertar no apoio aos candidatos vencedores.

Um dos mais notáveis efeitos das doações foi a formação, em junho de 2015, de uma Frente Parlamentar da Silvicultura (ou "Bancada da Silvicultura", segundo a nomenclatura oficial) no legislativo federal, colegiado composto por 220 parlamentares, sob coordenação do deputado Newton Cardoso Jr. (PMDB-MG).[12]

Em face disso, é possível imaginar o nível de autonomia que os representantes políticos fartamente financiados pelo capital terão em seu dever de assegurar que os interesses públicos prevaleçam sobre os interesses das grandes corporações, especialmente nas localidades mais afetadas pelos megaempreendimentos arbóreo-celulósicos.

Finalmente, podemos afirmar que essa impudica relação entre o Estado e o capital do segmento constitui o principal sustentáculo de sua extraordinária expansão recente, com o significativo crescimento da área total de cultivo do eucalipto, que passou de 3,8 para 5,5 milhões de ha apenas entre 2006 e 2014, e na produção de celulose, a qual saltou de 4,4 milhões para 15,9 milhões de toneladas/ano, entre 1990 e 2015, materializando-se pelos novos megaempreendimentos implantados, sobretudo, no Nordeste e no Centro-Oeste do Brasil.[13]

Entretanto, na esteira do completo esfacelamento do amplo pacto de classes que o sustentava (Boito Jr., 2012), a recente crise do modelo novo desenvolvimentista traz à superfície questionamentos acerca dos caminhos doravante tomados pelo hibridismo analisado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS IMPLICAÇÕES DO HIBRIDISMO PARA OS TERRITÓRIOS E SEUS SUJEITOS

A despeito do discurso contraditório e incongruente, porém estratégico, veiculado pelo capital que, concomitantemente, ataca o Estado e cobra sua forte intervenção em seu favor, constatamos, no segmento estudado, um Estado nacional que, desde o princípio, cria e assegura as próprias condições de existência e acumulação do capital. Assim, podemos afirmar que sem a intervenção direta e maciça do Estado brasileiro em diferentes períodos –

[12] A lista completa dos nomes e partidos dos integrantes da frente está disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/454.asp>. Acesso em: 20 mar. 2015.

[13] Referimo-nos, especificamente, aos projetos da Veracel, sediado no município de Eunápolis (BA), Suzano Papel e Celulose, localizado em Imperatriz (MA), e Fibria e Eldorado Brasil com sede em Três Lagoas (MS).

materializada em medidas jurídico-formais, em benefícios fiscais (isenções e subsídios), nas doações, na dotação de infraestrutura e, especialmente, na concessão de vultosos financiamentos –, pelo menos em seu tamanho e formato atual o capital empregado na produção arbóreo-celulósica sequer existiria. Eis aí a grande falácia da competitividade das empresas largamente disseminada e utilizada como justificativa plausível para o apoio irrestrito.

Na condição de grande parceira, a ação governamental viabiliza, potencializa e imprime legitimidade a megaempreendimentos que desterram comunidades camponesas, originárias e tradicionais, colocam empecilhos à reforma agrária e à produção de alimentos nas regiões onde se inserem, submetem trabalhadores(as) a empregos precários e degradantes, pois são promotores de riscos e agravos à saúde e, no limite, deflagram um sem-número de desdobramentos nefastos às populações dos municípios onde se inserem (Perpetua, 2016).

REFERÊNCIAS

ALVES, G. *Trabalho e neodesenvolvimentismo*: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil. Bauru: Práxis, 2014.

ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil* (Collor, FHC e Lula). Campinas: Autores Associados, 2004.

BIAZUS, A.; HORA, A. B. da; LEITE, B. G. P. Panorama de mercado: celulose*, in: BNDES setorial*. São Paulo, n. 32, p. 311-370, 2010.

BECKER, B. K. Modernidade e gestão do território no Brasil. *Espaço & Debates*, São Paulo, ano XI, n. 32, p. 47-56, 1991.

BOITO Jr. A. "As bases políticas do neodesenvolvimentismo", *in:* FÓRUM ECONÔMICO DA FGV, São Paulo. *Anais*... São Paulo: FGV, 2012.

BRESSER PEREIRA, L. C. 19/9/2004. O novo desenvolvimentismo. *Folha de S.Paulo*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>. Acesso em: 22 mar. 2015.

CANO, W. Uma agenda nacional para o desenvolvimento. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 183, ago. 2010.

CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. *Serv. Soc. Soc*., São Paulo, n. 112, p. 613-636, out./dez. 2012.

CHASIN, J. *O Integralismo de Plinio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo hipertardio. São Paulo: *Ad* Hominem/UNA, 1999.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COVRE, M. de L. M. *A fala dos homens*: análise do pensamento tecnocrático – 1964-1981. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

DELFIM NETTO, A. *Planejamento para o desenvolvimento econômico*. São Paulo: Edusp, 1966.

DELGADO, G. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*: mudanças cíclicas em meio século. Porto Alegre: EdUFRGS, 2012.

FIEMA. Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial do Maranhão 2020. (Visão Executiva). São Luís: Sistema Fieba, 2009. Disponível em: <http://www.fiema.org.br/plano-de-desenvolvimentoindustrial-pdi-2020/>. Acesso em: 14 set. 2014.

GARZON, L. F. N. "Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos"*, in:* ALMEIDA, A. W. B. de *et al*. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*: novas fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

GONÇALVES, R. Novo Desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

IANNI, O. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

INSTITUTO EUVALDO LODI/FIESB. Política Industrial da Bahia: estratégias e proposições, v. 1 (Análises setoriais). Salvador: Sistema Fieb, 2011.

INEMA; SEMA. Avaliação ambiental estratégica dos planos de expansão da silvicultura de eucalipto e biocombustíveis no extremo sul da Bahia. Relatório Executivo, jul. 2011. Disponível em: <http://www.lima.coppe.ufrj.br/files/aaeextremosul/aae_sumario_executivo.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.

JOLY, C. Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis-BA, 2007. 98f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), São Paulo.

JUVENAL, T. L.; MATTOS, R. L. G. "O setor de celulose e papel"*, in:* BNDES. *BNDES 50 anos*: histórias setoriais, 2002.

KATZ, C. Los atolladeros de la economía latinoamericana. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 711-728, out./dez. 2012.

KUDLAVICZ, M. Dinâmica agrária e a territorialização do complexo Celulose/papel na microrregião de três lagoas/MS. 176f., 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Três Lagoas.

MALINA, L. L. A territorialização do monopólio no setor celulístico-papeleiro: a atuação da Veracel Celulose no Extremo Sul da Bahia, 2013. 358f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), São Paulo.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política* (Livro I – processo de produção do capital). São Paulo: Boitempo, [1867] 2013.

_____; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM, [1848] 2013.

MERCADANTE, A.; TAVARES, M. da C. Eixos de um novo modelo. *Teoria e debate*, n. 49, out./nov./dez. São Paulo, 2001.

MÉSZÁROS, I. *O Século XXI:* Socialismo ou Barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Brasília, 1974.

MORELLI, L. A. A Monocultura do Eucalipto e a Monopolização do Território na Metade Sul do Rio Grande Do Sul. 2011. 209f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SAMPAIO Jr., P. de A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Serv. Soc. Soc*., São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SEPLANCT. Cenários e estratégias de longo prazo – MS 2025: caminhos para o desenvolvimento. Campo Grande (MS): 2004.

SEPROTUR/SEBRAE-MS. Plano Estadual para o desenvolvimento sustentável de Florestas Plantadas (Resumo Executivo). Campo Grande, Mato Grosso do Sul, mar. 2009. Disponível em: <http://www.pantanalecoturismo.tur.br/fotos/arquivos/916.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2012.

PEDREIRA, M. da S. O complexo Florestal e o Extremo Sul da Bahia: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região. 2008. 164f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PERPETUA, G. M. *A miragem verde*: um olhar sobre a mobilidade espacial do capital e da força de trabalho a partir de Três Lagoas (MS, Brasil). Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

_____. *Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha:* a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo. 2016. 370f. Tese (Doutorado em Geografia), Unesp – *campus* de Presidente Prudente.

PNUMA. Rumo a uma Economia Verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza – síntese para tomadores de decisão. 2011. Disponível em: <www.unep.org/greeneconomy>. Acesso em: 10 ago. 2012.

REDE ALERTA CONTRA O DESERTO VERDE. Introdução*, in:* GOMES, H.; OVERBEEK, W. (org). Aracruz Credo: 40 anos de violações e resistência no ES. Vitória: Rede Alerta contra o Deserto Verde e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, 2011.

SANTOS, J. R. dos. A constituição do complexo agroindustrial de celulose no Rio Grande do Sul: uma avaliação da dinâmica global e da inserção brasileira no setor*, in:* Encuentro de Geografos de America Latina, XII. *Annales*... Montevideo, Uruguai, 2009.

SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F. de; MICHEL, R. (orgs.). *Novo-desenvolvimentismo*: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri: Monole/Fundação konrad Adenauer, 2004.

_____. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4 (108), p. 507-524. out./dez. 2007.

VELOSO, R. Neocapitalismo brasileiro garante desenvolvimento e liberdade econômica. *P&D*, Rio de Janeiro, ano 5, n. 55, 1977.

ZIZEK, S. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

A "FRONTEIRA" DE EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AMAZÔNIA: A CONTÍNUA METAMORFOSE DA TERRA EM MERCADORIA[1]

Alyson Fernando Alves Ribeiro
Ricardo Gilson da Costa Silva
José Antônio Segrelles Serrano

Era uma vez na Amazônia a mais bonita floresta
mata verde, céu azul, a mais imensa floresta
no fundo d'água as Iaras, caboclo lendas (...)
Mas o dragão continua a floresta devorar
e quem habita essa mata, prá onde vai se mudar???
corre índio, seringueiro, preguiça, tamanduá
tartaruga: pé ligeiro, corre-corre tribo dos Kamaiura
No lugar que havia mata, hoje há perseguição
grileiro mata posseiro só prá lhe roubar seu chão
castanheiro, seringueiro já viraram até peão
afora os que já morreram como ave-de-arribação
Zé de Nata tá de prova, naquele lugar tem cova
gente enterrada no chão (...)
Era uma vez uma floresta na Linha do Equador...
Saga da Amazônia – Vital Farias.

INTRODUÇÃO

A Amazônia tem sido (en)cantada e mistificada há décadas como uma região homogênea. Empolgam-se com a visão sobre a região, pautada no contraste entre a beleza e a abundância, contemplando-a como natureza,

[1] O presente artigo é originário do primeiro capítulo da dissertação de mestrado: Ribeiro, A. F. A. *A regularização fundiária como (in)solução para a questão agrária:* o desvelar do Programa Terra Legal Amazônia no Cone-Sul de Rondônia. 2016. 217 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2016. O referido capítulo foi alterado e atualizado, como parte das atividades do Doutorado Sanduíche Programa Posgrado Doctorado em Filosofía y Letras, Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos de América Latina (Giecryal), Departamento de Geografía Humana, Universidad de Alicante – España.

como floresta, como atrasada, como reserva de recursos, como o futuro do Brasil (Porto-Gonçalves, 2005). Este apólogo se confronta em um presente espacial vivo, fruto da relação dialética homem-natureza, uma reprodução social histórica, materializada em espaço(s) e território(s) pelas diferentes classes e grupos sociais.

A Amazônia é acima de tudo uma sobrevivente da sanha do capitalismo, talvez a última fronteira agrícola no mundo, inserida em sua lógica contraditória, desigual e combinada, que tem por objetivo transformar tudo em mercadoria. Hoje, a Amazônia assume sua "nova" função dentro dessa trama, igualmente como fronteira de expansão do desenvolvimento econômico, agora sobre a narrativa espacial do agrohidronegócio[2] mundializado.

A acumulação do capital se realiza também na envergadura de um discurso ideológico, que traz em seu cerne o "desenvolvimento" como uma carranca,[3] que expurgaria o "atraso" e o isolamento geográfico e econômico no qual a Amazônia "estava" condicionada. Nesse caminho, o presente texto busca refletir sobre a reprodução contraditória do espaço geográfico da Amazônia, os sujeitos, agentes, poderes, as contradições, as práticas explícitas e tramas obscuras inseridas na metamorfose das terras da Amazônia em propriedade privada. Iniciaremos a discussão pela gênese dessa lógica: as políticas territoriais orquestradas pelo Estado militar. Posteriormente, problematizaremos os perigos da "nova trama" que transforma as terras devolutas da Amazônia Legal em propriedade/mercadoria – o Programa Terra Legal Amazônia.

O fio condutor dessa análise é a interpretação teórica fundada na categoria da totalidade, núcleo do materialismo histórico dialético, que possibilita a análise da realidade em sua essência. Nessa perspectiva, o espaço é uma parte desse todo, um produto histórico, uma projeção/condição da

---

[2] Thomaz Jr. (2010) constata que a (re)produção do agronegócio não pode ser atribuída somente à sua fixação à territorialização e/ou monopolização das terras, mas também ao acesso e controle da água, constituindo assim, um agrohidronegócio, no qual controle da água possibilita ao capital condição para a prática da irrigação, o que reforça e intensifica a expansão territorial sobre as melhores terras para fins produtivos.

[3] Carranca é uma escultura com forma humana ou animal, produzida em madeira e utilizada a princípio na proa das embarcações que navegam pelo rio São Francisco. A população ribeirinha atribuiu características místicas à carranca. Esta é cultuada como amuletos que espantavam maus espíritos, ajudavam para que a embarcação não afundasse, livravam das tempestades e atraiam muitos peixes.

sociedade através das relações de produção emanadas de contradições desiguais e combinadas. Como bem postula Lefebvre (2006), a essência do espaço está na totalidade social derivada de contradições. Temos como objetivo nos posicionar no debate, visando contribuir com as leituras da questão agrária da Amazônia e suas (re)significações.

ESTADO, POLÍTICAS TERRITORIAIS E CAPITALISMO

As políticas territoriais para a Amazônia foram historicamente uma questão de geopolítica de Estado e do capitalismo periférico, pensadas principalmente como política expansionista de controle territorial para ocupação, uso e domínio da fronteira. As políticas territoriais explícitas para a Amazônia iniciaram em 1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (Spvea) e a definição em lei da Amazônia Legal,[4] estabelecendo uma região de planejamento multiescalar de ação governamental.

Entretanto, a partir de 1964, com o governo militar-civil, o processo de (re)ocupação passa a ser feito de forma contínua em toda a região. O conceito de "fronteira" aparece nos discursos oficiais de forma ideológica para legitimar a expansão da sociedade nacional e a integração territorial. Nessa perspectiva, "o significado da fronteira não é dado. Embora ela represente a conquista de novos espaços, seu significado é reescrito em função do contexto histórico" (Becker, 1982).

Especialmente a década de 1960 marca a reestruturação das ações públicas para com a Amazônia. A criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), do Banco da Amazônia (Basa) e a transformação da Spvea em Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), indicam claramente a mudança das políticas públicas na região. Baliza o início de uma fase de desenvolvimento extensivo do capitalismo mundializado na Amazônia, esclarecendo quem são os novos sujeitos do processo de (des) envolvimento regional: os gestores territoriais civis e militares e o grande capital nacional e internacional.

[4] Definida pela Lei n. 11.806, de 6/1/1953, a mesma que criou a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44ºW), perfazendo 5 milhões de km². (Oliveira, 1991a).

A nova fase de expansão do capitalismo na Amazônia está centrada no modelo de capitalismo dependente, legitimado e imposto pela divisão internacional do trabalho em que o Brasil se insere como espaço de acumulação, envolto em um desenvolvimento intensivo e extensivo da agricultura e pecuária, com o pretexto de efetivar "a vocação do Brasil", "exportar é o que importa", para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento (Machado, 1992; Ianni, 1981).

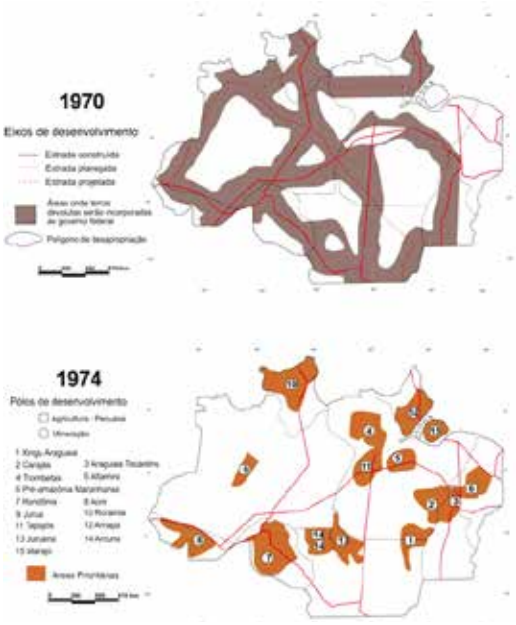
Essa verdadeira política de intervenção regional lançou mão de incentivos fiscais e creditícios, procurando atrair capitais para investimentos na Amazônia. Para isso, o Estado buscou suporte nas agências multilaterais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) para realizar todas as obras de infraestrutura, comunicações, transportes e energia. As políticas públicas territoriais para a Amazônia, nesse período, são diretrizes e princípios norteadores da ação do Estado militar, em sua empreitada para a valorização de terras visando à expansão da "fronteira" de acumulação e reprodução do capital. Assim, essas formas de intervenção na produção do espaço se vinculam à necessidade de ampliação da escala do processo de extração de excedentes que se encontravam concentrados no eixo Centro-Sul, ocasionando mudanças no uso da terra e na estrutura espacial da Amazônia (Silva, 2015).

O Plano Nacional de Integração (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I, PND II) e o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), foram as principais políticas públicas territoriais gestadas no bojo do discurso ideológico da proteção e da integração da Amazônia ao território nacional (figura 1). Porém, de forma contraditória, legitimava o desenvolvimento do capitalismo internacional "entregando" a Amazônia à lógica perversa de acumulação (Oliveira 1991a).

O PIN, criado em 1970, tinha como objetivo central a nacionalização dos "espaços vazios", utilizando como instrumentos básicos a construção de rodovias pioneiras (Transamazônica, Cuiabá-Santarém), planos de colonização agrícola e incentivos fiscais. Buscava incentivar o ritmo de acumulação de capitais internos concentrados no Centro-Sul do país. Dentro de suas ações, o Estado determinou que a faixa de 100 km de ambos os lados

de todas as rodovias federais na Amazônia passaria à gestão pública federal. Segundo Oliveira (1991a), ocorreu uma federalização das terras devolutas, uma estratégia do Estado para criar territórios sobre os quais exercia jurisdição absoluta e\ou de propriedade.

Figura 1: Política de Ocupação da Amazônia Legal



Fonte: Machado (1992) – Digitalização: José Hunaldo de Lima

Em 1971, com o Proterra, o Estado militar, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), facilitou a obtenção de crédito agrícola através dos bancos oficiais para atender programas de redistribuição de terras, projetos de colonização agrícola privado, empréstimos fundiários, financiamentos de projetos de expansão de agroindústrias e assistência financeira à modernização de propriedades rurais. Ademais, a política de distribuição de terra foi direcionada, dando-se preferência às empresas rurais e aos migrantes mais capitalizados (Ianni, 1981).

O PND I (1971) e PND II (1975) são traçados dentro do contexto da "porteira aberta", reafirmando a posição do Brasil no processo de mundialização do capital, em que suas diretrizes estavam centradas em definir "um plano de ação", cujo objetivo era "modernizar" a economia primária exportadora da

agropecuária, mediante o desenvolvimento do capitalismo no campo, com a finalidade de potencializar sua capacidade de produzir para o mercado interno e externo, subordinando o setor agropecuário ao setor industrial.

O Polamazônia (1974) deu início a um modelo de ocupação produzido em torno de 15 polos regionais especializados em atividades de produção agrícola e mineral, em áreas de preferência para aplicação de capital, ou seja, áreas com potencialidades de obtenção de recursos imediatos. A exploração dos recursos minerais foi sem dúvida a grande meta do capital transnacional na região da Amazônia. Em Rondônia, no VII polo agromineral da Polamazônia, área de ocorrência intensa de cassiterita, o governo federal, proibiu (Portaria n. 195 de 31/3/1971) a extração de garimpo manual, entregando a exploração da cassiterita aos grandes grupos econômicos transnacionais: Itaú, Paranapanema, Patño, Englardt, Brascan e Dramim (Oliveira, 1987).

Com efeito, de 1964 a 1980, a economia da Amazônia foi inserida na esteira da acumulação do capital monopolista com a proteção do Estado, tendo suas estruturas internas modificadas. Ao lado das atividades extrativistas e da economia de subsistência camponesa, expandem-se grandes empresas agroindustriais e industriais de capital privado nacional e estrangeiro, materializada nos latifúndios.

Nesse período, a Sudam aprovou um total de 549 projetos a serem instalados na Amazônia Legal, para os quais se permitiu que pessoas físicas e jurídicas direcionassem até 50% do imposto sobre a renda em projetos agropecuários, industriais, agroindustriais e de serviços básicos. Segundo Oliveira (1987, p. 82), "foi por essa razão que a maioria dos grupos econômicos transnacionais criou suas empresas agropecuárias para dessa forma desviar o dinheiro do imposto de renda que deveria ser recebido pelo governo". De longe, os projetos agropecuários incentivados pela Sudam absorveram as maiores extensões de terra. Segundo as constatações de Ianni (1981), até 1977, de um total de 627.038 ha demarcados, cerca de 10% das terras couberam à colonização dirigida, o equivalente a 65.600 ha, enquanto os projetos agropecuários concentraram 90% das terras, algo próximo de 561.000 ha.

Os projetos agropecuários impulsionados pelas facilidades fiscais e creditícias do Estado promoveram uma "corrida pela terra", transformando a terra de trabalho – utilizada por camponeses, povos e comunidades tradicionais amazônicas – em terra de negócio (Martins, 1991 e 1997). Ao mesmo tempo que se criavam os projetos agropecuários, (re)criavam-se os latifún-

dios, ocorrendo a concentração de terras devolutas, tribais, ocupadas, agora apropriadas por grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários, na lógica capitalista de "reserva de valor" de "mercado de terras", desenvolvendo assim uma "nova" questão agrária na Amazônia.

A EXPROPRIAÇÃO, O POSSEIRO E OS CONFLITOS AGRÁRIOS: A SÍNTESE CONTRADITÓRIA DA TERRA MERCADORIA

Todo esse movimento de expansão capitalista no espaço amazônico desencadeou uma nova organização socioespacial das forças produtivas e de relações de produção, que resultou na formação de grandes contingentes de expropriados da terra, posseiros, meeiros, agregados, índios, caboclos, colonos, frutos do metamorfismo da terra em mercadoria (Ianni, 1978).

Como abordamos aqui, a partir de 1964 intensifica-se na Amazônia o fluxo de empresários atraídos pelos incentivos fiscais e favores governamentais, na corrida pela apropriação privada das terras devolutas, que logo são transformadas em latifúndios. Trata-se das terras ocupadas há décadas por posseiros migrantes expulsos pelas cercas dos engenhos de açúcar do Nordeste. Outros, recém-chegados, oriundos da expropriação causada pela modernização da agricultura em pleno vapor na região concentrada do país.

Martins (1995) define o posseiro como "o lavrador pobre, como não possui o título de propriedade da terra, não tem acesso ao crédito bancário, assistência agrônoma, ou qualquer tipo de apoio que permita aumentar a produtividade do seu trabalhado. Nesse sentido, o posseiro é uma (re)criação dessa lógica de acumulação que tem na expropriação seu elo para existência. O posseiro traz consigo o legado do camponês brasileiro, de ser um eterno migrante, desbravador do território, um "amansador de terras", utilizado ideologicamente como mão de obra barata na abertura de roçados para a chegada da propriedade privada, que o expropriava, contemplando, assim, o ciclo de seu desígnio. A mesma lógica de acumulação que dele se beneficia, o destrói e o reconstrói. Sendo assim, o posseiro é um sujeito histórico chave para entender as contradições no campo, travando sua migração em etapas sucessivas de recriação, resistência e luta para permanecer na terra.

Desde a década de 1960 se intensificou a procura das terras para a agropecuária em áreas públicas às margens das estradas, logo transformadas em imensos latifúndios, ocorrendo uma monopolização da terra por grandes proprietários e empresas do capital nacional e estrangeiro. Entretanto,

prosseguiram as ocupações, posses em lotes menores por parte da massa dos expropriados. Segundo Ianni (1978, p. 155), "haviam aumentado os posseiros na Amazônia tanto pelos desmembramentos de unidades familiares, ou tomadas de posses pelos habitantes do lugar, quanto pela chegada de trabalhadores rurais de outras áreas, de perto ou de longe".

A expropriação não possuiu como resultante linear a proletarização do camponês. Ela (re)produz a resistência para permanência na terra por parte dos camponeses expropriados, que vão abrir roças em outras áreas, em mais uma tentativa de acesso à terra. Por isso, na composição do campesinato da Amazônia há uma expressiva presença do posseiro, que se deslocou de outras regiões do Brasil já monopolizadas e/ou territorializadas pelo capital. Nesse sentido, a Amazônia, historicamente, tem seu legado vinculado à função de "válvula de escape" para os conflitos e expropriações de terra nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste.

A posse constitui-se em uma propriedade anticapitalista: a terra de trabalho (Martins, 1991). Dessa forma a posse viola o pacto jurídico, que acompanhou e possibilitou a transformação da terra em mercadoria. Sendo assim, é uma arma inolvidável de maior alcance e maior eficácia contra o domínio absoluto do monopólio da terra pela burguesia agrária rentista.

As formas de ocupação/desocupação do espaço rural que margeiam a transformação da terra em mercadoria não é um processo pacífico. Segundo Ianni (1978, p. 164), "ele envolve tanto a violência dos homens contra a natureza, quanto dos homens entre si (...), tem provocado o desenvolvimento de pendências e disputas ou tensões e conflitos". A apropriação privada da terra dialeticamente reproduz uma multiplicação de conflitos inerentes à lógica capitalista, tendo como raiz formas de uso da terra. Na perspectiva de Oliveira (1991b, p. 114):

> (...) podemos verificar que no Brasil de hoje, o próprio capital impôs uma luta pela terra, como luta contra a propriedade capitalista da terra. É a terra de trabalho contra a terra de exploração, contra a terra de negócio. É a luta dos posseiros contra a expropriação da posse que o capital quer transformar em equivalente de capital (...)

Esse processo é que define hoje o caráter anticapitalista dos conflitos pela terra no país, que constituem verdadeiras resistências obstinadas contra a expansão da apropriação capitalista da terra. Esses conflitos têm na luta

desigual uma de suas marcas intrínsecas que expressam interesses antagônicos, em que são confrontadas as versões de ocupação, os atos possessórios. O posseiro possui a posse física, adquirida e legitimada por anos de ocupação de uma terra devoluta, detentor apenas de sua força de trabalho e a sua quimera de permanecer na terra é produzir para sua sobrevivência. O seu algoz, os fazendeiros capitalistas, busca a qualquer custo a acumulação de terra, nem sempre para produzir. Seu objetivo maior é a especulação imobiliária. Possui a posse jurídica, nem sempre legal, com atos possessórios, resguardado pelo título da terra (em grande parte falsificada, grilada ou irregular). Contam, ainda, com a força da doutrina do direito civil que santifica a propriedade privada individual, do poder econômico e das alianças com o poder judiciário local e seus apadrinhamentos políticos, além da violência tanto particular quanto estatal (Picoli, 2006).

Com base no que foi exposto, sinalizamos uma violência histórica que marca a trajetória de expropriação dos posseiros, como também a transformação da terra em propriedade privada de latifundiários e de grandes empresas: a grilagem. São inúmeras as terras apropriadas pela modalidade fraudulenta da grilagem na Amazônia, que condiciona na relação social "os posseiros como estranhos, renascentes, invasores no lugar" (Ianni, 1979, p. 167). A grilagem se constitui em uma violência particular e social que se apoia em inúmeros casos mesclando grileiros e funcionários dos órgãos estatais que são coniventes e participam das fraudes e do roubo de terras públicas, corroborando com a lógica da grilagem legalizada.

Todos esses processos de fraudes, bem como o aparato legal, que somente aceita a propriedade jurídica materializada no título da terra, vem para proteger o grande capital em sua empreitada por acumulação de terra na Amazônia, em detrimento da condição de posse, situação que envolve milhares de famílias camponesas na Amazônia. Constata-se que não se trata apenas de um Estado omisso, mas conivente e comprometido com os anseios dos especuladores de terras.

O PROGRAMA TERRA LEGAL AMAZÔNIA (PTLA): A "NOVA TRAMA" NA METAMORFOSE DA TERRA EM PROPRIEDADE PRIVADA

O Programa Terra Legal Amazônia foi institucionalizado a partir da Medida Provisória 458/09 que dispunha sobre a regularização fundiária das

ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. Em 25 de junho do mesmo ano, a referida MP foi convertida em Lei n. 11.952/09, que estrutura as diretrizes legais do Programa (Brasil, 2009). O PTLA é coordenado pela Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal). Para regularizar a posse, o PTLA trabalha com as seguintes etapas: identificação das terras; georreferenciamento; cadastramento; destinação a órgãos públicos e aos estados; e, titulação de particulares (Brasil, MDA, 2014).

A primeira etapa é a identificação das terras, quando se verifica os registros das terras junto ao(s) cartório(s) de registro de imóveis. Na sequência inicia o processo de identificação das áreas já destinadas/tituladas, bem como a quantidade de áreas ainda não destinadas. A segunda etapa é o georreferenciamento, que consiste na medição precisa e segura de parcelas das áreas públicas federais não destinadas, ocupadas por posseiros ou que possuem interesse manifestado para uso público (Brasil, MDA, 2009b). O cadastramento constitui-se na terceira etapa. É centrado na identificação do ocupante, formalização do requerimento e recolhimento de documentos necessários. A quarta etapa é a definição da destinação das terras.

A Lei n. 11.952/09 determina que a Serfal faça a consulta aos órgãos públicos SPU, MMA (ICMBio, SFB), Funai, Incra e estados, para que se manifestem sobre o interesse ou não na área a ser destinada. A titulação de particulares é a última etapa da regularização fundiária rural. Consiste na junção do georreferenciamento e do cadastro formando o processo que passa por análise e, sendo atendidos todos os critérios previstos na Lei n. 11.952\09, permite a imissão do título em nome do requerente (Brasil, MDA, 2014).

A entrega do Título Domínio (TD), de acordo com a Lei n. 11.952/09, marco legal do PTLA, segue os seguintes critérios: em áreas de até um módulo fiscal, a titulação será gratuita e a área será doada ao ocupante; em áreas de 1 a 4 módulos fiscais será cobrado pela terra um valor inferior ao preço de mercado, com 20 anos para realizar o pagamento e três anos de carência e sem utilização do instrumento de licitação pública; em áreas de 4 a 15 módulos fiscais o valor da área será o de mercado, com as regras de pagamento semelhantes das áreas de 1 a 4 módulos fiscais, dispensando, também, a licitação pública.

Essas facilidades e inovações, na titulação de terras da União, foram marcadas por várias críticas e oposições. Alguns pesquisadores apontam

que, a referida lei impulsiona a apropriação ilegal de terras públicas, bem como, os conflitos pela terra.

Segundo a CPT-RO,[5] com a prerrogativa aberta pelo Programa Terra Legal, os latifúndios grilados da Amazônia estão sendo divididos em minifúndios "legalizados", sendo os títulos expedidos em nome de "laranjas" (Ribeiro; Silva; Correa, 2015).

A concentração fundiária é produto da grilagem e do mercado de terras, sendo uma expressão da materialidade da expansão do capital no campo. Vislumbramos que as contradições intrínsecas dessa regularização fundiária em terras devolutas, principalmente a prerrogativa da venda dos Títulos de Domínio (TD) de terras públicas griladas, pode tornar o Terra Legal um novo caminho (i)legal na reconcentração de terras, bem como a formação de um mercado especulativo de venda e de compra de terras devolutas através da mercantilização dos títulos de terras.

A questão jurídica das terras dos posseiros se constitui em um problema social e territorial que atinge a Amazônia, particularmente relevante em Rondônia, dada a gravidade e proporções que assumiram os conflitos agrários (Silva, 2016; Ribeiro; Silva; Santos, 2016). Atualmente, há 104 áreas de conflitos localizadas em 28 dos 52 municípios de Rondônia, com 56 acampamentos ocupados por 10 mil famílias, dentre as quais 56 mandados de desocupação foram expedidos em 2017. Dados da CPT indicam que somente no ano de 2016 houve 21 mortes, colocando Rondônia como o estado que mais assassina camponeses na luta pela terra (CPT, 2017). Esse processo de aprofundamento da violência nos conflitos agrários deriva de ao menos dois fatores que atingem diretamente o campesinato: a questão da posse da terra sem segurança jurídica, que fragiliza milhares de famílias hoje pressionadas por fazendeiros, madeireiros e grileiros; e a demanda por terra para atender o agronegócio (soja e pecuária) que cresce a partir do Mato Grosso para as áreas de Rondônia, adentrando o sudeste do Amazonas. Trata-se da expansão da fronteira agrícola na Amazônia em áreas mais remotas e que deveriam estar protegidas pelo Estado brasileiro (Silva, 2014 e 2015). Nesse sentido há uma armadilha posta a partir do Terra Legal: se a regularização fundiária não vier acompanhada de políticas sociais e agrícolas para o cam-

[5] Disponível em: <http://cptrondonia.blogspot.com.br/2011/09/o-que-esta-acontecendo-na-terra-em.html> O que está acontecendo na terra em Rondônia? Acesso em: 29 mar. 2017.

pesinato, pode-se transformar todo um conjunto de expectativas socioterritoriais em um processo acelerado de reconcentração fundiária, visto que milhares de hectares poderão servir às monoculturas, sobretudo, considerando que o preço da terra elevou-se consideravelmente na Amazônia.

Nesse contexto, é lícito conjecturar sobre a tendência a uma (re)concentração fundiária, mediante a formação de mercados especulativos de terras, concomitante à mercantilização dos títulos expedidos pelo Programa Terra Legal Amazônia em duas formas distintas: o "clandestino", com a comercialização dos títulos no estrato fundiário de 1 a 4 módulos fiscais, que possivelmente serão vendidos ilegalmente antes do prazo previsto de 10 anos, sendo motivada pela expropriação do camponês via ameaças, conflitos, mortes, ausência de assistência técnica e envenenamentos; e o "oficial", via mercantilização dos títulos de posses superiores a 4 módulos fiscais, que poderão ser vendidos em três anos após titulação. Esse tamanho de terra interessa ao agrohidronegócio para o cultivo de commodities em larga escala, e que, por isso, necessita de um prazo mais curto para entrar de forma "legal" no circuito metabólico do capital, convertendo terra pública em mercadoria.

No mercado imobiliário de venda e compra de títulos de propriedade, as terras da Amazônia estarão ainda mais valorizadas. Pois não se trata apenas de terras devolutas griladas e sim terras públicas "regularizadas", "tituladas", podendo ser consumidas e mercantilizadas de forma "legal". Enfim, o espaço geográfico da Amazônia materializa a síntese terra, subsolo, ar, água e fronteira, para a reprodução expandida do agrohidronegócio via o processo violento da acumulação por espoliação: a persistência das práticas predatórias da acumulação "original", no qual o modo\sistema capitalista incorpora ativos "fora de si mesmo", fundos para contornar suas crises crônicas de sobreacumulação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos aspectos apresentados podemos constatar que as contradições da questão agrária da Amazônia foram gestadas na própria produção de seu espaço geográfico, no transvestimento das políticas territoriais de abertura da fronteira da Amazônia ao "progresso". Políticas essas que em sua materialidade assumiram a função de projetos fundiários de mercados

de terras, controlados pelo Estado e por grandes grupos transnacionais e nacionais, associando concentração fundiária e desenvolvimento econômico.

A aprovação da MP 458, transformada em Lei n. 11.952/09, marco jurídico e institucional do Programa Terra Legal Amazônia, reforça a opção política do Estado e dos governos na continuidade da negação e atravancamento da reforma agrária, mediante políticas públicas que obedecem e dão perpetuidade ao padrão brasileiro de expansão de monoculturas, fundamentados no saque de terras devolutas sob o domínio de especuladores.

O Programa Terra Legal entra em cena como uma contrarreforma agrária, uma regularização fundiária que não altera a estrutura da propriedade na Amazônia, dando assim, seguimento a metamorfose de terras devolutas em propriedade privada, mediante ao loteamento da Amazônia, agora através de um título de terra que busca beneficiar os posseiros.

E o dilema se repete, a Amazônia continua a ser inserida na esteira da acumulação do capital, via mercantilização da terra, gerenciada pelo Estado, em nome, mais uma vez, da arrancada histórica para o desenvolvimento do campo na salvaguarda dos latifúndios improdutivos. O que nos faz nunca esquecer de nos perguntar, quem chegou primeiro e continua a ditar as regras na Amazônia: o Estado ou o grileiro?

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia:* A nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 233 p.

BRASIL. Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. *Diário Oficial da União*, 26 de junho de 2009. Disponível em: <http://www.planato.gov.br\ccivil_03_2007-2010\2009\Lei\11949.htm>. Acesso em: 10 jun. 2013.

BRASIL, MDA. Programa Terra Legal Amazônia. *Manual de operações, 2009*. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/serfal/>. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. Relatório de Desempenho 2009/2014 e Plano de Metas 2014/2019. 2014. Brasília: MDA. Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia legal – Serfal. 34 p.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IANNI, Octávio. *A luta pela terra:* história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978. 235 p. (Sociologia Brasileira; 8).

_____. *Colonização e contrarreforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Ditadura e Agricultura. O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia*: 1964-1978. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. 249 p.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev.2006.

MACHADO, Lia. A Fronteira Agrícola na Amazônia Brasileira*, in: Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro: IBGE. n. 54, abril/junho. 1992.

MARTINS, José de S. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991. 182 p. (Ciências sociais; 10).

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *A Fronteira*: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 205.

OLIVEIRA, Ariovaldo. U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflito*. Campinas: Papirus, 1987 (Serie educando).

_____. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1991a.

_____. *Agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1991b.

PICOLI, Fiorelo. *O capital e a devastação da Amazônia*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 255 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, Amazônia*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

RIBEIRO, A. F. A; SILVA, R. G. C; SANTOS, J. L. *Política de regularização fundiária em Rondônia*: limitações do Programa Terra Legal e expectativas socioterritoriais. Confins (Paris), v. 29, p. 1-19, 2016.

_____; _____; CORREA, S. S. Geografia da soja em Rondônia: monopolização do território, regionalização e conflitos territoriais. *Campo – Território*, v. 10, p. 180-201, 2015.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Agronegócio e campesinato em Rondônia. *in:* FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. (org.). *Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais*. 1ª ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, v. 1, p. 333-354.

_____. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. Confins (Paris), v. 23, p. 1-30, 2015.

_____. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. *Geousp: espaço e tempo*, v. 18, p. 298-312, 2014.

THOMAZ Jr., Antônio. "O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI". *Campo Território*, v. 5, n. 10, Uberlândia, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042>. Acesso em: 16 jul. 2014. PDF.

A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS E OS DESDOBRAMENTOS NA REFORMA AGRÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR NO ESTADO DE SÃO PAULO[1]

Camila Ferracini Origuéla
Lorena Izá Pereira

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a expansão da produção de agrocombustíveis no estado de São Paulo, sobretudo de etanol a partir da cana-de-açúcar, assim como os desdobramentos desse processo tanto na política de reforma agrária quanto na soberania alimentar. Os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica, análise documental e levantamento e sistematização de dados sobre: a) a área plantada de cana-de-açúcar; b) a área plantada de alimentos oriundos da agricultura camponesa, como arroz, feijão, mandioca, café e milho; c) o número de empresas de capital transnacional que atuam na produção de agrocombustíveis; d) o número de assentamentos rurais implantados e famílias assentadas. No que se refere às informações sobre cana-de-açúcar e alimentos foram utilizados os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com relação aos dados sobre empresas de capital transnacional utilizaram-se as informações do Portal Nova Cana e para o levantamento do número de assentamentos rurais criados e famílias assentadas foi consultado o Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta).

O artigo está organizado em duas sessões, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira sessão, foi analisada a territorialização do setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo em diferentes contextos históricos,

[1] Os resultados apresentados neste artigo são oriundos da dissertação de mestrado intitulada "Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo – 1990-2013" elaborada por Camila Ferracini Origuéla e da tese de doutorado intitulada "A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito": os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019)" elaborada por Lorena Izá Pereira.

enfatizando o terceiro e atual período no qual temos a expansão da produção de agrocombustíveis. Esse cenário pode ser compreendido a partir de um conjunto de fatores, dos quais se destaca o recente processo de corrida mundial por terras no país. Na segunda sessão, foram analisados os desdobramentos da expansão da produção de agrocombustíveis na política de reforma agrária e na soberania alimentar. O avanço da produção de cana-de-açúcar para a obtenção de etanol ocorreu sobre áreas improdutivas que poderiam ser destinadas à implantação de assentamentos rurais e áreas de produção de alimentos, dificultando a construção da soberania alimentar em diferentes regiões do estado.

A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS NO CONTEXTO DA CORRIDA MUNDIAL POR TERRAS

A territorialização do setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo pode ser classificada em três períodos distintos. O primeiro teve início na década de 1920, quando o etanol era adicionado à gasolina utilizada em veículos leves (Wilkinson e Herrera, 2008). De acordo com Ramos e Szmrecsányi (2002), esse período pode ser caracterizado pela presença de grandes grupos nacionais e de diversos pequenos produtores isolados na produção. O segundo período foi inaugurado com o Programa Nacional do Álcool (Proálcool) em 1975, que selou a mediação estatal na atividade sucroalcooleira e que possuiu como objetivo "produzir internamente uma alternativa energética própria, contrapondo-se a dependência do petróleo" (Thomaz Jr., 1996, p. 66), que havia passado por uma crise em 1973 e enfrentava ascensão do preço no mercado internacional. Novas usinas foram implantadas em todo o estado, muitas posteriormente foram desinstaladas/desativadas na década de 1980 e 1990.

O terceiro período foi desencadeado no início do século XXI impulsionado por diferentes elementos, sendo: a ascensão da empresa automobilística a partir da produção de veículos flexfuel (Barreto e Thomaz Jr., 2012); a reestruturação do setor canavieiro em escala nacional com incentivos por parte do governo federal; a financeirização da economia e da agricultura (Chesnais, 2005; Frederico, 2016); a convergência de crises – alimentar, ambiental, energética e financeira (Borras Jr., Franco, Kay e Spoor, 2014); a emergência da corrida mundial por terras (Fernandes, 2011; Sassen, 2013; Mendonça, Pitta, Xavier e Navarro, 2014) e o avanço das *commodities* flexíveis (Borras Jr e Franco, 2010), que correspondem àquelas com múltiplos usos – alimentação, ração animal, agroener-

gia etc. – logo, difícil de quantificar e com alto valor agregado. Segundo Borras Jr., Kay, Gómez e Wilkinson (2012), as *commodities* flexíveis solucionam um desafio difícil para a agricultura: a necessidade de um portfólio diversificado de produtos para evitar o choque de preços devastadores.

Nesse cenário, eleva-se o número de empresas transnacionais dedicadas ao setor sucroalcooleiro. Além da incorporação de latifúndios antes destinados à pastagem para a pecuária e da criação de novas unidades processadoras de cana-de-açúcar, a territorialização do capital transnacional ocorre através da incorporação de usinas nacionais constituídas na década de 1970 com incentivo do Proálcool e que foram desativadas na década de 1980 e 1990 e por meio de fusões (Mendonça, Pitta, Xavier e Navarro, 2014).

Um elemento essencial para compreender o período atual da territorialização do setor sucroalcooleiro é a corrida mundial por terras, que consiste na apropriação do território nas suas múltiplas dimensões realizada através de compra, arrendamento, contratos de parceria, fusões e investimentos através de fundos para fins de monocultivo e especulação imobiliária e gerando impactos na produção de alimentos e na efetivação da reforma agrária. Ou seja, consiste em uma transferência do controle da terra para novos agentes, neste caso empresas do agronegócio e fundos de investimentos. Nesse contexto de financeirização da agricultura, os investimentos em terras agrícolas podem ajudar os investidores a protegerem seus negócios contra a inflação e é visto como um importante contributo para uma carteira diversificada para não confiar inteiramente em mercados de ações voláteis. Assim, a terra tornou-se um aditivo financeiro e reserva de valor (Frederico, 2016).

De acordo com Clements e Fernandes (2013) e Sassen (2013) a corrida mundial por terras é um processo histórico e composto por fases. A fase atual é caracterizada justamente pela expansão da produção de agrocombustíveis, sobretudo daqueles oriundos da cana-de-açúcar, ou seja, a intensificação da produção de cana no Brasil é a peça chave para compreender a fase atual da corrida por terras no país. Contudo, é necessário destacar que embora a apropriação do território para a implantação de projetos sucroalcooleiros seja o grande impulsionador da corrida por terras, ele não é o único. Exemplos são os países do Golfo que investem na aquisição da terra para fins de produção de alimentos pois possuem o receio de que os países parem de exportar alimentos para os Estados do Golfo, como ocorreu na primeira crise do petróleo em 1973 (Woertz, 2013). É importante destacar que as aquisições de terras a

partir de 2007 são justificadas por muitas empresas, sobretudo estatais, como uma saída frente à crise alimentar, contudo devemos analisar cada caso específico, uma vez que o problema da fome está no acesso e na distribuição e não na quantidade de alimentos produzidos (Feodoroff, 2013, p. 15).

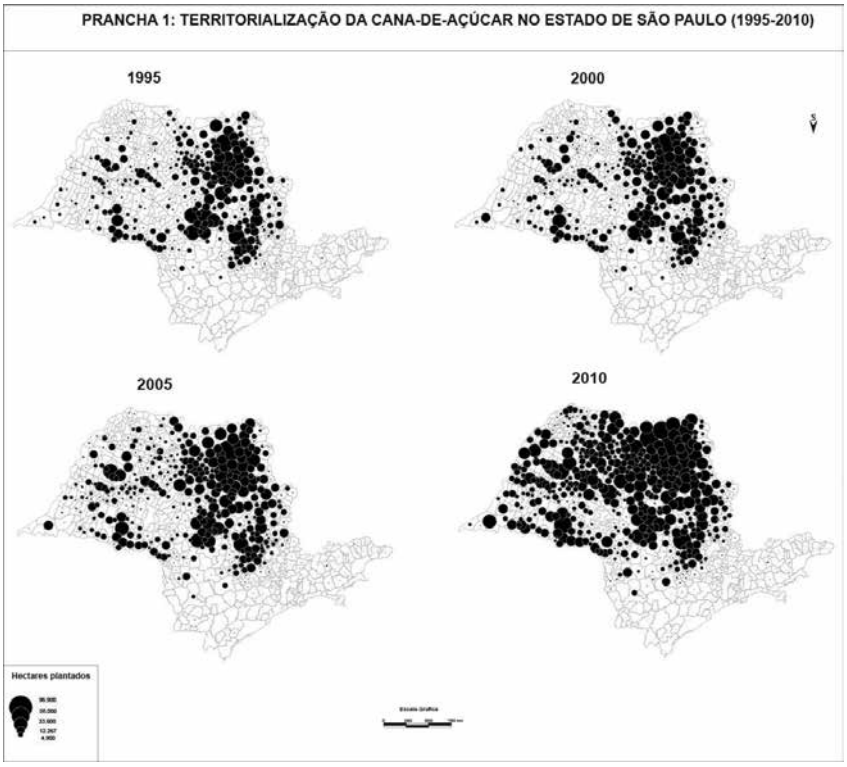
Tal fato é visível quando analisamos o número de empresas produtoras e processadoras de cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Segundo os dados do Portal Nova Cana, atualmente há 171 usinas territorializadas no referido estado. Desse total, 56 usinas possuem capital transnacional, seja total ou parcial. Todas essas 57 usinas foram criadas ou incorporadas pelo capital transnacional após o ano de 2003, justamente pela intensificação da corrida mundial por terras e ascensão do mercado de agrocombustíveis no mundo. É por este motivo que Fernandes (2011) e Sassen (2013) argumentam que a produção de agrocombustíveis é o elemento chave para compreender a atual fase da corrida mundial por terras. Como enfatizou o jornal *O Globo* (27/4/2013), os estrangeiros são a nova geração de usineiros no Brasil.

Cada vez mais o capital transnacional se territorializa no estado de São Paulo para a produção de cana-de-açúcar visando a obtenção de agrocombustível, visto que cada vez mais usinas que antes eram de capital nacional, são incorporadas pelo capital transnacional. O exemplo mais recente é o caso da Cofco Agri, empresa estatal chinesa que em novembro de 2016 realizou a compra de quatro usinas do grupo Noble nos municípios de Catanduva, Meridiano, Potirendaba e Sebastianópolis do Sul (*Valor Econômico*, 8 nov. 2016), todos localizados na região administrativa de São José do Rio Preto, que apresentou um dos maiores crescimentos do estado, onde a área cultivada em 1995 era de 137.434 ha e em 2015 esse número saltou para 851.961 ha (IBGE, 2016). Além da aquisição, a Cofco Agri planeja uma forte expansão na produção de cana-de-açúcar no estado de São Paulo, com estimativa de produzir, em 2019, 18 milhões de toneladas de cana, ou seja, 3 milhões acima da produção atual das usinas adquiridas pela empresa (*Valor Econômico*, 8/11/2016). Esse caso é emblemático, pois pela primeira vez uma estatal chinesa adquire usinas de cana-de-açúcar no Brasil, uma vez que a territorialização do capital chinês no Brasil ocorre exclusivamente para a produção de grãos.

Isso também é visível pelos dados de produção. De acordo com o IBGE, em 1995 a área plantada de cana-de-açúcar no estado de São Paulo foi de 1.811.980 ha, com uma produção de 174.960.000 toneladas. Os municípios localizados no centro do estado de São Paulo se destacavam como os maiores

produtores. Os mais expressivos em 1995 eram Morro Agudo, com 5 milhões de toneladas produzidas e 58.500 ha plantados; Piracicaba, com 3,5 milhões de toneladas e 48 mil ha cultivados; Jaú e Jaboticabal, ambos com 3.500.000 toneladas produzidas e 40 mil ha. Acerca disso, Cubas (2012) destaca que essa é a região tradicional da cana no estado de São Paulo.

No ano de 2010, já inaugurada a nova fase da corrida mundial por terras, a produção de cana-de-açúcar, além de ser intensificada na região central, também expande para as regiões oeste e noroeste do estado. Em 2010, os maiores produtores de cana foram: Morro Agudo, com 7,6 milhões de toneladas produzidas e 96.900 ha cultivados; Barretos, já na região noroeste, com 5,24 milhões de toneladas e 64.554 ha destinados a *commodity*; Guaíra, com. 5,1 milhões de toneladas produzidas e 58 mil ha plantados; Jaboticabal, com 4.604.000 toneladas e 40.050 ha e Rancharia, no oeste do estado, com 4.131.153 toneladas produzidas e 21 mil ha plantados. A prancha 1 evidencia a expansão da cana no estado de São Paulo no período de 1995 a 2010.



Fonte: IBGE (2017); org.: Origuéla, C. F.; Pereira, L. I. (2017).

O cultivo da cana não passou de um lugar para outro, ele se expandiu devido ao aumento da tecnologia de produção e a incorporação de territórios antes destinados a outras culturas, como arroz, feijão, amendoim e laranja (Cubas, 2012). Em 1995, a mesorregião de Ribeirão Preto foi responsável pela produção de 64.630.888 toneladas de cana e 724.268 ha; a mesorregião de São José do Rio Preto com 12.892.713 toneladas e 168.337 ha; a mesorregião de Araçatuba com 9.010.230 toneladas cultivadas e 116.042 ha e a mesorregião de Presidente Prudente, com 4.316.766 toneladas produzidas e 62.233 ha. Em 2010, a mesorregião de Ribeirão Preto continuou como a maior produtora do estado, com 106.907.554 toneladas produzidas e 1.367.555 ha plantados. As mesorregiões de São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Araçatuba expandiram significativamente a produção, com 79.152.565 toneladas e 1.022.474 ha plantados; 40.679.596 toneladas e 553.848 ha cultivados e 35.588.811 toneladas produzidas e 495.980 ha, respectivamente. Segundo dados do IBGE, no ano de 1994 havia 244 municípios que não produziam cana-de-açúcar e em 2015 esse número diminuiu para 133. É necessário destacar que a expansão da cana-de-açúcar não incorpora apenas os municípios onde as usinas estão instaladas, como também demais municípios nas proximidades das usinas.

OS DESDOBRAMENTOS DA EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS NA REFORMA AGRÁRIA E SOBERANIA ALIMENTAR

A partir do século XXI, o aumento exponencial da produção de agrocombustível a partir da cana-de-açúcar produziu uma série de impactos sociais, ambientais e disputas territoriais no estado de São Paulo. Dentre esses, destacam-se o aumento do consumo de agrotóxicos (Bombardi, 2012), o aumento do preço da terra e do arrendamento (Gasques, Bastos e Valdes 2008), a desterritorialização do campesinato, a subordinação do campesinato através da monopolização do território para a produção de agrocombustíveis (Bellacosa, 2012), a diminuição da produção de alimentos em municípios onde o cultivo de cana-de-açúcar aumentou significativamente (Valério, 2015), a intensificação das disputas por terras entre camponeses sem-terra e latifundiários-capitalistas (Origuéla, 2014), a criminalização dos movimentos socioterritoriais com o objetivo de desqualificar a luta pelo

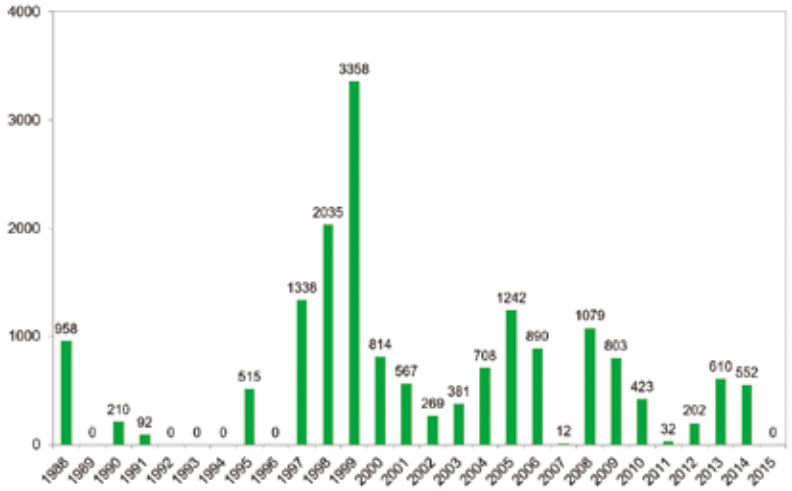
acesso a terra (Souza, 2012), o bloqueio das terras passíveis de reforma agrária, agora destinadas à produção de agrocombustíveis (Origuéla, 2015) e, consequentemente, a desaceleração da implantação de assentamentos rurais.

Neste tópico, interessa-nos compreender os desdobramentos da expansão da produção de agrocombustíveis na política de reforma agrária e soberania alimentar, principalmente. A reforma agrária no país ocorre mediante a pressão política exercida pelos movimentos socioterritoriais que, através de ocupações de terra e manifestações, reivindicam a criação de assentamentos rurais. A mobilização e ação dos sem-terra é imprescindível para o acesso a terra e, consequentemente, a (re)criação do campesinato (Fernandes, 2000). Na conjuntura atual, o cultivo de cana-de-açúcar está substituindo as áreas de pastagens, sobretudo nas regiões Noroeste e Oeste, onde as terras são reivindicadas pelos sem-terras desde meados da década de 1980 (Origuéla, 2014). Nessas porções do estado, os acampamentos de luta pela terra se encontram completamente cercados pelo cultivo de cana-de-açúcar. Em alguns casos, quando os sem-terra montam um acampamento próximo a uma propriedade improdutiva, os latifundiários-capitalistas logo a arrendam para a produção de cana-de-açúcar, evitando, assim, sua desapropriação.[2] Essa é uma estratégia cada vez mais comum no estado, evidenciando as disputas por terras entre os sem-terra e os latifundiários-capitalistas.

Diante disso, mesmo com a intensificação dos conflitos entre sem-terras e latifundiários-capitalistas, o número de assentamentos rurais criados diminuiu significativamente nos últimos anos. De acordo com os dados do Dataluta, desde o início dos anos de 2000, o número de assentamentos rurais tem oscilado, mas não atingiu o ápice de anos anteriores, como de 1997, 1998 e 1999 (ver gráfico 1). Nestes últimos cinco anos, os números diminuíram drasticamente, com exceção de 2013. Em 2015, entretanto, nenhum assentamento rural foi criado. Isso não acontecia desde 1996, o que significa um retrocesso na política de reforma agrária, visto que a demanda por terra existe em todo o país. Só em 2015, 2.041 famílias participaram de 26 ocupações de terra em diferentes regiões do estado. Se existem mobilizações, lutas, o problema não é a falta de pleito, mas sim a morosidade do Estado na implantação de assentamentos rurais.

[2] Origuéla, C., *op. cit.,* s/p.

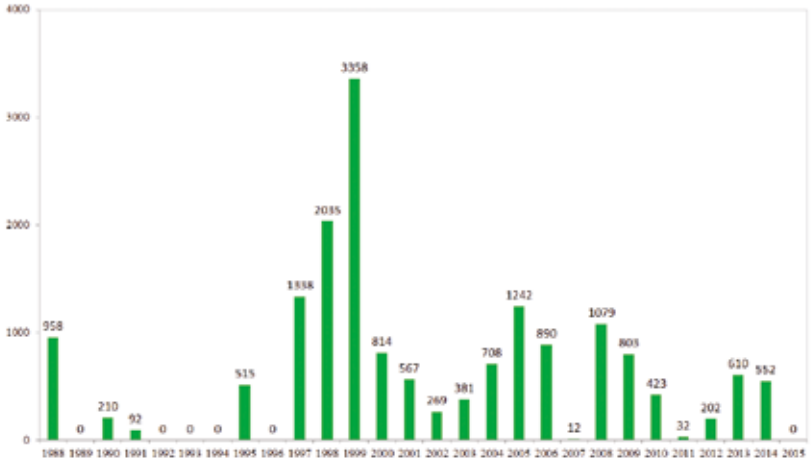
Gráfico 1: Número de assentamentos rurais criados no estado de São Paulo (1988-2015)



Fonte: Dataluta (2016). org.: Origuéla, C. F.; Pereira, L. I. (2017).

Com relação ao número de famílias assentadas, a tendência também é a oscilação ao longo dos anos e a diminuição nos últimos cinco anos.

Gráfico 2: Número de famílias assentadas no estado de São Paulo (1988-2015)



Fonte: Dataluta (2016). org.: Origuéla, C. F.; Pereira, L. I. (2017).

É importante destacar que os assentamentos rurais existentes enfrentam uma série de problemas que dificultam o seu desenvolvimento. As dificuldades enfrentadas pelos assentados são as mais variadas como a carência de infraestrutura básica, a lentidão na liberação dos créditos iniciais, a descontinuidade das ações de assistência técnica, as dificuldades na produção agropecuária e a insuficiência de canais de comercialização, entre outros. De acordo com o Ipea (2013), 10% das famílias assentadas no estado não dispõem de energia elétrica em suas moradias e cerca de 4 mil famílias não têm acesso à água em quantidade suficiente para o consumo doméstico. A insuficiência de água é um dos principais entraves ao desenvolvimento da vida e da produção de alimentos nos assentamentos rurais. Outra limitação é o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) A, que ocorre cerca de dois anos depois da imissão de posse dos lotes, dificultando o desenvolvimento da produção agrícola nos assentamentos rurais.[3] Assim, quando os assentados têm acesso a esse crédito, acabam o utilizando para suprir serviços básicos que o Estado não provê em tempo hábil, em vez de investi-los na produção agropecuária.[4]

Além do bloqueio das terras passíveis de reforma agrária, as áreas destinadas à produção de alimentos diminuíram substancialmente desde 1995, conforme o gráfico 3. Quando comparadas às áreas designadas ao cultivo de cana-de-açúcar a diferença é ainda mais notável. No período de 1995 a 2015, a área utilizada para a produção de arroz passou de 133.540 ha para 12.199 ha; a do feijão reduziu de 229.760 ha para 94.734; a do milho de 1.243.330 ha para 808.374 ha; e a área do café diminuiu de 241.238 ha para 201.570 ha. Contudo, no caso da mandioca houve o aumento da área plantada, passando de 34.140 ha para 50.110 ha, visto que essa é uma cultura bastante resiliente. Logo, a produção de agrocombustíveis está substituindo o cultivo de alimentos que fazem parte da alimentação diária do brasileiro.[5] Essa realidade não ocorre apenas no estado de São Paulo e no Brasil. Nos

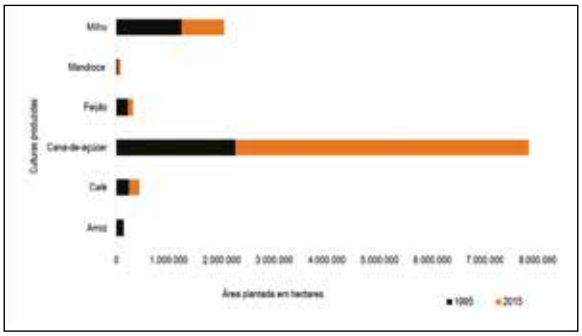
[3] Origuéla, C., *op. cit*., s/p.

[4] *Ibid.*

[5] A expansão da produção de cana-de-açúcar sobre as áreas destinadas a produção de alimentos, dentre outros cultivos agrícolas, não é um fenômeno absolutamente novo no estado de São Paulo. De acordo com Ramos e Szmrecsányi (2002), no período de 1968 a 1970 e de 1980 a 1982 a ampliação do cultivo de cana-de-açúcar ocorreu mediante a incorporação de 582 mil ha de pastagens rurais, 117 mil ha de arroz, 101 mil ha de algodão, 59 mil ha de milho, 56 mil ha de amendoim, 20 mil ha de mandioca, 16 mil ha de mamona e 2 mil ha de batata.

estados de Dakota do Sul e Iowa, nos Estados Unidos, com a expansão da produção de milho para a fabricação de etanol, a produção de cereais para o consumo humano diminuiu significativamente (Altieri, 2012). Em países como a Colômbia, Equador e Paraguai a realidade é a mesma.[6]

Gráfico 3: Área plantada (ha) de cana-de-açúcar e alimentos no estado de São Paulo em 1995 e 2005



Fonte: IBGE (2016). Org.: Origuéla, C. F.; Pereira, L. I. (2017).

Esse cenário provoca o aumento do preço dos alimentos, a intensificação da pobreza e da fome, a maior importação de alimentos básicos e a destruição ambiental.[7] As empresas transnacionais que produzem agrocombustíveis estão cada vez mais se apropriando dos latifúndios e das terras do campesinato para se territorializar. Quando não, monopolizam os territórios camponeses, antes destinados à produção de alimentos, para o cultivo de cana-de-açúcar e outras culturas. Estamos diante da territorialização do capital transnacional na agricultura, além da monopolização do território pelo capital (Oliveira, 1991), levando, concomitantemente, à desterritorialização do campesinato e a sua subordinação ao capital por meio da renda da terra. Esse duplo movimento de obstrução da política de reforma agrária e de diminuição da produção de alimentos coloca em questão a soberania alimentar, visto que as diferentes regiões do estado estão se tornando menos soberanas no que tange a produção de alimentos, dependendo progressivamente do abastecimento alimentar (Valério, 2015).

6 *Ibid.*
7 *Ibid.*

Desde 1996 a concepção de soberania alimentar tem sido construída pela Via Campesina, uma coalisão global de movimentos camponeses localizados, sobretudo, na Ásia, África e América Latina e Caribe, que propõem outro modelo de desenvolvimento da agricultura, alicerçado, especialmente, nos princípios da agroecologia e da soberania alimentar. Esta é compreendida como o direito à alimentação, à produção de alimentos, ao respeito à diversidade produtiva e cultural, ao comércio justo, equitativo e sustentável e ao direito que os povos do campo e da floresta têm de definir as suas próprias políticas agrícolas. Por sua vez, a agroecologia é apreendida como a diversidade de técnicas e tecnologias alicerçadas em conhecimentos tradicionais adaptados a culturas e geografias que permitem a produção de alimentos e fibras sem a utilização de agrotóxicos, respeitando os ecossistemas.[8] Ambas concepções são construídas enquanto alternativas críticas à agricultura capitalista, neoliberal, que desterritorializa, subordina e marginaliza os camponeses em todo o mundo.

Assim, cada comunidade, cidade, região ou nação tem o direito e o dever de produzir seus próprios alimentos (Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, 2007). Nesse sentido, os alimentos devem ser produzidos e comercializados pelos camponeses em escala local e regional, pois o alimento é um bem social (Wittman, 2011). Se a humanidade possui conhecimento suficiente para garantir a produção quantitativa e qualitativa de alimentos, não faz sentido a dependência cada vez maior de alimentos longínquos (Stedile; Carvalho, 2013). Apesar disso, com o avanço da produção de agrocombustíveis, a produção e distribuição local e regional de alimentos se tornam praticamente impossível. A construção da soberania alimentar, não só no estado de São Paulo, mas em diferentes estados e regiões do país, depende, primeiro, da (re)criação do campesinato mediante a implantação de assentamentos rurais e, segundo, do investimento na manutenção e autonomia da agricultura camponesa, para que essa possa produzir alimentos suficientes para o autoconsumo e comercialização, abastecendo, assim, a população.

A soberania alimentar está atrelada ao processo que Ploeg (2008) denomina recampenização, que consiste na (re)criação do campesinato através do acesso a terra e na construção da sua autonomia diante dos impérios agroalimentares, diminuindo, portanto, a sua subalternidade ao modo de produção

[8] Via Campesina. Historia y balance de Via Campesina, s/d.

capitalista, seja no cultivo, no processamento ou na comercialização de alimentos. Diante disso, a política de reforma agrária é um desafio para o país, primeiro, porque as políticas de desenvolvimento dos territórios camponeses são insuficientes para a permanência e reprodução da família na terra e, segundo, porque contribui com a condição de subalternidade do campesinato (Fernandes, 2013). Estamos diante de uma reforma agrária parcial, uma vez que esta não desconcentrou a propriedade da terra e não tem possibilitado, por intermédio de políticas públicas, a autonomia do campesinato, mas sim a sua subordinação. A implementação de uma política de reforma agrária com essas características se deve ao fato de os governos não compreenderem a agricultura camponesa como outro modelo de desenvolvimento, mas sim como uma parte do modelo de desenvolvimento hegemônico, o capitalista.[9]

Uma corrente teórica entende que se o capitalismo é compreendido como a única via de desenvolvimento da agricultura, cabe aos assentados se integrarem, no caso se subordinarem, a esse sistema. Entretanto, nem todos os assentados vão conseguir se integrar, alguns vão continuar se reproduzindo enquanto camponeses médios ou pobres e a imensa maioria será desterritorializada porque não consegue se reproduzir na terra.[10] Destarte, a condição para a permanência e reprodução dos assentados na terra é a construção de estratégias que proporcionem a autonomia do campesinato e não a sua integração ao modo de produção capitalista. A autonomia do campesinato na produção, processamento e comercialização de alimentos é imprescindível para a construção da soberania alimentar. Caso os governos não compreendam isso, a política de reforma agrária continuará tendo sérios problemas. Em um contexto de avanço da produção de agrocombustíveis e diminuição da produção de alimentos, a (re)criação do campesinato através da implantação de assentamentos rurais e o investimento em políticas públicas que promovam a sua autonomia é cada vez mais necessário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciamos um período de expansão da produção de agrocombustíveis, territorialização do capital transnacional na agricultura e estrangeirização de um setor tradicionalmente nacional no estado de São Paulo. Nesse

[9] *Ibid.*
[10] *Ibid*.

contexto, os camponeses são desterritorializados ou subordinados aos ditames do modo de produção capitalista, as terras passíveis de reforma agrária e as áreas destinadas à produção de alimentos são cada vez mais designadas à produção de cana-de-açúcar. Esses fatores diminuem a possibilidade de construção da soberania alimentar no estado, tornando-o cada vez mais dependente de alimentos longínquos. Essa realidade pode ser alterada caso a política de reforma agrária seja compreendida enquanto uma política de desenvolvimento dos territórios camponeses, possibilitando que estes se reproduzam na terra de maneira autônoma, produzindo e comercializando alimentos em escala local e regional. Desenvolvimento territorial e soberania alimentar são questões que se complementam. Sem infraestrutura básica, crédito, canais de comercialização, entre outros, os camponeses dificilmente conseguirão produzir alimentos de maneira autônoma, cada vez menos dependentes do modo de produção capitalista. Por isso, precisamos de uma política de reforma agrária que permita o acesso a terra, criando novos assentamentos rurais, e que invista nesses territórios para que os camponeses possam se reproduzir e alimentar progressivamente a população.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia:* bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

BELLACOSA, Julia Marques. *Os desafios da reprodução camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis*: o assentamento Monte Alegre – Araraquara (SP). 289 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. "Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro". MERLINO, Tatiana; MENDONÇA, Maria Luisa. *Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2012.

BORRAS Jr., Saturnino; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalism accumulation: key features in Latin America. Canadian Journal of Development Studies, v. 33, n. 04, p. 402-416, 2012.

_____; FRANCO, Jennifer. Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance. *ICAS Working Paper Series*, 2010.

_____; _____; KAY, Cristóbal; SPOOR, Max. Land Grabbing in Latin America and the Caribbean viewed from a broader International perspective. GÓMEZ, Sergio. The Land Market in Latin America and the Caribbean: concentration and foreignization. Santiago: FAO, 2014, p. 21-58.

CHESNAIS, François. "O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos". *In:* CHESNAIS, Fraçois (org.). *A finança mundiali-*

zada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. p. 35-67.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. "Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e Moçambique", *in*: BERNARDES, Júlia Adão Bernardes; SILVA, Catia Antonia; ARRUZZO, Roberta Carvalho (org.). *Mudanças no paradigma sucroenergético*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013, p. 156-173.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. *São Paulo agrário*: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. Presidente Prudente. 271 f. Dissertação (mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

FEODOROFF, Timothé. Quelques clés de lecture pour compendre et analyses l'accaparement des terres. *Revue Possibles*, s/v, p. 12-22, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. Conflitos no Campo Brasil 2010. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2011.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. Declaração de Nyélény, Selingue/Malí, 2007.

FREDERICO, Samuel. "Território, capital financeiro e agricultura. Investimentos financeiros estrangeiros no agronegócio brasileiro". Relatório de Pós-Doutorado. Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (Ladyss), Universidade Paris 8, 213f, 2016.

GASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana Teles; VALDES, Constanza. "Preços da terra no Brasil". *XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Rio Branco, Acre, 2008.

IBGE. Pesquisa Agrícola Municipal. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016.

IPEA. Avaliação da situação de assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo. Fatores de sucesso ou insucesso. Relatório de pesquisa, 2013.

JORNAL *O GLOBO*. Estrangeiros são a nova geração de usineiros. Jornal *O Globo*, Caderno Economia, publicado em 27 abr. 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/estrangeiros-sao-nova-geracao-de-usineiros-8232513>. Acesso em: 16 jan. 2017.

MENDONÇA, Maria Luisa; PITTA, Fábio T.; XAVIER, Carlos Vinicius; NAVARRO, Cristiano. Empresas Transnacionais e Produção de Agrocombustíveis no Brasil. *Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*, 2014. Disponível em: <http://www.social.org.br/Empresas_transnacionais_e_producao_de_agrocombustiveis_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. "Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos". *Revista Nera,* n. 27, p. 113-137, 2015.

_____. *Estudo comparativo da espacialização do MST no estado de São Paulo – 1990-2013*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2014.

PLOEG, Jan Von de. *Camponeses e impérios alimentares.* Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

RAMOS, Pedro; SZMRECSÁNYI, Tamás. "Evolução histórica dos grupos empresariais da agroindústria canavieira paulista". *Revista História econômica & História de empresas*, v. 1, n. 1, p. 85-115, 2002.

SASSEN, Saskia. "Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory". *Globalizations*, v. 10, n. 1, p. 25-46, fev. 2013.

SOUZA, Rubens dos Santos Romão de. *A luta pela terra*: repressão política aos movimentos socioterritoriais no Pontal do Paranapanema de 1990 a 2009. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2012.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horacio Martins de. Soberanía alimentaria: una necesidad de los pueblos. ILSA (Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos); FOOD FIRST (Institute for Food and Development Policy). ¡Movimientos alimentarios uníos! Estrategias para transformar nuestros sistemas alimentarios. Bogotá: Colección en clave de sur, 2013.

THOMAZ Jr. , Antonio. *Por trás dos canaviais, os (nós) da cana*. Uma contribuição ao entendimento da relação capital X trabalho e do Movimento Sindical dos Trabalhadores na Agroindústria canavieira paulista. São Paulo, 439 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

VALÉRIO, Valmir. *A segurança da dependência e os desafios da soberania:* expansão da agroindústria canavieira e a geografia do abastecimento alimentar no município de Tupi Paulista (SP). Presidente Prudente, 230 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

VALOR ECONÔMICO. "Cofco Agri planeja ampliar usinas no Brasil". Jornal *Valor Econômico*, caderno Agronegócio, publicado em 8 nov. 2016.

WITTMAN, Hannah. Food sovereignty: a new rights framework for food and nature? Environment and Society: *Advances in Research*, Wageningen, v. 2, n. 1, p. 87-105, 2011.

WOERTZ, Eckart. The governance of Gulf agro-investments. *Globalization,* v. 10, n. 1, p. 87-104, fev. 2013.

O PROCESSO DE ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS E SEUS IMPASSES JUNTO À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A SOBERANIA ALIMENTAR NA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA (MG)[1]

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

INTRODUÇÃO

Este texto realiza uma breve reflexão sobre a questão da soberania alimentar ao abordar a diminuição da produção de gêneros alimentícios frente à expansão das *commodities* na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG). A discussão pauta-se no processo de territorialização do agronegócio que, através do capital estrangeiro, interfere sensivelmente na produção de alimentos na região. A territorialização do agronegócio impacta as formas socioespaciais de organização do uso da terra, principalmente na produção de gêneros alimentícios.

Diante desse panorama, o presente trabalho traz as primeiras impressões a respeito de como o processo de estrangeirização de terras pode provocar sérias consequências à construção do projeto de soberania alimentar e à agricultura camponesa na mesorregião. Para tanto, uma ampla revisão bibliográfica e o levantamento e tabulação de informações e dados foram efetuados no intuito de reunir e dialogar com referenciais e fontes que tangenciaram de algum modo o assunto. Assim, este texto constitui-se em um ensaio que relaciona produção de alimentos, agricultura camponesa, agronegócio, estrangeirização de terras e soberania alimentar.

---

[1] O texto resulta do projeto de pesquisa cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG-UFTM) intitulado "Estrangeirização de terras na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG)".

Além desta secção introdutória e das considerações finais, o presente texto está organizado em três seções. A primeira discute o processo da estrangeirização de terras em curso e como ele está envolto ao movimento de globalização; a segunda verticaliza o debate sobre esse mesmo processo para a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, estado de Minas Gerais. Por fim, é dada projeção à diminuição da produção de alimentos na mesma região, ritmo distinto das *commodities* e que evidencia a intensa territorialização do agronegócio através do setor sucroalcooleiro, bem como a potencialidade desse cenário em gerar indícios de uma crise alimentar. Nesta parte, também se discute a importância da soberania alimentar como projeto alternativo e contra-hegemônico ao agronegócio.

COMPREENDENDO O MOVIMENTO DE GLOBALIZAÇÃO E O CAMPO: A ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS

O final do século XX é marcado por profundas transformações no modo de produção capitalista. A busca pela sua reprodução ampliada, mediada pela flexibilidade geográfica e temporal, trouxeram novas possibilidades que, amparadas pelos incrementos científicos e técnicos, possibilitaram a integração do mercado, da produção e das finanças em escala global. A tecnologia da informação e os sistemas de comunicação reforçaram a concretude de tais possibilidades e permitiram acelerar a circulação de informações e mercadorias bem como de fluxos financeiros.

Não obstante, o espaço geográfico, categoria analítica por excelência da Geografia, se integra a essas transformações, elemento crucial para que o movimento da globalização se materialize. Isso porque o espaço se funda nos pressupostos da unicidade técnica, da convergência dos momentos, da cognoscibilidade do planeta e da unicidade do motor (Santos, 2009). No auge do processo de internacionalização do capitalismo, técnica e política se colocam a serviço do capital, selecionando frações do espaço geográfico para participar efetivamente do movimento de globalização. Ao mesmo tempo que a globalização permite o progresso das técnicas e da ciência, também produz ritmos distintos, mostrando-se incrivelmente excludente.

Harvey (2006) faz esse debate diante do que intitula de desenvolvimento geográfico desigual. Para ele, determinados espaços são selecionados para impulsionar a reprodução ampliada do capital em detrimento de outros que são excluídos/marginalizados dessa lógica. O capitalismo necessita, para sua

expansão, apropriar-se de territórios, transformando-os em espaços capitalistas, reproduzindo, de modo desigual e combinado, relações sociais capitalistas e não capitalistas. Outro conceito importante que auxilia nessa discussão é a acumulação por espoliação (Harvey, 2013), caracterizado no campo com a expropriação e a privatização de terras ocupadas pelo campesinato. A acumulação por espoliação dá continuidade ao processo de acumulação primitiva. O avanço da monocultura, sobretudo dos agrocombustíveis, traz novas roupagens para uma mesma lógica, cuja natureza é intensamente explorada e mercantilizada.

Os grupos industriais transnacionais são os principais sujeitos dessa forma de acumulação. Eles ganham ímpeto com a globalização, através da introdução de novas maneiras de controle dos mercados, da produção, do trabalho, da produção e dos territórios. É dessa forma que as corporações internacionais se territorializam e constituem oligopólios mundiais (Chesnais, 1996). O investimento estrangeiro advém desde o final do século XIX, entretanto, nas palavras de Chesnais (1996), foi sempre "menosprezado e subestimado". Ainda segundo Chesnais (1996), a partir da década de 1980, o Investimento Externo Estrangeiro (IED) assume novos significados com diferentes formas de articulação entre os setores industrial, comercial e financeiro – aquisições, parcerias e fusões, por exemplo.

Um novo imperialismo se redesenha sobre o espaço geográfico (Harvey, 2013). Distinto do imperialismo de séculos atrás, baseado no controle territorial de colônias e realizando invasões, intervenções e ocupações militares, o imperialismo expande suas formas de acumulação capitalista por intermédio da integração de novos territórios e a expropriação dos povos. Imerso a inúmeras transformações, cujo meio técnico-científico informacional instrumentaliza o movimento de globalização, o capital continua a se apropriar, controlar e expandir seus territórios e cria uma nova face da questão agrária brasileira e mundial. Um dos elementos que constitui essa nova face é o processo de estrangeirização de terras. Sua característica principal reside na intensificação, que ocorre em nível mundial, da compra/arrendamento de terras pelo capital internacional procedente de países ricos e emergentes em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento (Fernandes, 2011).

A estrangeirização de terras foi acelerada com a crise de 2007/2008, ocasionando uma elevação dos preços agrícolas e dos preços de alimentos. Tendo em vista este cenário de crise e a escassez de terras produtivas, governos e

empresas de todo o mundo saíram na corrida por terras para aumentar suas produções agrícolas, principalmente em terras não exploradas em países pobres/subdesenvolvidos, acirrando a disputa territorial entre agronegócio, campesinato e Estado.

Como alternativa às crises de acumulação, o reordenamento territorial coloca-se no horizonte do capital (Harvey, 2011). A livre circulação de capitais (re)define a relação capital x trabalho que, materializada no reordenamento da sociedade capitalista, possibilita às corporações maior mobilidade na busca por ampliar suas taxas de lucro. O investimento no setor sucroalcooleiro, que possui origem no setor financeiro, absorve excedentes de capital acumulados nas economias centrais, alargando a reprodução ampliada, ao mesmo tempo que desencadeia processos de destruição e expropriação dos povos do campo e das florestas em economias periféricas. Ocorre a internacionalização da propriedade fundiária, sobretudo através de investimentos estrangeiros ligados ao agronegócio sucroalcooleiro.

Borras *et al.* (2011) e Fernandes (2011) defendem a existência de um novo colonialismo/neocolonialismo. Países e governos exploram extensas áreas agrícolas em outros países sem levar em conta necessidades locais, aprofundando as formas de dependência. Os países arrendatários e/ou compradores de terra são predominantemente ricos, interessados na produção de agrocombustíveis e na produção de alimentos. Todavia, o Brasil, além de ter parte de seu território controlado por países desenvolvidos, também encabeça esse processo. Estima-se que o total de terras de brasileiros no mundo (Oceania, África e América do Sul) é de 124 mil ha. Destaca-se a expansão do Grupo JBS[2] na Austrália. A empresa tem cinco estabelecimentos com 10 mil ha voltados à agropecuária (Grain, 2012).

O processo de estrangeirização de terras não pode ser considerado como estratégia nova de investida do capital. Já na década de 1980, segundo Oliveira (1988), a internacionalização de terras já estava em curso no país. Com a globalização, novas dinâmicas dão conteúdos e formas

[2] Em 2005, a JPB-Friboi comprou a Swift (Argentina). A justificativa pautou-se na tentativa de aumentar as exportações e a competitividade das empresas brasileiras, medidas consideradas cruciais para promover o suposto "desenvolvimento econômico sustentado". Com isso, o BNDES apoiou a internacionalização de empresas de capital nacional, dentre elas a JBS, fazendo com que o governo brasileiro passasse a atuar no financiamento público e na compra de participação acionária pela BNDES Participações (Rocha, 2014).

distintas a esse mesmo processo. A estrangeirização, assim como a acumulação por espoliação, dá sequência às práticas antigas, regimentada sob a mesma lógica de expansão e reprodução do capital, no entanto, três questões diferem a estrangeirização que ocorre hoje da que ocorria em períodos passados:

1) a organização dos países está sob o formato do Estado-nação, detendo soberania territorial;
2) os grupos transnacionais e os governos exercem o controle territorial em outras nações, levando a desmontagem territorial (Sassen, 2013);
3) a produção é voltada para o cultivo de agrocombustíveis, ou nas palavras de Borras *et al.* (2012), para "culturas flex".

Segundo Borras *et al.* (2012), a apropriação de terras por estrangeiros está ligada a uma série de fatores que não se restringem à crise alimentar. A estrangeirização de terras está ancorada no que o autor denomina de "culturas flexíveis," como a cana-de-açúcar, cultivo que possui mercados flexíveis que atendem a produção de alimento, ração e agrocombustível. Mais do que uma resposta do capital às crises alimentar, energética e climática, a estrangeirização serve aos interesses da crise financeira.

Como um ativo pouco líquido, bancos, fundos de pensão e outros agentes financeiros compreendem a terra como uma fonte extremamente rentável e lucrativa de investimento. Como será evidenciado nas próximas linhas, passaram a atuar na compra e venda de terras: capitais de setores sinérgicos, capitais não tradicionais do setor do agronegócio (empresas de petroquímica, automobilística, logística e construção), capitais imobiliários, Estados ricos em capital (mas pobres em recursos naturais), fundos de investimento, investimentos em serviços ambientais e empresas mineradoras e de prospecção de petróleo (*Brasil de Fato*, 2017). Para Cotula (2012), em países como o Brasil, a incorporação territorial estrangeira também acontece através da compra de ações de empresas que possuem terras, em vez de se dar por intermédio da aquisição direta das terras.

O grande representante do processo de estrangeirização de terras é o agronegócio. A partir da nova caracterização da fase capitalista no final do século XX, o agronegócio tornou antigas as análises baseadas na clássica divisão das atividades econômicas em setor primário, secundário e terciário. O agronegócio, dentre suas inúmeras características, baseia-se no plantio de monoculturas em escalas cada vez maiores, na tecnificação intensa da agri-

cultura, no tratamento abusivo dos recursos naturais e na produção voltada, exclusivamente, a fins comerciais internos e externos que visam à acumulação e expansão contínua do capital. Fundado no ganho do capital e na mercantilização da terra, constitui-se num complexo de sistemas que envolve agricultura, indústria, mercado e finanças que engloba toda a atividade econômica – produção, estocagem, transformação, distribuição, transportes, comercialização de alimentos, fibras industriais, biomassa, fertilizantes e defensivos (Fernandes; Welch, 2008).

Ao controlar todos os sistemas do complexo agronegócio, o capital subordina o campesinato e, com ele, a produção camponesa. Duas são as formas principais de ação do capital no campo: a territorialização do capital monopolista e a monopolização do território camponês. Na primeira, indústria e agricultura se unificam, uma vez que o capital industrial também é o proprietário das terras e impõe uma série de exigências que fazem com que o campesinato, na maioria das vezes, produza em função e exclusivamente ao capitalista.

No caso brasileiro, no final de 1990, há um momento de integração de capitais na agricultura sendo o mercado de terras e o sistema de crédito rural, ambos patrocinados pelo Estado, estratégias do capital financeiro na agricultura. Esse processo demarca a construção de um novo projeto de acumulação do capital no setor agrícola denominado agronegócio, cuja estratégia econômica de capital financeiro persegue o lucro e a renda da terra (Delgado, 2013).

Na segunda forma de ação do capital no campo, o capitalista industrial e o proprietário da terra e trabalhador são figuras distintas e, assim, o capital monopoliza o território sem terrtorializar-se (Oliveira, 2011). Nas usinas sucroalcooleiras, os dois processos acontecem simultaneamente – seja pela compra de terras ou pelo seu arrendamento. Essas duas ações do capital estão vinculadas à territorialização do capital e à desterritorialização, expropriação, exploração e subalternidade do campesinato em todo o mundo, e trazem a perspectiva desigual e contraditória do desenvolvimento do capitalismo no campo (Oliveira, 1999), na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Na seção seguinte, essa mesma região será analisada, com foco na atuação do capital internacional sucroalcooleiro.

ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA

O processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura não pode ser entendido sem que a industrialização internacional seja concebida. Com o apoio do Estado e em todos os tipos de governo, historicamente alianças e fusões permitiram a articulação entre indústrias nacionais e estrangeiras (Oliveira, 2001).

No Brasil, o marco desse processo se dá a partir do Estado Novo, década de 1930, período em que se consolida no país a sujeição da renda da terra do campo ao capital industrial, comercial e/ou bancário (Oliveira, 2010). Ao longo da década de 1990, a adoção de uma política neoliberal nos países da América Latina impulsionou ainda mais essa dinâmica, com a aquisição de empresas nacionais de diversos setores por corporações transnacionais.

O setor agropecuário participou desse processo e, como dito na seção anterior, embora o investimento estrangeiro não seja um fato novo, presente desde o final do século XIX, é a partir da década de 1980 que o IED assume novos significados, de modo que aquisições, parcerias e fusões atingem maiores patamares.

O Brasil é um dos países que mais atraem investidores internacionais. A ampliação do domínio sobre as terras e os recursos naturais estão associados a diversos fatores, como o clima, a disponibilidade hídrica, a fertilidade do solo, a existência de florestas e a biodiversidade. Até 2016, cerca de 30 milhões de ha foram adquiridos por 490 proprietários no Brasil.[3] Apenas 20 grupos estrangeiros controlam 2,74 milhões de ha, área equivalente ao Haiti (Grain, 2012). A média por grupo é de 137 mil ha. Dentre esses grupos, destaca-se a francesa Louis Dreyfus Commodities, com quase 430 mil ha no Brasil destinados ao cultivo de cana, arroz, laranja e laticínios. A empresa ainda opera mais 500 mil ha sem direito de propriedade, controla 10% do mercado mundial de matérias-primas agrícolas e está presente em 12 estados brasileiros.

[3] Segundo a base de dados da Grain (2012), a metodologia baseou-se na identificação de negociações que foram iniciadas depois do ano de 2006, que não foram canceladas, que se apropriam de vastas extensões de terra por inversões estrangeiras e que visaram a produção agropecuária.

O fundo de pensão de professores de origem americana, Teachers Insurance and Annuity Association (TIAA), administra 424 mil ha. A YBY Agro controla 320 mil ha de terras no Brasil, e embora tenha sido criada por dois ex-executivos brasileiros do Bank of America, 45% da companhia pertence a fundos privados dos Estados Unidos (Grain, 2012).

No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, chama atenção a japonesa Mitsui & Co que controla, ao todo, 87 mil ha de terras cultivadas com grãos na Bahia, no Maranhão e em Minas Gerais. A transnacional Bunge administra 230 mil ha de cana-de-açúcar no Brasil por meio de parcerias, e ainda tem 10 mil ha da usina Guarani. Já a Cargill detém 35 mil ha de terras (Grain, 2012).

Os indícios das transformações promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo mineiro remontam séculos. Com o declínio da mineração no final do século XVIII, a atividade econômica que passou a ser responsável por forjar as condições necessárias para o processo de ocupação do estado de Minas Gerais foi a agropecuária, a qual a partir dos anos de 1930 desempenhou grande relevância na expansão urbana-industrial de São Paulo.

Nas décadas de 1950 e 1960, a região Sudeste contou com grande apoio do Estado, responsável pela implantação de infraestrutura e incentivos que subsidiaram o aquecimento capitalista, sobretudo junto aos processos de modernização agrária e da industrialização. A partir desse momento, a integração de áreas do cerrado mineiro ao processo produtivo foi impulsionada, no qual o Estado teve papel fundamental ao atuar por meio de programas governamentais. Tal ocupação, empreendida no período da ditadura militar, visou o desenvolvimento industrial e a expansão da fronteira agrícola.

Notaram-se grandes transformações na agricultura, passando a atender aos interesses que visavam a acumulação de capital ainda em meados do século XX, ocorrida juntamente com o processo de modernização conservadora. Os efeitos proporcionados pelo processo de modernização marcaram a configuração socioespacial da região. A mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba ocupa posição de destaque no cenário agropecuário estadual e nacional. O agronegócio exporta produtos como açúcar, café, milho, soja e seus derivados, sendo significativa a produção e a exportação de produtos nos setores avícola, bovino e suíno.

A partir dos anos de 2000 observa-se na região a massiva e crescente implantação de usinas sucroalcooleiras e a consequente e crescente territorialização do capital no campo, de modo que transnacionais do agronegócio passaram a controlar os sistemas desse complexo. No estado de Minas Gerais estão instaladas 42 usinas de etanol e açúcar (Unica, 2017). Só no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba há 25 unidades, ou seja, a região concentra mais da metade das usinas do Estado, distribuídas em mais de 20 cidades, por apresentar topografia e clima adequados para o cultivo da cultura.

O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar. A produção estimada para a safra 2016/17 era de 694,54 milhões de toneladas. O crescimento estava avaliado em 4,4% em relação à safra 2015/2016. A área a ser colhida era estimada em 9,1 milhões de ha, um aumento de 5,3% se comparada à safra 2015/16. A produção de açúcar estava prevista para atingir 39,8 milhões de toneladas, 18,9% superior à safra 2015/16, a produção de etanol deve se manter acima de 27,9 bilhões de litros – redução de apenas 8,5% em razão da preferência pela produção de açúcar (Conab, 2017).

Minas Gerais apresentou 855,3 mil ha de área plantada de cana-de-açúcar na safra 2016/2017, uma diminuição de 1,3% em relação à safra 2015/2016. O leve declínio de 0,5% também foi observado na produção, com 64.639,7 mil toneladas. Entretanto, a produtividade aumentou 0,9% na safra 2016/2017, com 75.580 kg/ha. Um dos fatores para alta da produtividade está na qualidade da cana, que aumentou a quantidade de açúcares na planta (Conab, 2016).

Por meio dessa transformação no campo, o cerrado tornou-se palco da presença do capital estrangeiro. Minas Gerais é o 5º estado com o maior número de área em posse nas mãos de estrangeiros, totalizando uma área de 260.481,09 ha com 395 registros de médias e grandes propriedades.

Os registros considerados de média e grande propriedade em nome de estrangeiros apresentam expressivo crescimento em Minas Gerais. Entre as décadas de 1910 e 2000, o total de registros no estado saltou de 2 para 534, alcançando ápice na década de 1980, com 693. Unaí, Paracatu, Minas Novas, Cônego Marinho e Bonito de Minas são cinco municípios que possuem pelo menos 50% da área de grandes e médias propriedades registradas em nome de estrangeiros (Pretto, 2008). O Estado também se apresenta entre as onze unidades federativas que possuem mais de 91% da área total de terras

registradas como médias e grandes propriedades em nome de estrangeiros em todo o Brasil, e ocupa o 4º lugar (Pretto, 2008).

No quadro a seguir é possível identificar as usinas de açúcar e álcool, os municípios em que estão instaladas (quadro 1) da região. Das 25 unidades, seis estão sob o controle de grupos internacionais – duas com a Bunge (Santa Juliana, Itapagipe e Frutal), duas com a CMAA/Indofood (Uberaba e Limeira do Oeste), uma com a BP Biocombustíveis (Ituiutaba) e outra com a Dow Chemical e a Mitsui (Santa Vitória).

Quadro 1 - Usinas de Açúcar e Álcool no Estado de Minas Gerais: Mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (2016)

USINA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL	MUNICÍPIO	GRUPO GESTOR
1. Cia Energe. Vale do São Simão	Santa Vitória	Grupo Andrade
2. Santa Vitória Açúcar e Álcool	Santa Vitória	Dow Química S.A.
3. Unidade Campo Florido	Campo Florido	Grupo Tercio Wanderley
4. Unidade Carneirinho	Carneirinho	Grupo Tercio Wanderley
5. Unidade Conquista de Minas	Conquista	Delta Sucroenergia
6. Unidade Delta	Delta	Delta Sucroenergia
7. Unidade Frutal	Frutal	Bunge
8. Unidade Itapagipe	Itapagipe	Bunge
9. Unidade Ituiutaba	Ituiutaba	BP Biocombustíveis
10. Unidade Iturama	Iturama	Grupo Tercio Wanderley
11. Unidade Limeira do Oeste	Limeira do Oeste	Grupo Tercio Wanderley
12. Unidade Santa Juliana	Santa Juliana	Bunge
13. Unidade Triálcool	Canápolis	Canápolis Grupo João Lyra
14. Unidade Uberaba	Uberaba	Copersucar
15. Unidade Vale do Paranaíba	Capínopolis	Grupo João Lyra
16. Unidade Volta Grande	Conceição das Alagoas	Delta Sucroenergia
17. Usina Alvorada	Araporã	Araporã Bio. S/A
18. Usina Araguari	Ibiá	Usina Araguari Ltda
19. Usina Cachoeira	Tupaciguara	Destilaria Cachoeira Ltda
20. Usina Cerradão	Frutal	Copersucar
21. Usina Damfi	Canápolis	Damfi
22. Usina Santo Angelo	Pirajuba	Usina Santo Angelo Ltda.
23. Usina Vale do Tijuco	Uberaba	CMAA
24. Usina Bioaroeira	Tupaciguara	Bioenergética Aroeira S/A
25. Cabrera Energética	Limeira do Oeste	CMAA

Fonte: Nova Cana (2016).

Na mesorregião foram identificados, sobretudo, a partir do ano de 2005, nove grupos de capital internacional: ADM do Brasil; British Petroleum; Bunge; Cargill; CMAA; Dow Chemical Company-Mitsui &

Co. Ltda; Global Foods/Carlyle/Rivest One/GoldmanSachs/Discovery; Naturalle Agro e La Place (Arion Capital). No quadro a seguir (quadro 2), foram detalhados alguns dados dessas empresas, como o município de localização, o ramo de atuação, o capital de origem e o ano de instalação na mesorregião. Esses grupos vêm incorporando territórios em diferentes municípios, sendo os EUA o principal país quanto à origem de capitais e investimentos.

Quadro 2 – Empresas de capital internacional na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – 2016

	Grupo	Município de localização	Ramo de atuação no município	Capital de origem	Ano
1	ADM do Brasil	Uberlândia	Refino e envase de óleo de soja	EUA	2005
		Uberaba	Fábrica de fertilizante		2011
2	British Petroleum	Ituiutaba	Usina de extração do caldo da cana	Inglaterra	2011
		Campina Verde	Usina de extração do caldo da cana		
3	Bunge	Santa Juliana	Usina de cana-de-açúcar	EUA	2007
		Frutal	Usina de cana-de-açúcar		2009
		Itapagipe	Usina de cana-de-açúcar		2010
4	Cargill	Itapagipe	Usina de açúcar e álcool	EUA	1986
		Uberlândia	Processamento de soja		2006
5	CMAA/Indofood	Uberlândia	Usina de etanol e açúcar	Indonésia	2010
		Uberaba	Usina de etanol e açúcar		–
		Limeira do Oeste	Usina de etanol e açúcar		
6	Dow Chemical Company – Mitsui & Co. Ltda	Santa Vitória	Usina de açúcar e álcool	EUA e Japão	2011
77	Global Foods/ Carlyle/Rivest one/ Goldman Sachs/ Discovery	Ituiutaba	Cultivo e plantio de cana-de-açúcar	EUA	–
		Campina Verde	Cultivo e plantio de cana-de-açúcar		–
8	Naturalle Agro	Uberlândia	Soja e milho	Japão	1999
99	La Place (Arion Capital) Cotton/ Maeda S.A.	Uberlândia	Algodão e sementes	Espanha	2010

Fonte: Dataluta (2016). Organização: Vinha e Santos (2017)

DISCUTINDO A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E A SOBERANIA ALIMENTAR NA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO/ ALTO PARANAÍBA (MG)

A abertura dos mercados e o aparecimento de uma nova ordem mundial, na década de 1990, destacam-se como uma das principais motivações para o agravamento da crise alimentar, pois em vez de alimentos, são produzidos agrocombustíveis, gênero que possui grande valor financeiro. Como parte integrante do capital financeiro internacional, acredita-se que o processo de estrangeirização de terras tem o potencial de reforçar a crise alimentar e afetar direta e indiretamente a construção de projetos que envolvem a soberania alimentar e, consequentemente, a agricultura camponesa.

Importante ressaltar que para este trabalho, a partir do cruzamento e levantamento de informações, pesquisas e dados, foi possível relacionar a estrangeirização de terras com a diminuição de gêneros alimentícios em municípios que compõem a mesorregião. Isso não significa afirmar que tal situação não existisse anteriormente, ou seja, nova, mas o que se pretende evidenciar é o agravamento de tal panorama diante da estrangeirização.

Também não se pode generalizar a discussão aqui travada e afirmar a existência de uma crise alimentar. O estudo, que embora denuncie a situação da produção alimentar da região, em função do seu caráter embrionário, apenas aponta indícios que podem desencadear uma crise alimentar. Acredita-se ser imprescindível o desenvolvimento de pesquisas que possam dar continuidade e profundidade às reflexões aqui expostas.

Para se ter ideia do panorama geral da crise alimentar mundial, cerca de 92% das terras aptas para a produção agrícola que ainda não foram exploradas estão em parte da África e na América Latina. Dois terços dessas novas terras passíveis de serem incorporadas encontram-se em um pequeno número de países, e dentre eles está o Brasil (Chonchol, 2005). Isso ajuda a explicar a corrida por terras nestes continentes e o intenso processo de estrangeirização em curso.

As condições agrícolas de produção foram alteradas abruptamente na América Latina em virtude dos ajustes econômicos das décadas de 1980 e 1990. A disponibilidade de crédito foi reduzida, o custo aumentou, a concorrência externa intensificou, a taxa de câmbio foi supervalorizada, houve uma maior necessidade de recursos para financiar funções que antes eram

cobertas pelo Estado e a taxa mínima de juros foi elevada para tornar rentável a atividade agropecuária.

Tais alterações favoreceram os produtos com maior demanda no âmbito mundial. Na década de 1990, destacam-se aqueles advindos do agronegócio como os que apresentaram as mais elevadas taxas de crescimento na década, decorrentes de melhorias técnicas, tecnológicas e capital. Em contrapartida, os produtos do campesinato mostraram estagnação ou retrocesso. O aumento e a diminuição travejam as estratégias do capital em minar as bases constitutivas do campesinato, dificultando sua reprodução. As empresas transnacionais aumentaram as formas de controle e poder sobre o campesinato. As fusões e aquisições entre os grandes grupos transnacionais proporcionam uma transformação profunda na estrutura do mercado dessas indústrias, com uma forte tendência para a concentração e a internacionalização da produção.

É essa a condição do campesinato brasileiro que, embora ocupe apenas 38% da área agricultável, utilize apenas 24% da área total rural e receba apenas 15% dos créditos agrícolas, é responsável pela comida presente no dia a dia da mesa dos brasileiros: 70% do feijão, 87% da mandioca, 38% do café, 46% do milho e 34% do arroz. Na pecuária, garantiram 59% dos suínos, 50% das aves, 30% da carne bovina e 58% do leite (IBGE, 2006).

Mitidiero Jr. e Barbosa (2016), em estudo recente, apontam que a agricultura camponesa é responsável por mais de 70% dos alimentos consumidos no Brasil, o que contraria os dados divulgados pelo IBGE. A pesquisa dos autores revela que os alimentos presentes no dia a dia dos brasileiros são produzidos em pequenos estabelecimentos rurais – com até 200 ha. Inúmeras espécies de feijão são cultivadas principalmente pelos pequenos – quase 89% do feijão-preto e do feijão-fradinho, por exemplo. O arroz em casca tem grande participação dos grandes – aqueles com propriedades acima de mil ha –, com 30% do total, contudo, os pequenos ainda representam pouco mais de 42%. A produção de alface, repolho, berinjela, pimenta, mandioca, cebola e abobrinha representam mais de 90% da produção. A agricultura camponesa também é responsável por mais de 80% da produção de carnes e aves, quase 40% da produção de suínos e 39% da de bovinos.

Tais dados demonstram a importância da agricultura camponesa para a garantia da soberania alimentar. Com uma população mundial que poderá chegar a 9,7 bilhões até 2050 (United Nations, 2017), a demanda por

alimentos impõe o desafio de aumentar a produção agrícola no planeta. Preconizar a agricultura camponesa é uma das diretrizes propostas da FAO, entendendo que esta possui papel fundamental na promoção da segurança alimentar.

O conceito de soberania alimentar trata sobre o direito dos povos e/ou países de decidir sobre suas próprias políticas de agricultura e alimentação, de forma a privilegiar a produção local para o abastecimento e, assim, assegurar o direito de cada nação de produzir seus alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural, ambiental e produtiva.[4] Com o processo de territorialização da cana na região, a construção de um projeto calcado nas premissas da soberania alimentar é ameaçada, já que tanto a produção quanto a área plantada dessa *commodity* ganham cada vez mais espaço, como será abordado nesta secção.

Desde 1996, a Via Campesina promove e defende a soberania alimentar como uma proposta estratégica, cujo objetivo é lutar contra as políticas neoliberais e instituições financeiras, constituindo-se numa forma de organizar a produção e o consumo de alimentos de acordo com as necessidades e o atendimento local. Mesmo ancorada no conceito de segurança alimentar, cabe destacar que a FAO evidencia o papel da agricultura camponesa no mundo no fornecimento de alimentos, além de: colaborar com uma sociedade mais equilibrada ecologicamente; atuar de forma menos exploratória por meio de uma relação de respeito com a natureza e cultivar alimentos saudáveis, assumindo uma conduta ética.

Dentre outras formas, a soberania alimentar pode ser assegurada através da implantação de uma política de reforma agrária progressista (Carter; Carvalho, 2010). O que se tem hoje no Brasil é uma política de assentamentos sob o nome de reforma agrária, também denominada de reforma agrária conservadora por Carter e Carvalho (2010).

De forma geral, pode-se afirmar que a reforma agrária conservadora possui restrito alcance e sua política não possui interesse de forjar uma mudança social. Também não questiona as forças dominantes do campo e tem o intuito de apaziguar os conflitos. Não visa promover a agricultura camponesa mediante a transformação da estrutura fundiária e as suas relações

[4] Ver em www.viacampesina.org.

de poder, tratando a questão de forma isolada e setorial, não sendo encarada como meio para o desenvolvimento rural (Carter; Carvalho, 2010).

A reforma agrária progressista tem como propósito alterar a estrutura agrária e a correlação de forcas sociais e políticas no campo, rompendo com a hegemonia do latifúndio e do agronegócio. Oferece amplo apoio à agricultura camponesa através de programas de crédito, comercialização, educação, saúde, obras de infraestrutura e assistência técnica voltada à promoção da agroecologia (Carter; Carvalho, 2010).

Dos 415 assentamentos rurais criados no Estado de Minas Gerais até o ano de 2017, 88 estão na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (Dataluta, 2018). Mesmo diante de uma reforma agrária conservadora, a maioria possui como atividade produtiva predominante a pecuária leiteira e a agropecuária, com hortaliças e frutas (Gomes, 2004). Em Uberaba, por exemplo, os assentados[5] produzem frutas em 70% dos lotes, criam aves e suínos em 60%, além de produzir uma grande variedade de hortaliças, verduras e tubérculos. Há também os produtos processados derivados do leite, como o queijo, presentes em 40% dos lotes (Masson, 2016).

Porto-Gonçalves e Alentejano (2008) realizaram uma análise sobre a crise dos alimentos no Brasil. O aumento da produção de carnes implica o consequente aumento da demanda de grãos (milho e soja) para a alimentação animal e na disputa de terras para produção de alimentos para grupos humanos e animais.

> Se tomamos três produtos típicos da agricultura empresarial – a cana, a soja e o milho – que estão implicados nos processos acima descritos de uma agricultura voltada para a produção de combustível (cana e soja) ou para alimentação animal (milho e soja) observamos que a área total plantada passou de 27.930.805 ha, em 1990, para 41.198.283 ha, em 2006, um aumento de 47,5%. Quando observamos a área total destinada à produção de três produtos característicos da cesta básica de alimentação do brasileiro – o arroz, o feijão e a mandioca – notamos que a área total diminuiu de 11.438.457 ha para 9.426.019 ha, ou seja, uma queda de 17% no mesmo período. Enquanto todos os produtos destinados à produção de combustíveis (cana e soja) ou à alimentação animal e só indiretamente às pessoas (soja e milho) aumentaram, todos os produtos destinados à cesta básica viram sua área diminuir no período. (Porto-Gonçalves; Alentejano, 2008, p. 5)

[5] Assentamentos Tereza do Cedro e Dandara, Uberaba (MG).

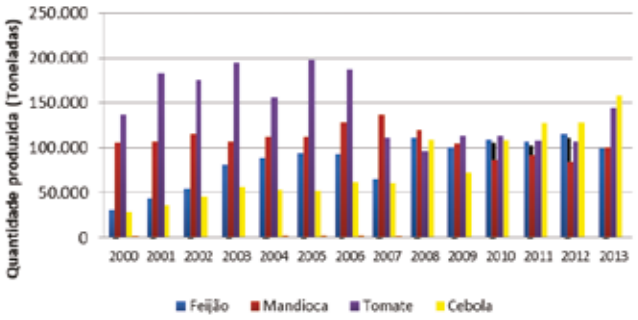
Chonchol (2005) alertou para essa mesma questão. O crescimento da produção animal nos países em desenvolvimento é alvo de preocupações, já que é necessário aumentar a necessidade de cereais voltados para alimentação animal, criando problemas para a alimentação e consumo dos mais pobres. Assim, os países em desenvolvimento oferecem inúmeras possibilidades de expansão para a produção de *commodities* visando a exportação para países desenvolvidos/ricos.

Sobre a crise alimentar no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Porto-Gonçalves e Alentejano (2008) afirmam que a substituição de diversas variedades de cultivos alimentares vem ocorrendo de forma sistemática pelo plantio de cana, provocando a redução da oferta desses alimentos e do deslocamento dessas culturas para terras de pior qualidade e mais distantes dos principais mercados consumidores. Isso gera o aumento dos preços, dados os maiores custos de produção e frete (Porto-Gonçalves; Alentejano, 2008).

Para se ter uma ideia, Brito e Reis (2012) discutiram a espacialização da cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba-MG entre 1999-2008, e indicaram que as áreas ocupadas por essa cultura localizam-se, predominantemente, próximas aos rios Grande e Paranaíba, cursos d`água em que os solos são mais férteis. As áreas incorporadas pelo cultivo da cana-de-açúcar indicam uma conversão de uso do solo com a substituição de áreas agrícolas, atingindo 28% da cana sobre a agricultura e de 70% sobre as áreas de pastagem. A mesma dinâmica foi apontada por Porto-Gonçalves e Alentejano (2008) em escala nacional, onde se constatou a substituição de pastagens pelo cultivo de cana, fato que tem deslocado o gado para a Região Centro-Oeste e Amazônia.

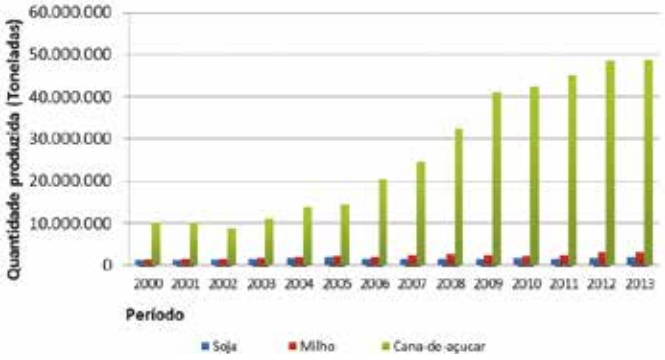
Ao estudar a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, nota-se a disparidade no uso do solo e dos recursos naturais para a produção de *commodities* em detrimento da produção de alimentos. A seguir, são apresentados os gráficos 1 e 2 que apontam pistas sobre a situação alimentar na região, atualizando a leitura realizada por Porto-Gonçalves e Alentejano (2008).

Gráfico 1 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG) – Quantidade de alimentos produzidos (2000-2013)



Fonte: Sidra/IBGE (2015)

Gráfico 2 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG) – Quantidade de *commodities* produzidas (2000-2013)



Fonte: Sidra/IBGE (2015)

No gráfico 1, pode-se observar a quantidade de alguns dos alimentos produzidos na mesorregião durante o período de 2000-2013. Constata-se que, em geral, esse tipo de produção não apresentou crescimento, com diminuição das culturas do tomate e da mandioca.[6]

Essas culturas não ultrapassam a cifra das mil toneladas, situação distinta do gráfico 2, no qual verifica-se que a produção de *commodities* alcançou a faixa de dezenas de milhões de toneladas desde o primeiro ano da pesquisa até

[6] Os dados referentes à produção de batatas apresentam o maior cultivo da mesorregião, entretanto, esta não foi representada graficamente por ser entendida como *commodity*.

o ano de 2013, apresentando exorbitante crescimento. Os dados reforçam o caráter agroexportador que perdura desde o período colonial, quando a cana desempenha papel expressivo diante da produção agrícola nacional.

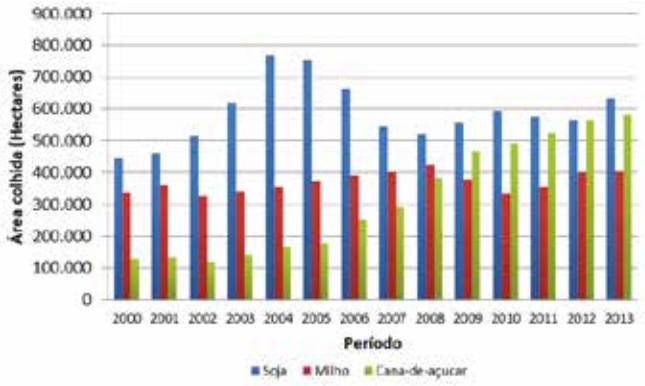
Castro (1961), em seu livro *Geografia da Fome*, cuja primeira edição é de 1946, fez uma análise sobre a fome no Brasil. Já nesse período, o autor evidenciava a problemática que se instaurava no país diante de uma economia essencialmente agroexportadora, e cujo discurso do progresso econômico não possibilitou a melhoria das condições de alimentação da população. Desconstrói-se o imaginário social de que as causas da fome estariam apenas atreladas a guerras ou fenômenos naturais, como o solo ou clima, mas as atribui à monocultura e ao latifúndio, ou seja, ao sistema econômico e social vigente.

Já nessa época, Castro (1961) sinalizava para a problemática do plantio de cana-de-açúcar e cacau, as quais devastam a vegetação nativa e impõem severas condições de trabalho. Tal realidade descrita hoje deve ser interpretada sob os auspícios do agronegócio, uma vez que a estrangeirização de terras dá continuidade ao frenético avanço das monoculturas, cujo modelo econômico fundado no latifúndio e no agronegócio são elementos presentes nas paisagens rurais, tal como acontece na mesorregião em estudo.

Entre os anos de 2000 e 2013, no que tange a área colhida de *commodities*, a soja, o milho e mais recentemente a cana-de-açúcar são os três cultivos que mais se territorializaram. Só em 2013, 580.946 ha foram destinados à cana-de-açúcar, um ano recorde para o período analisado (gráfico 3). Diferentemente da soja e do milho, que apresentaram oscilação, a cana obteve crescimento ininterrupto, como já apontado por Brito e Reis (2012), revelando a intensa territorialização do agronegócio sucroalcooleiro na região.

É importante compreender o território como um espaço de constante disputa. A conflitualidade de classes e o enfrentamento territorial e político entre o agronegócio e o campesinato são marcados pela contradição intrínseca ao capitalismo, por paradoxos insolúveis registrados ao longo da história, nos quais predomina a territorialização do capital e a desterritorialização/reterritorialização do campesinato (Fernandes, 2008). A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e consequentemente, promovendo a transformação de territórios, a modificação das paisagens e dos mercados e a reinvenção de costumes e dos modos de vida (Fernandes, 2008).

Gráfico 3 – Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG) – Área de *commodities* colhida (2000-2013)



Fonte: Sidra/IBGE (2015)

Quando analisados os dados agrupados pela mesorregião, explicitado no gráfico 1, a impressão é que a produção de alimentos não vêm sendo afetada e que não haveria motivos para tamanha preocupação. Entretanto, numa análise mais atenta e apurada, quando observados os dados relativos à Produção Agrícola Municipal (PAM) por municípios, outras intepretações são desveladas e mudam substancialmente o rumo das análises. Daremos o exemplo de Frutal, Santa Juliana e Uberaba, municípios que integram a região deste estudo.

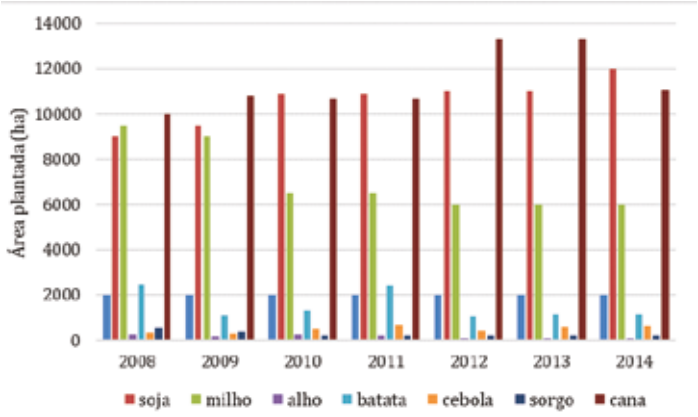
Empresas nacionais de diversos setores agropecuários foram adquiridas por corporações transnacionais a partir da década de 1990. A Bunge[7] participou dessas aquisições, comprando importantes corporações nacionais dos setores ligados à soja, fertilizantes e moinhos. Recentemente, a empresa passou a se interessar também pela produção e comercialização de agrocombustíveis, adquirindo em 2007 a sua primeira usina em Santa Juliana.

O gráfico 4 mostra as principais culturas que movimentam a economia do município. O levantamento de dados foi feito a partir de 2008, ano posterior à instalação da Bunge no município. Entre as seis principais culturas agrícolas do município, quatro são *commodities*, sendo a cana-de-açúcar, o

[7] A Bunge é uma empresa internacional com maior parte de capital estadunidense e que possui terras compradas e/ou arrendadas na região.

milho e a soja as que ocupam a maior quantidade de área e produção agrícola (gráfico 4).

Gráfico 4 - Santa Juliana (MG) - Área plantada das principais culturas (lavoura temporária) - 2008-2014



Fonte: IBGE (2014) – Org.: Patrícia Santos (2016)

A produção do alho, por exemplo, sofreu queda desde 2008, assim como a batata, que embora tenha apresentando aumento na área produzida em 2011, continuou em declínio em 2012, sendo que nos últimos 2 anos houve uma estagnação. A área de produção de cebola veio crescendo desde 2010, mas seu crescimento não atingiu uma área tão significativa como a do milho, cana-de-açúcar e soja (Santos, 2016).

Em Minas Gerais, novas áreas foram incorporadas à agricultura empresarial no cerrado mineiro e possibilitaram o avanço da estrangeirização de terras em curso graças aos incentivos do Estado que subsidiaram a especialização e a expansão agrícola ocorrida na década de 1980, e que possibilitaram isso a partir da década seguinte. Ampliou-se consideravelmente a área cultivada e a produção de soja nessas décadas. "De uma área de 117,1 mil ha e uma produção de 195 mil toneladas em 1978/79, em quinze anos, a produção aumentou em 1 milhão de toneladas, passando para perto de 1,2 milhão na safra 1994/95" (Cleps Júnior, 1998, p. 197). Com isso, inaugurou-se uma nova dinâmica da agroindústria no cerrado mineiro. Segundo Cleps Júnior (1998), as principais estratégias lançadas pelas empresas são os movimentos de concentração econômica (fusões,

aquisições, parcerias), a diversificação produtiva e a localização espacial (Cleps Júnior, 1998).

Em Frutal, duas são as usinas sucroalcooleiras: a Usina Frutal, da Bunge, e a Usina Cerradão (Paula, 2017), do Grupo Cerradão, controlado pela JP Andrade Agropecuária Ltda e pela Holding Queiroz de Queiroz Ltda. Segundo dados do IBGE de 2010, a microrregião de Frutal, dentre outras três que conformam a mesorregião do Triângulo Mineiro, possui a maior área plantada de cana, com 41% (IBGE, 2010). Segundo dados de 2010, o município teve 79.337 ha de área plantada da cana, o que é igual a 20% em relação à mesorregião do Triângulo Mineiro.

Frutal, que possui uma organização espacial agrária fundada no agronegócio, após a instalação da empresa em 2009, apresentou a diminuição de alguns cultivos alimentares. O feijão, cuja produção atingiu mais de 1,2 mil toneladas em 2004, após o ano de 2006, tornou-se inexistente no município. A ampliação do capital agroindustrial canavieiro em Frutal vem comprometendo também o cultivo da soja e sorgo, por exemplo. Nos últimos 10 anos, observa-se o aumento de 880% no plantio da cana e uma redução de mais de 50% na área plantada da soja (Paula, 2017).

Em Uberaba, o agronegócio apresenta pujança e elevado crescimento na apropriação do território. Entre 2012 e 2015, apresentou um crescimento de mais de 12% na expansão de sua área no município, enquanto as culturas agrícolas da agricultura camponesa diminuíram cerca de 15% (Masson, 2016). A produção de diversas culturas, como abacaxi, alho, arroz, batata-doce, ervilha, tomate não existe no município. No caso da ervilha e da batata doce, ambas não comparecem no levantamento feito a partir de 2000. O abacaxi despareceu em 1992, o tomate em 2010, o alho em 2008 e o arroz em 2012. A batata-inglesa, a cebola, o feijão, o girassol e a mandioca (que desapareceu em 2014) são as únicas culturas, além da soja, milho, sorgo e cana-de-açúcar presentes na lavoura temporária do município. A produção dessas três *commodities* englobou cerca de 95% da área plantada e colhida da lavoura temporária de Uberaba em 2014 (Masson, 2016).

Uberlândia apresenta maior diversidade na produção das lavouras. Em 2014 a cana-de-açúcar totalizou 10.630 ha de área plantada e colhida. Uberaba produziu 86,87% a mais de cana-de-açúcar em comparação com Uberlândia, como 56,36% de milho e 47,17% de soja. Segundo Masson (2016), uma das explicações para a maior diversidade em Uberlândia

está no processo de luta pela terra desencadeado no município pelos movimentos sociais, sendo a única do Triângulo Mineiro que sofreu ocupações de terras em todos os anos analisados e a que concentra o maior número de assentamentos rurais na região. Outro fator que explica tal cenário é o próprio contexto histórico da formação socioespacial de Uberaba ligado às oligarquias agrárias, sendo um dos fatores que dinamizaram sua formação regional. Como visto, quando analisados alguns municípios, compreende-se uma outra face sobre a atual situação da produção de alimentos na região e a pujança do agronegócio, o qual se territorializa rapidamente e ameaça a agricultura camponesa. A estrangeirização de terras integra-se a um novo ciclo de expansão do capital (Sauer, 2011) que além de ocasionar a elevação do preço da terra, os conflitos no campo e as contradições da questão agrária, também afeta a produção de gêneros alimentícios e põe em risco a soberania territorial e alimentar dos municípios (Fernandes, 2010).

Os municípios em tela não são apenas expressões da expansão do agronegócio na mesorregião, mas retratam, simultaneamente, o processo de estrangeirização de terras. No estado e na região, as empresas transnacionais encontram vastas áreas para se instalarem, condição ideal para o avanço do capital no campo. A incorporação de terras por empresas estrangeiras não é um processo novo, entretanto, vivencia-se um momento histórico de internacionalização do capital em que outras dinâmicas necessitam ser concebidas. Uma delas é o direcionamento das empresas que compram/arrendam terras com vistas à produção de *commodities*, em particular dos agrocombustíveis.

É evidente que esse processo possui particularidades e singularidades em todo o mundo. Na região, por exemplo, a presença de algumas dessas empresas que atuam no complexo da soja é da década de 1980, contudo, com o movimento da globalização, novas dinâmicas deram conteúdos e formas distintas a processos que já estavam em curso. Assim, a estrangeirização não pode ser considerada como estratégia nova de investida do capital, mas deve ser investigada sob novas reflexões e olhares.

Uma dessas características é que essas empresas reorientaram a produção e diversificam seu potencial produtivo, passando do cultivo da soja para a cana, investindo capitais no setor sucroalcooleiro. Ao longo da década de 1990, empresas nacionais de diversos setores agropecuários foram adquiridas por corporações transnacionais. A Bunge, empresa que atua em três municípios da mesorregião (Frutal, Santa Juliana e Itapagipe), participou dessas

aquisições, e conforme debatido, passou a se interessar também pela produção e comercialização de agrocombustíveis, impactando sensivelmente na produção de alimentos e nas formas socioespaciais de organização do uso da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões aqui apresentadas, nos deparamos com a espacialização e territorialização da agricultura capitalista, voltada à mercantilização de *commodities*, impactando a produção de alimentos. Observa-se a diminuição/estagnação da produção de alguns gêneros alimentícios e o elevado crescimento da cultura da cana na região, o que evidencia, com nítida clareza, que o modelo de desenvolvimento territorial adotado para o campo no Brasil funda-se no agronegócio.

A estrangeirização de terras repercute na produção de alimentos ao acelerar a territorialização do agronegócio e dificultar o avanço do desenvolvimento da agricultura camponesa. Assim, ao passo que o campesinato encontra entraves na sua (re)produção, a soberania alimentar também é ameaçada, uma vez que esses sujeitos continuam a revelia de decidir sobre o que produzir, para quem produzir, o que comer, o que e onde comercializar.

O conhecimento sobre a produção dos alimentos diz respeito não somente à produção, mas perpassa desde a configuração das sementes, o uso de recursos, o acesso a terra, a saúde, o meio ambiente, os sujeitos que a produzem e os consumidores. É imprescindível que outros estudos aprofundem a compreensão sobre a situação da produção de gêneros alimentícios na referida mesorregião frente às grandes empresas do agronegócio nela instaladas, as quais mantêm expressivo domínio territorial estrangeiro. Entende-se que trazer as questões alimentares é também reafirmar a importância do campesinato no Brasil, discutindo a existência de relações sociais e de territórios distintos do agronegócio.

REFERÊNCIAS

CARTER, Miguel; CARVALHO, Horácio Martins de. "A luta na terra: fonte de crescimento, inovação e desafio constante ao MST"*, in:* CARTER, Miguel (org.). *Combatendo a desigualdade social:* o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 287-330.

CASTRO, Josué. *Geografia da fome:* ao dilema brasileiro: pão ou aço. São Paulo: Brasiliense, 1961.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. *Estudos Avançados*, v. 19, ano 55, São Paulo, set-dez. 2005.

CONSEA. Relatório final da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, 2015.

COTULA, Lorenzo. The international political economy of the global land rush: a critical appraisal of trends, scale, geography and drivers. *The Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 3-4, p. 648-680, 2012.

DELGADO, Guilherme da Costa. "Reestruturação da economia do agronegócio: anos 2000", *in*: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial", *in*: BUAINAIN, A. M. (org.). *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.* 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

_____. "Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária". *Cadernos Conflitos no Campo* – Brasil. São Paulo: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

GRAIN. Banco de dados sobre a estrangeirização da terra. Disponível em: <https://www.grain.org/media/W1siZiIsIjIwMTIvMDMvMjMvMDVfMjdfMTVfNjZfR1JBSU5fQWNhcGFyYW1pZW50b19kZV90aWVycmFzLnBkZiJdXQ>. Acesso em: maio 2019.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O novo imperialismo*. 7ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2013.

IBGE. Produção Agrícola Municipal (PAM). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?t=2&z=t&o=11&u1=1&u2=28&u3=1&u4=28&u5=1&u6=1>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Minas Gerais – Lavoura temporária 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mg&tema=lavouratemporaria2014>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Censo demográfico 2010. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315770&idtema=90&search=minas-gerais|santa-juliana|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-caracteristicas-da-populacao->. Acesso em: jul. 2016.

MASSON, Gabriela Abrahão. *A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento ou política social?* Uma análise a partir dos assentamentos rurais "Tereza do Cedro" e "Dandara" no município de Uberaba/MG. Tese doutorado. Faculdade de Ciências Humanas, Unesp, 2016.

MITIDIERO Jr. , Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Jr. Neves. "Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006, feliz aniversário campesinato". ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (Enga). *Ajuste espacial x soberania(*s): a multiplicidade das lutas e estratégias de reprodução no campo. Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2016.

NOVA CANA. Disponível em: <https://www.novacana.com/usinas-brasil/sudeste/minas-gerais/>. 2016. Acesso em: fev. 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Integrar para não entregar*. Políticas públicas e Amazônia. 1ª ed. Campinas: Papirus, 1988.

PAULA, Marcos Vinicius Lemes. Estrangeirização de terras nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: indícios da crise alimentar no município de Frutal (MG). 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo. "Geografia Agrária da crise dos alimentos no Brasi". ENCONTRO LATINO AMERICANO, 2008. Disponível em : <http://latinoamericanos.posgrado.unam.mx/eventos/eventos2008/geografia/geografiabloque2_3.pdf.

ROCHA, Danilo. Estado, empresariado e variedades de capitalismo no Brasil: política deinternacionalização de empresas privadas no governo Lula. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 51, p. 77-96, set. 2014.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. São Paulo: Editora Record, 2009.

SANTOS, Patricia. "Estrangeirização de terras na região do Triângulo Mineiro: redefinições e desenvolvimento territorial". Relatório de Pesquisa, 2016.

SAUER, Sérgio. "Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil". *Agriculturas*, n. 4, v. 8, dezembro, 2011.

SASSEN, Saskia. "Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory". *Magazine Globalizations*, v. 10, n. 1, p. 25-46, fev. 2013.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). World Population Prospects: The 2017 Revision, World Population 2017 Wallchart. ST/ESA/SER.A/398. (Files/WPP2017_Wallchart.pdf). Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2017_Wallchart.pdf.>. Acesso em: 15 set. 2018.

PARTE II

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, SOBERANIA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

OS OUTROS MOVIMENTOS DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS ARTICULADOS EM REDES: UMA LEITURA SOBRE *CONVERGENCE SPACES* DESDE O MST E SUAS RELAÇÕES URBANAS E INTERNACIONAIS[1]

José Sobreiro Filho

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas quatro décadas, os movimentos socioterritoriais camponeses brasileiros se caracterizam como os principais sujeitos produtores, consumidores e transformadores do espaço sob a perspectiva contra-hegemônica (Sobreiro Filho, 2016). No entanto, as transformações políticas promovidas pela criação e implementação de novas perspectivas contenciosas oriundas do campo não se acanharam por aí. Fruto do processo de articulação dos movimentos socioterritoriais em redes de ativismo e solidariedade, os intercâmbios e conexões permitiram que os sujeitos políticos passassem a transformar as formas de se promover a luta, sendo pensada a partir de múltiplas experiências e referências espaço-temporais, e, portanto, passando a compor aquilo que denominamos como lógica-racionalidade espaço-temporal (Sobreiro Filho, 2016). Esta realidade tem evidenciado que, pela intensificação da articulação/conectividade, as relações, o comportamento e a lógica-racionalidade espaço-temporal não sejam passíveis de compreensão somente por si, mas enquanto organização lastreada em uma construção reticular trans-multiespaço-temporal.

[1] Este artigo contém partes da pesquisa de doutorado intitulada "Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e *contentious politics*: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina" (2013/22180-0) e de reflexões em desencolvimento no contexto do projeto "Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas FragUrb" (2018/07701-8), financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Neste ensaio, remontamos à discussão de *convergence spaces* com o fito de exemplificá-la enquanto congregação singular produtora e potencializadora da perspectiva/racionalidade reticular. Por inúmeras vezes buscamos, na literatura geográfica, tentar explicar os "movimentos sociais" a partir deles mesmos e poucas vezes nos ativemos às análises dos elementos, sujeitos e fatores espaço-temporais extrínsecos. Tampouco, na maioria dos casos, trata-se da heterogeneidade que compreende os movimentos socioespaciais e socioterritoriais, aos auspícios do olhar geográfico.

Assim, primeiramente realizamos breves aportes para contextualizar a discussão de *convergence spaces* enquanto importante instrumento teórico-analítico para se analisar movimentos socioespaciais e redes. Em seguida apresentamos elementos para pensarmos o próprio MST desde o seu processo de formação e espacialização no Brasil para mostrar como uma outra forma de aplicação do instrumental teórico-analítico. Por último, buscando promover uma discussão mais ampla que traga também reflexos no contexto brasileiro e argentino, analisamos o MST e as relações com o Movimiento Campesino de Santiago del Estero – Via Campesina (Mocase–VC), com a UST (Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra de Mendoza) e com o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Além do referencial bibliográfico anglo-saxônico e latino-americano, as reflexões aqui apresentadas têm como substrato trabalhos de campo realizados em ambos os países (Brasil-Argentina) e entrevistas com distintas lideranças de todos os movimentos analisados. Por fim, destacamos que o principal intuito deste trabalho é provocar o debate apresentando reflexões iniciais sobre este modo complementar e tão importante para se compreender os movimentos articulados em redes.

BREVES APORTES SOBRE *CONVERGENCE SPACES*

Tanto Routledge (2003) quanto Cumbers *et al.* (2008) destacam os *convergence spaces*[2] como uma ferramenta conceitual que nos permite analisar redes de movimentos sociais. Nesse sentido, Routledge (2003) tem apontado dois importantes elementos. O primeiro é a heterogeneidade das *grassroots networks of resistance*[3] e, o segundo, a importância das políticas de

[2] Espaços de convergência.

[3] Redes populares de resistência.

escalas. Ainda segundo o autor, a criação de redes envolve comunicação, solidariedade, compartilhamento de informações, suporte mútuo e o elemento central nessas redes é a "produção, intercâmbio e uso estratégico da informação" (2003, p. 335). Outro ponto fundamental é que o fluxo atual de informações e o modo de promovê-las tem mudado significativamente no transcorrer dos anos.

Atualmente, temos a simbiose de velhos e novos modos de promover o fluxo de informações e articulações. De um lado, utilizam-se telefones, *e-mail*, jornais, boletins, redes sociais, cartas e, de outro lado, o contato face a face, especialmente, viabilizado pela evolução dos meios de transporte e acessibilidade dos preços. Destaca-se que a velocidade, densidade e complexidade desse tipo de vínculos tem crescido nos últimos 20 anos. De fato, diferentes redes sociais (face a face e interface), o desenvolvimento tecnológico e das formas de circulação de informações se tornaram ferramentas importantes na dinâmica atual das *contentious politics*,[4] especialmente na organização das redes de construção de *commons repertories*[5] e na socialização de informações. Ademais, como parte da lógica da *convergence spaces*, as manifestações construídas coletivamente também são ressignificadas pelo fato de serem compostas por grupos e movimentos de perfis diferenciados, ou seja, o fato de serem compreendidas por distintas identidades e espacialidades, bem como por representarem diferentes lugares, que lutam por causas comuns.

Alguns pontos são relevantes nesse sentido. Primeiramente, as manifestações são forjadas também como respostas e consequências do avanço das relações promovidas pelo capital que trabalha em diferentes escalas, bem como as redes são construídas para se oporem às redes hegemônicas. Segundo, as redes podem também ser globais ou locais ou multiescalares, dependendo de suas relações e intencionalidades para com os seus lugares e territórios. Ademais, muitas vezes, a força desses movimentos, bem como sua eficiência e capacidade de atuação local/global, depende das escalas de atuação, ou seja, a intencionalidade e as especificidades são fundamentais nesse processo.

---

4 Confrontos políticos.

5 Repertórios comuns.

Outra ideia importante é o *militant particularism*[6] de Harvey (1996). Segundo o autor, tomando como referência as concepções e o olhar do lugar para se pensar a teoria socialista de Raymond Williams, essa perspectiva apresenta uma compreensão de que a criação de ideais forjados em uma experiência afirmativa de solidariedade em um lugar pode se generalizar/universalizar, alcançando assim um patamar mais geral beneficiando toda a sociedade e, portanto, compondo o que se denomina enquanto ambição global. Essa ideia tem sido importante para mudar e construir a sociedade, porém, com cuidado para a não reprodução e manutenção das ideias conservadoras e vulnerabilidade aos ideais e assédios do capital. Ao contrário, Routledge (2003) destaca que é importante esse tipo de relações fortes e enraizadas, porém se desenvolvidas em articulação com as demais escalas e aproveitando os vínculos locais para reforçar as lutas em outras escalas.

Outra questão importante é que as diferenças político-ideológicas compreendem a natureza das redes compostas por múltiplas identidades e lugares, bem como as desigualdades internas dentro das próprias redes baseadas na discussão de que determinados continentes são hegemônicos e possibilitam uma maior mobilidade.[7] No entanto, tem sido comum observar que a coalisão das diferenças e seus "problemas" vai se desenvolvendo à medida que a rede se amplia e os debates e negociações políticas internas avançam. Assim, compreendemos esse processo de negociação e ajustes tanto como um dos primeiros produtos proporcionados pelas redes, quanto também como um processo permanente. No entanto, muitas outras relações são criadas entre os lugares e através das redes, sendo que algumas dessas podem ser construídas com movimentos próximos e transformadas em relações constantes baseadas na solidariedade.

Outra contribuição importante para se pensar as *contentious politics* a partir da perspectiva geográfica é a noção de *convergence spaces*. A base empírica de reflexão para a construção de *convergence spaces* é a People Global

---

6 Particularismo militante.

7 Sobre mobilidade: "Some activists are more mobile than others in at least two ways. First there is differential access to contemporary communications technologies such as the Internet." and "Second, there is differential financial resource availability between activists and between social movements, concerning the ability to travel across continents to particular actions, meetings and conferences" (Routledge, 2003, p. 340).

Actions (PGA) por se caracterizar como um claro exemplo de *space of convergence*.[8] Routledge (2003) apresenta que por meio da PGA foi organizada uma rede ampla cujo objetivo é estabelecer um instrumento de coordenação e apoio mútuo através da unificação de valores e ambições globais na escala global das contendas antineoliberais visando dar projeção internacional para as lutas e fomentar a resistência. No interior da mesma, os *convernors committee*[9] são responsáveis por facilitar essas relações mediadas pela internet. Contudo, o autor aponta também alguns problemas com a imbricação de atividades, atuações do *convernors*[10] para com as respectivas lutas nas escalas locais e tempo de dedicação nas redes, além de diferenças culturais, linguísticas e a dependência do acesso aos *e-mails*. Outro ponto importante é que a rede tem sido conduzida por *support groups*[11] de ativistas que ajudam no trabalho de comunicação.[12]

Neste sentido, analisando geograficamente a PGA, Routledge propõe a *convergence of spaces* como uma ferramenta crítica para se analisar as redes globais.[13] Esse instrumental analítico nos permite compreender não somente as relações internas aos movimentos sociais ou articulações entre outros, mas visa também analisar a coalisão dos diferentes sujeitos que se envolvem e figuram as *contentious politics* promovidas por redes através de uma perspectiva espacial, desvelando assim uma rede também como uma convergência de múltiplos espaços. Ademais, essa ferramenta conceitual nos permite diferentes compreensões. Dentre as múltiplas possíveis, destacam-se:

---

8 Espaço de convergência.

9 Comitê de convocadores.

10 Convocadores.

11 Grupos de suporte.

12 Ademais, aponta Routledge "However, the cohesion of the network depends on the quality and durability of facilitation and interaction between its constituent participants, as well as their ability to devote time and energy towards the network while also being involved in their own local/national struggles" (2003, p. 343).

13 From the analysis of the process geographies of PGA – as one example of a grassroots globalization network – I want to propose that, rather than constituting a 'non-place' of resistance to neoliberal capitalism, such networks can be conceived of as 'convergence spaces' that facilitate the forging of an associational politics that constitutes a diverse, contested coalition of place-specific social movements. These coalitions prosecute conflict on a variety of multi-scalar terrains that include both material places and virtual spaces. I propose the notion of convergence space as a conceptual tool by which to understand and critique grassroots globalization networks (2003, p. 345).

1. Espaços de convergência compreendem diversos movimentos sociais que articulam visões coletivas,para gerar uma base comum para gerar uma política de solidariedade, ou seja, uma ação coletiva multiescalar (p. 345).
2. Espaços de convergência facilitam processos desiguais de facilitação e interação (comunicação, compartilhamento de informação, solidariedade, coordenação e mobilização de recursos);
3. Espaços de convergência facilitam a ação política multiescalar pelos participantes.
4. Espaços de covergência são compostos por relações sociais contestadas, devido aos particularismos militantes muito diferentes que são articulados pelos movimentos participantes. (Routledge, 2003, p. 345, tradução nossa)

CONVERGENCE SPACES NO CONTEXTO DO MST

Primeiramente, destacamos que apesar dessa ferramenta conceitual ser utilizada para análise de redes, também há potencial explicativo e analítico no trato com movimentos cuja composicionalidade e lógica-racionalidade espaço-temporal e reticular compreende distintas localidades e espacialidades, tal como o MST, visto que é constituído por uma ampla articulação em locais diferentes no Brasil (Fernandes, 1999; Wolford, 2004). Assim, destacamos algumas ideias sobre *convergence spaces* com base nas sete principais características apontadas por Cumbers *et al.* (2008):

1. o processo gestacional, a formação e dinâmica do MST são baseadas em *place-based*, mas não se restringem aos respectivos lugares. Ao contrário, são elementos e processos compostos por uma multiplicidade de ligações para além das localidades, sendo o resultado das conexões entre diferentes lugares/territórios. Isso quer dizer que todos esses processos são essencialmente resultados desse tipo de interação e articulação. Além disso, o surgimento do MST em outras unidades federativas no Brasil, como argumenta Fernandes (1999), é o resultado de uma multiplicidade de articulações a partir de diferentes lugares e escalas (nacional e internacional pela participação na Via Campesina e Cloc).

Esse processo também configura a articulação de diferentes redes e caracteriza tanto a convergência quanto a superposição/intersecção de espaços de

convergência, estabelecendo uma teia de espaços de convergência que promove lutas e resistências abertas e não enclausuradas a si ao passo que sua intensidade está baseada no projeto político-ideológico do MST;

2. no processo de formação do MST foi empregada atenção para a construção de um projeto político e princípios organizacionais que expressam sua multiplicidade de visões de mundo e espacialidades que o compõem. Constantemente, os princípios foram revistos e ampliados em diferentes eventos (congressos, reuniões etc.). Esta sempre foi uma maneira de construir um terreno comum com base em diferentes visões coletivas. No entanto, de acordo Sobreiro Filho (2013), esse processo é dinâmico, conflitivo e, às vezes, pode produzir dissensões e, consequentemente, a formação de outros movimentos sócio-territoriais;
3. a solidariedade também é base da organização, das interações e lutas históricas do MST. As práticas solidárias são desenvolvidas de diferentes modos e em diferentes escalas e lugares, bem como com outros militantes e grupos de suporte em outras escalas (local, regional, nacional e internacional). Indubitavelmente, as interações entre diferentes locais são importantes não apenas como um suporte para a manutenção da luta e resistência (acampamentos e assentamentos), mas também para trocar experiências e fazer circular a informação sobre as lutas em outros lugares e criar práticas articuladas. Por exemplo, em memória ao massacre de Eldorado dos Carajás, que ocorreu no Estado do Pará em 17 de abril de 1996, a cada ano o MST realiza ocupações de terra (ações/eventos) simultâneas em diferentes lugares no Brasil denominada como "Abril Vermelho";
4. o MST é o resultado das articulações e, consequentemente, ampliou o potencial das ações tanto em escala nacional quanto internacional. A constante troca de experiência e interações com outras localidades, bem como o processo de formação, tornou o MST um movimento socioterritorial com uma agenda ampla (local, regional, nacional, continental e global) e valores ainda mais complexos e múltiplos. Assim, a sua agenda não incluía apenas a realidade em que foi historicamente criado, mas a partir de diferentes lugares em todo o país e de muitas especificidades, ou seja, o MST, com base nas interações locais-nacional, tem a terra como a problemática-solução central, mas também as especificidades de cada localidade;

5. o *grassroots vector* é um elemento essencial expresso na estrutura organizacional do MST e cuja estrutura organizacional do próprio movimento contribui significativamente para a representação, formação e difusão dos imaginários. Em outras palavras pode-se dizer que a estrutura baseada em setores (educação, produção, saúde etc.) e diferentes escalas (locais, regionais e nacionais) expressam a tentativa de representações da base popular do movimento centrada na responsabilidade das lideranças enquanto formadores e promotores da lógica-racionalidade espaço-temporal;
6. de um ponto de vista operacional, o MST tem fortes características marxista-leninistas marcadas por setores e escalas em contato constante com os demais membros.[14] Apesar da lógica em diferentes escalas, o MST não tem um líder, mas um grupo com vários líderes oriundos de diferentes lugares para configurar a descentralização do poder, bem como a preocupação com a representatividade. No entanto, o movimento mantém uma estrutura hierárquica bem definida que é reproduzida em todos os seus territórios e escalas de ação, o que demonstra a influência de outras formas sociopolíticas de lidar com as relações de poder com base na perspectiva socialista que, via de regra, se expressa na ideia de revolução popular, ou seja, formas de dominação/resistência de outras experiências históricas adaptadas ao contexto brasileiro agrário ao passo que também compreende as especificidades internacionais e continentais. No entanto, é fundamental enfatizar que apesar do fato de que tais elementos hierárquicos reproduzam outras formas de dominação/resistência, estas estão em constante processo de combate à reprodução das contradições e opressão internas e externas. Além disso, essas formas mantêm ponto de contato com outras escalas de poder e dominação que ainda estão em discussões do movimento (mente, corpo, lugar, território-nação para a geopolítica mundial), tais como vemos a política do MST em direção ao feminismo, ao combate à homofobia, questões étnico-raciais etc., que se tornou mais forte na última década, mas ainda não consegue ter a capilaridade e eficiência desejada;

[14] Ver em Sobreiro Filho, 2013.

7. apesar da construção de um senso comum em torno de uma agenda, projetos e ações, estas são resultados de discussões com base nas diferenças internas também. De acordo Sobreiro Filho (2013), o MST não é um grupo monolítico. Ao contrário, é composto por diferentes posicionamentos, posicionalidades socioespaciais e estratégias que convergem e ora divergem. Além disso, ele também reflete muitas das diferenças socioeconômicas em cada localidade, sendo também heterogêneo espacialmente e no uso dos recursos.

CONVERGENCE SPACES DO MST AOS OUTROS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Além do MST permitir uma análise de espaços de convergência desde a sua organização nacional, sua estrutura e ações também nos instiga a tentar compreender o quão importante é para a formação e/ou transformação de outros movimentos socioespaciais. Tal influência é uma significativa expressão das práticas do MST e o reforça enquanto protagonista em alguns espaços de convergência. Isso significa que existem alguns movimentos que são exemplos de complexidade, ação e organização, e que, portanto, constroem e complexificam lógicas-racionalidades espaço-temporais que servem de lastro para outros, tal como o MST. Indubitavelmente, esses movimentos são protagonistas em espaços de convergências e convergências espaciais não só pelo domínio de recursos, mas também pelas estratégias para se construir formas de luta, a estrutura organizacional, a história, campanhas, táticas, as agendas etc Em outras palavras, esses movimentos socioespaciais criam e/ou transformam agendas e ações consolidadas que, muitas vezes, se tornam referências para os demais.

A trajetória das lutas e estrutura organizacional do MST influenciou o processo de formação e organização de outros movimentos, conforme apresenta Sobreiro Filho (2016). Apesar das várias *contentious politics* relacionadas ao processo de expropriação, a construção de barragens nos anos de 1970 e 1980 foi outro processo importante que criou conflitos e conduziu a organização das pessoas afetadas e a formação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) em 1991. A influência do MST na formação do MAB ocorreu tanto como uma referência de uma luta pela terra, quanto em termos de estrutura organizacional com base na coordenação nacional, coordenação estadual, líderes de base, e os eventos (congressos, reuniões etc.).

O MST também teve uma influência direta na criação do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto). Na década de 1990, o MST destaca a importância da construção de lutas e espaços de resistência nas áreas urbanas para discutir a reforma urbana, resgatando as ligações com os trabalhos rurais, e a organização dos trabalhadores sem-teto urbanos (trabalhadores, subempregados, desempregados, migrantes etc.) contra o capitalismo (Sobreiro Filho, 2016; Souza & Rodrigues, 2004). Nesse contexto, lutando pela reforma urbana e poder popular, foi formado o MTST pelo MST (Souza & Rodrigues, 2004). Sua formação expressa o entendimento de que não houve distância entre as lutas dos trabalhadores e dos camponeses urbanos e a necessidade de construir uma rede mais ampla envolvendo outras posicionalidades socioespaciais marcando um novo momento na luta pela terra para além do meio rural.

A coalizão de posicionalidades socioespaciais marcou a criação de um novo espaço de convergência. Ademais, a expressão clara da influência do MST no MTST é a estrutura organizacional composta por: coordenação nacional; coordenação estadual; coordenação regional e setores; coordenação de grupos (ocupações/acampamentos), e os líderes. As formas de luta também refletem a influência: a ocupação do solo em áreas urbanas; ocupações de prédios públicos ou privados; acampamentos; bloqueios (avenidas, pontes e estradas); marchas etc. Destaca-se que a história do MST compreende múltiplas experiências de resistência, sendo que todos elas contribuíram para a construção de um modelo semelhante compartilhado com outros movimentos socioespaciais/socioterritoriais.[15]

Além disso, as experiências do MST também contribuíram na formação do Mocase-VC na Argentina. O Mocase (Movimiento Campesino de Santiago del Estero) realizou discussões e disputas sobre a sua própria linha política. No entanto, em 1998, em contato com MST no curso de formação política na Escola Nacional Florestan Fernandes do MST, um grupo enfatizou a necessidade de mudar e adotar outra linha política (combativa). A consequência desse processo foi, mais tarde, a ruptura do Mocase, sendo que um grupo permaneceu na linha formal/institucionalista e o outro grupo se autodenominou como Mocase-VC, sendo caracterizado como combativo

[15] O próprio modelo de organizar um acampamento é semelhante em vários outros movimentos camponeses (Sobreiro Filho, 2013) e no próprio MTST (Sobreiro Filho, 2016).

e articulado com a Via Campesina.[16] Em termos mais objetivos, as relações de intercâmbio e diálogo no tocante à estrutura de trabalho, articulação da luta, escala de trabalho (nacional e internacional) do MST e sua relevância no cone sul, a importância do "Curso de Militantes del Cono Sur" e o compartilhamento dos mesmos objetivos de luta podem ser vistos nas seguintes declarações de lideranças do Mocase-VC:

> Lobito: Bom, aí passou este companheiro do MST e começou a falar. Ele nos explicava qual era a estrutura que eles tinham de trabalho e como nós poderíamos começar a articular atividades com eles. Além disso, nós sabíamos que a melhor maneira de melhorar nossa luta era fazendo articulações cada vez maiores, de fato, a CLOC partiu disso e a Via Campesina fez parte disso, de como estamos nos inserindo. E nós, nesse processo, temos chegado a nos juntar não somente por aí com o MST, senão também com outras organizações de outros países e ir nos conhecendo.
>
> Uma coisa é o trabalho que realizamos mais em nível nacional ou provincial e outra o trabalho que estávamos realizando a nível internacional. Em nível internacional uma das grandes organizações que conhecemos que trabalhava com questões de posse da terra era o MST. Começamos a trabalhar mais uma vez na busca de outras articulações e, quando houve uma campanha continental, chamada 'Quinhentos Anos de Resistência Negra Popular Indígena', houve uma grande plataforma que deu origem ao que é a CLOC. Então, em todos esses aspectos, é como ver quais organizações são mais parecidas com as nossas, quais têm os mesmos objetivos de luta... Ir articulando, montando uma extensão maior.
>
> Uma das articulações foi a Escola das Mulheres, onde se deu a articulação com a Anamur, que por ser da CLOC, nos articularmos e já começamos a formar e trocar experiências. E uma delas era o curso de militantes do Cone Sul e a Escola das Mulheres, e muito mais aqui houve um encontro de militantes, mas esse já era um espaço de maior consolidação.
>
> Deo: Alguns companheiros chegaram a uma instância onde ocorreram poucos contatos com o MST e, em si, com a CLOC. Esse curso foi realizado nos lugares, nos territórios do MST, também um pouco coordenado pelo MST, mas com o tempo, até agora, assumiu-se como região.
>
> Lobito: O curso de militantes de base começou em 97. Em 98, fizemos a primeira integração nesse curso. Antes disso, tivemos algumas visitas. E depois, também participamos de outros espaços de relação com eles. Mas principalmente começamos fazendo o curso de militantes de base.
>
> Deo: Havia um relacionamento anterior como o MoCaSE desde a primeira vez que participamos. Sempre fomos das diferentes centrais. Naquela épo-

[16] Mais informações sobre o processo de dissensão ver em Sobreiro Filho (2016).

> ca, apenas os de Quimilí e Tintina foram ao curso. No total, eram 100. Em 98, fomos daqui Eva Molina, Letícia, Alicia, Marcos, eu e outros.
> Lobito: entrei em 99. O curso em si dura um mês e a ideia é que durante esse mês todos os dias você tenha um dia inteiro ou dois dias, duas jornadas – dependendo do eixo em questão para trabalhar. Na época eles eram o Alca, cooperativismo ... de acordo com as questões que estão se desenvolvendo. Trabalho de base. Cada um é dado por professores diferentes. Em si é a formação popular dos militantes das organizações para que eles possam coordenar, liderar um grupo, armar e trabalhar a sua base. (Mocase-VC, 2012, p. 106-8)

Outro exemplo de relações entrelaçadas e contribuições enquanto referências de luta, nesse caso também dando valor a uma referência nacional argentina (Mocase-VC), pode ser encontrado no que se toca à União dos Trabalhadores Sem Terra de Mendoza (UST):

> A UST teve muito a ver com conhecer, compartilhar e, de alguma forma, se identificar com as lutas de outras organizações. Uma organização que sempre foi referência é o próprio MOCASE de Santiago del Estero, que é a maior e mais antiga organização camponesa, com a mais longa história de luta na Argentina e outras experiências locais (...) e, claro, todo a experiência de luta no Brasil, especificamente no MST. Para nós, sempre foi uma referência e uma fonte de aprendizado. (...) Nós temos aprendido, temos formado muito a partir da experiência do MST. Particularmente, toda a sua concepção de trabalho base, de formação político-pedagógica, de mística e o papel central que a mística tem na luta camponesa tem sido bastante exemplar. Olhando também a largo prazo, as ações de longo prazo e não apenas cotidianas. (...) como poder passar para a ofensiva e não só ficar na resistência. (Informação verbal)[17]

Apesar de algumas práticas serem parecidas, tal como as semelhanças na organização de marchas com três colunas e, inclusive, em lugares com representações simbólicas similares (Embaixadas dos EUA, capitais etc.), nem todas as práticas são passíveis de importação, ou seja, são necessárias algumas adaptações ou a captação da essência daquela ação que compõe a lógica-racionalidade espaço-temporal tal como podemos notar: "Nós não temos a estratégia dos acampamentos que exitem no Brasil. Então para nós o encontro camponês é a estratégia da organização, da formação da consciência, da socialização".[18] Aliás, cremos que, ao tratar das convergências espaciais

[17] Entrevista realizada com liderança da UST e MNCI, em 12 dez. 2014.
[18] Entrevista realizada com liderança da UST e MNCI, em 12 dez. 2014.

entre os movimentos socioterritoriais brasileiros e argentinos, é fundamental destacar o papel importante das escolas de formação porque, no contexto de luta e resistência, se caracterizam enquanto espaços de expressiva conectividade nacional e internacional onde os movimentos desenvolvem o intercâmbio de práticas de diferentes lugares, como um sítio, no qual temos um exemplo de convergência de espacialidades em torno das construções de uma identidade comum.

Em outras palavras, as escolas de formação política e técnico-cultural (Escola Nacional Florestan Fernandes, Universidad Campesina Sistemas Universitários Rurales Indocampesinos [Unicam-Suri][19] e Escuela Campesina de Agroecologia[20] de la UST) são espaços privilegiados de formação, compartilhamento/intercâmbio, crítica e autocrítica das respectivas lógicas--racionalidades espaço-temporais.

A defesa dos lugares e territórios e a preservação do conhecimento tradicional são caracterizadas como práticas importantes cuja indissociabilidade é evidenciada nas escolas e, consequentemente, constantemente debatida e tensionada nelas. Assim, é correto afirmar que escolas de formação política e técnico-cultural desempenham um papel importante nas formações dos movimentos socioespaciais na Argentina. Ademais, o vínculo criado, com base no quadro da Via Campesina, denota a existência de muitas trocas de conhecimento e experiências de luta, resistência e promove a construção de uma identidade comum, fazendo com que as relações que compõem esses espaços sejam também múltiplas, tal como podemos identificar na entrevista:

> Nós, com os movimentos brasileiros, temos um relacionamento muito bom. De fato, compartilhamos formação, principalmente estamos ligados desde o início com o MST; depois, através da Via Campesina, estamos ligados a todos os outros movimentos. O MPA, o MAB, o MMC e os diferentes movimentos. Uma relação muito boa. O que temos de bom, por exemplo, compartilhamos com a Via Campesina e Cloc, e a escola de formação. Nesse espaço de troca intercâmbio temos oficinas produtivas, escolas de agroecologia e distintos aspectos. Bem, existem movimentos que se desenvolvem mais em uma temática e isso permite compartilhar com outro mo-

[19] Apesar das discussões sobre a construção da Unicam-Suri terem se iniciado ainda em 2001, foi somente em 2008 que passou a ser construída na localidade de Ojo de Agua ao sul da Província de Santiago del Estero (Argentina).

[20] A escola teve o seu processo de construção iniciado em 2009 e funcionamento a partir de 2011 na localidade de Jocoli, ao norte da Província de Mendoza (Argentina).

> vimento isso que há de mais desenvolvido e ver como se pode melhorar (...) Nossas relações com o movimento brasileiro é de ótimas condições e digamos que isso nos favorecerá no dia de amanhã para seguir desenvolvendo nossa luta contra o capitalismo e o império. Não é apenas a luta pela terra e contra os saques, é muito mais do que isso. (...) Se não estamos articulando com outros movimentos, não poderemos saber que você está desmatando milhões de hectares no Brasil (...) e já estar preparado para receber esse tipo de ameaça. (Informação verbal) [21]
>
> O papel das escolas. É fundamental a formação no nosso movimento. Sem formação não há conhecimento do direito e sem o conhecimento da lei tampouco poderemos nos defender dos atropelos porque não sabemos quais são nossos direitos e como fazer valer o nosso direito. Por outro lado, pelo objetivo tecnológico (...) a tecnologia camponesa. Nisto, as escolas colaboram bastante, em especial a escola de agroecologia por relacionar o todo da Via Campesina. (...) As escolas dos movimentos sociais nos ajudam a transmitir valores que ajudam a defender a vida, que não são os mesmos valores da escola capitalista. (Informação verbal)[22]

Ademais, destacamos outras questões relevantes aqui: educação e formação política dos militantes de movimentos ligados à terra em um projeto político comum (sem discriminação de raça, sexo etc.); produção e reprodução de tradições, crenças e conhecimentos que misturam tecnologias tradicionais/ancestrais e atuais para o desenvolvimento da produção agroecológica camponesa-indígena; intercâmbio de experiências e diferentes tipos de estratégias e conhecimentos sobre as ações e os processos que os ameaçam; e a organização, sistematização e troca de tecnologias de diferentes camponeses e grupos indígenas. Além disso, essas práticas expressam a criação de uma identidade comum de camponeses latino-americanos e os movimentos indígenas com base em uma rede, a troca de experiências a fim de promover lutas e resistências, a reunião de múltiplas espacialidades e o fortalecimento das ligações nas redes de lutas e resistências, bem como o desenvolvimento técnico e político dos militantes de diferentes posicionamentos que operam as redes contra-hegemônicas.

Assim, buscando um olhar de síntese, mais uma vez as relações aparecem significativamente contempladas no bojo das sete *key-characteristics* (Routledge, 2003; Cumbers *et al.*, 2008). No entanto, ainda destacamos mais uma especificidade apresentada por último:

---

[21] Entrevista realizada com liderança do Mocase e MNCI, em 4 dez. 2014.

[22] Entrevista realizada com liderança do Mocase e MNC, em 4 dez. 2014.

1) as convergências possibilitaram nitidamente ir para além do *place--based* permitindo tanto a formação dos movimentos com base nos intercâmbios trans e multiespaciais e criação de novas práticas e experiências, bem quanto a transformação de algumas ações e estruturas organizacionais ainda lastreadas no estabelecimento de constantes intercâmbios ao longo do espaço-tempo;
2) os pontos de vista coletivos foram ampliados, incluindo também elementos do contexto urbano e rural e internacionais (Brasil e Argentina) e, consequentemente, a criação de um novo fundamento de solidariedade, assim como identidade;
3) as práticas, opiniões coletivas e formas de lutas intercambiadas têm contribuído para a melhor compreensão das especificidades do contexto urbano e rural na Argentina, fazendo com que muitos movimentos fossem modificados para se adequar à realidade de seus locais de luta e resistência. Por exemplo, mesmo que diante da dificuldade de se manter em acampamentos e realizar ocupações de terras, os movimentos argentinos se mantiveram realizando trabalho de base e construindo espaços de formação e socialização política;
4) o potencial de luta e conhecimento sobre o contexto conflitual diferenciado também foi ampliado, de modo que os movimentos socioespaciais começaram a "lutar outras lutas", reconhecê-las em seu tempo-espaço (sobretudo no cotidiano) e conhecer o processo global que também afeta seus aliados, dando um sentido novo e amplo para as lutas;
5) novas necessidades foram criadas, tanto para a articulação em redes, que exigiu um maior envolvimento dos militantes na produção e divulgação de informação e comunicação interna, bem quanto em termos de complexidade da sua estrutura para produzir relacionamentos bem-sucedidos em sua estrutura interna. Um exemplo é que os movimentos sociais começaram a organizar *sites*, grupos de *e-mail*, rádios, perfis em redes sociais e outras formas de comunicação interna e externa;
6) as estruturas organizacionais transformaram-se fazendo com que alguns movimentos passassem a se organizar a partir da referência de outros como uma forma de melhorar a sua eficiência. Em termos práticos, o MST (organizado em nível nacional, estadual, regional e

local) tornou-se uma referência para o MTST, MAB e também Movimiento Nacional Campesino Indigena (MNCI), Mocase e UST. Nesse sentido, destacamos que a importação da lógica e da experiência política tanto ao nacional (para a urbana e movimentos do campo na Via Campesina) quanto para o contexto internacional permitiu um processo que se aproxima de um "ajustamento" das estruturas organizacionais, mas que ainda não figurou homogeneização. No entanto, a replicação de estruturas também pode incorrer na reprodução das mesmas problemáticas internas e externas de determinado movimento enquanto os outros também teriam que lidar e enfrentar ambos os problemas criados pela hierarquia, bem como a reprodução de relações de dominação/resistência produzindo cada vez mais entrelaçamentos complexos de poder embasados tanto nas formas locais e tradicionais, bem quanto na translocal;

7) em face do MST configurar-se como um movimento social que opera em escala nacional, outros movimentos sociais também começaram a buscar mecanismos para se organizarem em escala nacional. Esse processo é uma expressão do entendimento de que, em muitos casos, um movimento que opera em escala nacional é mais forte que um local. Dois exemplos demonstram essa ideia. Primeiro, o MTST surge do MST, mas depois começou a organizar outros movimentos urbanos pequenos no Brasil atingindo assim o nível de um movimento nacional. Em segundo lugar, diante da intenção de organizar as lutas nacionais, os movimentos camponeses da Argentina começaram também a organizar suas lutas em escala nacional com a formação MNCI tornando-se um exemplo de movimento-rede que também se relaciona com outro movimento-rede (Via Campesina);
8) para além das sete *key-characteristics*, cremos que a multiplicidade e a convergência de identidades podem ser encontradas em um só lugar. Na história brasileira, o processo de migração e expropriação produziu também cidades cosmopolitas compostas por diferentes identidades. Os acampamentos do MST, na cidade de São Paulo são exemplos desse processo. Os acampamentos da zona Norte do município de São Paulo com a presença de migrantes da região Norte do Brasil, a zona Oeste tem a presença de Bahia e Minas Gerais,

na Zona Sul da região Nordeste e na Zona Leste há uma mistura entre o Nordeste, Norte e o estado de Minas Gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações em redes criam um conjunto de movimentos diferenciados nos próprios movimentos socioterritoriais. Indubitavelmente, não há mais como pensar e analisar os movimentos socioterritoriais somente a partir de uma perspectiva analítica intrínseca e autóctone. Em outras palavras, novas práticas, ideias, pautas, campanhas, construções, estratégias, formas de ações e resistência são construídas constantemente e coletivamente pelos movimentos socioespaciais e socioterritoriais que passam a consonar de modo trans e/ou multiescalar. Esses são exemplos, por excelência, das *convergence spaces* que muitas vezes fogem das leituras via de regra apresentadas sobre movimentos socioterritoriais. Ademais, enquanto instrumental conceitual e analítico, a leitura baseada na *convergence spaces* demonstra-se importante por apresentar significativo potencial para se compreender um processo incessante intra e entre os movimentos socioterritoriais que tende a se tornar cada vez mais natural na perspectiva global. Por fim, destacamos que o intuito deste trabalho, enquanto uma breve reflexão, era de destacar a compreensão de um movimento para além de si mesmo, assim indo rumo à totalidade das relações e do modo como estas vão transformando eles e sendo transformadas pelos mesmos.

REFERÊNCIAS

CUMBERS, A.; ROUTLEDGE, P. "The entangled geographies of global justice networks". *Progress in Human Geography*, v. 32, n. 2, 2008, p. 183-201.

FERNANDES, B. M. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro*: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST 1979-1999. 1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

HARVEY, D. *Justice, nature, and geography of difference*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

MOCASE VC. Memorias de los orígenes de la central campesina de Pinto. Santiago del Estero, 2010.

_____. Memorias de los orígenes de la central de pequeños produtores Ashpa Sumaj. Santiago del Estero, 2012.

ROUTLEDGE, P. "Convergence space: process geographies of grassroots globalization networks". *Royal geographical Society*, p. 333-349, 2003.

SOBREIRO FILHO, J. *Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e contentious politics*: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina. 440 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2016.

_____. *O movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços*: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses. 546 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2013a.

SOUZA, M. L. & RODRIGUES, G. B. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

WOLFORD, W. This land is ours now: Spatial Imaginaries and the Struggle for land in Brazil. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 94, n. 2, 2004.

POLÍTICAS PÚBLICAS E RESISTÊNCIA: O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO[1]

Ana Terra Reis
Antonio Thomaz Jr.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto do esforço dos trabalhadores ligados à Via Campesina Brasil para articular um projeto de mestrado que contemplasse as demandas de formação de seus militantes, a partir da parceria com a Cátedra da Unesco/Unesp, em Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo e a Escola Nacional Florestan Fernandes, que deu origem ao Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Educação do Campo na América Latina e Caribe. Após a apresentação do relatório de qualificação nesse mestrado, fomos indicados ao desafio de concluir a pesquisa a partir da modalidade doutorado direto, o que se consumou em fevereiro de 2016.

Ao analisar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desde a perspectiva de sua implementação nos assentamentos rurais originários da luta pela terra, observamos o potencial estruturante que este programa de governo tinha na perspectiva de contribuir para a resistência camponesa nos territórios conquistados.

Na conjuntura política pela qual passamos no momento de conclusão da tese e que segue, em marcha acelerada, no ano de 2016, observamos o acirramento dos conflitos de classe, devido à necessidade de reprodução do capital, com a reafirmação do modelo de desenvolvimento que historicamente privilegia

[1] O presente artigo apresenta os resultados da pesquisa "Trabalho, Políticas Públicas e Resistência em Assentamentos do estado de São Paulo: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)", realizada em nível de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Presidente Prudente, sob a orientação do professor Antonio Thomaz Jr.

os grandes proprietários, latifundiários e os capitalistas no campo, em detrimento da agricultura de base familiar e camponesa. Para nós, torna-se fundamental defender as conquistas das organizações sociais que lutam pela transformação da sociedade, tais como o acesso e permanência na terra, a reforma agrária, e o PAA, sendo, pois, que este está inserido no estreito leque dessas conquistas.

Esta pesquisa foi elaborada a partir da atuação em duas frentes simultâneas, ou seja, enquanto militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pesquisadora vinculada ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unesp. Isso nos possibilitou abordar os elementos teóricos e empíricos, aliando a busca pela construção do conhecimento à luta pela transformação da realidade. Para nós, o essencial é contribuir e reconhecer as possibilidades de construção de um novo mundo, de uma nova sociabilidade. Esse novo mundo será resultado da luta dos trabalhadores por melhores condições de vida, rompendo com a submissão à lógica do capital, já a sociabilidade que buscamos construir cotidianamente, é a forma como esses trabalhadores forjam novas relações sociais, pautadas no respeito, na solidariedade e na necessidade de seguir lutando e resistindo na terra pela melhoria das condições de trabalho e de vida.

A observação de uma sociabilidade diferente no interior dos assentamentos e da necessidade de acessar as políticas públicas para consolidação da resistência nos motivou entender as contradições dessa realidade e estudar o PAA enquanto um dos instrumentos de fortalecimento da resistência dos trabalhadores e suas famílias.

Assim, apresentamos neste texto uma síntese sobre o papel do Estado e das políticas públicas voltadas à agricultura que foram desenvolvidas ao longo dos últimos 15 anos no Brasil, consolidando o modelo vigente do agronegócio exportador em detrimento da agricultura de base camponesa e familiar. Sistematizamos ainda, os dados de acesso ao PAA no estado de São Paulo, e a partir de metodologias qualitativas demonstramos os potenciais de resistência decorrentes da implantação deste Programa nos assentamentos oriundos da luta pela terra, bem como sua expansão desde a criação em 2003 até o ano de 2014, quando ainda apresentava-se como possibilidade de fortalecimento a esses assentamentos.

Conclui-se ao final deste trabalho que o PAA apresentou significativo potencial emancipador, uma vez que possibilitou o rompimento com os agentes de comercialização alheios à produção dos alimentos; a consolidação

de cooperativas e associações, como ferramentas de organização da produção das famílias assentadas; maior participação de mulheres e jovens, principalmente pela possibilidade de geração de renda em pequenas extensões de terra; a diversificação da produção; a mudança no modelo produtivo para a matriz agroecológica e o acesso a alimentos sadios para aqueles que vivem em situação de insegurança alimentar.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONTRADIÇÃO ENTRE CAPITAL E TRABALHO NA AGRICULTURA DO SÉCULO XXI

> O Estado (...) é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição interna e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (Engels, s/d, p. 61)

O espaço rural, como a economia mundial, é marcado pela disputa entre concepções de desenvolvimento. No caso da agricultura, a concepção hegemônica está pautada na concentração de terras e de renda, na grilagem, na degradação ambiental, na exportação de mercadorias, violação de direitos e na superexploração do trabalho e não essencialmente na produção de alimentos. Outra concepção está ligada à classe trabalhadora, que expropriada dos meios de produção, especialmente a terra, luta e resiste em busca de condições mais dignas de produção e reprodução da vida, na terra.

A possibilidade de superação das desigualdades históricas a partir da "integração" ao sistema metabólico do capital (Mészáros, 2002; Thomaz Jr., 2009) tem se mostrado inviável, na medida em que o capital se reproduz a partir da apropriação e da recriação das formas de dominação do trabalho. Para aprofundar o debate acerca dessas relações e mediações que possibilitam a reprodução do modo de produção capitalista e para demonstrar a inviabilidade de se discutir a suposta superação da realidade excludente e degradante pela ótica do paradigma do capitalismo agrário (Fernandes, 2008), é necessário observar as interlocuções existentes entre o Estado e a classe dominante, ressaltando as formas encontradas pela classe trabalhadora para resistir a essas transformações.

No Brasil, à medida que o modo de produção capitalista avança, foram sendo desenvolvidas estratégias que mantiveram a propriedade da terra extremamente concentrada, revelando a consolidação das alianças existentes entre os latifundiários, o Estado, o capital fictício/especulativo e a indústria. Tal realidade ganha novos contornos com a mundialização do capital durante a década de 1990, consolidando a territorialização dos monopólios, bem como a monopolização do território na agricultura, movimentos que ocorrem, respectivamente, por meio do controle articulado da propriedade privada da terra, da produção agrícola e do processamento agroindustrial e, no âmbito da monopolização do território as empresas de comercialização e/ou processamento agroindustrial subordinam e, consequentemente, controlam a produção dos agricultores (Oliveira, 2015).

Na América Latina, como também em outras partes do mundo, o Estado tem sido essencial para o êxito do sistema metabólico do capital e para a defesa das relações sociais de produção dominantes. Segundo Petras e Veltmeyer (2003), em cada forma específica da formação agrícola, o Estado tem sido uma peça chave na fundação, extensão, reprodução e transformação do sistema capitalista, beneficiando determinadas classes – no Brasil, sempre os grandes latifundiários – e prejudicando outras, principalmente os trabalhadores assalariados e os camponeses.

Ilustra essa realidade o fato que a ascensão de governos com características de centro-esquerda na América Latina não representaram avanços significativos na correlação de forças no interior do Estado. Em nome da governabilidade, foram feitas concessões que comprometeram ou negaram a implementação de políticas públicas que alterassem estruturalmente a realidade daqueles que vivem de seu trabalho no campo (Thomaz Jr. , 2009).

No Brasil, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, no ano de 2002, foi feito um amplo estudo por técnicos e pesquisadores de diversas áreas e este para elaboração da proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária. Os dados evidenciaram que havia 170 milhões de ha de terras devolutas no Brasil (Oliveira, 2007). A proposta elaborada tinha como metas assentar um milhão de famílias; assegurar renda aos assentados e agricultores familiares; criação de 2,5 milhões de novos postos de trabalho nas áreas reformadas; consolidar os assentamentos já constituídos; regularização fundiária para os atingidos por barragens, indígenas e quilombolas; realizar o georreferenciamento do território brasileiro; garantir

assistência técnica e capacitação aos agricultores e; crédito agrícola e garantia de preços mínimos.

Em nome da governabilidade e das alianças feitas com os setores ligados ao agronegócio, a proposta foi sendo esvaziada e já não era contemplada no II Plano Nacional de Reforma Agrária. Ao passar do tempo, a política de caráter estrutural deu lugar a políticas compensatórias que acabaram por gerar frustração entre os que esperavam uma solução para o problema agrário brasileiro.

O que se percebeu foi que durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o apoio ao agronegócio foi ainda mais ampliado. Levantando os dados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, referentes aos créditos destinados à agricultura empresarial e familiar, ficam claras as disparidades existentes. O total de recursos direcionados, entre 2003 e 2013, são da ordem de R$ 1 trilhão, sendo R$ 856 bilhões destinados à agricultura empresarial e R$ 146 bilhões destinados aos créditos para a agricultura familiar, ou seja, praticamente 6:1.

Assim, concordamos com Pereira e Alentejano (2014) ao afirmarem que houve, durante os governos petistas, esvaziamento da reforma agrária enquanto política estrutural, sendo a política agrária convertida em medidas de alívio da pobreza rural e da pressão social. Com o terceiro mandato ligado ao Partido dos Trabalhadores, a partir da eleição da presidente Dilma Rousseff, nada se altera em relação às políticas públicas para o campo. O caráter desenvolvimentista continuou a seguir a cartilha neoliberal de incentivo ao agronegócio para geração de divisas a partir da exportação de commodities mantendo o saldo positivo da balança comercial e do superávit primário.

Resultado dessa política de esvaziamento da pauta da Reforma Agrária é a diminuição no número de famílias assentadas que entre 2002 e 2013 foram apenas 4.363 famílias (Dataluta, 2013) do total de um milhão proposto na elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Entretanto, ainda que de forma frágil e incipiente, foram implementadas ações que promoveram o reconhecimento da necessidade de superação da fome, que atingia 54 milhões de brasileiros em 2002, proporcionando o acesso a alimentos a partir do Programa Fome Zero. Tal programa foi implementado através do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Nutricional e uma das principais ações estruturantes vinculadas à agricultura camponesa seria o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, pela Lei 10.696, de 2 de julho de 2003.

Surgia aqui, diante de uma antiga pauta de reivindicação dos movimentos sociais do campo, uma possibilidade concreta de desenvolver novas relações de comercialização, sendo que o pequeno agricultor e o camponês assentado tinham pela primeira vez condições de produzir alimentos, incentivados por uma demanda concreta, com preço justo, fornecendo alimentos para aqueles que estavam em condição de insegurança alimentar.

Importante salientar, como apresenta Zimmermann (2007), que a institucionalização do Programa somente foi possível diante de um quadro político favorável e que chegaram a ser editadas medidas provisórias para que os preços praticados no PAA fossem capazes de remunerar os agricultores, realidade impossível diante da política de preços mínimos do governo federal. A solução encontrada para a efetivação do programa no âmbito institucional e atendendo à realidade diversa da agricultura de base familiar foi a criação de um Grupo Gestor que teve autonomia para determinar preços e fazer ajustes na operacionalização do programa.

Ainda no escopo das estreitas conquistas dos pequenos agricultores foi editada a Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009 que determina que do total de recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), 30% sejam reservados para compras da agricultura de base familiar. Cabe salientar, que essa lei traz no seu escopo uma inovação ao Pnae, uma vez que esse programa já existia desde o período da ditadura militar, mas nunca com o caráter de envolvimento dos agricultores familiares no fornecimento de alimentos.

Entendemos que a implementação das políticas públicas de comercialização foram importantes para a agricultura camponesa como um todo e, especialmente, para os assentados e suas organizações, principalmente, como forma de manutenção do controle político sobre os territórios conquistados, consolidando estratégias de resistência à monopolização do território na agricultura, daí o esforço em sistematizar a experiência de acesso ao PAA em assentamentos do estado de São Paulo.

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O PAA, desde o seu início, conta com um caráter interministerial, sendo que envolvia até 2015 os ministérios da Fazenda, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e os atualmente extintos Ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário.

O programa está organizado em modalidades, conforme o quadro 1, sendo que a entidade articuladora é a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Tal entidade recebe as propostas oriundas de cooperativas e associações de agricultores familiares e é responsável por acompanhar financeiramente os projetos, articulando o depósito dos recursos nas contas bancárias das organizações e a liberação dos mesmos a partir da prestação de contas.

Na modalidade Compra Direta, a Conab compra diretamente de agricultores gêneros estocáveis (grãos, leite em pó, farinhas e castanhas) para composição de cestas básicas a serem doadas a populações em situação de insegurança alimentar, e faz o pagamento mediante a apresentação de nota fiscal de produtores individuais ou de cooperativas e associações.

No caso da modalidade Doação Simultânea, cabe às organizações de agricultores fazer a articulação local dos produtores (beneficiários fornecedores), das entidades que receberão os produtos (beneficiários consumidores), bem como assumir a elaboração do projeto e das prestações de contas. Quando o projeto é aprovado, os recursos são depositados em uma conta bancária vinculada à cooperativa, mas bloqueada pela Conab. A organização de agricultores somente acessa os recursos após prestar contas das entregas de alimentos que fez.

Já na modalidade Formação de Estoques, a Conab destina os recursos para as organizações de produtores para que eles comprem a preços justos os alimentos durante a safra, possam comercializá-los ao preço de mercado durante a entressafra e posteriormente devolver os recursos à Conab.

Quadro 1. Especificidades por modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos, a partir de maio de 2013

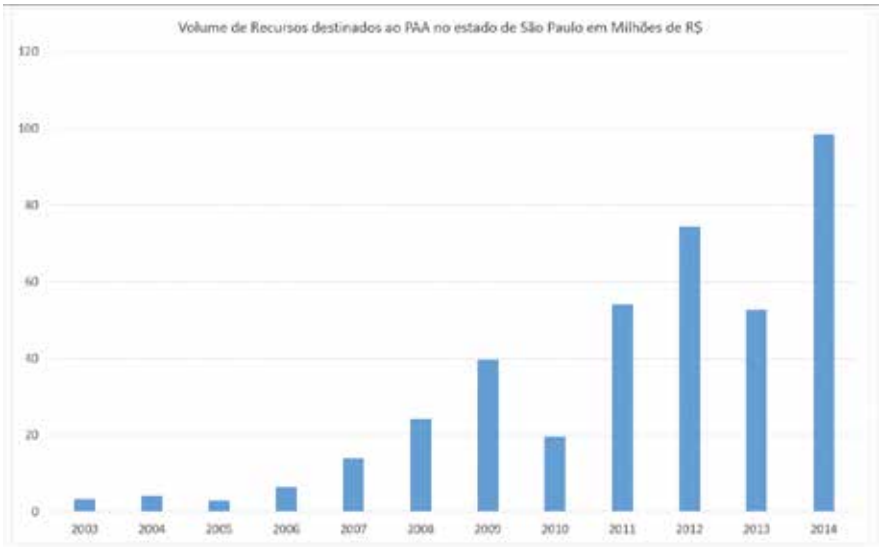
Modalidade	**Valor Limite**	**Operacionalização**
Compra Direta	R$ 8.000,00	Compra por parte da Conab de gêneros estocáveis, pode ser acessada individualmente ou em grupos coletivos, sendo cumulativa com a modalidade doação simultânea.
Doação Simultânea	R$ 8.000,00	Compra por parte da Conab de alimentos *in natura* ou industrializados, organizada por cooperativas e associações para entrega a bancos de alimentos.
Formação de Estoques	R$ 8.000,00	A Conab faz uma espécie de empréstimo para que as organizações de agricultores comprem a produção em tempos de safra e possam revendê-las, sendo o pagamento em dinheiro.

Fonte: Conab, 2015 – org. Reis, A. T.

O estado de São Paulo foi o que mais acessou recursos do PAA desde o início de sua implementação. Segundo dados da Conab, o estado paulista saltou da ordem de R$ 3,2 milhões acessados em 2003 para R$ 98,6 milhões em 2013 (gráfico 1), beneficiando 14.458 agricultores, sendo que desses, 6.053 assentados oriundos da luta pela terra e da regularização fundiária, e 7.889 agricultores familiares (tabela 1).

De 2003 até 2014, o PAA passou por diversas alterações, sendo criadas novas modalidades de acesso, com valores a serem entregues por agricultor, por ano (quadro 1). A modalidade Doação Simultânea é a que mais se destaca, representando cerca de 85% dos recursos destinados em 2014, que foram da ordem de aproximadamente R$ 286 milhões.

Gráfico 1. São Paulo – Recursos destinados ao PAA (milhões de R$) – 2003 a 2014.



Fonte: Conab (2015), org. Reis, A.T.

O destaque na atuação do estado de São Paulo deve-se aos procedimentos pactuados entre a Conab e os movimentos sociais ao longo da última década, sendo que a primeira, a partir da Gerência de Operações Especiais (Geope), centralizou as ações em torno do PAA, definindo os padrões de prestação de contas e dando abertura para que as organizações dialogassem com os limites enfrentados.

Tabela 1. Evolução do número de agricultores e de quantidade de alimentos (Kg), entre 2006 e 2014 no estado de São Paulo

Ano	Número de agricultores	Alimentos (Kg)
2006	1.182	3.917.180
2007	3.981	15.494.000
2008	7.024	23.752.000
2009	10.299	37.500.720
2010	4.686	18.590.000
2011	13.302	41.822.000
2012	18.523	53.127.000
2013	8.641	34.228.285
2014	14.458	52.291.199

Fonte: Conab, org: Reis, A. T.

As organizações, cooperativas ou associações, eram responsáveis também por organizar as demandas de comercialização dos agricultores, apresentando-as antecipadamente, vinculando tais demandas com as jornadas de luta empreendidas junto ao governo federal. Em entrevista realizada com o gerente de operações da Conab no período estudado, este destaca que a maior defesa e cobrança em relação aos recursos destinados ao Programa partiam principalmente das organizações de assentados, que acabavam por beneficiar as outras categorias também.

Outra questão levantada pelo gerente da Conab foi o papel das parcerias com a assistência técnica e o envolvimento dos poderes públicos municipais, que eram cobrados para a garantia das condições logísticas de entrega dos produtos, e acabavam por assumir a pauta do programa nas localidades. O mesmo interlocutor destaca que em São Paulo, desde 2012, foram adotadas medidas de proteção ao programa, entre elas a necessidade de que um técnico responsável atestasse as execuções, a centralização das entregas em bancos de alimentos dos municípios e os comprovantes de repasse financeiro das cooperativas e associações para os produtores.

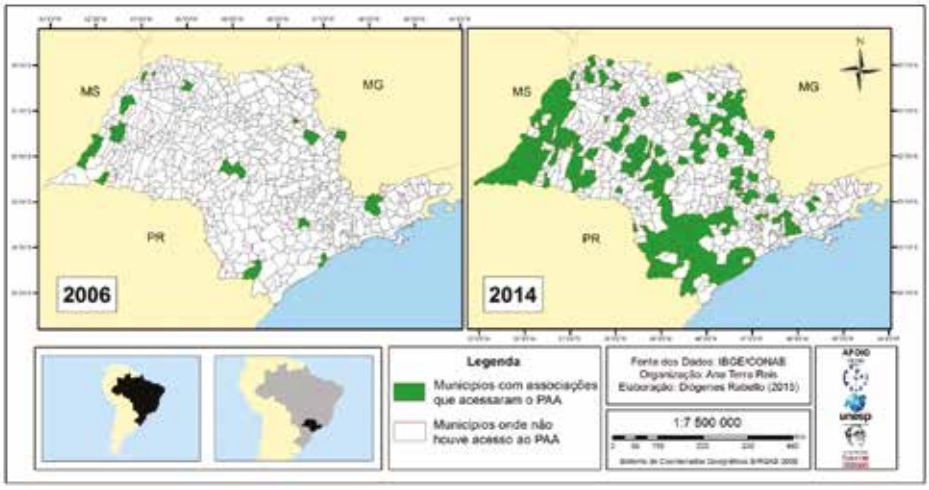
Essas "medidas de proteção" levaram a uma realidade contraditória, típica de quando discutimos a burocracia do Programa, uma vez que com essas exigências, aumentaram as necessidades de articulação das organizações de agricultores com entidades de assistência técnica e com o poder público municipal, tornando efetivos os papéis de acompanhamento da sociedade civil, mas aumentando a quantidade de documentos a serem enviados a Conab no momento da prestação de contas. Ao mesmo tempo, tais medidas proporcionaram uma segurança junto aos órgãos de controle e fiscalização,

como o TCU (Tribunal de Contas da União), o que não foi possível em outros estados.

A realidade de ampliação de acesso ao PAA no estado de São Paulo se materializa por meio do avanço do acesso por parte dos municípios do estado, conforme apresentamos no mapa 1, no qual pode-se observar a concentração de acessos ao PAA nos municípios do Pontal do Paranapanema, na região Sudoeste e no Vale do Ribeira. As duas primeiras regiões, concentram também famílias assentadas em processos de luta pela terra, e a terceira, concentra ainda pequenos agricultores e quilombolas.

A fim de realizar a qualificação desses dados, realizamos pesquisa junto ao banco de dados da Conab, priorizando análise nos projetos executados no ano de 2014. Nossas atenções se voltaram ao valor acessado, ao número de agricultores participantes, à diversidade da produção, à quantidade produzida em quilogramas, ao tipo de agricultor (agricultor familiar, assentado ou quilombola), ao número de pessoas e quais municípios receberam essas doações (tabela 2).

Mapa 1. Evolução no acesso ao PAA em municípios do estado de São Paulo



Se considerarmos que o Censo agropecuário de 2006 aponta 18.678 estabelecimentos de famílias assentadas e outros 132.337 estabelecimentos da agricultura familiar, proporcionalmente, 35% dos assentados de reforma agrária acessam o programa, enquanto que 5% do universo de agricultores

familiares o fazem. Assim, pode-se verificar que proporcionalmente o programa tem sido acessado de forma expressiva entre os assentados de reforma agrária, principalmente pela capacidade organizativa de tal público.

Tabela 2. Tipo de agricultor, número de beneficiários fornecedores e número de beneficiários recebedores do PAA no estado de São Paulo no ano de 2014.

Tipo	Núm. de fornecedores	Núm. de recebedores
Agricultor Familiar	7.170	1.720.515
Assentado	6.522	1.205.387
Quilombola	361	93.580

Fonte: Conab (org. Reis, A.T.)

No que se refere à quantidade de produtos adquiridos em 2014, somente dos assentamentos foram compradas pelo Programa 23,6 mil toneladas de alimentos, enquanto a agricultura familiar entregou 26,5 mil toneladas e os quilombolas 1,4 mil toneladas. Em 2014, receberam doações 229 municípios, sendo 227 do estado de São Paulo e dois do Paraná (Curitiba e Sangés), sendo que, no ano de 2006 eram apenas 24 municípios recebedores. A maior parte dos municípios que recebem os alimentos, ou seja 180 cidades, têm menos de 50 mil habitantes, o que denota a resistência da agricultura de base familiar nos pequenos municípios, além da situação de insegurança alimentar por parte dos trabalhadores que residem no meio urbano.

AS CONSEQUÊNCIAS OU DESDOBRAMENTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO PAA EM SÃO PAULO

Entre o conjunto de consequências decorrentes da implementação do Programa e que materializam a resistência nos assentamentos, também em função da implementação do PAA enquanto política pública, destacamos a valorização e a diversificação da produção; a organização e o fortalecimento de cooperativas e associações; valorização da produção de mulheres e jovens; mudanças nas práticas produtivas; o estreitamento da relação campo-cidade com uma nova sociabilidade entre os beneficiários e produtores e consumidores.

No que se refere à valorização e diversificação da produção, destacamos a evolução do Programa, que inicialmente propunha que cada produtor pudesse entregar somente uma espécie de alimento, o que não representava a

diversificação produtiva dos assentamentos nem tampouco dialogava com a dificuldade em se realizar planejamento produtivo que rompesse com os desafios da falta de assistência técnica e da sazonalidade. Em 2009, foi possível alterar os projetos, determinando a partir do valor de R$8.000,00 uma lista com os produtos e as quantidades a serem recebidas em cada entidade beneficiária. A lista da Conab de alimentos adquiridos pelo PAA tem 241 itens, entre frutas, legumes, verduras, peixes e produtos industrializados, como doces e laticínios.

Ao analisar a diversificação da entrega de alimentos no âmbito do PAA, nos projetos apresentados por assentados no ano de 2014, as entregas chegaram a contar com 84 produtos, como é o caso da Associação dos Produtores Rurais Orgânicos do Assentamento Dandara, localizada no município de Promissão, onde participam 22 produtores. Em 2014, dos 166 projetos apresentados por organizações de assentados, 125 contavam com mais de 30 produtos na lista de produtos a serem entregues.

Quanto à valorização da produção, os preços para comercialização no PAA são fixados de acordo com a média dos preços exercidos nas centrais de abastecimento do estado, sendo que estes não variam de acordo com a oferta, ou na época de safra, tampouco foram fixados aos preços mínimos, como é comum na agricultura. É uma forma de garantir preço justo o ano todo. Assim, produtos que anteriormente não eram considerados de valor comercial pelos agricultores passam a ser aproveitados na comercialização e os produtores podem escolher os produtos mais vantajosos para o plantio. Com o PAA, como dito anteriormente, foi possível pela primeira vez que muitos agricultores tivessem ciência do valor de troca de seus produtos, sem a dependência de outros agentes de comercialização (atravessadores).

Nesse sentido, os agricultores, organizados em cooperativas e associações para acesso ao programa, avançam na organização dessas estruturas, realizando reuniões com mais frequência e cuidando da gestão administrativa para elaboração de projetos e prestação de contas. O PAA torna-se, quando há controle político por parte dos agricultores, uma sólida experiência para o acesso a outros programas de comercialização e agroindustrialização, além da aprendizagem acerca da logística de entrega de produtos. Em 2014, acessaram o PAA 156 organizações oriundas de assentamentos, em 2006, eram apenas 7 entidades participantes do programa, o que demonstra o avanço do mesmo conforme apresentado anteriormente. Ainda que o pro-

grama seja um impulsionador desse processo de formalização e organização, em certa medida a existência de diversas entidades promove considerável descentralização, ou seja, em muitos assentamentos, por diversas questões, mais de uma entidade acessa o programa, pulverizando-se a possibilidade de articular um projeto organizativo mais centralizado e que envolva o conjunto da comunidade.

Outro aspecto extremamente relevante é o reconhecimento e a participação ativa de mulheres e jovens na dinâmica produtiva das comunidades. Especialmente porque historicamente elas têm se responsabilizado pela produção de autossustento, somada ao trabalho doméstico, e têm sido invisibilizadas. Com a participação no programa, tais mulheres passam a comercializar sua produção, obtendo renda e participando publicamente da vida produtiva do assentamento.

Somado a isso, a partir de 2008, o PAA direciona atenção para o aumento de políticas para inserção das mulheres, determinando que 40% dos titulares nos projetos fossem mulheres, a exemplo do que aconteceu quando elas foram reconhecidas como primeiras titulares nas relações de beneficiárias nos assentamentos e nas políticas de moradia do Minha Casa, Minha Vida. Segundo a Conab, a participação das mulheres no PAA no Brasil, passou de 11,5 mil em 2009, para 39,3 mil no ano de 2012, representando crescimento de 240%.

Há ainda que se ressaltar a importância do Programa para a transição de modelo produtivo para a matriz agroecológica, uma vez que prima pela produção de alimentos em detrimento das *commodities*, viabiliza a comercialização de alimentos produzidos em pequenas áreas (quintais) e valoriza práticas que não utilizam insumos químicos, remunerando em 30% a mais em comparação com os produtos convencionais.

Além de todas essas questões voltadas à comunidade assentada e à resistência no território conquistado, há que se ressaltar a visibilidade que o PAA trouxe a essas comunidades nos municípios em que a produção dos assentamentos é entregue. Desmistificar a criminalização propagandeada pela mídia, romper com os preconceitos sofridos pelos camponeses assentados, além de proporcionar espaços de socialização onde camponeses e trabalhadores urbanos empobrecidos podem reconhecer-se enquanto classe são algumas das possibilidades de superação da dicotomia campo-cidade proporcionadas pelo PAA.

DOS AVANÇOS AOS RETROCESSOS...

Em que pesem todos os avanços percebidos pela implementação do Programa, há que se considerar os limites políticos enfrentados, esses, em vez de ampliar o acesso ao programa têm criado contradições e dificuldades que podem prejudicar o andamento do PAA.

Talvez a principal questão seja a instabilidade política imperante no país, principalmente desde a eleição presidencial de 2014 e o processo de golpe contra a classe trabalhadora, em 2016. A Conab é ligada historicamente ao Ministério da Agricultura e Pecuária, que nunca deixou de ser gerido por representantes do que há de mais arcaico no "moderno" agronegócio brasileiro.

O PAA encontra-se fragilizado pela condição de ser um programa de governo suscetível aos cortes de orçamento, sendo os recursos destinados aos programas condicionados ao orçamento geral. O que se pode perceber é que o PAA teve forte crescimento até o ano de 2012, chegando a ser disponibilizado ao programa R$ 586 milhões. Já em 2013, o montante cai pela metade, R$ 224 milhões, sendo que o valor destinado à Conab retrocedeu ao mesmo montante de 2006. Em 2014 houve retomada do crescimento e em 2015 novos cortes, fenecendo em 2016, restando poucos projetos, isolados.

Uma preocupação ainda maior reside no fato de que as políticas públicas estão subsumidas à (des)ordem da democracia brasileira e, novamente, vemos a reedição do que há de mais arcaico no âmbito da direita. A luta por permanecer na terra é uma luta também por assegurar as conquistas e apesar da importância política, econômica, social e ambiental que o PAA demonstrou, se manteve com esse *status* de Programa, não havendo previsão orçamentária contínua e sendo sustentado a partir de negociações anuais junto ao governo federal.

Há que se destacar ainda a maior burocratização do Programa desde 2013, quando participamos de reunião em Brasília junto ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), que sugeria a criação de um cartão de débitos para o PAA nos moldes do Bolsa Família. Neste cartão, seria creditado, a partir da prestação de contas da prefeitura, os recursos referentes à entrega dos produtos comercializados.

Esse plano não avançou, mas em contrapartida, aumentaram-se as exigências para a participação no Programa, sendo que na última publicação do Manual de Operações da Conab (MOC), apresentou-se a necessidade de

que a entrega dos produtos fossem feitas diretamente aos bancos de alimentos geridos pelas prefeituras, rompendo-se a relação entre os agricultores/produtores, as associações/cooperativas sob sua gestão e os consumidores.

Se antes muitos daqueles que recebiam a produção sabiam de onde os alimentos vinham, dependendo da intermediação da entidade receptora, após as mudanças no Programa, a produção poderá ficar a mercê das forças políticas locais, reforçando um caráter assistencialista em detrimento das possibilidades de organização da classe trabalhadora.

O mesmo documento do MOC traz lista de nada menos do que 22 documentos a serem apresentados pela entidade proponente à Conab. Isto é, são quinze exigências a mais do que aquelas do início do Programa, sem garantia de aumento do controle social, como vimos no caso das exigências feitas pela Sureg/SP, mas criando situações que não qualificam o processo e geram a exclusão das organizações menos preparadas para a crescente burocratização do programa.

Evidente que essa realidade dificulta a vida das entidades proponentes, exigindo um nível de especialização que vai além das possibilidades de muitos agricultores, dirigentes de cooperativas e associações. Para além dos entraves burocráticos, persistem as dificuldades de acesso à assistência técnica e a créditos para a produção, agroindustrialização e apoio logístico, para que as organizações de agricultores possam superar os limites do dia a dia, aumentando a sua produção e a produtividade.

Para além do retrocesso no que se refere ao volume de recursos e, consequentemente, ao número de beneficiários, fornecedores ou recebedores do programa, especialmente a partir de 2013, há também um processo de deslegitimar a articulação e o controle exercido por cooperativas e associações, visto que todas as entregas não mais são feitas diretamente a beneficiários e sim, a instituições vinculadas às prefeituras municipais, estando sujeitas à apropriação do PAA por parte de agentes políticos locais, como vereadores ou prefeitos.

O que temos vivenciado desde o final do ano de 2016 é a retomada da ação de atravessadores nos assentamentos, desvalorizando, por exemplo, a produção de feijão do Projeto de Assentamento Pirituba II, no qual em tempos de PAA eram pagos R$ 3,00 por kg de feijão, e atualmente não passa de R$ 1,66. Há também os produtores de quiabo, que passaram a entregar toda a produção para os atravessadores que atuam no mercado convencional

sem ter certeza do preço que receberão pelo alimento entregue. E ainda, há relatos de casos, no mesmo assentamento, de produtores que receberam R$ 5,00 por uma caixa de 20 kg de quiabo, enquanto que sob a vigência do PAA a mesma quantia seria comercializada por R$ 67,00.

Nesse sentido, apesar da realidade de cortes e de fenecimento desse importante Programa, vemos a necessidade de retomar o debate, destacando o que realmente é relevante. Ou seja, qualificar o Programa enquanto possibilidade de não subserviência à lógica mercantil que está imposta nos assentamentos. Pautar as possibilidades de avanço em tempos como esses, vivenciados no ano de 2016, é qualificar o enfrentamento aos retrocessos que estão postos aos camponeses assentados.

Há assim, necessidade de resistir, no sentido de manter o controle político dos territórios, organizando as famílias camponesas e avançando na construção da autonomia. Ainda que haja esse retrocesso no que se refere ao PAA e às poucas políticas de redistribuição de renda vistas ao longo dos últimos 10 anos, mais do que nunca se faz necessário construir alternativas mais autônomas. No caso dos assentamentos de reforma agrária isso se manifesta a partir da organização de um novo modelo produtivo, pautado na soberania alimentar enquanto estratégia de superação ao estranhamento na produção agrícola imposto pelo agronegócio. É dessa construção de autonomia que surge a possibilidade de criação de uma nova sociabilidade.

REFERÊNCIAS

BERBEROGLU y PETRAS. "Classe, estado e desenvolvimento", *in*. VELTMEYER, H. (org.). *Herramientas para el cambio: manual para los estudios críticos del desarrolo*. Universidad Mayor de San Andres: Plural Editores, 419 p., 2011.

BOMBARDI, L. M. *Campesinato, luta de classes e reforma agrária* (a lei de revisão agrária em São Paulo). São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana da Universidade de São Paulo.

FERNANDES, B. M. "Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial", *in*: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224.

LENIN, V. I. *Estado e Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2003, 144 p.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011, 1096 p.

OLIVEIRA, A. U. "A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira". *Geousp – Espaço e Tempo* (*Online*), v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015.

_____. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007, 184 p.

PEREIRA, J. M. M.; ALENTEJANO, P. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio (1964-2014). *Revista Tempos Históricos*, v. 18, p. 73-111, 2014.

PETRAS, J.; VELTMEYER H. (2003), "Los campesinos y el estado en América: Um pasado turbulento, un futuro incierto", *Problemas del Desarrollo*, v. 34, n. 131, p. 7-64.

REIS, A. T. *Trabalho, políticas públicas e resistência em assentamentos do estado de São Paulo*: um estudo do programa de aquisição de alimentos (PAA). Universidade Estadual Paulista (Tese de Doutorado) – Presidente Prudente – Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015, 169 p.

THOMAZ Jr., A. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. *Scripta Nova*: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, Barcelona, v. 11, n. 245 (46), Ago. 2007.

_____. A.. *Geografia e trabalho no século XXI*. Presidente Prudente: Centelha, 2004. 185 p.

_____. A. *Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI*: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). Universidade Estadual Paulista (Livre-docência) – Presidente Prudente - Faculdade de Ciências e Tecnologia 2009, 499 p.

_____. A. "Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas". *Revista da Anpege*, Campinas, v. 7, n. 1, n. esp., p. 307-329, out. 2011.

_____. A. "O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil", *in*: NOVAES, H.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. (org.). *Questão agrária, cooperação e agroecologia.* (Parte 4 Mundialização, trabalho, gênero e juventude do Campo). São Paulo: Outras Expressões, 201, p. 323-340.

WESZ JÚNIOR, V. J.; GRISA, C. Os dez anos do plano safra da agricultura familiar: um convite a reflexão, *in*: *Observatório das políticas públicas para a agricultura*, n. 42, julho 2012, p. 1-5.

ZIMMERMANN, S. A. Políticas públicas e arranjos institucionais: o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA), *in*: *VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção*, 2007, Fortaleza.

INICIATIVAS DE SOBERANIA ALIMENTAR NO BRASIL E NO CANADÁ[1]

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

INTRODUÇÃO

Desde 1996, quando ocorreu o II Congresso Internacional da Via Campesina, em Tlaxcala, no México, a soberania alimentar tem sido trabalhada como uma alternativa ao sistema agroalimentar capitalista (Desmarais, 2015; Wittman, 2011), o qual tem sido dominado pelas grandes corporações, apresentando problemas como o paradoxo entre a fome e a obesidade, a mercantilização do alimento, o distanciamento entre produtores e consumidores e a marginalização da produção camponesa (McMichael, 2016). Entendida como o controle de cada povo sobre seu próprio processo de alimentação, a soberania alimentar tem sido incorporada por governos (Equador, Bolívia e Nepal, por exemplo) (Wittman, 2015) e movimentos camponeses e urbanos (Martínez-Torres; Rosset, 2014; Roman-Alcala; 2015).

Conforme pontuado por autores como De Schutter (2015) e McMichael (2014), atualmente pode-se falar numa "segunda geração" da soberania alimentar. Isso porque, nos primeiros anos de sua proposição, ela assumia mais a perspectiva de defesa dos direitos dos camponeses do Hemisfério Sul, especialmente no que se refere à luta pela reforma agrária. Porém, nos últimos anos, ela também tem sido incorporada por grupos de consumidores que levam em consideração não apenas o preço dos alimentos, mas também os aspectos socioambientais que estão relacionados a eles. Assim, são desenvolvidas ações como hortas urbanas (Sadlera; Arkua; Gillilanda, 2014), mercados de produtos locais (Jarosz, 2008) e cozinhas comunitárias (Rojas *et al.*,

[1] Nesse artigo visa-se trabalhar com resultados da pesquisa de doutorado "A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá, que foi defendida em agosto de 2016. Ela foi orientada pelo prof. dr. Bernardo Mançano Fernandes e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (Fapesp).

2011). Apesar de as relações de consumo serem secundárias na construção de uma alternativa ao sistema agroalimentar capitalista, não se pode deixar de considerá-las como de fundamental importância para a concretização do Direito Humano à Alimentação Adequada (Wilkins, 2005).

Reconhecendo tal realidade, no presente artigo intenta-se destacar como ações de compra institucional de alimentos construídas no Brasil e no Canadá são exemplos da diversidade que caracteriza a soberania alimentar. No que se refere ao Brasil, é abordado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem sido implementado desde 2003, tendo dois objetivos centrais: i) a compra de produtos cultivados por camponeses sem a ocorrência de licitações e; ii) a doação de parte desses produtos para pessoas em condição de vulnerabilidade social. Por sua vez, o caso canadense é analisado com base em resultados da implementação da rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), a qual visa incentivar instituições públicas como universidades, escolas e hospitais a intensificarem o consumo de produtos de origem local, preferencialmente os que são fornecidos pelo campesinato.

No desenvolvimento da pesquisa que deu origem a esse artigo, três procedimentos metodológicos tiveram papel principal:

i) revisão bibliográfica e documental: foram consultados centenas de artigos científicos, livros e documentos sobre a conflitualidade entre o sistema agroalimentar capitalista e a soberania alimentar. Esses materiais foram fichados e organizados no software de referenciamento bibliográfico Mendeley;

ii) trabalhos de campo: primeiramente, ocorreram entre março de 2013 e outubro de 2014 nas regiões do Cantuquiriguaçu, no estado do Paraná e do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, ambos no Brasil, para o estudo do PAA. Essas regiões foram escolhidas por integrarem a política de desenvolvimento territorial do governo federal brasileiro, sendo consideradas, dentre outras coisas, prioritárias para ações de compra institucional de alimentos. Nessas ocasiões, foram efetivadas entrevistas em caráter semiestruturado com proponentes e beneficiários do PAA, assim como técnicos agrícolas e outros membros do poder público relacionados a ela. Num segundo momento, entre novembro de 2014 e outubro de 2015, foram realizados trabalhos de campo na Região Metropolitana de Vancouver, na província de British Columbia, no Canadá

para estudo da implementação da rede F2CC. Tal escala foi adotada porque a rede F2CC surgiu na própria Região Metropolitana de Vancouver e possui ali um dos seus mais ativos centros. Nesse caso, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas junto a sujeitos relacionados a tal proposta como representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs), agricultores que comercializam sua produção na escala local e professores que desenvolvem ações de educação alimentar;

iii) análise das entrevistas: as entrevistas foram transcritas e depois arquivadas no software de análise qualitativa Atlas.ti, o que possibilitou que nelas fossem identificados códigos visando compreender a relação entre o PAA e a rede F2CC com a soberania alimentar.

Com isso, foi possível analisar as diferenças e complementaridades entre o PAA e a rede F2CC pelas lentes da soberania alimentar.

De tal maneira, além dessa introdução, o texto possui outras quatro partes. Na primeira, são destacados os procedimentos metodológicos que orientaram a pesquisa. Na sequência, são analisados o PAA e a rede F2CC, respectivamente, considerando a contribuição de ambos para a soberania alimentar. Na seção final, são feitas algumas considerações sobre o papel das relações de produção e consumo na promoção da soberania alimentar.

A CONTRIBUIÇÃO DO PAA PARA A SOBERANIA ALIMENTAR

O PAA tem sido implementado pelo governo federal brasileiro desde 2003, tendo surgido como uma das estratégias do então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), de eliminar a fome do Brasil (Silva; Grossi; França, 2010). Isso se deu num contexto de intensas disputas pelo modelo de desenvolvimento do campo, pois ao mesmo tempo que era dada abertura para a efetivação de algumas propostas dos movimentos socioterritoriais de cunho progressista, como aqueles vinculados à Via Campesina (Wittman, 2015), também ocorria um dos períodos mais favoráveis à expansão do agronegócio, como parte do processo de reprimarização da economia (Delgado, 2010).

O PAA foi concebido como uma política pública de cunho estrutural por atender a dois objetivos centrais: i) a aquisição de produtos de origem camponesa sem a ocorrência de licitação, o que cria uma reserva de merca-

do que não pode ser acessada pelo agronegócio e ii) a doação de parte dos produtos para pessoas em condição de vulnerabilidade social, de modo mais específico aquelas que são beneficiadas por ações da rede socioassistencial.

Entre 2003 e 2005, o PAA foi efetivado por meio de recursos advindos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Porém, de 2006 a 2016 também ocorreu a participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com isso, essa política pública se divide em cinco modalidades: Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar e a Compra Direta da Agricultura Familiar, operacionalizadas pelo MDA; Compra com Doação Simultânea e Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite, operacionalizadas pelo MDS. Considerando diferentes combinações de modalidades às quais os proponentes podem acessar, pode-se obter uma renda anual de até R$ 24 mil com o PAA (Conab, 2016).

Para acessar o PAA é necessário que o camponês possua a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP), documento emitido por órgãos autorizados pelo MDA para certificar a unidade de produção como de base familiar. Dentre os proponentes entrevistados, alguns relataram que os aspectos burocráticos atrelados a essa exigência acabam impedindo um maior aproveitamento do PAA, pois muitos não possuem a DAP regularizada, devido a restrições creditícias ocasionadas por fatores como fraco desempenho em safras anteriores.

Antes do PAA, em outros países já existiram políticas de compra institucional de alimentos como parte do combate à fome. São exemplos o India's Public Distribution System (Sistema de Distribuição Pública da Índia – PAD) e o National School Lunch Program (Programa Nacional de Merenda Escolar), dos Estados Unidos. Contudo, a grande inovação trazida por essa política pública é que, pela primeira vez, buscou inserir a agricultura camponesa como central no fornecimento dos alimentos (De Schutter, 2014).

Assim, as contribuições que o PAA oferece para a soberania alimentar podem ser divididas em dois eixos: criação de uma nova oportunidade de mercado para a agricultura camponesa e melhoria da alimentação dos próprios proponentes e dos beneficiários. Na sequência é feita uma descrição mais detalhada sobre cada um desses.

A criação de uma nova oportunidade de mercado para a agricultura camponesa se dá pelo fato de que o PAA pontua a exclusividade desse

segmento social como fornecedor de parte dos produtos que são consumidos por instituições vinculadas à rede socioassistencial. Isso vem ao encontro da tese defendida por Akram-Lodhi (2015) de que, para a ocorrência da soberania alimentar se faz necessário que o Estado seja efetivo em promover o campesinato como um componente central do desenvolvimento do sistema agroalimentar local. Atrelados a isso, podem ser percebidos alguns impactos socioterritoriais que qualificam o PAA como uma política pública emancipatória, capaz de ao menos diminuir a influência das grandes corporações capitalistas sobre os sistemas agroalimentares locais (Coca, 2015).

Primeiramente, constata-se que o PAA representa uma alternativa para a geração de renda no campo. Isso pode ser percebido em casos nos quais se constata o aumento do rendimento econômico dos proponentes e em casos em que, apesar disso não ocorrer, se constata ao menos a garantia de renda, o que possibilita um melhor planejamento econômico da unidade produtiva.

No assentamento rural Engenho II, em Presidente Epitácio, no Pontal do Paranapanema, por exemplo, o acesso ao PAA possibilitou a dinamização econômica das unidades produtivas, fato essencial para a etapa de luta na terra. "É uma renda a mais, e melhorou a situação do assentamento; depois do PAA mudou o sentido. (...) Depois que começou a receber, o povo já tem outro ânimo, você encontra o cara e ele já está com mais satisfação, mais alegre" (M. O. – Liderança do Assentamento Engenho II – 11/12/2013, grifos nossos). Esse fato adquire relevância na medida em que se percebe que, apesar de o Pontal do Paranapanema possuir mais de uma centena de assentamentos rurais, em razão de ter sido alvo de um histórico caso de grilagem de terras (Feliciano, 2009), a maior parte desses se caracterizam pelo fraco dinamismo econômico (Coca, 2016).

Já no Cantuquiriguaçu, camponeses proponentes do PAA pontuam que, apesar de não se constatar um significativo aumento da renda, ao menos essa política pública possibilitou a diminuição da penosidade do trabalho. "Tu trabalha menos (...) em comparação com 10 anos atrás, eu não sei porque que eu trabalhei tanto, não era viável trabalhar tanto! Hoje [com o PAA] eu trabalho a metade do que trabalhava antes (V. R. – Proponente do PAA em Quedas do Iguaçu – 15/06/2014, grifos nossos).

Contudo, apesar de o PAA ser uma referência de geração de renda camponesa, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que o limite de

cota anual é pequeno.[2] No caso do assentamento rural Bom Pastor, de Sandovalina, no Pontal do Paranapanema, por exemplo, foi possível constatar que, em várias famílias proponentes dessa política pública, alguns membros têm sido empregados pelas usinas de cana-de-açúcar da região, pois existe excedente de trabalho na unidade produtiva. Isso indica que a intenção de fazer do PAA uma política pública que fixa o camponês na terra tem sido cumprida apenas parcialmente.

Também vale ressaltar que, com o PAA têm sido criadas e/ou fortalecidas entidades coletivas camponesas como cooperativas, associações e grupos de mulheres. Além de serem importantes para a organização econômica do campesinato, essas também possuem importância política (Fabrini, 2000).

Em 2012, por exemplo, oito cooperativas e três associações participaram do PAA "Compra com Doação Simultânea" no Cantuquiriguaçu (MDS, 2015). Ao consultar na página da web da Receita Federal do Brasil, o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dessas entidades coletivas, vê-se que apenas uma delas foi formada antes de 2004, que foi o primeiro ano de implementação de tal modalidade do PAA nessa região. Também em 2012, quando foi registrado o maior número de camponeses que forneceram produtos pelo PAA "Compra com Doação Simultânea" no Pontal do Paranapanema, dentre as entidades proponentes constaram: 69 associações, duas cooperativas e três organizações de mulheres (MDS, 2015). Pela consulta do CNPJ dessas entidades coletivas na página da web da Receita Federal do Brasil, percebe-se que dentre elas, 44 associações e uma cooperativa foram formadas após a primeira experiência do PAA "Compra com Doação Simultânea" nessa região. Não à toa, todos os representantes de entidades coletivas do Cantuquiriguaçu e do Pontal do Paranapanema certificaram a preponderância do PAA para a atuação delas.

Outro impacto causado pelo PAA é a valorização do trabalho feminino. Em parte, isso pode ser percebido na própria escala da unidade de produção, na qual a avaliação é que "houve um resgate da autoestima da mulher porque, este tipo de produto, no caso da horta, panificados, produtos transformados, a família, o homem, chefe da família, não dava tanta importância" (M. R. – Funcionário da Emater – 8/2013). A importância

[2] Na modalidade "Compra com Doação Simultânea" do PAA é possível aos proponentes acessar uma cota anual de R$ 6.500,00 por meio de contratos individuais ou de R$ 8.000,00 por meio de contratos coletivos.

das mulheres para a comercialização de produtos por meio do PAA pode ser vista de modo ainda mais evidente por meio dos contratos firmados no nome das mulheres camponesas (Siliprandi; Cintrão, 2014). No Cantuquiriguaçu, em 2011, 29% dos contratos do PAA "Compra com Doação Simultânea" tinham a mulher como responsável; em 2012, o número foi de 33% e em 2013, 49%. Por sua vez, no Pontal do Paranapanema, os dados foram os seguintes: 27% em 2011, 33% em 2012 e em 51% em 2013 (MDS, 2015).

É importante lembrar que, no contexto atual presencia-se uma transição demográfica no campo, onde o número de mulheres cresce mais rápido que o de homens (De Schutter, 2013) e que, além disso, a questão de gênero é de fundamental importância na efetivação da soberania alimentar (Desmarais, 2003; Mi Young Park; Julia; White, 2015). De tal modo, pode-se concluir que o empoderamento feminino por meio do PAA é de grande relevância para a criação de alternativas ao controle das grandes corporações sobre os sistemas agroalimentares.

Por seu turno, a melhoria da alimentação dos próprios proponentes e dos beneficiários está relacionada à diversificação produtiva propiciada pelo PAA. Nessa política pública existe a intenção de ir além dos alimentos padronizados que caracterizam o controle exercido pelas grandes corporações sobre os sistemas agroalimentares, valorizando os produtos de acordo com a sazonalidade e os costumes locais.

No que se refere aos próprios proponentes, vale ressaltar que, um dos elementos centrais da economia camponesa é a capacidade de autoabastecimento (Tavares dos Santos, 1978). Pensa-se primeiro na alimentação das famílias e depois na venda do excedente, de modo que o produto a ser comercializado não difere do produto a ser consumido. "Aquilo que você vende, você come também. Porque só se pode vender daquilo que se come, se não for bom para se comer, não é bom para se vender" (V. R. – Proponente do PAA de Quedas do Iguaçu – 15/6/2014).

Assim, em diversos casos abordados na pesquisa, verificou-se que os produtos adquiridos fora da unidade produtiva passaram a ter apenas um caráter complementar na dieta alimentar das famílias camponesas proponentes do PAA. Isso pode ser percebido no depoimento seguinte: "Depois que nós entramos no PAA, melhorou mesmo! Nossa... 100%! Melhorou porque agora a gente tira um dinheirinho para comprar o que nós não pro-

duzimos aqui, é fartura mesmo em nossa horta!" (T. C. – Proponente do PAA do Assentamento Lagoinha, em Presidente Epitácio – 1/11/2013).

Além disso, a capacidade do PAA de contribuir no combate à fome também é evidenciada por parte dos beneficiários da doação dos produtos. No Pontal do Paranapanema, por exemplo, isso pode ser percebido na seguinte fala: "Antigamente, as entidades como a Apae e a Santa Casa iam nos lugares e pediam doações ou iam nos mercados e pegavam as sobras, mas isso acabou" (J. B. – Técnico da Fundação Itesp – 1/4/2014). Com isso, as entidades socioassistenciais podem se concentrar de modo mais direto nas suas atividades estruturais, pois existia a garantia da doação de alimentos frescos e saudáveis.

Assim, por meio do PAA, a agricultura camponesa deixa de ser vista apenas como carente de políticas sociais e passa a ser elencada como um elemento central no combate à fome em nível regional por meio da criação de circuitos curtos de produção e comercialização de alimentos mediados pelo Estado. "A alimentação das famílias mudou consubstancialmente. A nossa clientela, vamos dizer assim, está na linha da miséria, e até abaixo, não tanto como a associação queria, mas já melhorou bastante a vida deles" (O. R. – Presidente da Cooperativa de Agentes Ecológicos de Laranjeiras do Sul – 21/10/2014).

De tal modo, evidencia-se que, pelo PAA, a agricultura camponesa pode contribuir com a soberania alimentar em nível regional. Contudo, apesar da destinação dessa parcela do mercado institucional representar um grande avanço para o campesinato, isso ainda não é suficiente para a ocorrência de mudanças estruturais. Por isso, as duas regiões aqui evidenciadas ainda possuem hegemonia do agronegócio.

A CONTRIBUIÇÃO DA REDE F2CC PARA A SOBERANIA ALIMENTAR

Como uma reação ao programa de Estado Mínimo adotado por governos neoliberais, nos últimos anos, a sociedade civil canadense tem se articulado para procurar soluções para problemas sociais, econômicos e ambientais. Chama atenção a emergência disso no sistema agroalimentar por meio de ações como conselhos de políticas de alimentação, bancos de alimentos, hortas e cozinhas comunitárias, dentre outros (Koc *et al.*, 2008).

Como parte desse contexto, a rede F2CC foi criada no ano de 2011 por meio de um financiamento concedido pela J. W. McConnell Family Foundation em benefício da Alberta Public Health Association (APHA) e da Public Health Association of British Columbia (PHABC) (F2CC, 2012). Ao contrário do PAA, que funciona como uma política pública, a rede F2CC é uma articulação entre diversos *stakeholders* (partes interessadas) do sistema agroalimentar canadense, dentre os quais ONGs, escolas, universidades e movimentos sociais, ou seja, ele é efetivado, principalmente, pelo protagonismo da sociedade civil. Os seus membros trabalham "para educar, construir capacidades, fortalecer parcerias e influenciar políticas para trazer alimentos locais, saudáveis e sustentáveis para todas as instituições públicas" (2013, não paginado, tradução nossa).

Conforme sua página na web, fazem parte da rede F2CC 804 escolas, 160 pré-escolas, 20 universidades/faculdades, 965 centros de aprendizagem, 773 grupos que visam aumentar o consumo de produtos locais nas escolas e 734 ações integradas em escolas. Assim, as ações da rede F2CC são divididas em três eixos principais: Farm to School (da Fazenda para a Escola), Farm to Campus (da Fazenda para o *Campus* Universitário) e Farm to Healthcare (da Fazenda para as Unidades de Saúde). Os três possuem como eixo-central a busca pela modificação das relações de consumo de alimentos, porém, também é dada ênfase à priorização dos produtores locais, especialmente os camponeses, como fornecedores das instituições públicas.

O Farm to School possui como escala de ação as escolas canadenses. No Canadá, o sistema de ensino é responsabilidade das províncias. Essa é uma das razões para que ele seja o único país membro do G8 (grupo de países considerados grandes potências mundiais) que não possui um sistema nacional de alimentação escolar (Siqueira, 2014). Tal situação torna-se mais preocupante quando se percebe que na Região Metropolitana de Vancouver, em cada dez crianças, uma vive em famílias em situação de pobreza (First Call: Bc Child And Youth Advocacy Coalition, 2014). De modo mais evidente, somente na cidade de Vancouver, estima-se que mais de 2 mil estudantes passam todo o período escolar sem ingerir qualquer tipo de alimento (Bramham, 2015). Visando superar essa lacuna, os programas de Farm to School efetivados pela rede F2CC têm se espacializado pelos 15 *school boards* (distritos escolares) da Região Metropolitana de Vancouver.

As principais responsáveis pelas ações de Farm to School na Região Metropolitana de Vancouver são ONGs que possuem como foco de trabalho aspectos correlatos ao sistema agroalimentar local. Essas possuem objetivos variados, contudo, convergem na escolha do modelo de Farm to School como estratégia para modificar o processo de alimentação escolar.

A Farm Folk City Folk trabalha por meio de Learning Labs (Laboratórios de Aprendizagem) que possuem como objetivo "(...) construir ou fortalecer uma comunidade em seu esforço para ampliar o aproveitamento de uma atividade particular" (F2CC, 2014, não paginado, tradução nossa). Na atualidade, destaca-se a realização de um Learning Lab em que a Farm Folk City Folk visa contribuir com o Vancouver School Board. "Essa é uma parceria onde nós ajudamos o School Board a determinar os modos em que eles podem comprar mais alimentos locais, saudáveis e sustentáveis em suas escolas" (A. C., gerente de parcerias estratégicas e desenvolvimento do Farm Folk City Folk, Vancouver, 16/6/2015, tradução nossa).

Outro exemplo é o Project Chef que possui como principal foco de ação o Food Literacy (Educação Alimentar). Para isso, ele se aproveita do fato de que o Currículo Escolar de British Columbia considera o alimento como um tema transversal, o qual pode ser abordado por diferentes áreas do conhecimento (BC ministry of Education, 2015). Assim, são desenvolvidos cursos de culinária que vão além dos aspectos nutricionais relacionados ao alimento, abordando também a relação desse com a economia, o meio ambiente e outros. De modo mais direto, "(...) nós olhamos para a educação alimentar, usamos o ato de cozinhar como um veículo para ensiná-los" (B. F., fundadora e diretora executiva do project Chef , Vancouver, 23/7/2015, tradução nossa).

Por seu turno, o Fresh Roots adota como estratégia central a construção de *school gardens* (hortas escolares), as quais qualificam a escola não somente como consumidora, mas também como produtora de alimentos. De tal modo, além dos *school gardens* serem utilizados como "laboratórios vivos", eles também fornecem alimentos para os estudantes e para a comunidade.

Tais exemplos pontuam que as ações desenvolvidas pela rede F2CC em escolas da Região Metropolitana de Vancouver possuem primeiramente, o objetivo de fomentar nos estudantes uma leitura crítica acerca do sistema agroalimentar local e, num segundo momento, propor ações pontuais que funcionam como alternativas.

Já no que se refere à implementação dos modelos de Farm to Campus e Farm to Healthcare na Região Metropolitana de Vancouver, a principal referência é a liderança exercida pela University of British Columbia (UBC), *campus* de Vancouver, por meio de sua fazenda experimental, a UBC Farm.

O documento UBC's Sustainability Academic Strategy (Estratégia de Sustentabilidade Acadêmica da UBC) ao mesmo tempo que pontua a sustentabilidade como um objetivo para os diversos tipos de atividades que são desenvolvidas no interior dos *campi* dessa universidade, também destaca como a produção, a compra e a comercialização de alimentos podem contribuir para isso (UBC, 2009).

De maneira mais específica, o documento UBC Sustainable Campus Food Guide (*Campus* Sustentável Guia Alimentar da UBC) traz orientações para que estudantes, professores e funcionários contribuam para que a UBC produza um sistema alimentar que preencha as necessidades da presente geração sem comprometer as gerações futuras. São destacadas várias medidas que podem ser adotadas para atingir esse objetivo como a diminuição do consumo de carne, o aumento do consumo de produtos orgânicos, a preferência pela aquisição de produtos que tenham o selo de *fair trade* (comércio justo) e o mais importante para efeito desse trabalho, o estabelecimento da meta de fazer com que a UBC se torne uma líder na adoção de práticas sustentáveis de compra de alimentos (UBC, 2013).

Desde 2003, a UBC Farm tem se inserido em atividades de Farm to Cafeteria, vendendo parte de sua produção para unidades de comercialização de alimentos localizadas no próprio *campus* da UBC, em Vancouver. Primeiramente, isso se deu através de produtos de alto valor, destinados a restaurantes de luxo localizados no *campus* universitário. Contudo, desde 2007, ela passou a fornecer produtos também para lanchonetes e restaurantes que comercializam refeições a preços mais populares, além de se tornar um dos principais canais de abastecimento das residências universitárias do Vanier Hall.

Além disso, atualmente, a UBC Farm também tem criado estratégias para se tornar uma das fornecedoras de alimentos do UBC Hospital, que é o hospital universitário dessa instituição. O principal responsável pelo gerenciamento das políticas alimentares do UBC Hospital é a empresa Sodexo, que adquire a maior parte dos produtos da Gordon Food Services. Por isso, a participação dos camponeses locais no abastecimento alimentar dessa ins-

tituição é quase nulo. Contudo, através do projeto-piloto Farm to Healthcare, financiado pelo banco Vancity, ficou estabelecido que durante o biênio 2015-2016 esse distribuidor daria preferência aos produtos cultivados pela UBC Farm, como forma de incrementar o sistema alimentar universitário (Sine *et al*., 2014).

Todavia, no caso da comercialização de alimentos com hospitais existe um desafio a mais, "(...) porque as normas de segurança alimentar são mais rigorosas. Geralmente, alguns hospitais têm orçamentos mais baixos e por isso, a prestação de serviços de alimentação é bem menos flexível" (S. L., coordenadora de comunicação e extensão do Centro de Sistemas Alimentares Sustentáveis da UBC Farm, Vancouver, 16/6/2015). Isso se dá porque no Canadá os hospitais adotam a Hazard Analysis Critical Control Point (Ponto de Controle e Análise Crítica de Riscos – HACCP) que é recomendada pelo Codex Alimentarius Commission (Comissão de Códigos Alimentares), da ONU. Esse conjunto de normas refere-se não só ao produto final, mas também ao seu processo de produção. Atender ao HACCP tem sido o grande obstáculo para que a UBC Farm se consolide como um importante fornecedor de alimentos para o UBC Hospital (Sine *et al*., 2014).

Portanto, percebe-se que as ações de Farm to School encontram-se em estágio mais avançado que as de Farm to Campus e Farm to Healthcare. Apesar das primeiras serem adotadas apenas em caráter voluntário pelas escolas, o que se constata é que sua espacialização é mais intensa que as duas últimas. Isso porque na região metropolitana de Vancouver os modelos de Farm to Campus e Farm to Healthcare estão concentrados basicamente na UBC, *campus* de Vancouver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exemplos do PAA e da rede F2CC destacam que ações que contribuem com a efetivação da soberania alimentar podem ser executadas pelo protagonismo do Estado e/ou da sociedade civil. No caso do primeiro, constatou-se que o poder público pode exercer um importante papel por meio da efetivação de políticas públicas de cunho emancipatório, as quais funcionam como alternativas ao domínio que as grandes corporações exercem sobre os sistemas agroalimentares. Por meio do PAA, a agricultura camponesa contribui com o desenvolvimento local de modo direto, indo

além da hegemonia do agronegócio. No segundo caso, pode-se perceber que num contexto de Estado mínimo, a sociedade civil atua como principal incentivadora para a adoção de políticas alimentares mais sustentáveis pelas instituições públicas. Assim, a rede F2CC faz com que escolas, *campi* universitários e hospitais utilizem o seu poder de compra para contribuir com a agricultura local e com a adoção de práticas de consumo embasadas por uma leitura crítica das políticas alimentares.

Evidentemente, o PAA e a rede F2CC são "incubadoras da soberania alimentar" (Akram-Lodhi, 2015), ou seja, eles contribuem apenas parcialmente para que essa ocorra. A prova disso é que nas regiões evidenciadas nesse trabalho, ainda existem muitos conflitos entre modelos alimentares, os quais podem ser sintetizados em dois polos: de um lado estão os sujeitos que trabalham o alimento como uma mercadoria e do outro os que consideram a necessidade de se implementar integralmente o direito humano à alimentação adequada. Contudo, não se pode negar que tais proposições têm funcionado como alternativas que vão além dos auspícios do mercado capitalista.

REFERÊNCIAS

AKRAM-LODHI, A. H. "Accelerating towards food sovereignty". *Third World Quarterly*, Waterloo, v. 36, n. 3, p. 563–583, 2015.

BC MINISTRY OF EDUCATION. Curriculum packages by grade. 2015. Disponível em: <http://www.bced.gov.bc.ca/irp/gc.php?lang=en>. Acesso em: 16 set. 2015.

BRAMHAM, D. "Who will feed Vancouver's 2,000 hungry school kids?". *Vancouver Sun*, Vancouver, 2015.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Programa de Aquisiçao de Alimentos da Agricultura familiar: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! Brasília, 2016.

COCA, E. L. F. "O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR". *Revista Nera*, Presidente Prudente, n. 26, p. 165-182, 2015.

_____. A contribuição do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a soberania alimentar no Pontal do Paranapanema. *Formação*, Presidente Prudente, v. 2, n. 23, p. 57-81, 2016.

De SCHUTTER, O. "The agrarian transition and the 'feminization' of agriculture", *in*: FOOD SOVEREIGNTY: a critical dialogue (International Conference): *Anais...* New Haven: ISS-Agrarian, Food and Environmental Studies (Afes), Initiatives in Critical Agrarian Studies (Icas), Transnational Institute (TNI), Institute for Food

and Development Policy/Food First, Land Deal Politics Initiative (LDPI), *The Journal of Peasant Studies*, 2013.

_____. The power of procurement. Roma: FAO, 2014.

_____. "Food democracy South and North: from food sovereignty to transition initiatives". *Open Democracy*, Londres, 2015.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 110-126, 2010.

DESMARAIS, A. A. "The Via Campesina: peasant women on the frontiers of food sovereignty". *Canadian Woman Studies*, Toronto, v. 23, n. 1, p. 140-145, 2003.

_____. The gift of food sovereignty. *Canadian Food Studies*, Otawa, v. 2, n. 2, p. 154-163, 2015.

F2CC – FARM TO CAFETERIA CANADA. Farm to Cafeteria: BC communitties share paths to success. Vancouver, 2012.

_____. Strategic Plan (2013-2016): a living document Farm to Cafeteria Canada, Vancouver, 2013.

_____. Learning Labs, Vancouver, 2014.

FABRINI, J. E. "A cooperação agrícola nos assentamentos : uma proposta política". *Revista de Geografia*, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67-78, 2000.

FELICIANO, C. A. *Territórios em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

FIRST CALL: BC CHILD AND YOUTH ADVOCACY COALITION. British Columbia: 2014. *Child Poverty Report Card*. Vancouver, 2014.

JAROSZ, L. "The city in the country: Growing alternative food networks in Metropolitan areas". *Journal of Rural Studies*, Aberystwyth, v. 24, n. 3, p. 231–244, 2008.

KOC, M. *et al.* "Getting civil about food: the interactions between civil society and the State to advance sustainable food systems in Canada". *Journal of Hunger & Environmental Nutrition*, Morristown, v. 3, n. 2-3, p. 122-144, 2008.

MARTÍNEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. M. "Diálogo de saberes in La Vía Campesina: food sovereignty and agroecology". *Journal of Peasant Studies*, Hague, v. 0, n. 0, 2014.

McMICHAEL, P. "A comment on Henry Bernstein's way with peasants, and food sovereignty". *The Journal of Peasant Studies*, Hague, v. 42, n. 1, p. 193-204, 2014.

_____. "Commentary: Food regime for thought". *The Journal of Peasant Studies*, Hague, v. 43, n. 3, p. 648-670, 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. PAA: 10 Anos de Aquisição de Alimentos. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2013.

_____. PAA, 2015. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura>. Acesso em: 10 de ago. 2016.

MI YOUNG PARK, C.; JULIA; WHITE, B. "We are not all the same: taking gender seriously in food sovereignty discourse". *Third World Quarterly*, Waterloo, v. 36, n. 3, p. 37-41, 2015.

ROJAS, A. *et al.* "Toward food system sustainability through school food system change: Think & Eat Green at school and the making of a community-university research alliance". *Sustainability*, Basel, v. 3, n. 5, p. 763-788, 2011.

ROMÁN-ALCALÁ; ANTONIO. "Concerning the unbearable whiteness of urban farming". *Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development*, Ithaca, n. 1–4, 2015.

SADLERA, R. C.; ARKUA, G.; GILLILANDA, J. A. "Local food networks as catalysts for food policy change to improve health and build the economy". *Local Environment,* Massachusetts. v. 20, n. 9, p. 1.103-1.121, 2014.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. "As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos", *in*: MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. (Ed.). PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014, p. 114-151.

SILVA, J. G.; GROSSI, M. E. DEL; FRANÇA, C. G. *Fome zero*: a experiência brasileira. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2010.

SINE, E. *et al.* LFS 450: Final Project Report for the Farm-to-Healthcare Project. Vancouver, 2014.

SIQUEIRA, W. V. The school system in Canada: comprehensions toward the implementation of a national program. Vancouver, 2014.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. *Colonos do vinho*: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

UBC – UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA. Exploring and exemplifying sustainability – UBC's Sustainability Academic Strategy. Vancouver, 2009.

_____. UBC Sustainable Campus Food Guide. Vancouver, 2013.

WILKINS, J. L. "Eating right here: moving from consumer to food citizen". *Agriculture and Human Values*, Dordrecht, v. 22, n. 3, p. 269-273, 2005.

WITTMAN, H. "Food sovereignty: a new rights framework for food and nature?" *Environment and Society:* Advances in Research, Wageningen, v. 2, n. 1, p. 87-105, 2011.

_____. "From protest to policy : The challenges of institutionalizing food sovereignty". *Canadian Food Studies*, Waterloo, v. 2, n. 2, p. 174-182, 2015.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DO CAMPESINATO[1]

Paulo Roberto Rosa
Munir Jorge Felício
Edilene Mayumi Murashita Takenaka
Fúlvia Letícia Perego Silva
Geisiane dos Santos Araújo

INTRODUÇÃO

A lógica do lucro que guia as opções do modo de produção capitalista gerou desenvolvimento e subdesenvolvimento, concentrou a riqueza nas mãos de poucos, agravou as assimetrias entre continentes, países, regiões e cidades, dividindo-os entre os que têm e os que não têm. A desigualdade na distribuição e/ou acesso aos benefícios criados por esse modo de produção afeta as relações e corrói, pouco a pouco, os vínculos sociais. A humanidade precisa encontrar ou criar caminhos para outro modelo produtivo que lhe permita romper com a ditadura da mercadoria imposta pelo modelo produtivista-consumista do capital, que lhe solapa o tempo destinado ao lazer, à família e outras atividades não laborais; corrói os laços sociais e de solidariedade, bem como tem degradado e levado os recursos naturais à exaustão (Amin, 1976; Smith, 1988; Santos, 2004).

Considerado um fenômeno complexo e contraditório, o desenvolvimento "(...) é um reflexo das melhores aspirações humanas e, exatamente porque grandes ideias formam a base do poder, é objeto para a mais intensa manipulação e passível de ser usado para propósitos que invertem o seu ideal

[1] Artigo resultante de intensa troca de saberes durante a disciplina Meio Ambiente e Economia Solidária, ministrada em 2015 no curso de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste), quando os autores eram docentes ou alunos no respectivo programa de pós-graduação.

original" (Peet *apud* Girardi, 2016, p. 12, grifos do autor). Suas concepções são engendradas e alinhadas a uma das duas doutrinas, paradigmas ou correntes de pensamento predominantes: a marxista e a neoliberal. Independente do alinhamento paradigmático, tal concepção deve ser considerada como um fenômeno amplo e multidimensional, ou seja, deve contemplar as dimensões econômica, social, científica, tecnológica, ambiental, dentre outras. O desafio está em romper com a tendência de algumas visões reducionistas ao restringir, igualando o desenvolver e o crescer econômico como se fossem sinônimos. Para Girardi (2016),

> A essência do crescimento econômico puro é que ele não coloca em questão e não tem como objetivo final a melhoria das condições gerais de vida da população e alguma forma mais incisiva de divisão da riqueza; ele é o objetivo final. A melhoria de vida da população pelo aumento das rendas médias pode ser uma consequência do crescimento econômico de um país, mas não é o objetivo final das ações do Estado na condução da economia e da sociedade. (Girard, 2016, p. 12)

Segundo Peet *apud* Girardi (2016, p. 12), "desenvolvimento diferencia-se do crescimento econômico porque preocupa-se com as condições de produção, por exemplo, os efeitos ambientais da atividade econômica, e as consequências sociais, por exemplo, a distribuição da renda e o bem-estar social". Bernstein (1996, p. 197) compreende o desenvolvimento como a transição de uma condição de "(...) baixa produção, estagnação, pobreza (...)" para uma realidade de "(...) progresso econômico e social (...)". Para Sen (2010), o desenvolvimento só existe de fato quando ele não só permite às pessoas participarem do processo como também amplifica as liberdades existentes e/ou resulta em novos espaços de participação social, sendo que a liberdade está no meio e no final do processo de desenvolvimento uma vez que "(...) a eliminação de privações de liberdades substanciais (...) é constitutiva do desenvolvimento (...)" (Sen, 2010, p. 10, grifos do autor).

Seguindo essa linha de interpretação, Rosa (2016, p. 32) compreende que "se não houver um resgate da liberdade em todas as suas manifestações e da efetiva participação social não há que se falar em desenvolvimento". Dentre as pistas apontadas por Rigotto (2008, p. 108) para viabilizar a utopia de uma sociedade democrática e autogestionária, com um modelo de desenvolvimento no qual o trabalho seja atividade de realização humana, está "(...) a criação de cooperativas de trabalho e consumo, no veio da economia solidária (...)".

Para enfrentar o modelo altamente excludente, competitivo e tecnológico engendrado pelo modo de produção capitalista, o campesinato tem se aproximado das engrenagens da economia solidária por encontrar nela uma das suas possíveis alternativas, principalmente pela possibilidade do desenvolvimento de modelos coletivos do associativismo e do cooperativismo. O objetivo deste texto é justamente promover um debate teórico e conceitual acerca da economia solidária, bem como identificar a sua prática e restrições verificadas em assentamentos de reforma agrária na Região do Pontal do Paranapanema. Para cumprir com esse objetivo, foram realizadas pesquisas bibliográficas, as quais foram norteadas pelas temáticas centrais: desenvolvimento, questão agrária e economia solidária. Além disso, foram realizados trabalhos de campo em 12 assentamentos da Região do Pontal do Paranapanema – estado de São Paulo – e dois no estado do Mato Grosso do Sul, os quais possibilitaram a observação e o contato direto com a base empírica.

Dentre as análises que apontam perspectivas para ampliar a compreensão do avanço do capital e as profundas alterações provocadas por ele nas relações sociais no campo e na cidade, destacam-se as contribuições de Dal Ri (2010), Franco (2003) e Coraggio (2014). Todavia, foram as contribuições seminais de Kautsky (1986) e Luxemburgo (1985) que trataram dos desdobramentos da expansão do capital e os principais impactos devidos à industrialização da agricultura do final do século XIX e início do século XX.

As análises de Kautsky (1986) e Luxemburgo (1985), dentre outros, contribuem para a construção do paradigma da questão agrária – PQA[2] – como modelo explicativo para a evolução da agricultura na sociedade capitalista, contrapondo o modelo explicativo advindo do paradigma do capitalismo agrário – PCA – a partir das obras basilares de Mendras (1974) e Lamarche (1993;1998). Para os dois modelos, as perspectivas do campesinato são distintas como demonstraram as análises de Felício (2011): para o PQA a perspectiva do campesinato consiste em se desenvolver no sistema capitalista, sem fazer parte dele e, contraditoriamente, fazendo parte. Para o PCA a perspectiva do campesinato é absolutamente idêntica à do capital.

É importante destacar a imprescindibilidade do debate paradigmático pela proposição e desafio em compreender as categorias e os conceitos es-

[2] Para maiores informações, consultar Felicio (2014, p. 17-38).

senciais como condição indispensável para o estudo do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, como esclarece Felício (2014):

> Para distinguir-se a questão agrária do paradigma da questão agrária, é importante lembrar que a primeira consiste no problema estrutural engendrado pelo avanço do capitalismo na agricultura, em cujo centro dos debates está a relação entre o capital e o campesinato, enquanto que o paradigma da questão agrária consiste numa referência teórica para se compreender o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. (Felício, 2014, p. 17)

A expansão capitalista ao avançar sobre a agricultura procurou industrializá-la tentando repetir no campo o que fez com o seu parque industrial urbano. Obteve os impulsos do sistema financeiro que lhe propiciou desenvolver cada vez com mais rapidez o domínio tecnológico proporcionando ampliar sua competência e majorar seu processo de acumulação. Essa expansão provocou todas as transformações na economia camponesa ao desalojá-la do seu jeito próprio de fazer agricultura. O campesinato, até hoje, disputa com o capital o domínio e o controle dos meios de produção, em especial a terra. Depende desse enfrentamento a sua autonomia e o seu protagonismo.

O que diferencia a propriedade camponesa da capitalista são, principalmente, três fatores: a propriedade da terra em si, o tipo de mão de obra utilizada e o destino de sua produção. Primeiro, na propriedade camponesa a terra é vista como local de trabalho e de onde se tira a subsistência, enquanto na propriedade capitalista a terra é local de exploração do trabalho alheio e de onde se extrai a mais-valia. Em segundo lugar, o tipo de mão de obra utilizada no empreendimento do campesinato é predominantemente familiar, ao passo que no capitalista prevalece o assalariamento. O terceiro ponto a diferenciar os dois tipos de empreendimentos reside no fato do campesinato dedicar-se predominantemente à produção de alimentos de subsistência, enquanto o capitalista produz majoritariamente matéria-prima para a indústria.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista provoca intenso crescimento devido ao seu parque industrial altamente tecnificado, por obedecer a suas leis de acumulação, diante das quais não são admitidos nenhum obstáculo e limite. Por causa desse crescimento, que nem sempre promove desenvolvimento e sim exclusão, exploração e marginalização, há um enorme contingente populacional numa encruzilhada: ou encontra uma forma

de se inserir nessa estrutura e servir ao capital, entendendo ser o melhor dos mundos, ou resiste a essa ordem existente, buscando e, se necessário, criando alternativas para aumentar sua autonomia e protagonismo.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL

O modo de produção capitalista é centrado em relações competitivas e no individualismo exacerbado, com pouco ou nenhum espaço para ações colaborativas, cooperativas, associativas e humanitárias. Nesse sentido, Dal Ri (2010, p. x) assevera que o capitalismo, em sua fase neoliberal, "colocou-se, teórica e praticamente, contrário à reprodução e ao desenvolvimento da solidariedade entre as classes trabalhadoras e, consequentemente, ao desenvolvimento de organizações com caráter autônomo e de classe". No entanto, como estratégia de resistência e luta contra o desemprego, a classe que vive do trabalho, procura encontrar alternativas visando reproduzir a comunidade, onde "os trabalhadores são ao mesmo tempo os proprietários dos meios de produção" (Dal Ri, 2010, p. xi).

> Embora essas organizações tenham que produzir excedente econômico para ser aplicado em seu desenvolvimento, um aspecto inovador é que elas não visam à acumulação de capital, mas, sim, à produção e à reprodução da comunidade de trabalho. A dimensão mais importante dessa comunidade é a extinção do trabalho assalariado e a sua substituição pelo trabalho associado. (Dal Ri, 2010, p. xii)

Assim, essas iniciativas não têm como meta a exploração capitalista propriamente dita, ou seja, a obtenção da mais-valia e a acumulação do capital, mas objetivam libertar os participantes do jugo capitalista e a estes gerar trabalho, renda e/ou outros tipos de benefícios. No entanto, apesar desses esforços, as consequências do modelo capitalista estão presentes e são, segundo Franco (2003), o não desenvolvimento e a marginalização de um grande contingente populacional, processo conhecido como exclusão social e que nega oportunidades, segrega e discrimina as minorias.

> O mundo necessita de uma globalização solidária, de inclusão e justiça social capaz de fomentar modelos de desenvolvimento que possibilitem a todos os habitantes uma vida produtiva e a desfrutar dos benefícios oferecidos à sociedade. (Franco, 2003, tradução nossa)

Dentre as potenciais alternativas encontradas pelo campesinato para impor barreiras contra o avanço e expropriação impostos pelo modo de pro-

dução capitalista, uma merece destaque: a economia solidária. Diversos autores[3] a têm apontado como um caminho viável, por favorecer as relações sociais, a reciprocidade e formas coletivas de propriedade cuja importância elege o ser humano como fator central. No sentido tradicional, a economia solidária se refere às cooperativas, associações ou outras iniciativas centradas na autogestão, ou seja, em modelos de gestão democráticos e participativos. Como se pode observar, esse tipo de organização é o mesmo daquelas a que fez referência Dal Ri (2010). Assim, esse tipo de organização não obedece à lógica capitalista e surge em razão das desigualdades e contradições presentes nesse sistema econômico. Segundo Coraggio (2014),

> Originalmente, este tipo de organização, altamente reconhecida e institucionalizada juridicamente, fazia parte do programa de trabalhadores superexplorados pelo capitalismo. Seus objetivos incluíam tanto gerenciar diretamente a produção, defender-se das pressões do mercado (marketing, compras, finanças) ou atender em conjunto as necessidades que o mercado e Estado atendiam (crédito, funerais, saúde, educação). (Coraggio, 2014, p. 6, tradução nossa)

As relações pautadas pela solidariedade têm demonstrado um alto potencial na produção de soluções inovadoras e se manifestado "(...) como um modelo socioeconômico capaz de fornecer respostas e soluções concretas, (...), e começa a construir uma imagem de economia a serviço dos direitos humanos" (Portal de Economia Solidária, 2014, tradução nossa). De forma planejada ou intuitiva, tais relações aplicam uma lógica diferente para encontrar soluções que visem resolver os problemas sociais e econômicos gerados pelo capitalismo. Algo que inicialmente parecia utópico, colocar as pessoas à frente do capital, tem demonstrado que isso é uma questão de cunho político em que os interesses de classe constituem a força dinamizadora. O caminho é longo e árduo, mas atualmente as iniciativas e eventos solidários se espalham pelo mundo, envolvendo mais pessoas a cada dia que passa. Nesse sentido, Coraggio (2014, p. 14, tradução nossa) assevera que a economia social e solidária "(...) deve ser considerada como um ponto de partida para a construção de uma alternativa sistêmica que requer outro Estado e outros sujeitos".

[3] Dal Ri (2010), Coraggio (2014), Singer (2000, 2014).

Atualmente, essas organizações cresceram e ampliaram o seu escopo de atuação. Apesar de estarem presentes no sistema capitalista sem, ao mesmo tempo, essencialmente, fazer parte dele, essas iniciativas solidárias são, muitas vezes, direcionadas pelas regras do mercado. Com isso, após décadas de exploração capitalista, as pessoas têm recorrido a diversas alternativas de organização e trabalho, sejam elas formais ou informais, para garantir a sua sobrevivência e a de suas famílias. Para Coraggio (2014),

> (...) as unidades de economia popular expandiram suas estratégias de sobrevivência, recorrendo a formas não capitalistas e informais de organização nas mais diversas atividades, desde o empreendimento por conta própria até a extensão de redes para ajuda mútua, ou de troca multirecíproca com emissão de moedas sociais, ou a institucionalização de práticas para recuperação de empresas falidas, de terras ou de terrenos urbanos. (Coraggio, 2014, p. 6, tradução nossa)

Com a crise pela qual passa o sistema capitalista, a qual demonstra claramente não somente a sua inviabilidade sob a ótica econômica, mas também social e ambiental, faz-se necessário a adoção de políticas que fomentem as iniciativas sociais e solidárias. Nesse contexto, os movimentos sociais exercem um papel fundamental na reivindicação, luta e conquista de políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento humano e social de forma sustentável. Diante da lentidão e insensibilidade do Estado quanto ao atendimento das demandas populares, são desenvolvidas políticas pensadas de cima para baixo e que não atendem, na maioria das vezes, às expectativas da sociedade.

> Ao avançar em sua implementação vai se descobrindo que não alcança com subsídio monetário aos trabalhadores, mas que são necessários subsídios para a compra de máquinas e ferramentas, (micro) crédito, programas de formação mais sistemáticos, embora raramente seja concedido o acesso a terra em zonas rurais ou em áreas urbanas. Se descobre também a notória incapacidade das burocracias estatais para assumir as funções que tais programas exigem, ampliando a ação de organizações mediadoras, como as ONGs ou organizações sociais. (Coraggio, 2014, p. 7, tradução nossa)

A letargia e/ou desinteresse demonstrados pelo Estado e suas instituições no atendimento às demandas sociais resultam da cooptação deste pelo capital. Nesse contexto, o papel desempenhado pelos movimentos sociais é de extrema importância e devem atuar com a apresentação de "(...) progra-

mas de transformação e não só reivindicando demandas pontuais" (Coraggio, 2014, p. 10, tradução nossa). Assim, Coraggio (2014) destaca:

> O campesinato, crítico da tecnologia destruidora da terra e da vida, é que nos apresenta não só uma proposta agroecológica mas sim a soberania alimentar, ao valorizar a economia doméstica, sempre presente nas estratégias da economia popular, e que leva consigo o lema 'terra para aquele que nela trabalha'. (Coraggio, 2014, p. 10, tradução nossa)

A presença do campesinato no centro das discussões sobre formas alternativas ao modelo capitalista denota o seu protagonismo e a sua atualidade enquanto ator social. Historicamente, o campesinato tem levantado barreiras contra o avanço do capital sobre a agricultura, mais recentemente em sua manifestação através do agronegócio. No contexto do desenvolvimento econômico brasileiro é possível observar a presença sempre marcante do campesinato, com suas estratégias para manter o domínio dos seus meios de produção, em especial pela terra que é o principal deles. É nesse contexto que a economia solidária se apresenta como uma alternativa de resistência que possibilita ao campesinato, através de sua própria lógica, permanecer no capitalismo sem, no entanto, fazer parte dele (Luxemburgo, 1985).

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Com o objetivo de verificar potencialidades e fragilidades próprias da economia solidária, foram coletadas informações referentes a 12 assentamentos de reforma agrária organizados em associações e dois em cooperativas. O contato com essa base empírica possibilitou conhecer iniciativas solidárias com diversidade constitutiva e dificuldade na articulação das pequenas unidades produtivas.

Dentre as fragilidades percebidas nas associações e cooperativas, destaca-se o baixo engajamento das pessoas, principalmente no que se refere à participação e ao envolvimento delas na organização. Foram encontradas situações em que os dirigentes estão no cargo há vários anos e a cada fim de mandato se veem forçados a continuar, dada a ausência de interessados na sucessão diretiva. A indiferença manifestada pode ser compreendida como resultado da formação política do campesinato, principalmente aquela que historicamente foi desenvolvida na Região do Pontal do Paranapanema.

Dentre os pesquisadores que analisaram os desdobramentos sociais de ações como essas, destacam-se as análises de Sanchez (1973) e Santos (2005).[4] Suas análises almejavam compreender as razões por intermédio das quais ocorre esse tipo de participação. Para eles, trata-se de um conjunto de elementos e características próprias do capital social, o qual é um elemento fundamental à constituição, desenvolvimento e sobrevivência da participação como conquista, como elucida Bordieu (2012).

> O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de inter-conhecimento ou de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (Bordieu, 2012, p. 67, grifos do autor)

Para Bagnasco (2011, p. 359), "o capital social é uma trama de relações construídas ao longo do tempo e baseadas numa cultura cooperativa, na confiança mútua e em formas de organização social às quais novos rumos podem ser dados". Segundo Santos (2005, p. 70), "(...) em comunidades nas quais não há um sentido de cooperação, as relações tornam-se difíceis, o individualismo prevalece, as transações envolvem maiores custos e a sociedade perde. (...) O capital social facilita esses tipos de ação".

No entanto, segundo Rosa (2016, p. 106), "artimanhas engendradas pelo capital têm procurado destruir essas redes de relações cooperativas e de confiança, bem como a noção de pertencimento a determinando grupo, conduzindo a uma sociedade altamente desigual e individualista". A importância do capital social para ruptura do individualismo engendrado pelas articulações capitalistas de produção é demonstrada por Putnam (2002) ao afirmar que:

> A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Aqui o capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. (Putnam, 2002, p. 177)

[4] Sanchez (1973) analisou a região da Alta Sorocabana, situada no sudoeste e oeste do estado de São Paulo, abrangendo parte das regiões administrativas de Marília e Presidente Prudente; enquanto Santos (2005) estudou a microrregião de Presidente Prudente, situada no extremo oeste do estado de São Paulo.

A participação como conquista e não como dádiva, exige a ruptura com a mentalidade individualista e fragmentada, reforçando os vínculos sociais por combater a ideologia capitalista que visa tornar as desigualdades sociais naturais, como demonstraram as análises de Putnam (2002). O associativismo e o cooperativismo se fortalecem com a dedicação e fidelidade do associado e do cooperado. Dentre as tarefas deles estão o desenvolvimento e a preservação de valores, hábitos e atitudes de respeito e defesa da sua organização, como se ela lhe pertencesse.

A adesão livre e voluntária, a cooperação (ajuda mútua), a solidariedade, a equidade e a responsabilidade estão entre os elementos fundantes da economia solidária. Tendo por base as contribuições de Bagnasco (2011), Bordieu (2012), Putnam (2002) e Santos (2005), a existência de capital social ou sua consolidação e expansão é considerada aqui essencial para que floresçam e prosperem iniciativas solidárias. É por essa razão e por considerar que os elementos constitutivos do capital social estão historicamente vinculados ao modo de vida e aos valores camponeses que se considera pertinente dedicar algumas linhas para uma análise conceitual e de seus principais aspectos.

Ao analisar organizações no norte da Itália, Putnam (2002) constatou a importância da influência na formação e desenvolvimento das relações igualitárias, bem como no desempenho das instituições, pois

> (...) são favorecidas por padrões e sistemas dinâmicos de engajamento cívico, ao passo que outras padecem de uma política verticalmente estruturada, uma vida social caracterizada pela fragmentação e o isolamento, e uma cultura dominada pela desconfiança. (Putnam, 2002, p. 31)

É próprio da herança milenar camponesa as relações sociais serem pautadas pela confiança, honestidade e reciprocidade. Foi com essas relações que o campesinato obstaculizou o desenvolvimento das relações capitalistas de produção responsáveis pela mentalidade individualista e produtivista, o que Woortmann (1990, p. 69) denomina como "(...) campesinidade, expressão de uma ordem moral". Guiado pela moral e honra, princípios estreitamente ligados a essa mentalidade, e com uma perspectiva não econômica, Woortmann (1990, p. 12) enfatiza a "(...) reciprocidade enquanto valor".

A manutenção dessa mentalidade constitui uma das formas de resistência do campesinato contra as tentativas de subordinação realizadas pelo capital e que tem implicações na busca da sua autonomia, como demonstra Woortmann (1990).

> (...) o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades de futuro. (Woortmann, 1990, p. 17)

Em tempos de crise, o campesinato se vale da sua mentalidade para prosseguir despertando senso crítico aguçado que passe a questionar determinadas situações, atitudes, hábitos etc. que anteriormente eram considerados naturais. Segundo Woortmann (1990), os valores da cultura camponesa como a terra, família e trabalho estão de tal forma imbricados que não se pensa uma sem a outra. Nesse contexto, "o espaço camponês é, portanto, um espaço moral" (Woortmann, 1990, p. 38), onde "vender a própria produção e realizar o valor monetário do trabalho é expressão da autonomia camponesa" (Woortmann, 1990, p. 39, grifos do autor), como constatado em trabalho de campo.

Tal autonomia, juntamente com a independência, estão entre os princípios basilares da cultura camponesa e, portanto, podem ser considerados elementos preponderantes para a sua recriação e desenvolvimento no meio adverso. A importância da confiança é destacada por Arrow *apud* Putnam (2002, p. 180): "Pode-se muito bem afirmar que boa parte do atraso econômico no mundo se deve à falta de confiança". Contrariando o senso comum, que questiona se as outras pessoas são confiáveis, "para haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também acreditar que se goza da confiança dos outros" (Gambetta *apud* Putnam, 2002, p. 174).

Além da honestidade e da confiança, a reciprocidade tem função de selar os vínculos sociais entre os camponeses por intermédio do mutirão, por exemplo. Trata-se da mobilização coletiva para auxílio mútuo e gratuito especialmente na época da colheita. Reciprocidade para Woortmann (1990, p. 67) consiste no "(...) contrato social do camponês hierárquico no interior do todo que é a comunidade". É próprio do campesinato realizar "(...) uma ética tradicional fundada na reciprocidade, na honra e na hierarquia, mas não permanecem à margem da história" (Woortmann, 1990, p. 68).

O dinamismo do campesinato e a sua busca por melhores condições de vida e trabalho são destacados por Woortman (1990) ao afirmar que:

> A campesinidade, em sua rejeição do negócio e do lucro dele resultante, não significa que camponeses sejam, necessariamente, pobres. Certamen-

> te, não são magnatas, mas os colonos do Sul vivem bem e não deixam de ser camponeses por contarem em suas casas com comodidades tais como refrigerador, freezer ou aparelhos de TV. E entre os sitiantes do Nordeste não deixa de ocorrer uma espécie de acumulação a partir do trabalho (...). (Woortmann, 1990, p. 70, grifos do autor)

Como é possível observar, há uma estreita relação entre os elementos fundantes do capital social estabelecidos por Bagnasco (2011), Bordieu (2012) e Putnam (2002), os valores camponeses analisados por Woortman (1990) e os princípios basilares da economia solidária. É nessa perspectiva que se buscou identificar, através da realização de trabalhos de campo, a existência, na região de estudo, de iniciativas solidárias, bem como analisar suas potencialidades, fragilidades e razões para o sucesso ou fracasso.

Os trabalhos de campo realizados envolveram 14 assentamentos vinculados a sete associações com 261 participantes e duas cooperativas com 129 integrantes. Essa base empírica encontra-se localizada na Região do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do estado de São Paulo, bem como no município de Bataguassu, no estado do Mato Grosso do Sul, conforme consta nos quadros 1 e 2.

Quadro 1: Associações

Região	**Município**	**APPR**	**N. Associados**	**PA**	**N.**
Pontal do Paranapanema Caiuá	Caiuá	Assentamento Faz. Santa Rita III	60	Malu	24
				Santa Angelina	23
				Santa Rita III	21
				Vista Alegre	22
	Mirante do Paranapanema	Dona Carmem	22	Dona Carmem	185
	Presidente Bernardes	Água Limpa e Rodeio	18	Água Limpa II	22
				Rodeio	65
				Santa Eudóxia	6
	Presidente Epitácio	Engenho	28	Engenho	27
		Porto Velho	53	Porto Velho	65
		Caboclos do Leite	55	São Paulo	76
Mato Grosso do Sul	Bataguassu	Mulheres Assentadas	25	Montana	70

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 2: Cooperativas

Região	Município	Cooperativa	N. Cooperados	PA	N. Lotes
Pontal do Paranapanema	Presidente Epitácio	Agroindustrial da Agricultura Fam.	59	Lagoinha	150
Mato Grosso do Sul	Bataguassu	Coopaclara	70	Santa Clara	156

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar de todos os componentes das associações e cooperativas afirmarem que são assíduos nas reuniões, que transacionam regularmente com a organização à qual pertencem, o contato com as lideranças dessas organizações apontou dificuldades, das quais merecem destaque o baixo nível de engajamento e comprometimento para com as atividades e compromissos associativos, as dificuldades financeiras, a burocracia envolvendo os projetos governamentais, além, principalmente, da dificuldade, e na maioria dos casos a impossibilidade, de se realizar a sucessão em períodos eletivos.

No contato com os camponeses foi possível perceber que o individualismo característico das relações capitalistas de produção encontra-se incrustrado em muitos deles, não sendo raras as situações em que se ouviu frases do tipo "o que importa é da porteira para dentro". É comum os presidentes das associações e cooperativas relatarem que o convite para as pessoas participarem da organização tem como resposta a seguinte pergunta: "o que eu ganho com isso?". Mesmo entre aqueles que fazem parte, não são raras as situações em que estes se lembram da associação ou cooperativa apenas quando precisam ou quando esta tem algo a oferecer e que lhes interessa.

Em que pese as dificuldades e obstáculos inerentes às associações e cooperativas, elas se constituem também como ponto de partida devido às suas potencialidades. Elas são imprescindíveis no que se refere ao acesso às políticas públicas. Sem elas não há como o produtor comercializar os alimentos nos programas de aquisição governamental. Elas contribuem com o fortalecimento nas condições de negociação com o mercado: tanto na compra, quanto na venda de seus produtos. Contribuem, também, ao criar mecanismos de venda direta ao consumidor ou quando efetuam o processamento e colocam no mercado produtos de valor agregado, melhorando o rendimento financeiro ao reter a parte que ficaria com as agroindústrias processadoras e atravessadores.

Os principais atrativos oferecidos pelas cooperativas estão relacionados ao acesso às políticas públicas. Dentre as principais apontadas na época da

realização dos trabalhos de campo estavam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado (PDRS), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa Paulista de Agricultura e Interesse Social (Ppais).

No Brasil, pela sua dimensão continental, diversidade étnico-racial, diferenças na qualidade do solo e das condições climáticas, a concepção de políticas públicas efetivas é um desafio considerável. Não se trata unicamente de criar exclusivamente políticas públicas com a finalidade de prover os recursos materiais e/ou financeiros necessários aos camponeses, mas também se requer a modificação das atuais instituições ou a criação de novas. Além do desafio envolto na criação de uma nova institucionalidade, será necessário torná-la capaz de sobreviver à volatilidade política característica do Brasil.

A instabilidade política – que leva à extinção ou suspensão das políticas públicas, ao bloqueio de recursos – gera incerteza e apreensão quanto ao futuro da agricultura camponesa. Foram vários os relatos dos representantes de associações e cooperativas que conseguiram aprovar projetos, mas que, apesar de decorridos vários anos, não lograram êxito na sua conclusão. Dentre os principais problemas apontados estão a não liberação ou liberação apenas parcial dos recursos, a dificuldade na obtenção das licenças necessárias, a falta de clareza ou a mudança nas regras, a dificuldade na obtenção de contrapartida do município (quando necessário) e a falta de vontade política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do modo de produção capitalista transforma profunda e amplamente as relações sociais por impulsionar o crescimento devido à força pujante do avanço tecnológico e da consequente produtividade. Essa expansão se pauta na perspectiva de que o seu crescimento, por si só, alavanca o desenvolvimento e proporciona o atendimento a todas as necessidades humanas fundamentais. Historicamente se constata a privatização do crescimento e a socialização do desenvolvimento, constituindo duas sociedades distintas: a da opulência e a da miséria. Ou seja, a sociedade dos que têm e a sociedade dos que não têm.

A economia solidária tem se apresentado como uma alternativa viável e crível por apresentar alternativas promissoras para romper com a lógica

perversa do modo de produção capitalista e proporcionar maior autonomia e protagonismo à sociedade dos que não têm. A sua força consiste em impulsionar as formas coletivas de propriedade, elegendo o ser humano como centralidade. É a partir dessa centralidade que será desenvolvida alternativa sistêmica, entrelaçando dimensões como solidariedade, honestidade, oportunidade e reciprocidade. Haverá obrigatoriamente um esforço necessário para romper a mentalidade individualista própria do modo de produção capitalista.

O contato com a base empírica demonstrou que a efetiva participação é o grande desafio. É necessário trabalhar o sentimento de pertencer e de identificação com o grupo, a conscientização de que a união faz a força, a necessidade de assumir responsabilidade frente ao coletivo. Uma característica intrínseca das iniciativas solidárias é a autogestão, que implica tomadas de decisão coletiva e a necessária rotatividade daqueles que estão a frente, liderando o empreendimento. Para isso, a tomada de consciência e o necessário engajamento dos participantes é um requisito para que essas iniciativas prosperem.

No entanto, essa prática necessita de um trabalho de base para formação de pessoas ativas, engajadas e que acreditem em soluções coletivas, como vem sendo construídas por diversos movimentos sociais. Trata-se de um exercício constante para que os movimentos, as associações e as cooperativas desenvolvam relações igualitárias e, com isso, abandonem o isolamento, no convencimento de que a participação é resultado da conquista do coletivo e que sua força está nas articulações internas do grupo, como forma de combater o oportunismo e as artimanhas dos atravessadores que, de alguma forma, servem à acumulação capitalista.

O trabalho de campo possibilitou compreender que a economia solidária desenvolvida pelos assentados possui fragilidades e potencialidades. Dentre as fragilidades destacam-se o baixo envolvimento, a pouca participação dos assentados nas associações e cooperativas, principalmente no que se refere à assunção de responsabilidades diretivas. Essa é uma realidade que emerge constantemente em trabalhos feitos na Região do Pontal do Paranapanema e que distinguem o campesinato da região daquele encontrado na Região Sul, com forte tradição cooperativista. Um melhor resultado, que permita ganhos para todos os envolvidos, pode ser conseguido quando há o engajamento e o trabalho colaborativo com vistas a maximizar a produtividade do grupo.

As potencialidades consistem no acesso a políticas públicas, melhoria nas negociações com o mercado e no processo de agregação de valor na produção primária. No entanto, a fragilidade das políticas públicas voltadas à agricultura familiar acaba por tornar ainda mais vulnerável o setor responsável por produzir mais de 70% dos alimentos consumidos tanto no campo quanto na cidade. Na região objeto de estudo há diversas iniciativas solidárias sendo gestadas, como por exemplo miniusinas de leite, frigorífico de peixe, fábrica de farinha de mandioca e frigorífico de frango, dentre outras. Apesar dos desafios, a expectativa dos envolvidos nesses projetos, se rompidas as amarras que têm impedido essas iniciativas de se consolidarem, é de que elas melhorem a qualidade de vida e as condições de subsistência da comunidade.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual*: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

BAGNASCO, Arnaldo. "A teoria do desenvolvimento e o caso italiano", *in*: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (org.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Unesp; Edusp, 2001, p. 349-363.

BERNSTEIN, Henry. "Desenvolvimento e subdesenvolvimento", *in*: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996. p. 197-201.

BORDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CORAGGIO, José Luis. Los sentidos de la Economía Social. *Revista Voces en el Fénix*, ano 5, n. 37, p. 4-11, ago. 2014.

DAL RI, Neusa Maria. "Introdução: trabalho associado, economia solidária e mudança social", *in*: DAL RI, Neusa Maria (org.). *Trabalho associado*: economia solidária e mudança social na América Latina. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevidéu: Editorial Procoas, 2010, p. vii-xiii.

FELICIO, Munir J. *Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário.* 2011. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia), apresentada no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

_____. "Paradigma da questão agrária e paradigma do capitalismo agrário", *in*: VINHA, Janaina F. de S. C.; COCA, Estevan L. de F.; FERNANDES, Bernardo M. (org.). *Dataluta:* questão agrária e coletivo de pensamento. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 17-38.

FRANCO, Pedro. "Movimientos sociales en lucha contra la exclusión social". *Foro Social Mundial*, 2003. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bib_pedro_franco_esp>. Acesso em: 16 nov. 2014.

GIRARDI, Eduardo P. *Relatório de pesquisa trienal* – setor sucroalcooleiro paulista: importância econômica, internacionalização e impactos na questão agrária. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2016.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar:* comparação internacional, v. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *A agricultura familiar:* comparação internacional, v. II: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital:* contribuição ao estudo econômico do imperialismo. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MENDRAS, Henry. *La fin des paysans*. Paris: Actes Sud, 1984.

PORTAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. La Economía Solidaria, una economía al servicio de los derechos humanos. *Portal de Economia Solidária*, 2014. Disponível em: <http://economiasolidaria.org/noticias/la_economia_solidaria_al_servicio_de_los_derechos_humanos>. Acesso em: 15 nov. 2014.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RIGOTTO, Raquel Maria. *Desenvolvimento, ambiente e saúde*: implicações da (des)localização industrial. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

ROSA, Paulo R. *Desenvolvimento, questão agrária e exclusão digital do campesinato*: um estudo na Região do Pontal do Paranapanema (SP). Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

SANCHEZ, Maria Ângela D. M. *O empresário rural na Alta Sorocabana*. 1973. 331 f. Tese (Doutorado), apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

SANTOS, Álvaro B. *Desenvolvimento regional e capital social*: uma abordagem para a microrregião de Presidente Prudente. 2005. 232 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, *campus* de Presidente Prudente.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SINGER, Paul. *A economia solidária no Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. La Construcción de la Economía Solidaria como alternativa al capitalismo en Brasil. *Revista Voces en el Fénix*, ano 5, n. 38, p. 19-27, set. 2014.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

WOORTMANN, Klass. "Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico/87*. Brasília: Ed. UnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.

PARTE III

AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SOB AS ÓTICAS DE MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS E ORGANISMOS MULTILATERAIS

O GRUPO BANCO MUNDIAL E A ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO[1]

Guilherme Magon Whitacker

INRODUÇÃO

Demonstraremos aqui a evidência de que, na conjuntura da mundialização neoliberal, o Grupo Banco Mundial (Grupo BM), reconhecidamente um dos principais agentes globais que atua em espaços sociais de poder (Pereira, 2010), impõe um conjunto de políticas econômicas neoliberais a distintos países como condição para a obtenção de créditos e credibilidade frente ao capital internacional (Peet, 2011).

Sendo assim, o objetivo deste artigo é evidenciar que essa agência internacional de fomento tem contribuído para a territorialização do modo de produção capitalista no campo brasileiro por meio de distintas estratégias ideológicas, no sentido mesmo de falseamento da realidade (Marx; Engels, 2011), que englobam a lógica do desenvolvimento sustentável e trazem em seu bojo a acumulação por espoliação.

Ações dessa agência internacional produzidas na forma de recomendações para programas e políticas públicas de desenvolvimento para o campo resultam de eventos históricos, no sentido proposto por Santos (2009), e esses determinam a produção de normas que irão conduzir padrões de desenvolvimento em distintas nações.

> Uma lei, uma decisão governamental, uma portaria de um Banco Central, uma regra de um banco privado ou uma empresa são formas organizacionais que interferem na duração dos eventos, quando não a determinam diretamente. Os eventos não se dão isoladamente, mas em conjuntos sistêmicos – verdadeiras 'situações' – que são cada vez mais objeto de organi-

[1] Este manuscrito apresenta um esforço de reflexão teórica produzido a partir de nossa tese defendida no Programa de Pós-graduação em Geografia – Unesp – Presidente Prudente, em fevereiro de 2017, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Paulon Girardi.

> zação: na sua instalação, no seu funcionamento e no respectivo controle e regulação. Dessa organização vão depender, ao mesmo tempo, a duração e a amplitude do evento. Do nível da organização depende a escala de sua regulação e a incidência sobre a área de ocorrência do evento. (Santos, 2009, p. 147, grifos nossos)

E, são as normas – políticas, técnicas e organizacionais – que orientam e conduzem a forma como um conjunto de ações ocorre. Nesse aspecto, concordamos com Santos (2009) que escreveu sobre o potencial interescalar de ações articuladas em um contexto global, por exemplo, pelo Grupo BM, impactarem distintos países.

A análise da materialidade de políticas públicas de desenvolvimento para o campo no país deve levar em consideração a influência do Grupo BM que, na busca da construção de meios que possam favorecer o mercado com o objetivo de transformar o campo em adequado instrumento de crescimento econômico de base neoliberal, como ressalta o relatório "Agriculture, Rural Development, and Pro-poor Growth" (World Bank, 2005), propõe medidas e recomendações a países periféricos como estratégia política e econômica de expansão capitalista.

O atrelamento de diversos eventos articulados em escala global possibilita a proposição de modelos de desenvolvimento com distintas conotações. Dentre aquelas, as que nos importam são a territorial e a sustentável. A primeira, pela relevância do conceito para a Geografia, em particular no que nos possibilita compreender as dinâmicas envoltas na reprodução do modo de produção capitalista atrelada a políticas públicas de desenvolvimento para o campo.

A segunda, pela sua forte institucionalização sem maiores preocupações sobre seu significado, fato este que acabou por intensificar seu uso, inclusive na Geografia, e promover sua aceitação, direta ou indireta, por pesquisadores que se dedicam a políticas públicas e projetos de desenvolvimento voltados ao campo que, com uma visão idealista sobre a relação entre a sociedade e a natureza, não se atentam de que o mesmo é uma estratégia voltada à acumulação por espoliação (Whitacker, 2017).

Para demonstrarmos tal estratégia, os procedimentos metodológicos aqui utilizados foram fundamentados, principalmente, nos trabalhos de Alves-Mazzoti (2002), Cervo e Bervian (2002) e Sá-Silva (2009). Tais procedimentos estão organizados em três partes que formam o conjunto deste manuscrito.

Na primeira realizamos o levantamento bibliográfico de informações sobre o Grupo BM no que tange ao controle de programas de desenvolvimento propostos pelo mesmo. Nesse bojo está inclusa:

a) revisão bibliográfica sobre o tema (desenvolvimento territorial rural sustentável) e sobre o Grupo BM; conceitos gerais: ideologia e poder; conceitos e temas geográficos: concepções de território e processos de territorialização do modo de produção capitalista;
b) análise documental sobre programas e financiamentos para o desenvolvimento rural territorial sustentável. Posteriormente identificamos no Grupo BM as ações voltadas ao campo no Brasil com base no levantamento e análise dos documentos e relatórios acessados diretamente no site oficial desta agência internacional de fomento.[2]

Com a finalidade de evidenciar o processo de territorialização do modo de produção capitalista no campo, utilizamos os dados de ocupações de terras organizados pela Rede Dataluta – Banco de Dados da luta pela terra.

Por fim, a partir da análise desses bancos de dados e com a finalidade de evidenciar a intencionalidade das ações que recebem as adjetivações territorial e/ou sustentável utilizamos a cartografia temática como forma de representação.

PROCESSOS TERRITORIAIS E A INTENSIFICAÇÃO DA ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

Para compreendermos a relação entre a sociedade e a natureza implícita no processo de acumulação e expansão capitalista no campo, voltamos à análise de Marx (2013) que fez uso do conceito de metabolismo social, originalmente trabalhado por Justus Bom Liebig (Foster, 2005), e o associa às relações sociais de produção para especificar a relação do homem com a natureza através do trabalho (Foster, 2005). Tal conceito busca expressar o processo por meio do qual a sociedade humana transforma a natureza externa e, ao fazê-lo, transforma a própria natureza interna. Essa transformação só é possível mediante a ação do trabalho e das relações sociais de produção (Marx, 2012, 2013).

> O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –,

[2] Disponível em: <http://maps.worldbank.org/p2e/mcmap/map.html?org=ibrd&level=country&code=BR&title=Brazil>.

> apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. (Marx, 2013, p. 261)

Essa concepção corresponde ao conceito de trabalho produtivo, voltado para a produção de valores de uso que, ao se apropriar dos elementos naturais, satisfaz as necessidades humanas. O processo de trabalho, ao transformar a natureza externa, converte-se em produto pronto para ser desfrutado pelo conjunto da sociedade com potencial financeiro para tal. Na sociedade capitalista, a relação entre a sociedade e a natureza se define pela produção de mais-valor, a qual só é possível obter a partir do trabalho excedente, a partir de certo grau de produtividade do trabalhador superior ao que lhe é necessário (Marx, 2013).

Nesse aspecto, é importante salientar que Karl Marx, ao longo de seus estudos, não compreende o processo de trabalho desassociado das condições naturais. O suporte físico, recursos naturais, está para o trabalho assim como o trabalho está para os recursos naturais. Portanto, quando se estabelece a relação entre capital e trabalho assalariado ocorre também um distanciamento do homem em relação ao seu entorno, uma vez que tanto a sua natureza interna quanto a externa se modificam drasticamente.

Cabe lembrar que no processo histórico e geográfico de evolução do modo de produção capitalista, as expropriações constituem um processo permanente na lógica de acumulação e reprodução de capitais que, no entanto, não se limita a sua forma originária. Conjugadas às novas modalidades surgidas no bojo do capitalismo contemporâneo, as expropriações avançam ferozmente sobre a natureza na busca pela produção de valor.

Sobre esse processo, que Harvey (2012) vai chamar de acumulação por espoliação – entendida enquanto continuidade da etapa primitiva de acumulação capitalista – os recursos naturais não passam despercebidos: "(...) muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação (...)" (Harvey, 2012, p. 121), com isso, temos também a ascensão do imperialismo ecológico.[3]

[3] Termo utilizado pela primeira vez em 1986 por Alfred Crosby e representa, na perspectiva do autor, o impacto resultante do processo de expansão das populações europeias.

Na tradição marxista, o imperialismo é considerado um conceito amplamente utilizado na forma de instrumental teórico que, no âmbito da II Internacional, está relacionado a tentativas de interpretação da realidade corrente. No início do século XX, com Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Nicolai Bukharin e Vladimir Ilitch Lenin, surgem distintas vertentes dentro do marxismo que debatem e se empenham na tarefa de interpretar o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

De acordo com Del-Roio (2012), impulsionado pelo advento do capital financeiro, o capitalismo ingressara num segundo estágio de acumulação, caracterizado, sobretudo, pela substituição da livre concorrência pelos monopólios e pelo ganho de importância relativa da exportação de capitais em detrimento à exportação de mercadorias. Tratava-se de um segundo estágio de acumulação capitalista, em substituição ao estágio do capitalismo concorrencial, que ficou conhecido, com Lenin (2010), como o estágio do capitalismo monopolista, o imperialismo.

Na atualidade, autores como Chesnais (1996; 2005), Robinson e Harris (2000), Hardt e Negri (2001), Harvey (2012), e Borón (2006), entre outros, se lançam no mesmo desafio colocado à teoria marxista clássica do imperialismo no empenho de caracterizar o atual estágio de acumulação capitalista e, a partir dele, entender a origem, limites e implicações do conceito de imperialismo na contemporaneidade.

A partir de Marx (2011, 2013), Harvey (2011, 2015) e Mészáros (2011) entendemos que o atual momento de crise, assim como os anteriores, representa uma fase no processo cíclico de expansão capitalista que pode ser relacionado à conversão de recursos naturais básicos à existência de vida em mercadoria. Dele resulta a lógica inerente ao modo de produção capitalista e sua tendência à acumulação ao custo da destruição, fato que traz à tona o imperialismo ecológico.

Esse processo dialético de retração e expansão – crise – não é resultado de certa disposição natural, mas sim um dos objetivos do que Harvey (2012) escreveu sobre o atual estágio do novo imperialismo e da acumulação por espoliação, que, em sentido estrito, tem impactos na relação entre a sociedade e a natureza. As transferências espaço-temporais dos investimentos de capitais a fim de garantir a lucratividade se traduzem pela exploração de recursos naturais que transformam e determinam as relações entre os países periféricos e centrais. Para Foster (2005), esse fato ocorre:

> (...) mediante o saque de recursos de certos países por outros e pela consequente transformação de ecossistemas inteiros dos quais estados e nações dependem; movimentos massivos de trabalho e população vinculados à extração e transferência de recursos; a exploração das vulnerabilidades ecológicas de certas sociedades para promover um maior controle imperialista; a descarga de dejetos ecológicos que amplia a fenda entre centro e periferia; e em conjunto, a criação de uma 'descontinuidade metabólica' global que caracteriza a relação do capitalismo com o meio ambiente ao mesmo tempo que limita o desenvolvimento capitalista. (Foster, 2005, p. 226)

A partir da década de 1970, quando a atual crise se lança no mercado mundial, o debate sobre a relação entre a sociedade e a natureza atinge escala global e são criados arranjos institucionais para que este atingisse o ápice com base no discurso ideologicamente proposto de desenvolvimento sustentável, com tanta precisão, que sua contestação passou a ser considerada inadmissível. Afinal, quem seria contra um modelo de desenvolvimento capitalista e harmonioso? Para Zizek (2009), as crises provocam o medo e esse permite o retorno a ideologias dominantes.

> (...) a primeira reação, a mais espontânea, o pânico, o que leva ao 'retorno ao Básico': as premissas básicas da ideologia dominante, longe de serem questionadas, são reafirmadas com ainda mais violência. O perigo, portanto, que a crise atual seja usada de modo análogo ao que Naomi Klein chamou de 'doutrina do choque'. (Zizek, 2009, p. 28)

Por esses motivos – fortalecimento do imperialismo ecológico frente à dominação ideológica do desenvolvimento sustentável –, consideramos que ao pesquisador envolvido com a Geografia, sobretudo em sua vertente crítica, cabe refutar opiniões do senso comum, e muitas vezes até mesmo acadêmicas, pelo esforço intelectual da superação de determinada realidade para sair da aparência e buscar a essência dos fatos, das ações, dos eventos e, sobretudo, dos resultados gerados, em nosso caso, a ampla aceitação do desenvolvimento sustentável como algo materializado. Lefebvre (1991) colabora com esse entendimento ao escrever:

> Só atingimos as realidades físicas e humanas mediante os 'fenômenos', mas, se nos ativermos a esses fenômenos, se pensarmos que nada existe por trás deles, como podemos tentar conhecer? Na história da filosofia, os 'empiristas' que se ativeram às impressões imediatas, foram sempre 'nominalistas'. Para eles, as ideias gerais, os tipos, os conceitos, as essências, não são mais que abstrações. Mas, nesse caso, trata-se apenas de constatar a diversidade dos fenômenos. Não

> existe mais ciência nem conhecimento; estamos, por conseguinte, no reino do ceticismo! Mas, se pusermos 'essências' e colocarmos essas essências 'além' das aparências e dos fenômenos, sem relações com eles, como então atingi-las? Tampouco há conhecimento e ciência para o racionalismo metafísico... A ciência supõe, por um lado, que é possível distinguir entre o aparente e o essencial; e, por outro, que há uma ligação entre eles. (...) A ciência, desse modo, supõe que seja possível estabelecer uma hierarquia entre os fenômenos; que seja possível distinguir entre os que não têm fundamento e os que têm fundamento na essência. (...) A essência aparece em suas relações reais como algo diverso de si mesma, com as outras coisas com as quais se encontra e pelas quais é limitada. (...) A aparência, manifestação ou fenômeno, portanto, é apenas um aspecto da coisa, não a coisa inteira. (...) A coisa difere da aparência; e, com relação a aparência, a coisa é em si mesma a diferença, negação, contradição. Ela não é a aparência, mas sua negação. (...) É por isso que podemos atingir a essência a partir dos fenômenos. A essência é apenas uma corrente mais profunda no fluxo das aparências e dos fenômenos. Nem todos os fatos se situam no mesmo plano; e a essência, a lei, encontra-se abaixo da superfície, na parte calma e profunda do rio. A questão consiste em atravessar a superfície a fim de imergir nas águas profundas. (Lefebvre, 1991, p. 218, 219, aspas no original, itálicos nossos)

O desenvolvimento sustentável foi apresentado primeiro como oportunidade a partir de sua aparência humanitária, depois, como farsa pela sua essência ideológica e alienante. Para demonstrarmos essa ideologia trazemos à tona a questão da importância do papel social desempenhado pelo pesquisador na Geografia, entendendo-a como ciência com potencialidade de profunda significação contrária ao processo de massificação das aparências, no sentido anteriormente proposto por Lefebvre (1991), no qual autores e pesquisadores ignoram o potencial deturpador do conceito de desenvolvimento sustentável e concordamos com Oliveira (1978) que escreveu que, fazendo uso do *status* de cientista, muitos pesquisadores:

> (...) engajam-se no *establishment*, outros criticam-no. Uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social. (Oliveira, 1978, p. 30)

Esse fato chama a atenção para o que Burawoy (2011) escreveu sobre a sociologia produzida para a academia, que ele chamou de conhecimento instrumental, "(...) que toma como dados os fins e os meios, preocupando-se simplesmente com os meios mais eficazes para atingir os fins (Burawoy, 2011, p. 51)" sem questionar os objetivos desses meios e fins. Fazendo uma

analogia com Burawoy (2011), podemos escrever de uma Geografia reprodutiva de e para políticas públicas, levando em consideração o tratamento ideológico dado, no sentido proposto por Anderson (1975), ao trabalho de pesquisadores na ciência geográfica que desconsideram o potencial de falseamento da realidade que o desenvolvimento sustentável traz em seu bojo.

Esse posicionamento permitiu que o desenvolvimento sustentável fosse aceito como algo materializado, o que inibiu estudos críticos sobre o mesmo considerando sua potencialidade em relação à reprodução do modo de produção capitalista. Esse fato nos permite questionar, assim como Anderson (1975), se autores e pesquisadores que se deparam como esse tema: "*Were they immune from ideology, or so under its in influence that they were unawere of the fact*?" (Anderson, 1975, p. 1).

O desenvolvimento sustentável se apresenta como uma proposta desenvolvimentista apoiada na lógica territorial de domínio capitalista, no sentido proposto por Arrighi (2014) que: "(...) *identifica el poder com el grado de control sobre recursos escasos y considera las adquisiciones territoriales como medio y subproducto de la acumulación de capital*" (Arrighi, 2014, p. 49). Nesse raciocínio, os territórios se encontram de tal forma imbricados no modo de produção capitalista que o almejado desenvolvimento territorial rural sustentável não escapa de sua lógica.

Para tal reflexão, consideramos que a análise geográfica coerente seja a partir do território como conceito analítico, pois é nele que conflitos pela posse, uso e controle de recursos naturais ocorrem (Whitacker, 2015). Portanto, a compreensão de território que apresentamos a análise é aquela a partir de relações de poder, na perspectiva de Raffestin (1993), definido e delimitado por e a partir de relações de poder, portanto, relacional.

Nesse aspecto, concordamos com Smith (2009) que escreveu que os recursos naturais foram transformados por aquilo que Marx (2013) escreveu sobre a passagem da subsunção formal do trabalho para a subsunção real e Smith (2009) relaciona esse processo ao controle sobre recursos naturais por agentes capitalistas que transformam estes em espaço de acumulação financeira. Isso porque, para Smith (2009), os recursos naturais também passaram pelo processo de subsunção e, na atualidade, os bancos funcionam como instituições reguladoras da atividade econômica ao propor normas a países tomadores de empréstimos, utilizando o argumento de cooperação internacional para o desenvolvimento territorial rural sustentável (World Bank, 2008).

Desse modo, compreendemos que é justamente pelo aprofundamento da mercantilização da natureza que o Grupo BM produz novos espaços de reprodução do modo de produção capitalista, como proposto por Harvey (2005) e também, mais recentemente, Mitidiero Jr. (2016) que escreveu sobre esse processo no sentido de retroalimentação para esse modo de produção.

Portanto, se os territórios são espaços de relações políticas e econômicas, instância de poder, o próprio processo de estruturação da sociedade – para produzir e consumir – encerra, também, uma natureza política e econômica. Por conseguinte, os territórios têm por característica essencial serem dinâmicos e contraditórios. Sendo assim, podemos considerar que os territórios configuram-se como produto e condição da reprodução da sociedade, que, sob o modo de produção capitalista, pode significar reprodução ampliada de capital.

Pensando os territórios a partir das relações de poder, não devemos negligenciar a importância dos agentes que o produzem, ou seja, "(...) homens concretos (os homens em suas conformações de classe social) travando relações concretas (contradições de classes)" (Moreira, 1985, p. 70).

Dessa forma, os territórios compreendem relações de poder que se expressam em nosso período por uma sociedade que age determinada pelos agentes que controlam o processo de territorialização do modo de produção capitalista. Deste, consideramos que, sociedade "(...) não é uma sociedade de homens iguais: é uma sociedade de classes sociais" (Moreira, 1985, p. 68). Dessa maneira, os territórios não existem em si, mas resultam histórica e geograficamente das relações sociais de produção no interior da lógica dialética do modo de produção vigente:

> (...) são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da socialização da natureza. (Oliveira, 2004, p. 40)

Sendo assim, concordamos com Oliveira (2004) que escreveu que os territórios são produzidos pela ação dos agentes em um processo de reprodução material e simbólica, histórica e geograficamente condicionados pela lógica dinâmica e contraditória do modo de produção capitalista que tende essencialmente à territorialização constante de suas próprias contradições

que, sistematicamente, impõem a concentração, seja dos meios de produção, da força de trabalho ou dos recursos naturais.

Considerando que esse processo, indeterminado no espaço e no tempo, avança respaldado por vetores de coesão de poderes (como o Grupo BM) e de fragmentação (políticas públicas locais). Ele não só estimula a ideia simplista e reducionista de uma suposta homogeneização do espaço e dos territórios, como autoriza generalizações apressadas acerca de suas implicações no processo social, portanto, territorial.

Haveria assim uma relação de complementaridade, visto que que a mundialização avança com a fragmentação, objetivando-se nos territórios seletiva e contraditoriamente, entabulando disparidades cada vez mais pronunciadas.

O cenário que parece afirmar-se sob essa condição de territorialização capitalista de tendência mundializante é de um descompasso entre as transformações políticas, econômicas e sociais.

Tais transformações, realizadas ao mesmo tempo em distintos territórios, representam a tentativa constante de implementação de uma lógica capitalista em distintas escalas e períodos, o que, inequivocamente, impõe perturbações entre essas duas instâncias pressionadas por demandas de regulação e acumulação por espoliação e, entendemos que é preciso esclarecer o que se territorializa e o outro que se desterritorializa pelo processo territorial da espoliação, pois se torna evidente que as variações histórico-geográficas e a dinâmica territorial da acumulação capitalista atribuem materialidade ao espaço, conformando territórios. Por isso, entendemos a territorialização como relação indissociável da condição humana (Haesbaert, 2004).

A MATERIALIDADE DA ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO

Atendendo a essa concepção da construção social do território, sobre influência do modo de produção capitalista, o que se territorializa é a própria lógica desse modo de produção com o objetivo de facilitar a circulação de capitais e a criação de oportunidades de acumulação e reprodução, ainda que, da mesma forma, se territorializem crises como partes de um mesmo processo dialético. A territorialização de determinadas dinâmicas nas quais estão inseridas pessoas, coletivos ou classes sociais que possuem a propriedade de capitais e se beneficiam de sua vocação de acumulação, implica, potencialmente, a desterritorialização de outras, conforme escreveu Oliveira (2004).

Nesse sentido, o termo desterritorialização, em relação à abordagem relacional de território e em nosso entendimento, faz alusão à volatilidade do modo de produção capitalista e toda a influência decorrente desse processo, no qual a noção de poder está intimamente relacionada. O modo de produção capitalista territorializa suas próprias contradições de acumulação de capital, adquirindo uma dinâmica que, potencialmente, desterritorializa até mesmo o ser de sua própria natureza, alienando-o, convertendo o ser humano ao patamar de *homo economicus*, uma concepção que não é compartilhada por todos os agentes sociais que compõem a realidade.

> (...) todo o esforço que o homem vinha desenvolvendo até o capitalismo para dominar a natureza, para plasmar o mundo natural a sua feição, para dar uma feição humana aos objetos naturais, é invertido e negado pelo estabelecimento das relações capitalistas de produção. Dentro do todo constituído por essas relações de produção, o homem é assimilado a um mundo de coisas (de vez que as próprias relações inter-humanas, no plano geral da sociedade, assumem a feição de coisas). E as coisas a cujo mundo o homem é assimilado, ao se tornarem diretoras do movimento da história e da atividade humanas, se desindividualizam e perdem as suas qualidades concretas ante os olhos dos homens, compondo um mundo desprovido de existências singulares, um mundo indiferenciado, um mundo desumano, onde o humano – especificamente humano – se vê triturar e inapelavelmente diluir. (Konder, 2009, p. 146)

Na materialidade, podemos compreender o processo de territorialização pelos agentes capitalistas nas formas impostas pelo Grupo BM em relação à implementação e formas de execução de determinadas políticas públicas, pois, o Estado, ao aceitar as recomendações técnicas do Grupo BM submete trabalhadores rurais a relações de subordinação, ainda que de forma indireta, devido ao apelo humanitário e genérico que o desenvolvimento sustentável traz em seu bojo.

Desse modo, Estado e Grupo BM se tornaram parceiros na expansão do modo de produção capitalista, pois: "O Estado é essencial para o desenvolvimento econômico e social, não como promotor direto do crescimento, mas como parceiro, catalisador e facilitador (World Bank, 1995, p. 1)". Logo, e não contraditoriamente, faz-se necessário colocar que, nesse caso o território em evidência é um território capitalista, ou seja, permanecem as relações de dominação, subordinação e espoliação.

> (...) síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/consumo e suas articulações e mediações supraes-

> truturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. É, pois, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...). Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. (Oliveira, 2004, p. 72)

Dessa forma, as relações impostas pelo Grupo BM constituem expressão desse processo de territorialização do modo de produção capitalista movido pela acumulação por espoliação. Ponderamos ser importante destacar, também, que a maior parte das ações de financiamento realizadas pelo Grupo BM são ações que visam o controle fazendo uso da territorialização do modo de produção capitalista. Constata-se ainda, de acordo com Porto-Gonçalves (2015), o interesse na disponibilidade de recursos naturais e é nesse sentido que consideramos a relevância do processo de territorialização.

> O controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão por recursos naturais, apesar dos avanços assinalados dos *novos materiais*. (...) Assinalemos que a natureza com suas qualidades – a vida e os quatro elementos, terra, ar, água e fogo – é o que se oferece a *apropriação* da espécie humana, o que se dá por meio da cultura e da política. Tornar *própria* a natureza é, rigorosamente, se *apropriar* da matéria na sua espaço-temporalidade, conformando territórios diversos cujos limites, essência da política, resolvem temporariamente, como a história da *geografização* do mundo revela. (Porto-Gonçalves, 2015, p. 287, itálicos do autor)

Como exemplo desse processo, identificamos no *site* oficial do Grupo BM que essa agência investiu, entre 2014 e 2016, o montante de US$ 2.230.028 em projetos com a conotação de contribuir para o desenvolvimento sustentável de territórios rurais variando do financiamento de construção de rodovias, auxílio a povos indígenas até combate a erosão em territórios rurais e preservação de mananciais.[4]

De acordo com o *site* oficial do Grupo, no período anteriormente mencionado, foram 40 projetos financiados no Brasil somando um total de "US$6.67b, *operating in 533 locations*" (World Bank, 2016). Com isso, o que evidenciamos é que a função do Grupo BM está sendo cumprida à risca, ou seja, um banco, qualquer banco, seja privado ou público, tem como

[4] Os projetos podem ser consultados no link: <http://maps.worldbank.org/p2e/mcmap/map.html?org=ibrd&level=country&code=BR&title=Brazil>.

função propiciar a circulação financeira. No quadro 1, apresentamos os projetos financiados pelo Grupo, o setor ao qual está relacionado e o montante financiado, em milhões de dólares.

Quadro 1: Projetos financiados pelo Grupo Banco Mundial relacionados ao desenvolvimento sustentável no Brasil.

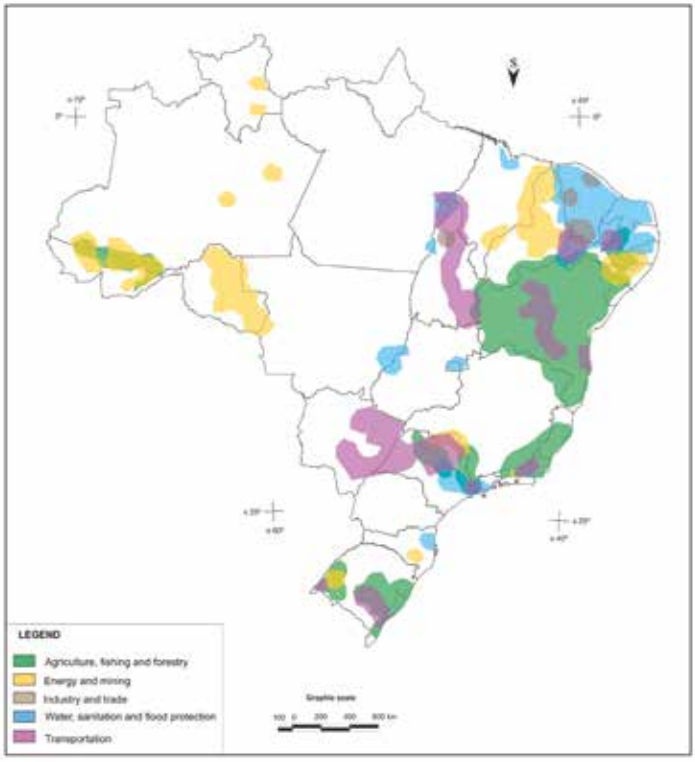
Projeto	Setor	Financiamento
BR ABC Cerrado (P143184)	Environment & Natural Resources	$10.62M
BR APL SP Integrated Wtr Mgmt (P006553)	Water	$104.00M
BR Bahia Sustainable Rural Development (P147157)	Agriculture	$150.00M
BR Ceara Rural Sustainable and Competitiveness (P121167)	Agriculture	$100.00M
BR DGM for Indigenous People (P143492)	Environment & Natural Resources	$6.50M
BR Energy and Mineral Sctr Strengthening (P126537)	Energy & Extractives	$49.60M
BR ES Integrated Sust. Water Mgt Project (P130682)	Water	$225.00M
BR FIP Environmental Cadastre (P143334)	Environment & Natural Resources	$32.48M
BR GEF Amazon Region Prot Areas Phase 2 (P114810)	Environment & Natural Resources	$15.89M
BR Marine Protected Areas Project (P128968)	Environment & Natural Resources	$18.20M
BR MST Acre Social Economic Inclusion (P107146)	Agriculture	$120.00M
BR MST Federal Integrated Water Sector (P112073)	Water	$107.33M
BR MST Rio Grande do Norte Regional Dev (P126452)	Agriculture	$360.00M
BR Municipal APL3: Teresina (P088966)	Water	$31.13M
BR Pernambuco - Rural Economic Inclusion (P120139)	Agriculture	$100.00M
BR Pernambuco Sustainable Water (P108654)	Water	$190.00M
BR Sergipe Water (P112074)	Water	$70.28M
BR SP Sust Rural Dev & Access to Markets (P108443)	Agriculture	$78.00M
BR SP Water Reagua (P106703)	Water	$64.50M

BR-FIP: Cerrado Monitoring Systems (P143185)	Environment & Natural Resources	$9.25M
BR-RJ Sustainable Rural Development (P101508)	Agriculture	$39.50M
Sao Paulo Sustainable Transport Project (P127723)	Transport & ICT	$300.00M
Strengthening PM and Int Territorial Dev (P126735)	Social, Urban, Rural and Resilience Global Practice	$48.00M

Fonte: World Bank, 2016 – Organizador: Guilherme Magon Whitacker, 2017

No mapa 1 demonstramos a localização dos programas financiados pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e Agência Internacional de Desenvolvimento (IDA) – ambas as agências internacionais de fomento que fazem parte do Grupo BM.

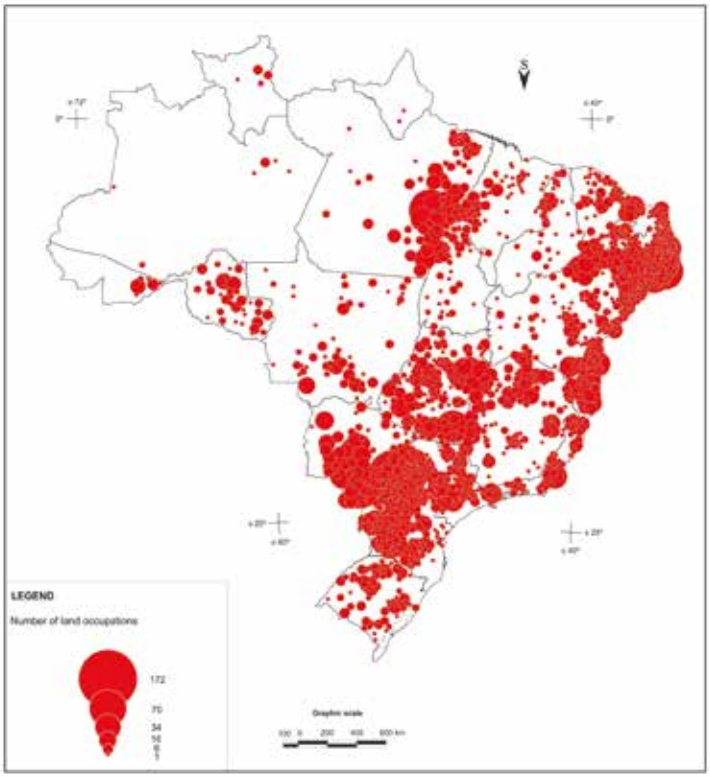
Mapa 1: Brasil - Localização dos programas financiados pelo Grupo BM



Fonte: Sobreiro Filho, José; Whitacker, Guilherme Magon (2014)
Organizador: José Sobreiro Filho (2014)

Outro elemento importante relacionado a relações de poder é demonstrado no mapa 2. Nele identificamos territórios onde o conflito contra a subordinação da terra e do trabalho ao modo de produção capitalista tem se tornando mais acentuado pelas ocupações promovidas pelos movimentos socioterritoriais de luta pela terra.

Mapa 2: Brasil. Ocupação de terras – 1988-2012



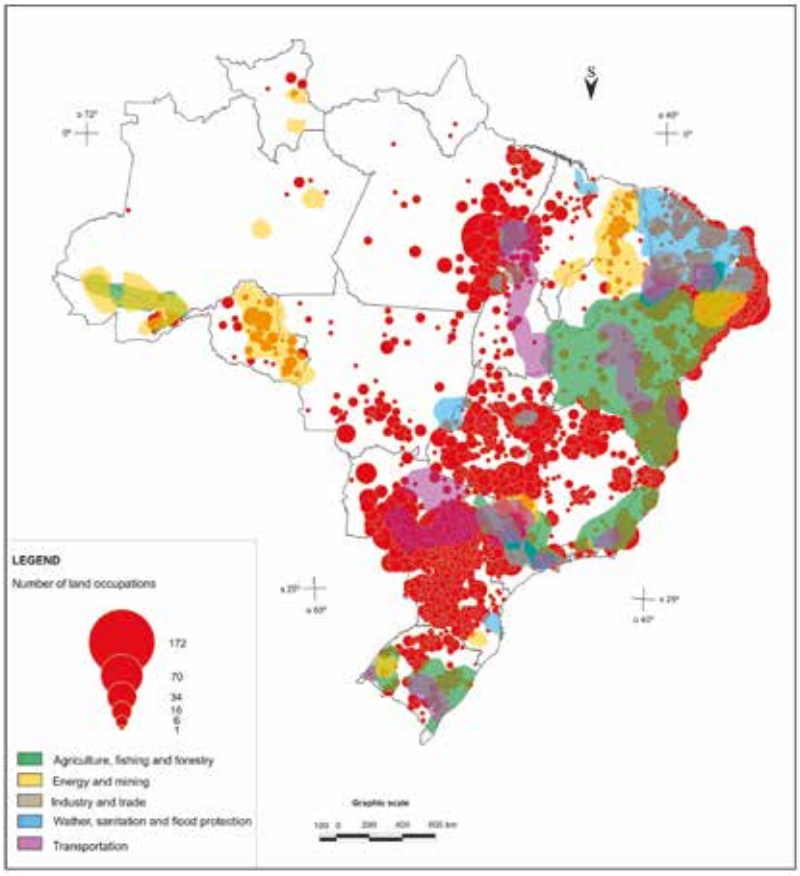
Fonte: Sobreiro Filho, José; Whitacker, Guilherme Magon (2014) – Organizador: José Sobreiro Filho, 2014.

Podemos, portanto, a partir das considerações apresentadas, relacionar a disputa territorial existente entre dois modelos de desenvolvimento que possuem como discurso central a preocupação com a preservação de recursos naturais, porém, abordando o mesmo tema por enfoques diferenciados. Notamos que, em algumas áreas onde existem projetos financiados pelo Grupo BM (Bird; IDA), existe uma maior concentração de ocupações de

terras pelos movimentos sociais de luta pela terra (Sobreiro Filho; Whitacker, 2014).

Buscando demonstrar a realização conflitante e concomitante dos processos de territorialização do modo de produção capitalista promovido pelo Grupo BM e suas agências especializadas, elaboramos o mapa 3 sobrepondo os anteriores e identificamos algumas áreas onde os conflitos são acentuados pela situação de copresença de agentes que disputam o controle territorial, aqueles financiados pelo Grupo e os movimentos socioterritoriais de luta pela terra.

Mapa 3: Ocupações de terras e programas financiados pelo Grupo BM (Bird, IDA)



Fonte: Sobreiro Filho, José; Whitacker, Guilherme Magon (2014) – Organizador: José Sobreiro Filho, 2014.

Através de sua interpretação, podemos verificar que nos locais onde o Grupo BM atua, ocorrem os maiores conflitos pela forma de uso, legitimidade jurídica, controle e monopólio de terras e recursos naturais. Considerando os recursos naturais como fonte vital para a permanência de atividades agrícolas e pecuárias e estratégica para a expansão da produção, ponderamos que a maior territorialização do modo capitalista reforça as ações contra-hegemônicas que se apresentam como resistência a essas práticas, tendo em vista que os movimentos socioterritoriais de luta pela terra expressam seus anseios por meio de manifestações e ocupações estrategicamente localizadas.

É fundamental destacar que a maior parte das ações são realizadas em áreas de concentração de pobreza, expansão do agronegócio, quantidade de mão de obra barata, produção para exportação (Bonanno; Cavalcanti, 2011) e recursos naturais pouco utilizados e em abundância, associados ainda à execução de megaprojetos, como, por exemplo, o Aquífero Guarani e a transposição do Rio São Francisco no nordeste brasileiro.

Pelas imagens podemos observar que, onde existem projetos financiados pelo Grupo BM (Bird; IDA), existe uma maior concentração de ocupações de terras pelos movimentos sociais de luta pela terra (Sobreiro Filho; Whitacker, 2014). Através de sua interpretação, podemos verificar que nos locais onde o Grupo atua, ocorrem os maiores conflitos pela forma de uso, legitimidade jurídica, controle e monopólio de terras e recursos naturais.

Considerando os recursos naturais como fonte vital para a permanência de atividades agrícolas e pecuárias e estratégias para a expansão da produção, ponderamos que a maior territorialização do modo capitalista reforça as ações contra-hegemônicas que se apresentam como resistência a essas práticas, tendo em vista que os movimentos socioterritoriais de luta pela terra expressam seus anseios por meio de manifestações e ocupações estrategicamente localizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias territoriais utilizadas pelo Grupo BM, além de inferir sua ação política e econômica, permitem e atribuem especial significação ao modo de produção capitalista por meio do processo de territorialização que, consubstanciado pelo discurso ideológico do desenvolvimento sustentável, permite a maior circulação de capital por meio da produção de novos espa-

ços de reprodução do modo de produção capitalista pela acumulação por espoliação, como escreveu Harvey (2005, 2012).

Demonstramos que o desenvolvimento sustentável é um conceito claramente utilizado para reproduzir o modo de produção capitalista, portanto, sua função ideológica, de acordo com Thompson (2011), é de legitimação de poder. No caso do Grupo BM que por meio do desenvolvimento sustentável domina através de estratégias de racionalização, essa agência de fomento internacional constrói um raciocínio capaz de demonstrar quais ações, entre a sociedade e a natureza, devem ser legitimadas para que se alcance o desenvolvimento sustentável. Desse modo, por meio do discurso, o grupo exprime a universalização de seus interesses como sendo de todos.

Dentro dessa perspectiva desenvolvimentista, portanto produtivista de acordo com o tratamento dado a esse conceito, o que se pretende sustentar, de fato, é um modelo de acumulação de riquezas, no qual o patrimônio natural passa a ser um bem por meio da acumulação por espoliação. O apelo à humanidade e ao bem-estar dos povos é usado como álibi, sempre citado ao lado dos objetivos de crescimento econômico, emprestando uma preocupação humanista a intenções não tão nobres. Assim, a leitura territorial sobre o desenvolvimento sustentável não deve deflagrar visões da realidade em purismos idealistas que pouco auxiliam na compreensão da complexa trama territorial envolta nas esferas políticas e econômicas.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. "A revisão bibliográfica em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno", *in:* BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Neto (orgs.). *A bússola do escrever:* desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2002.

ANDERSON, James. "Ideology in Geography: an introduction"*, in: Antípode.* A radical Journal of Geography. Vol. 5. Issue 3, p. 1-6. December. 1973.

ARRIGHI, Giovanni. *El largo siglo XX. Dinero y poder en los Orígenes de nuestra época*. 2ª ed. Madrid: Akal, 2014.

BONANNO, Alessandro; CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. Globalization, Food Quality and Labor: The Case of Grape Production in North-Eastern Brazil. *International Journal of Sociology Agriculture & Food,* v. 19, n. 1, p. 37-55, 2011.

BORÓN, Atílio. "A questão do imperialismo", *in:* BORÓN, Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (org). *A teoria marxista hoje*: problemas e perspectivas. Buenos Aires: Editora Expressão Popular, 2006.

BURAWOY, Michel. *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas, Unicamp: 2011.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica*. 5ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____(org) *A finança mundializada*: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo. 2005.

DEL-ROIO, Marcos. Breve nota sobre a teoria do imperialismo (1902 – 1916). *Revista Novos Rumos*, n. 47, v. 22. Marília, Unesp, 2012.

FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx:* materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

_____; CLARK, Brett. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo*, in:* PANITCH, Leo; LEYS, Colin (Editores). *O novo desafio imperial*. Buenos Aires: Clacso, 2004.

GRUPO BANCO MUNDIAL. Región de América Latina y el Caribe. Departamento de Desarrollo Ambiental y Socialmente Sostenible. Sector Rural. Llegando a los pobres de lãs zonas rurales: Estrategia de Desarrollo Rural para América Latina y el Caribe.Washingtn, USA, 2002. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/geac/portal/wp-content/uploads/2012/03/BIRD-llegando_a_los_pobres2002.pdf>. Acesso em: 30 maio 2014.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidades. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade. Porto Alegre: 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogerio_HAESBAERT.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2012.

_____; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio. *Império.* Traducción: Eduardo Sadier. De la edición de Harvard University Press, Cambridge, Massachussets, 2001.

HARVEY, David. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *O novo imperialismo*. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. *O enigma do capital*: e as crises do *capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *A produção capitalista do espaço*. 1ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

KONDER, Leandro. *Marxismo e alienação.* Contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEFEBVRE, Henry. *Lógica formal. Lógica dialética*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MARX, Karl. *O capital:* crítica da economia política. Livro I. O processo de produção do capital. Boitempo: São Paulo, 2013.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 5ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*: rumo a uma teoria da transição. 1ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2012.

MITIDIERO Jr. , Marco Antonio. "Crise do capital global, natureza e agronegócio", *in:* RAMOS FILHO, Eraldo da Silva, MITIDIERO Jr. , Marco Antonio; SANTOS, Laiany Rose Souza (orgs.). *A questão agrária e conflitos territoriais.* São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. "A mundialização da agricultura brasileira", *in:* OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inês Medeiros. (orgs.). *O campo no século XXI*: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004

_____. *Contribuição para o estudo da Geografia agrária*: crítica ao estado isolado de Von Thünen. Tese (Doutorado em Geografia). 1978, 489 f. Universidade de São Paulo. 1978.

PEREIRA, João Marcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

PEET, Richard. *La maldita Trinidad*: el fondo monetário internacional, el banco mundial y la organizacion mundial del comercio. Espanha: Laetori editorial, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A natureza da globalização e a globalização da natureza*. 6ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2015.

RAFESTTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROBINSON, William; HARRIS, Jerry. "Towards a global ruling class? Globalization and the transnational capitalist class". *Science & Society*, New York, v. 64, n. 1, p. 11-54, 2000. Disponível em: <http://www.net4dem.org/mayglobal/Papers/RobinsonHarris7_16.pdf>. Acesso em: 9 out. 2014.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano I, n. I, julho de 2009.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. 5ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SMITH, Neil. "Nature as accumulation strategy". 2009. Disponível em: <http://neil-smith.net/wpcontent/uploads/2009/10/nature-as-accumulation-strategy.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2016.

SOBREIRO FILHO, José. WHITACKER, Guilherme Magon. "Models of rural development: the social and natural costs and studies of public sustainable management in Brazil". *Latin American Journal of management and sustainable development*. 2014, v.1, n. 4, p. 251-270. Disponível em: <http://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/LAJMSD.2014.067384?journalCode=lajmsd>. Acesso em: 23 set. 2015.

THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna:* teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

WHITACKER, Guilherme Magon. "Território e poder: apropriação, uso e controle de recursos naturais e a irreformabilidade do modo de produção capitalista". Biblio3W *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, v.

XX, n. 1.135, 15 de octubre de 2015. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1135.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2016.

_____. *Desenvolvimento sustentável*: decifra-me ou te devoro. Análise do desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista. Tese. Unesp, Presidente Prudente, 2017.

WORLD BANK. World development report 2008: agriculture for development. Washington, D.C.: The World Bank, 2008. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2008/Resources/WDR_00_book.pdf. Acesso em: 30 jun. 2014.

_____. Agriculture, Rural Development, and Pro-poor Growth: Country Experiences in the Post-Reform Era. World Bank. Washington, USA, 2005. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTARD/Resources/PPG_final.pdf>. Acesso em: 5 out. 2014.

_____. Decentralization: A New Strategy for Rural Development*, in:* Agriculture e natural resources. Toward sustanaible productions systems and rural poverty reductions. Number 1. August 1995. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2001/12/11/000094946_01102604015 61/Rendered/PDF/multi0page.pdf>. Acesso em: 7 set. 2014.

ZIZEK, Slavoj. (org). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

A CRISE DO CAPITAL, O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUAS INTERSECÇÕES COM GOLPE DE ESTADO NO BRASIL[1]

Eraldo da Silva Ramos Filho

INTRODUÇÃO

No decurso do século XX se verifica a ressignificação do discurso do desenvolvimento, que nas décadas de 1950 e 1960 focava-se nas análises dos rendimentos anuais para enquadramento dos estados[2] nacionais na condição de ricos e pobres; nos anos de 1960-1970 fundamentando-se no desenvolvimento regional discutiu-se as diferenças entre o crescimento econômico e desenvolvimento; entre os anos de 1970 e 1980, a partir da escala local, incorporou-se como princípios do desenvolvimento o acesso às políticas sociais e a perspectiva da sustentabilidade ambiental, fundamentada no Relatório Brutland; já no século XXI, valorizaram-se as abordagens sobre o desenvolvimento local, pressupondo investimentos financeiros voltados à

[1] Este artigo origina-se a partir de intensa atividade de pesquisa e extensão propiciada pela coordenação geral do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação Política no Campo Sergipano (Nedet Sergipe) que assessorou os quatro Territórios da Cidadania de Sergipe: Alto Sertão Sergipano, Sertão Ocidental, Sul Sergipano e Baixo São Francisco, entre janeiro de 2015 e junho de 2017. A ação foi auspiciada pela Chamada CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014. O exercício de reflexão acadêmica se deu no estágio de pós-doutorado realizado no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob a supervisão do prof. dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves, cujo financiamento contou com bolsa concedida pelo Edital MCTI/CNPq/MEC/Capes – Ação Transversal no 06/2011 – Casadinho/Procad. A primeira versão deste texto foi elaborada originalmente para discussão no II Seminário Movimentos em Movimento: racionalidades, práticas e r-existências, realizado na UFF nos dias 7 e 8 de agosto de 2017.

[2] O estado é compreendido, neste ensaio, como o aparato institucional integrado pelo poder político, governo territorializado, administração pública regida pelo conjunto de regras constitucionais e suportado pelos aparatos de coerção social. Diante da ausência de uma exigência no campo da linguística sobre a grafia do estado com inicial maiúscula, optei por escrever estado e estado nacional com iniciais minúsculas, para evitar sua supervalorização.

diversificação técnico-produtiva e promoção de circuitos econômicos inovadores e competitivos globalmente.

Mediante expedientes de acordos de cooperação técnica, empréstimos financeiros internacionais, consultorias e assessorias, os organismos supranacionais, notadamente o Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA)[3], vem ao longo das últimas décadas atuando organicamente nos estados nacionais da América Latina e Caribe com vistas a propagação de políticas públicas e arranjos institucionais de promoção da abordagem territorial do desenvolvimento e da ruralidade.

Neste decurso, centralmente referenciadas nas experiências europeias[4], aprofundam-se no Brasil as formulações acadêmico-políticas sobre a abordagem territorial do desenvolvimento. Tal arcabouço deu suporte às formulações de medidas de política do estado brasileiro no espaço rural, pela ótica da multifuncionalidade da agricultura, na trilha da desagrarização do campo, mercantilização da paisagem e formas de controle social.

Para tanto, a atuação do estado se fez estratégica no dimensionamento de uma nova institucionalidade que estimulou o encontro entre agentes do capital, estado e sociedade civil para supostamente planejar o desenvolvimento rural. A nova institucionalidade apresentou-se como a possibilidade da concertação entre os atores sociais, e, entre estes e o poder público. Mas, também como o lugar da des-responsabilização do estado de suas atribuições e corresponsabilização da sociedade civil, obliterando a apreensão das contradições da produção do espaço geográfico.

Neste artigo analiso a funcionalidade da estruturação de uma governança internacional do combate à pobreza, com ênfase na abordagem territorial do desenvolvimento e da ruralidade, na busca pelo capital de uma saída da sua crise estrutural. Adoto como referência a última fase da execução do Programa Nacional dos Territórios da Cidadania, que vinha difundindo uma vertente do pensamento único sensível à pobreza e operando instrumentos de sua mitigação pela via do mercado, implantação de novas

[3] Organismo integrante da estrutura da Organização de Estados Americanos (OEA) foi fundado em 1942 com a finalidade de realizar cooperação técnica com os países membros, com a finalidade de promover a revolução verde na agricultura.

[4] Uma das principais referências da construção latino-americana da abordagem rural do desenvolvimento foi o Programa Leader aplicado na União Europeia, na virada do século XXI, cuja realidade é abissalmente distante da desigualdade histórica da produção do espaço agrário na América Latina.

institucionalidades forjadoras de identidades territoriais concertadas e a implementação de políticas públicas focais.

Discuto a tentativa de fragmentação da leitura geopolítica da crise estrutural do capital, com ênfase no lugar do combate à pobreza e da promoção de crises políticas no processo de acumulação por espoliação. Remeto o leitor a uma reflexão sobre as bases conceituais e normativas da política de desenvolvimento territorial rural no Brasil e a promoção de territórios concertados.

Em seguida, exploro a materialização do pensamento ofensivo do IICA no desenvolvimento territorial, a partir das trajetórias de contratação de acordos de cooperação internacionais. Por fim, encerro com apontamentos sobre as intersecções entre o desenvolvimento territorial, a crise estrutural do capital e o golpe de estado no Brasil.

A TENTATIVA DE FRAGMENTAÇÃO DA LEITURA GEOPOLÍTICA DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

Na escala mundo, os operadores do cassino global, associados às corporações da informação e comunicação, fragmentam a realidade disseminando o discurso da existência de várias crises (ambiental, energética, dos alimentos, política, financeira global, crise de confiança etc.), supostamente desarticuladas e sem relação entre si (Ramos Filho, 2015a). Em contraposição, o pensamento crítico tem demonstrado que ao longo da segunda metade do século XX, o sistema do capital vem dando claras demonstrações do seu estado terminal.

Em visita recente ao Brasil, István Mészáros asseverou a incontrolabilidade da expansão destrutiva do capital e declarou que esta é uma crise estrutural, portanto, de caráter universal, pois está em todos os ramos, setores e ramos de trabalho e produtividades; alcança indistintamente a todos os países do mundo; sua escala temporal é permanente e seu desdobramento se dá de forma rastejante. Em sua decorrência, verificam-se quedas nas taxas de lucro, corrosão do trabalho e destruição da natureza (Mészáros, 2011; 2013).

Na busca pela saída de sua crise, o capital projeta seu poder sobre os estados nacionais com vistas a obter garantias e instrumentos garantidores da sua expansão geográfica (Harvey, 2005a). Não importa se as medidas de governo são democráticas ou autocráticas, se os processos sociais são pa-

cíficos, violentos ou belicosos. Impera a produção de crises fragmentárias da realidade que proporcionem alcançar conjunturas político-institucionais propícias à viabilização de demandas por oportunidades de reinvestimentos lucrativos para os capitais sobreacumulados, supostamente contribuindo para a suposta estabilização dos padrões de acumulação capitalista (Harvey, 2005b).

Em cenários de estagnação econômica, para alcançar estes objetivos, o capital-estado promove: rebaixamento dos custos e a privatização da natureza (terra-solo-subsolo, água, ar-ventos-espectro eletromagnético, biodiversidade) e destruição das formas de direito de propriedade comum; a conversão de novos contingentes de exércitos de reserva de trabalho, seja rebaixando o custo da força de trabalho ou expropriando porções do campesinato e do trabalho familiar; privatização e especulação financeira com a vida e direitos sociais, como no caso dos serviços previdenciários, de saúde e segurança pública etc. Harvey (2005b) conceitua este processo como acumulação por espoliação, ao observar a liberação de

> ...um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. (...) O mesmo objetivo pode, no entanto, ser alcançado pela desvalorização dos ativos de capital e da força de trabalho existentes. Esses ativos desvalorizados podem ser vendidos a preço de banana e reciclados com lucro no circuito de circulação pelo capital sobreacumulado. Mas isso requer uma onda anterior de desvalorização, o que significa uma crise de algum tipo. As crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. (...) O resultado é a criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados, e em muitos casos subvalorizados, em alguma parte do mundo, estoque que pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que faltam oportunidades em outros lugares. (p. 124-125)

Frente a este processo, na última década, a questão agrária mundial passou por profundas transformações, notadamente no direcionamento dos capitais especulativos para setores produtivos, expandindo-se para os países da América Latina e África onde se abundam as condições materiais de reprodução da vida. Por conseguinte, verifica-se a mobilização de dinheiro-capital na aquisição de terras, seja para a especulação futura, mediante a conversão deste bem comum em uma mercadoria vendável e lucrativa ou convertendo-a em fatores de produção capitalista de mercadorias alimenta-

res, energéticas ou minerais. O território assume centralidade na busca pelo domínio de uma base física, material, passível de ser mercantilizada.

Faz-se necessário que a produção capitalista do espaço geográfico encubra a conflitualidade decorrente dos processos de expansão/invasão de capital. Nesse sentido, corporações transnacionais e as instituições financeiras multilaterais têm imposto aos governos dos países sua agenda. De um lado, exigem o socorro aos especuladores, bancos e a redução dos gastos sociais e investimentos de longo prazo que garantam a recuperação da capacidade de acumulação do capital.

Por outro, dimensionam instrumentos do estado, que sejam eficientes na dissipação do (re)conhecimento público do aprofundamento da conflitualidade decorrente, colocam-se em curso políticas públicas controladoras do social, mitigadoras da pobreza e instrumentalizadoras da apropriação de riquezas e exploração do trabalho, seja a partir da extração do mais valor no campo e na cidade ou forjando as condições para a sujeição da renda camponesa ao capital. Estas reflexões teóricas sobre a crise estrutural do capital, as buscas por saídas da crise e os processos geográficos inerentes podem ser aprendidos a partir da história política recente do Brasil, que passo a debater nas seções seguintes.

ASCENSÃO DOS GOVERNOS PETISTAS E A ALIANÇA DE CLASSES PARA GESTÃO DO NEOLIBERALISMO

No início da década passada (2002/2003), com a ascensão dos governos do Partidos dos Trabalhadores (PT), iniciamos uma fase de grande euforia com a eleição do primeiro trabalhador para a Presidência da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Ainda na transição do projeto neoliberal, Lula optou pela construção de um governo de coalização entre os diferentes setores da burguesia nacional e a classe que vive do trabalho. Especificamente na articulação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) sob o argumento da importância de promover um pacto social capaz de avançar no debate sobre os grandes dilemas nacionais e orientar a Presidência República na construção de consensos em torno das reformas trabalhista, previdenciária, política, tributária.[5]

[5] Amplamente divulgada pelos meios de comunicação, participaram da primeira reunião, realizada em 7 de novembro de 2002, no Hotel Internacional, em São Paulo: Armando Monteiro,

Enquanto o mundo inteiro afundava na pantanosa crise estrutural do capital global, no Brasil o discurso político do governo supostamente nos blindava dos efeitos dramáticos da crise. Afinal, suas medidas de atenção aos mais pobres abria uma perspectiva de melhor futuro, pois havia logrado através do pacto social a concertação entre burguesia e os trabalhadores, necessária para estruturação de três eixos do desenvolvimento:

1) financeirização da economia mediante a implantação de um amplo programa de concessão de vultosos e baratos financiamentos públicos, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), voltados à consolidação de corporações brasileiras com capacidade de acumulação capitalista no mundo;

2) mobilização de dinheiro-capital do estado para a implantação de megaprojetos de infraestrutura e investimento no Brasil e na América Latina a partir da estratégia extraterritorial de interconectividade entre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (Plano IIRSA), expressas pela sobreposição de megaprojetos e sobreposição expansiva, uma vez que

> ...dos projetos previstos na IIRSA para implantação no Brasil, 41,86% são os mesmos existentes na carteira de projetos do PAC. Desse modo, se o go-

---

presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Horácio Lafer Piva, presidente da Federação da Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp); Paulo Skaf, então presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil; Luiz Carlos Delben Leite, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); Jorge Gerdau, do grupo Gerdau; o minerador Benjamin Steinbruch, da Companhia Vale do Rio Doce; Eugênio Staub, da Gradiente; Abram Szajman, da Federação do Comércio do Estado de São Paulo; Abílio Diniz, do grupo Pão de Açúcar; Gabriel Jorge Ferreira, presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban); Raymundo Magliano Filho, presidente da Bovespa; Miguel Jorge, do Banco Santander; representantes do Banco Itaú; Luiz Fernando Furlan, presidente do Conselho de Administração da Sadia; representantes de diversas organizações não governamentais, como Zilda Arns, da Pastoral da Criança e o empresário Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos de Responsabilidade Social. No campo dos trabalhadores se fizeram presentes: João Felício, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Paulo Pereira da Silva, da Força Sindical; Luiz Marinho, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; e Manoel de Serra, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Note-se que na véspera desta reunião, Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), assegurou manter os então financiados US$ 5,8 bilhões destinados aos programas sociais, ademais de ampliar em US$ 6 bilhões o financiamento inclusive para o Programa Fome Zero. Iglesias, também, elogiou o compromisso de Lula com a integração da América Latina, em particular o apoio ao Plano IIRSA – Iniciativa para Integração da Infraestrutura da América do Sul.

> verno brasileiro se empenhar em realizar os projetos do programa nacional, contribui também para o avanço das metas do programa transnacional. (Oliveira, 2013, p. 290);

3) ampla agenda de combate à pobreza que atualiza as matrizes das reformas de segunda geração dos organismos internacionais (Pereira, 2010), através de mecanismos de transferência de dinheiro do estado para os mais pobres. Dando corpo a um simpático repertório de programas e políticas de assistência social e inclusão produtiva, cujas metas eram colocar o país em dia com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) (Ramos Filho, 2014).

No tocante à agenda do combate à pobreza, o rural ganhou destaque nos esforços envidados mediante a conformação de políticas públicas e programas focais específicos para estes territórios, tendo em vista aí a concentração dos maiores indicadores de pobreza. Sob forte influência das agências supranacionais e em conjunção com as matrizes teóricos-conceituais que ascenderam no país na primeira fase do neoliberalismo, foi espacializada abordagem territorial do desenvolvimento e da ruralidade como projeto de concretização do pacto social nas escalas locais, em todo território brasileiro, conforme abordo na próxima seção.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL PARA A CONCERTAÇÃO DE CLASSES NO LOCAL

Dentre as várias avaliações dos governos do PT nos campos acadêmico e político, uma que entrelaça intelectuais e ativistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) enfoca a análise desde a estratégia democrática popular, na qual o caráter da revolução abandona a perspectiva "etapista" e defende a construção de um movimento socialista de massa, capaz de assegurar as expressões institucionais das lutas populares na conquista de espaços institucionais do estado, base necessária para executar um programa antilatifundiário, anti-imperialista e antimonopolista.

Contudo, segundo Iasi, (2016) ao longo da sua trajetória o PT realizou uma inflexão na direção do socialismo. Abandonou a articulação entre o movimento socialista de massas e a hegemonização da classe trabalhadora na conquista do estado e apostou no exercício de construção do socialismo no marco do estrito respeito ao *estado de direito*, de preservação das liber-

dades políticas e civis, exercício da cidadania e representação política, sem provocar rupturas com as estruturas burguesas. Assim, o acúmulo de forças passou ser proveniente da permanência no governo. Resultando no governo de coalizão e alianças entre classes sociais.

Desta forma, os 14 anos de governos petistas, assentados na hegemonização do neodesenvolvimentismo, caracterizaram-se pela adoção de medidas de políticas plurais, que visavam atender as classes e frações de classes envolvidas na frente. Em matéria de políticas agrícolas e agrárias o "desenvolvimento", conceito potente e articulador de estratégias de expansão capitalista, desprendeu duas tendências para o campo:

1) o desenvolvimento rural, liderado pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa), impulsionou uma miríade de medidas voltadas para o fortalecimento das corporações do agro-hidronegócio e expansão dos parâmetros da agricultura industrial financeirizada;
2) por sua vez, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) incorporou as referências internacionais do desenvolvimento local e fomentou, como prioridade, políticas e programas de combate à pobreza rural, no marco de uma estratégia de constituição de institucionalidades aglutinadoras de diferentes atores (poder público, setor produtivo e sociedade civil) com a finalidade de promover a participação negociada e a concertação social, materializada no desenvolvimento territorial rural.

Em ambas perspectivas (desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial rural) se refuta a contradição estrutural do capitalismo que perpetua a desigualdade e a conflitualidade como processos histórico-estruturais da formação territorial do Brasil e do seu espaço agrário. Funcional a esta abordagem plural foi a ascensão, desde a onda neoliberal da década de 1990, de uma leitura de suposta condição de atraso (tecnológico, econômica e cultural) dos camponeses e a necessidade de sua passagem para um estágio societário superior a ser alcançado pela agricultura familiar, enquanto categoria profissional.

Dentre as características consideradas para atribuir um novo nome ao mesmo sujeito, destacam-se: modernização técnica das relações de produção e do manejo da natureza; inserção do produto do trabalho familiar nos circuitos da circulação capitalista; ampliação da capacidade de acesso

a mercados financeiros; incorporação de relações de produção capitalistas na unidade de produção familiar; integração da produção familiar com a agroindústria capitalista.

Trata-se de uma perspectiva teórico-acadêmica que influenciou o conjunto das políticas públicas voltadas para o setor da pequena agricultura, obliterou as contradições entre este setor e o agronegócio ávido pela subordinação do trabalho familiar na agricultura e generalizou a diversidade das formas de trabalho social praticadas no campo, facilitando, assim, a estruturação do setor da sociedade civil no contexto da abordagem territorial do desenvolvimento e da ruralidade.

Duas referências emblemáticas da influência da delimitação conceitual de agricultura familiar nas políticas públicas foi a criação, em 1996, do Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que destina créditos agrícolas ao setor familiar da agricultura. Uma década após sua operação, promulgou-se a Lei n. 11.326 de 24 de julho de 2006 que instituiu o Programa Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais, popularmente denominada Lei da Agricultura Familiar. A partir de então o conjunto das políticas públicas (fundiárias, financeiras, sociais, assistenciais, previdenciárias etc.) passou a contar com uma norma definidora dos parâmetros que caracterizam os agricultores familiares e os empreendedores familiares rurais, como aqueles que, simultaneamente:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei n. 12.512, de 2011);

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais apesar de apresentarem uma diversidade enorme de formas de existência, práticas econômicas e modos de vida, que na maioria das vezes distanciam-se de tais parâmetros, também estão referenciados na Lei da agricultura familiar.

Outra dimensão relevante da Lei foi a instituição de um Programa Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais, baseado nos princípios da descentralização, sustentabilidade, equidade de gênero, raça e etnia e participação na formulação e implementação da política pública. Tal experiência brasileira muito contribuiu para o aprofundamento da governança global da agricultura familiar através de expedientes emanados por organismos internacionais como a FAO.[6]

Este instrumento jurídico-legal, ao normatizar o conjunto das políticas para o setor familiar da agricultura e difundir um discurso oficial, promoveu na sociedade, inclusive junto a movimentos socioterritoriais do campo, uma subjetividade substitutiva da condição camponesa. O termo agricultura familiar popularizou-se no vocabulário cotidiano. Sua normatização pelo estado gerou certa obrigatoriedade de enquadramento das autodeterminações dos sujeitos do campo como tática de reconhecimento perante ao aparato estatal e das políticas públicas. Este processo demonstra-se perverso contra os modos de vida e, muitas vezes, incide sobre os níveis de consciência coletiva de parte dos movimentos socioterritoriais.

Por conseguinte, a agricultura familiar tornou-se amálgama da abordagem territorial do desenvolvimento inaugurada com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), em 2003, e seguida pelo Programa Territórios da Cidadania (PTC), em 2008. Nestes programas, a unidade espacial de planejamento do desenvolvimento local denominou-se territórios rurais ou territórios da cidadania que na prática tratavam-se de agrupamentos de municípios circunvizinhos e contíguos, selecionados previamente por técnicos e gestores públicos, a partir dos seguintes critérios:

- população absoluta de até 50 mil habitantes;
- densidade populacional menor que 80 habitantes/km^2;

[6] Este organismo atua permanentemente como um *think tank* (Bourdieu, 2001) produzindo conhecimento sobre os rumos da agricultura no mundo, sobre a governança global do combate à fome, sobre a agricultura familiar e segurança alimentar, construídas a partir das cimeiras, tratados internacionais, assessoria aos governos nacionais etc. Exemplo emblemático foram os esforços da FAO em destacar profissionais brasileiros, para assessorarem o governo Evo Morales da Bolívia para aprovar e implantar uma Lei da Agricultura Familiar, como forma de apoiar a expansão geográfica do capital, do qual um dos vetores era o Plano IIRSA e dissolução da emergência dos processos comunitários e autonômicos no contexto da construção do Estado Plurinacional.

– concentração do público prioritário do MDA (agricultores familiares, famílias assentadas pela reforma agrária, agricultores beneficiários do reordenamento agrário, o que caracteriza maior intensidade de demanda social);
– conjunto de municípios já organizados em territórios rurais de identidade; conjunto de municípios integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), e Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional;
– baixos indicadores de IDH-M.

Do ponto de vista conceitual, os documentos oficiais definiram território como um

> (...) espaço físico geograficamente definido, geralmente contínuo, *compreendendo* a *cidade* e o *campo*, caracterizado por critérios multidimensionais – ambiente, economia, sociedade, cultura, política e institucional – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos que indicam *identidade e coesão social, cultural e territorial.* (MDA, 2003) [grifos do autor]

O Pronat trata-se do primeiro formato da abordagem territorial do desenvolvimento. Sua implantação exigiu a criação da nova institucionalidade mediante o dimensionamento de espaços de socialização política, marcados pela estruturação de conselhos de desenvolvimento rural sustentável, hierarquizados de acordo com as escalas dos poderes federativos (nacional, estaduais e municipais). Estas instâncias foram compostas por uma combinação entre tecnocracia estatal, setores da sociedade civil (sindicatos de trabalhadores, organizações não governamentais, movimentos socioterritoriais e trabalhadores rurais) e do setor privado. Sua atuação pressupunha deliberar sobre as linhas estratégicas do desenvolvimento rural em perspectiva ampla, dentre as quais, a competência para homologar a criação dos territórios rurais e territórios da cidadania e referendar os acordos de cooperação técnica e financiamento internacional ao setor.

Em cada uma destas unidades espaciais de planejamento local-microrregional, foram estruturados os Colegiados Territoriais (Codeter) que funcionavam como espaços de governança encarregados de: debater os dilemas do desenvolvimento rural, promover a concertação entre os atores sociais e articular as novas institucionalidades para que as políticas públicas fossem

efetivadas e, assim, promovessem o desenvolvimento territorial. Participavam destas instâncias os mesmos sujeitos anteriormente mencionados.

Por sua vez, o PTC é o arranjo mais avançado da abordagem territorial do desenvolvimento. As regiões rurais (territórios) bem-sucedidas nas diretrizes anteriormente relatadas seriam contempladas com sua inserção em um programa de maior envergadura no tocante às dimensões postas para o planejamento com vistas ao desenvolvimento, mediante uma estratégia de articulação entre os diferentes ministérios da União e entre os entes federativos. Isso sob argumentação de que a prática da cooperação seria a saída para efetivação das políticas públicas, em um cenário de crise financeira e, com isso "promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável" (MDA, 2015, *Slides*).

Desde a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) em 2003, até o início da última fase dos programas em foco em 2016, o Pronat e o PTC se expandiram nas cinco regiões, criando 119 territórios rurais e 120 territórios da cidadania, abrangendo 3.591 municípios brasileiros, 76,7 milhões de habitantes, 3.513.414 estabelecimentos da agricultura familiar e 10.114.982 pessoas ocupadas na agricultura familiar (MDA, 2015 *Slides* – IBGE Censo Demográfico 2010; Censo Agropecuário 2006). Em pouco mais de uma década, a estratégia territorial do desenvolvimento alcançou notável capilaridade nos espaços rurais brasileiros, em que pesem as desigualdades nos níveis organizativos dos Codeter.

Conceber os territórios rurais e territórios da cidadania e os Codeter como unidades de planejamento e produção de governança significa para o governo eleger o território "como o lugar da ação pública intersetorial, com participação dos atores locais, combinando a relação entre oferta e demanda de políticas públicas" (MDA, 2015), práticas centrais para valorização do "protagonismo dos atores locais, a integração de política públicas, a ampliação do diálogo, a cooperação interfederativa, a integração entre campo e cidade e uma escala de atuação adequada" (MDA, 2015) com vistas a superar as abordagens setoriais do desenvolvimento.

Em que pese os esforços de formulação acadêmica da abordagem territorial do desenvolvimento, foi o Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) que determinou a atração

dos diversos segmentos da sociedade para a concretização dos colegiados territoriais, particularmente das prefeituras e organizações camponesas.

Este instrumento promoveu a captura da participação social através da promessa de destinação de recursos financeiros para investimentos em maquinários e implementos agrícolas, equipamentos e/ou instalações físicas voltadas à dinamização de arranjos produtivos locais (APL). Após a publicação das chamadas públicas, as assembleias dos colegiados territoriais se faziam repletas de sujeitos dos três segmentos dispostos a debater e deliberar sobre o projeto aglutinador da estratégia territorial para o desenvolvimento. Na prática, verificava-se o dimensionamento de verdadeiras arenas, frente aos parcos recursos previstos nos editais e a enorme demanda do setor familiar da agricultura diante da histórica ausência do estado.

Como em todas as relações sociais, os interesses se apresentavam difusos, mas é possível sumarizar as tensões entre os projetos e concepções dos órgãos estatais, sintonizados com as propostas do capital em detrimento das concepções dos agricultores. A fragilidade destes últimos costumava evidenciar-se diante das frequentes discordâncias entre os setores do próprio campesinato, de qual caminho seguir diante de uma miríade de necessidades históricas. Ao final, muitas vezes, acabava prevalecendo a afirmação da dependência dos colegiados territoriais dos governos e/ou órgãos públicos adimplentes perante o fisco e, com capacidade de oferecimento de contrapartida financeira exigida nas propostas técnicas do Proinf.

Após a seleção, não raramente, os projetos aprovados convertiam-se em grandes decepções para os pobres ávidos por melhorias imediatas em suas vidas, em face do retardamento por longos anos da concretização das ações, dada a burocracia das instituições, os desvios na execução ou não cumprimento por parte do poder público da destinação pactuada nas plenárias territoriais. Quando concretizados, costumavam estruturar uma cadeia produtiva na agricultura familiar propícia à realização do capital mediante processos de subordinação da renda camponesa ao capital.

Em que pese toda a construção jurídico-normativa de estímulo à participação social e construção de ambiências de concertação social, este instrumento de política pública revela um processo de descentralização dos processos de planejamento e intervenção na realidade para a sociedade civil. Nesse contexto, promove a des-responsabilização do estado em matéria de universalização dos direitos sociais e produtivos em des-favor dos pobres

rurais, tendo em vista a decisão prévia sobre a magnitude dos volumes de recursos a serem alocados, a seleção *a priori* dos territórios a serem beneficiados, bem com as ações de desenvolvimento a serem impulsionadas.

Essas características demarcam um processo de editalização das políticas públicas, cujos projetos devem apresentar começo, desenvolvimento e encerramento da ação, de acordo com a alocação dos recursos, portanto promovendo a focalização, descontinuidade, monetarização e financeirização das políticas públicas e das motivações de participação, processos essenciais no projeto neoliberal.

A busca pela "escala de atuação adequada" para "superar as abordagens setoriais do desenvolvimento", conforme propalado pelo MDA, deve ser compreendida como a permanência da relação assimétrica entre o campesinato, o estado e o capital. A escala local-territorial, que na prática é microrregional, pretende a propagação do pacto social, também, entre os pobres rurais do interior do Brasil. Diante desta análise, dedico a próxima seção ao desnudamento do arranjo institucional que viabiliza sua estruturação no estado brasileiro.

A RELAÇÃO DO IICA COM O ESTADO BRASILEIRO PARA A IMPLANTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Em que pese ter sido nos quatro governos do Partido dos Trabalhadores que o país obteve uma redução significativa dos indicadores de pobreza e extrema pobreza, isto não quer dizer que se tratou de soluções do próprio plano de governo. Evidencia-se que o IICA foi importante parceiro do estado brasileiro na formulação, articulação, aplicação, monitoramento, avaliação, produção de conhecimento e aprimoramento de um amplo portfólio de políticas públicas nas áreas de: desenvolvimento rural, agricultura sustentável, agronegócios, segurança alimentar, meio ambiente, controle das águas, combate à desertificação, combate à pobreza, contrarreforma agrária, ciência e tecnologia, saneamento urbano, institucionalidade, segurança da informação, gestão estratégica etc.

A sistematização e análise dos dados oficiais sobre os acordos de cooperação técnica internacionais, firmados entre a institucionalidade governamental e o IICA, revelam a forte presença deste organismo supranacional junto ao estado brasileiro desde o governo FHC, produzindo um conheci-

mento ofensivo que impacta as políticas públicas (tabela 1). Priorizei aqueles acordos, que embora tenham sido iniciados no governo anterior (FHC), vigeram até os governos petistas, isto porque os programas previstos foram incorporados ao II Plano Nacional de Reforma Agrária do governo Lula, ao Pronat e ao PTC.

Também se verifica que postos de trabalho do estado brasileiro vêm sendo ocupados por consultores contratados pelo IICA (figura 1), bem como é possível constatar a nomeação de quadros deste organismo supranacional para o exercício de cargos da gestão pública. O caso mais emblemático desta prelação entre estado e organismos internacionais foi a atuação do José Humberto Oliveira, destacado consultor do IICA, exercendo por dois mandatos a função de Secretário de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Tabela 1

	Número	Objeto do convênio	Órgão superior	Valor do convênio	Início da vigência	Fim da vigência
1	10.0001.00/2008	Desenvolver ações e atividades relativas a assuntos de desenvolvimento rural voltadas para apoio ao fortalecimento e ampliação das políticas de desenvolvimento rural sustentável e da participação dos atores sociais	Presidência da República	31.000.000	16/12/2003	10/12/2009
2	BRA/IICA/07/009	Desenvolver ações e atividades relativas ao fortalecimento e aperfeiçoamento do programa desenvolvimento sustentável de territórios rurais	Presidência da República	41.655.187,33	01/01/2008	14/11/2012
3	PCT BRA/ IICA/12/002	Consolidação da estratégia de apoio ao fortalecimento do desenvolvimento dos territórios rurais	Presidência da República/ Subsecretaria de desenvolvimento rural	24.870.374,40	15/10/2012	15/10/2018

4	PCT IICA/ BRA/13/003	Projeto de cooperação técnica "nova ruralidade brasileira: compreensões e implicações na política pública"	Presidência da República	9.304.400,00	03/12/2013	03/12/2017
5	PCT BRA/ IICA/10/001	Projeto de cooperação técnica "consolidação de uma agenda de desenvolvimento rural sustentável e solidário"	Ministério do Desenvolvimento Agrário	n. i.	21/01/2010	31/05/2014
6	BRA/IICA/14/002	Fortalecer os instrumentos de governança fundiária voltados à redução da pobreza rural, inclusão social e produtiva e desenvolvimento econômico e ambiental sustentável, contribuindo para a consolidação dos princípios e ações de combate à pobreza, gestão descentralizada e desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, cuja execução é de responsabilidade da SRA-MDA.	Presidência da República/ Subsecretaria de reordenamento agrário	41.869.665,30	15/05/2014	14/05/2018
7	PCT BRA/ IICA/08/003	Consolidar o crédito fundiário como instrumento de política pública de combate à pobreza, de gestão descentralizada e de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais	Presidência da República	42.045.638,11	30/04/2008	30/04/2008
8	ACT MDA/IICA 003/02	Apoiar a gestão do projeto de crédito fundiário e combate a pobreza rural, objeto do acordo de empréstimo 7037-BR	Ministério do Desenvolvimento Agrário	34.443.626,39	24/06/2002	21/03/2008

9	CRT/DF/81.000/01	Viabilizar a gestão técnica administrativa e financeira do programa de consolidação e emancipação (autossuficiência) de assentamentos resultantes da reforma agraria ou, simplesmente, programa de aperfeiçoamento da consolidação de assentamentos-PAC.	Presidência da República/Div. Executiva de Finanças-DAF.2 Incra-sede/DF	1.420.000	20/12/2001	19/12/2006
10	BRA/IICA/16/002	Formulação de estratégias e desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria do acesso a agua por meio da gestão sustentável de sistema de dessalização e para a revitalização de bacias hidrográficas	Ministério do Meio Ambiente	11.043.465,04	28/12/2016	28/12/2019
11	BRA/IICA/14/004	Fortalecimento da gestão integrada dos recursos hídricos para usos múltiplos	Ministério do Meio Ambiente	8.856.657,40	30/04/2014	31/12/2018
12	BRA/IICA/14/001	Implementação da UNCCD: convivência com a semiaridez no Brasil para o apoio a iniciativas para integrar, fortalecer e difundir boas práticas de prevenção e combate à desertificação por meio de uma convivência sustentável com o semiárido	Ministério do Meio Ambiente	9.999.300,15	12/12/2013	31/12/2016

13	BRA/IICA/09/002	Acordo básico sobre privilégios e imunidades em relações institucionais entre governo da Republica Federativa do Brasil e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)para a implementação do projeto de cooperação técnico para o desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente	Ministério do Meio Ambiente	42.380.622	27/03/2009	26/03/2014
14	BRA/IICA/09/005	Consolidação da estrutura organizacional no campo da educação ambiental, por meio do desenvolvimento de iniciativas que visem o desenvolvimento rural sustentável	Ministério do Meio Ambiente/ Secret.Articulação Inst.e Cidadania Ambiental	5.000.000	24/06/2009	31/03/2017
15	BRA/IICA/05/004	Formulação e implementação de políticas e estratégias para a implementação do programa de ações nacionais de combate a desertificação e mitigação dos efeitos da seca -Pan-Brasil	Ministério do Meio Ambiente	10.645.632,12	26/12/2005	20/12/2014
16	PCT BRA/ IICA/16/001	Modernização da gestão estratégica do mapa aperfeiçoando as politicas publicas de promoção ao desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e competitividade do agronegócio.	Ministério da Agricul.,Pecuária e Abastecimento	35.376.100	16/05/2016	01/04/2020

17	BRA/IICA/13/002	ampliar a contribuição da SDC/mapa para o desenvolvimento da agropecuária brasileira, mediante a regionalização de políticas públicas na perspectiva de construção de uma economia forte e sustentável.	Ministério da Agricul.,Pecuária e Abastecimento	13.822.000	11/03/2013	08/03/2018
18	BRA/IICA/05/2003	Gestão e modernização da tecnologia da informação e implementação do modelo de gestão da segurança da informação do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Ministério da Agricul.,Pecuária e Abastecimento	6.838.776	26/10/2005	31/10/2008
19	BRA/IICA/05/2002	Desenvolver ações e atividades relativas ao aperfeiçoamento dos processos de gestão estratégicas e operacional e educação corporativa do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Ministério da Agricul.,Pecuária e Abastecimento	5.006.925	26/10/2005	25/10/2007
20	BRA/IICA/05/03	Desenvolver ações e atividades relativas ao aperfeiçoamento dos processos de gestão estratégicas e operacional e educação corporativa do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Ministério da Agricul.,Pecuária e Abastecimento	6.838.776	26/10/2005	31/10/2008
21	BRA/IICA/05/03	Realização das atividades sob a responsabilidade do ministério da integração nacional no programa interáguas.	Ministério da Integração Nacional	16.680.500	04/09/2013	05/03/2013

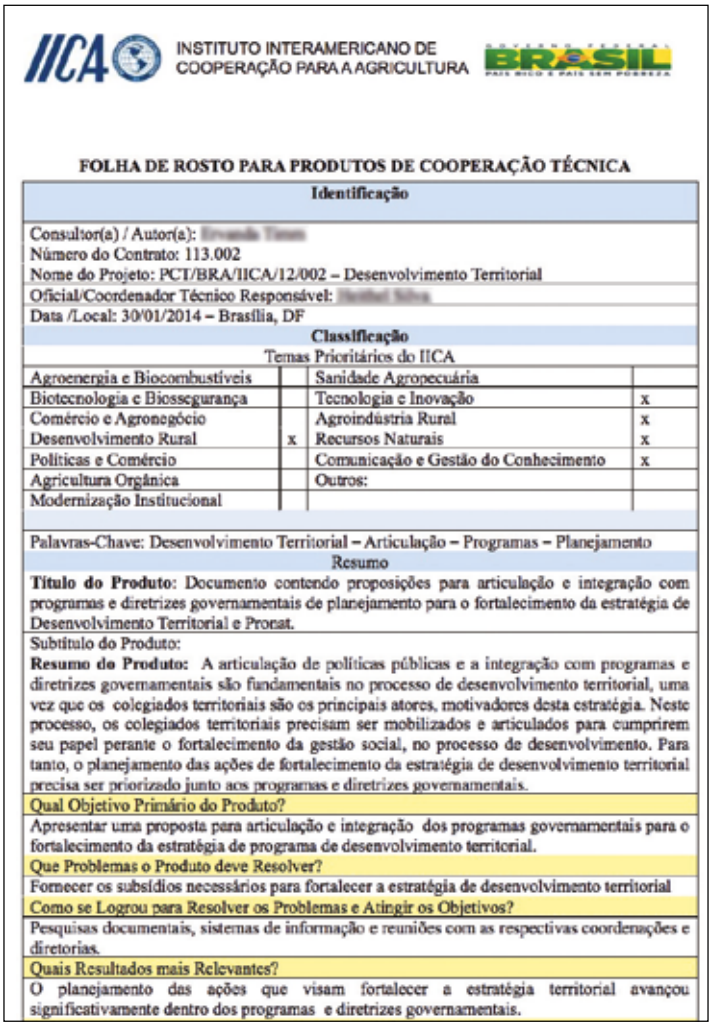
22	PCT MI/IICA BRA13/01	Desenvolver ações e atividades relativas ao aperfeiçoamento dos processos de gestão estratégicas e operacional e educação corporativa do ministério da agricultura, pecuária e abastecimento	Ministério da Agricul.,Pecuária e Abastecimento	3.700.000	26/10/2005	25/10/2007
23	10.0001.00/2008	Desenvolver ações e atividades para favorecer a inclusão social mediante a popularização e a utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos	Ministério da Ciência, Tecnol.,Inov.e Comunicações	6.300.000	07/04/2008	06/07/2016
24	BRA/IICA/13/005	Execução do projeto Interáguas no âmbito da secretaria nacional de saneamento ambiental, resultante do AE 8074-BR, nas ações de coordenação e de gerenciamento necessárias à implementação parcial dos componentes 3-saneamento básico e 4-coordenação intersetorial e planejamento integrado	Ministério das Cidades	34.568.100	27/12/2013	31/12/2018
	TOTAL			401.647.107,13		

Em que pesem as massivas e dispendiosas campanhas publicitárias sobre o compromisso do governo com o combate à pobreza e a redução dos seus indicadores em todo o país, esta relação explicita a subordinação do país às diretrizes supranacionais do desenvolvimento, que na maioria das vezes é transparecida para a sociedade como programas de governo ou personificadas em um político, a partir de apropriações patrimonialistas do estado.

Diante do exposto, pode-se constatar que a implantação dos espaços de governança da abordagem territorial do desenvolvimento e da ruralidade exigiu corpo técnico e atuação de profissionais dedicados à mobilização, formação e articulação dos atores, ademais da assessoria técnica permanen-

te que garantisse a mobilidade e mobilização dos atores da sociedade civil. Desde 2003, foram adotados diferentes mecanismos de promoção, articulação e assessoria às instâncias colegiadas dos territórios. Durante um longo período, aproveitando-se dos acordos de cooperação com o IICA, seus consultores apoiaram a implantação destas instâncias e em outro momento contrataram-se ONGs que terceirizavam a contratação dos profissionais.

Figura 1 – Capa de relatório de consultor do IICA no Pronat



IICA INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

FOLHA DE ROSTO PARA PRODUTOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Identificação

Consultor(a) / Autor(a): [redacted]
Número do Contrato: 113.002
Nome do Projeto: PCT/BRA/IICA/12/002 – Desenvolvimento Territorial
Oficial/Coordenador Técnico Responsável: [redacted]
Data /Local: 30/01/2014 – Brasília, DF

Classificação

Temas Prioritários do IICA

Agroenergia e Biocombustíveis		Sanidade Agropecuária	
Biotecnologia e Biossegurança		Tecnologia e Inovação	x
Comércio e Agronegócio		Agroindústria Rural	x
Desenvolvimento Rural	x	Recursos Naturais	x
Políticas e Comércio		Comunicação e Gestão do Conhecimento	x
Agricultura Orgânica		Outros:	
Modernização Institucional			

Palavras-Chave: Desenvolvimento Territorial – Articulação – Programas – Planejamento

Resumo

Título do Produto: Documento contendo proposições para articulação e integração com programas e diretrizes governamentais de planejamento para o fortalecimento da estratégia de Desenvolvimento Territorial e Pronat.

Subtítulo do Produto:

Resumo do Produto: A articulação de políticas públicas e a integração com programas e diretrizes governamentais são fundamentais no processo de desenvolvimento territorial, uma vez que os colegiados territoriais são os principais atores, motivadores desta estratégia. Neste processo, os colegiados territoriais precisam ser mobilizados e articulados para cumprirem seu papel perante o fortalecimento da gestão social, no processo de desenvolvimento. Para tanto, o planejamento das ações de fortalecimento da estratégia de desenvolvimento territorial precisa ser priorizado junto aos programas e diretrizes governamentais.

Qual Objetivo Primário do Produto?

Apresentar uma proposta para articulação e integração dos programas governamentais para o fortalecimento da estratégia de programa de desenvolvimento territorial.

Que Problemas o Produto deve Resolver?

Fornecer os subsídios necessários para fortalecer a estratégia de desenvolvimento territorial

Como se Logrou para Resolver os Problemas e Atingir os Objetivos?

Pesquisas documentais, sistemas de informação e reuniões com as respectivas coordenações e diretorias.

Quais Resultados mais Relevantes?

O planejamento das ações que visam fortalecer a estratégia territorial avançou significativamente dentro dos programas e diretrizes governamentais.

Fonte: www.iica.org

Considerando o momento de elaboração deste artigo, o último modelo de assessoria foi implantado entre 2014 e 2017, mediante a seleção de projetos de extensão universitária e pesquisa junto às universidades públicas e institutos federais de ensino, decorrente de uma parceria interinstitucional entre o MDA, a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres da Presidência da República e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) através da Chamada CNPq/MDA/SPM-PR n. 11/2014. Na prática, tratou-se de uma ampliação do Edital Encomenda 2013/CNpq/MDA que serviu de piloto para constituição do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet) como modelo de assessoria vinculado às instituições de ensino superior, em substituição das organizações não governamentais.

Mais uma vez, ganha proeminência o papel da cooperação entre IICA, setores da academia brasileira e governo ao inaugurar a ação inédita no Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq): provavelmente, o maior programa de extensão universitária de sua história. Com uma injeção de recursos do MDA da ordem de R$ 86.500.410,93, o edital referido visou contratar 183 projetos em todo o país.[7]

Indubitavelmente, a aproximação de profissionais das instituições federais de ensino à política de desenvolvimento territorial proporcionou um refinamento dos processos metodológicos aplicados à mobilização social, aprofundamentos teóricos-conceituais e efetividade da articulação com diversos atores e políticas públicas. Mas, vale aqui referenciar que esta ação projeta para o núcleo de produção do conhecimento de alto nível no Brasil as referências do desenvolvimento capitalista em sua abordagem territorial da mitigação da pobreza, espacializados pela ação ostensiva do IICA no Brasil.

A atuação dos Nedet se deu diante de uma situação paradoxal. A política de desenvolvimento territorial demonstrava evidentes sinais de esgotamento. No ano de 2008, diante do aprofundamento da crise estrutural do capital e a intensificação do exercício do poder do capital junto aos estados nacionais na busca por oportunidades de acumulação por espoliação,

[7] Cada núcleo constituía-se por equipes multidisciplinares compostas por um assessor de gestão social, um assessor de inclusão produtiva, uma assessora de políticas para mulheres, um estudante de graduação, todos sob a coordenação de professor/pesquisador ligado à universidade pública e/ou aos institutos de federais de ensino e desenvolvimento tecnológico.

o governo brasileiro funda o Programa Territórios da Cidadania (PTC), ampliando articulação ministerial e interfederativa, ademais de iniciar um processo de homologação de novos territórios.

Observa-se que, para operacionalização deste programa, estava prevista a alocação R$ 12,9 bilhões ou US$ 4,16 bilhões. Já em 2014, quando o número de unidades territoriais de planejamento cresceu para o quantitativo de 120, os recursos alocados na matriz de políticas públicas e ações foram reduzidos para R$ 8,45 bilhões, o equivalente a US$ 2,72 bilhões. Ou seja, enquanto o número de territórios rurais duplicou, os recursos previstos para sua dinamização declinaram em 34,45%.

Em 2015, a estratégia da abordagem territorial do desenvolvimento arrefeceu de tal forma no interior do então governo Dilma, que nem matriz de políticas foi divulgada para execução. De acordo com José Humberto Oliveira, então secretário do desenvolvimento territorial, em reunião com a Delegacia do MDA em Sergipe, a Rede de Colegiados Territoriais de Sergipe e o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação Política no Campo Sergipano, o PTC resumia-se a um punhado de ações tímidas e controversas, a saber: Arca das Letras, Programa Nacional de Crédito Fundiário, Proinf, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec Campo) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Além da redução orçamentária, a ideia da articulação interministerial perdia força e aflorava a insensibilidade. Assim, o planejamento do desenvolvimento desde as instâncias colegiadas transparecia publicamente como uma aposta apenas do então ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e seu fiel Secretário de Desenvolvimento Territorial, José Humberto Oliveira. Do ponto de vista orçamentário, não seria exagero afirmar que a chamada pública dos Nedet alocava um volume maior de recursos do que tudo o que havia sobrado do PTC. Na base dos colegiados territoriais a sociedade civil demostrava contestação destes rumos e atribuía às instituições de ensino, agora imbuídas das assessorias territoriais, a culpabilidade e exigia destas a solução de suas demandas.

Justo no período em que afloravam os resultados preliminares dos trabalhos de assessorias realizadas pelos Nedet junto aos Codeter, mesmo com a inexistência de políticas públicas que possibilitassem o planejar do desenvolvimento, a conjuntura política do país sofreu uma reviravolta, resultando

no golpe de estado contra a presidenta Dilma Roussef. A sequência dos fatos foi a aceleração do desmonte do estado, a destruição de todas as políticas sociais e das novas institucionalidades, dentre elas a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Programa Territórios da Cidadania. O mais intrigante é que os acordos de cooperação técnica internacionais com o IICA, voltados a consolidar a abordagem territorial do desenvolvimento não foram cancelados! Então, qual a intersecção entre o desenvolvimento territorial e o golpe de estado no Brasil?

À GUISA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS: APONTAMENTOS SOBRE AS INTERSECÇÕES ENTRE O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, A QUESTÃO AGRÁRIA E O RECENTE GOLPE DE ESTADO NO BRASIL

Nas últimas décadas, os impactos do processo de aprofundamento da crise estrutural do sistema metabólico do capital são sofridos/sentidos tanto nos países periféricos quanto no centro do sistema. A busca do capital por uma saída tem sido através da intensificação dos processos de concentração e centralização de capitais, do aprofundamento da exploração e expropriação dos trabalhadores e da acumulação por espoliação. No campo e na cidade, operam-se expedientes que agudizam em níveis alarmantes a destruição da natureza, corroem o trabalho e ameaçam a continuidade de toda a vida no planeta. Paradoxalmente, o capital acirra a destruição da sua própria base.

Não é espantoso que sejam "...orquestradas, administradas e controladas [crises políticas] para racionalizar o sistema" (Harvey, 2005a, p. 125). *Impõe-se o controle do poder político e a contenção da capacidade de mobilização e auto-organização de amplos setores dos trabalhadores*, condições fundamentais para a garantia da realização da expansão geográfica do capital (especulativo e produtivo) que invade os continentes onde há abundâncias de territórios de vida e bens comuns. O projeto é oportunizar investimentos lucrativos para capitais ociosos, mediante rebaixamento do custo da força de trabalho, expropriação do campesinato, mercantilização da natureza e dos direitos sociais, e, a destruição dos direitos comuns, para a afirmação de uma única referência: a propriedade privada alienável.

A cooperação do conhecimento científico como os interesses do capital cumpre um papel central neste projeto. Faz-se necessário a estruturação

de bases teórico-conceituais que suportem forjar um ambiente institucional coerente com a agenda da segunda geração dos organismos financeiros supranacionais e, promoção de uma ideologia conciliadora entre o trabalho e o capital como a única referência para melhoria nas condições de vida. Este é não apenas um expediente político, institucional ou econômico. Trata-se de um processo geográfico multiescalar de estruturação de uma governança global do combate à pobreza que assume forma-conteúdo nas escalas regional (continental) e local (territorial-microrregional), através da ação dos governos nacionais que implantam políticas públicas de desenvolvimento territorial rural, referenciadas nas teses do paradigma do capitalismo agrário e da agricultura familiar.

A cooperação entre o Brasil e o IICA levou o país ao *status* de vitrine internacional na efetivação deste modelo. A implantação de uma agenda de aglutinação dos mais pobres junto ao estado, em torno da valorização do seu local para discutir sobre as esperanças é muito simpática à opinião pública e importante para a imagem dos governantes. Afinal, tornou-se profundamente humano combater a pobreza! Neste âmbito, foram aplicados programas nacionais baseados na destinação de dinheiro público para os mais pobres porque ao fazê-lo, o estado cria milhões de novos consumidores que passam a garantir a realização do ciclo das mercadorias de consumo imediato.

Por um lado, as pessoas sentem imediata sensação de bem-estar, os empresários vibram com a garantia de lucros e os políticos aproveitam para se promover através das campanhas publicitárias. Outro efeito desta medida é a regulação do custo da força de trabalho nos espaços urbanos e rurais, influenciando diretamente na taxa de acumulação. Entretanto, os efeitos na erradicação da pobreza permanecem cosméticos. Todavia, quando a política pública cessa, os problemas voltam a ser os mesmos. Essa é a natureza das políticas compensatórias.

Nas ações da abordagem territorial do desenvolvimento, quatro atores são fundamentais: organismos supranacionais, estados nacionais, *think tanks* assentados na academia e o capital. Portanto, na sua forma-conteúdo, revela a ingerência da possibilidade de um projeto de nação às diretrizes das agências internacionais de financiamento e desenvolvimento.

A literatura crítica costuma explorar os empréstimos internacionais e suas condicionalidades na subalternização das políticas nacionais. Neste ar-

tigo, desnudei a atuação do IICA como ator intelectual e político, comandando, deste o interior das instituições do estado brasileiro, a: construção de uma nova institucionalidade descentralizada; normatização das políticas públicas; espacialização de uma matriz discursiva coerente com a busca pelo acobertamento da conflitualidade e promoção da concertação de classes na escala local; e a promoção da participação nas políticas compensatórias como des-responsabilização do estado.

Portanto, a curta experiência, no Brasil, do Pronat e PTC, constituíram-se em políticas compensatórias, mais precisamente políticas de subordinação, cujo processo de implementação se deu profundamente articulado com as necessidades do capital na busca de saídas da sua crise estrutural. Uma dimensão central foi o esvaziamento político do conceito de território, deslocando sua historicidade, os confrontos de poder decorrentes da luta de classes que culminam no permanente movimento de des-re-territorialização e a multiterrritorialidade das práticas e sujeitos sociais, para o horizonte do planejamento estatal, a concertação entre classes sociais e fixação de uma delimitação político-administrativa microrregional voltadas para angariar políticas públicas e projetos de desenvolvimento.

Por sua vez, o repertório de políticas públicas apresentava conteúdo e funcionamento que reforçava a subalternidade dos sujeitos. Dentre estas, podemos mencionar o incentivo à mercantilização da terra e ações de contrarreforma agrária contidos no Programa Nacional de Crédito Fundiário (Ramos Filho, 2011); o acirramento das relações entre sujeitos iguais, *subvertendo o sentido da luta política pela luta por políticas públicas de investimentos de capital, muitas vezes funcionais à reprodução do capital*, no caso do Proinf, dentre outras dimensões.

No contexto dos movimentos socioterritoriais atuantes nos fóruns dos territórios da cidadania já se percebe sintomas deste processo. É notável a absorção da matriz discursiva do PTC, como: agricultura familiar, sustentabilidade, pactuação, inovação, competitividade, empreendedorismo, eficiência, dentre outras noções. O uso é corrente na fala dos militantes e já registrado nos documentos políticos de determinadas organizações. Essa dimensão do processo apesar de parecer irrelevante, também carrega em si a espacialização dessa política pública e elementos da ideologia capitalista.

Outra dimensão desse mesmo processo, tem sido a promoção de um aprendizado nos movimentos socioterritoriais dos meandros de funciona-

mento das políticas públicas. Considerando a intermitência, descontinuidade e limitação das ações proporcionados pela editalização das políticas públicas, esses sujeitos sociais realizaram esforços e destacaram militantes para aprender a elaborar e aplicar eficientemente candidaturas às chamadas públicas. Para tanto, realizam esforços de capacitação para operação e monitoramento do portal de convênios do governo federal, Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv).

A perspectiva de participação dos movimentos socioterritoriais na ambiência dos territórios da cidadania conferiu a este espaço de socialização política certa autoridade frente aos atores do desenvolvimento. Aqui inaugura-se um dilema entre a autoridade do fórum e a autoridade do movimento socioterritorial forjado na histórica luta política. Em alguns casos, como no território do Alto Sertão Sergipano, o fórum de governança é encarado como um espaço de articulação política para afirmação e fortalecimento das lutas da classe camponesa.

Todavia, em muitos casos, o que se verifica é um amoldamento de muitas organizações sociais à lógica do estado, limitando-as à "luta por políticas públicas" que garantam a qualidade de vida das suas bases e a "conquista de projetos". Nesse sentido, vê-se nas escalas locais, organizações contra-hegemônicas suplantando a radicalidade da luta política pela transformação, por posturas mais brandas e empenhos nas disputas eleitorais, para eleger candidatos de suas bases do que pelo pertencimento possam atender às demandas reprimidas e trazer projetos. Ainda assim, o campesinato busca o acesso às políticas públicas como forma de melhorar suas condições de vida. Mesmo aqueles segmentos com elevada consciência de classe, em algum momento buscam a solução dos respectivos dilemas através das políticas públicas de estado. Esta condição dialética da subordinação e resistência é a essência do campesinato.[8]

Nestes termos, podemos comprovar que a década de implantação da abordagem territorial do desenvolvimento de fato conseguiu "um referencial capaz de planejar e intervir no tecido social" (Condraf, 2010, p. 19) e impactou positivamente nos indicadores de pobreza. Porém, amorteceu a capacidade de reação do campesinato frente às conjunturas adversas, pois

[8] Cf. Fabrini, J. E. "Sem-terra: da centralidade da luta pela terra à luta por políticas públicas", *in:* Boletim Dataluta: artigo do mês. Presidente Prudente: Nera, fev. 2015, n. 86. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_2_2015.pdf>.

não proporcionou o dimensionamento de um espaço de socialização política genuíno da práxis camponesa. A tentativa de atrelamento deste último ao estado, apresenta um horizonte de futuro embarcado tão somente em políticas públicas.

Embora o Brasil tenha saído do mapa da fome como efeito das suas políticas públicas de combate à pobreza e de investimentos, os instrumentos de política se deram no marco do projeto de aliança de classes. A efetivação dos governos petistas iniciou inspirando a todos sobre a irrevogabilidade da necessidade de construção de um amplo pacto social para salvar a nação. Da estruturação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), passando pelas conferências temáticas das mais diversas (Ater, Cidades, Saúde, Mulheres etc.) e chegando às instâncias dos Pronat e PTC, especialmente os Codeter, a lição a ser aprendida era a mesma: buscar concertação social em detrimento dos conflitos de classe e intraclasse. O decurso da história curta nos levou ao aprofundamento de alianças pragmáticas para garantir a governabilidade.

Assim como o capital não tem pátria, ele também não tem caráter! O resultado dessa escolha foi a orquestração de golpe de estado, promovido pelos mesmos setores/atores que apoiaram o tal pacto social, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff,[9] sob a acusação de cometer crime de respon-

[9] Dilma Vana Rousseff (PT) foi a primeira presidenta da República Federativa do Brasil. Eleita democraticamente em dois pleitos, sendo o primeiro para o mandato compreendido entre 2011-2014, obteve 47.651.434 (o equivalente a 46.91% dos votos) e no mandato 2015-2019 conquistou 51,64% do eleitorado ou 54.483.045. Em ambos, os candidatos derrotados eram representantes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Inconformada com a reprovação nas urnas do projeto de radicalização neoliberal, a burguesia se rearticulou em 2015 e desencadeou um processo de judicialização do mandato de Dilma, que culminou no seu *impeachment* em 17 de abril de 2016, ainda que sem comprovação técnico-jurídico do crime de responsabilidade fiscal que lhe foi imputado. Armando Boito Junior preocupado em analisar a crise política brasileira, enfatiza que esta não decorre da ascensão das lutas populares que eclodiram no país a partir de 2013, mas das contradições entre a frente política neodesenvolvimentista e a frente política de restauração do projeto neoliberal ortodoxo. Esta última liderada pelo PSDB, capturou as manifestações populares de junho de 2013 que originalmente contestavam o aumento do preço das tarifas do transporte público urbano e direcionou para o enfrentamento ao governo neodesenvolvimentistas do PT. Atribui-se a qualificação de neodesenvolvimentista aos governos petistas em face da intervenção multifacetada do Estado na economia com vistas à promoção do crescimento, ainda que limitada pelo modelo capitalista neoliberal brasileiro. A base social da frente neodesenvolvimentista, construída pelo PT, foi conduzida pela alta burguesia interna e integrada por frações das capas médias da sociedade e massa de trabalhadores urbanos e rurais. Cf. TV Grabois. A natureza da crise política bra-

sabilidade fiscal, ao assinar decretos suplementares sem autorização do congresso nacional e de realizar pedaladas fiscais. Atos administrativos, segundo a defesa, praticados para garantir os créditos financeiros do Pronaf voltados à agricultura familiar e o pagamento de parte dos benefícios do Programa Bolsa Família.

Ambos expedientes constituem-se em componentes da questão agrária brasileira: o financiamento da produção agrícola familiar, que gera 70% dos alimentos que consumimos e três quartos dos empregos no campo; bem como o maior volume de beneficiários do bolsa família viver no/do rural e depender do auxílio, sobretudo por não ter sido realizada a destinação de ativos produtivos sobre a forma de terras em amplo e massivo programa de reforma agrária, conforme previsto no II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Neste diapasão, a orquestração do golpe consumou-se mediante admissão da denúncia de crime de responsabilidade pela câmara dos deputados, no dia 17 de abril de 2016.[10] Sua cassação ocorreu somente três meses depois, mas a aceitação marca o início de um período de execração misógina. O golpe foi intencionalmente praticado na data em que se completou 20 anos de impunidade do Massacre de Eldorado Carajás, no Pará, justamente quando os camponeses de todo o mundo atualizavam a memória coletiva no Dia Internacional da Luta Camponesa, articulado pela Via Campesina.

Neste nefasto dia, em Brasília, milhares de camponeses e trabalhadores mantiveram-se firmes, perfilados em luta, forjando um território vermelho à esquerda do Congresso Nacional para defender a democracia, contra o ataque daqueles que um dia sentaram à mesa para construir um pacto social pelo Brasil.

---

sileira. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nDK_9RZYT8g&t=154s>. Acesso em: 27 jun. 2018.

[10] Cf. "O muro. Processo de *Impeachment* da Presidente Dilma". Direção: Bruno Lara; Cleysiane Quintino; Daniela Gruppi. Brasília: UnB Tv, 2016. 1 filme 21 min, sonoro, sem legenda, color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9jxk4y7BfFg>. Acesso em: 28 jun 2016. E "O processo – Trailer oficial". Direção: Maria Augusta Ramos. Brasil: Vitrine filmes, , 2018. 1 filme 2 min, sonoro, sem legenda, color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z3rHUGdOXUs>. Acesso em: 28 jun 2016.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *Contrafogos II*: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2001.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República: Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 15 jul. 2007.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005a.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005b.

IASI, M. L. A crise do PT: o ponto de chegada da metamorfose. São Paulo: 2016. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal2/10609>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MÉSZÁROS, I. Crise estrutural necessita de mudança estrutural. II ENCONTRO DE SÃO LÁZARO – Conferência de abertura. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.ffch.ufba.br/IMG/pdf/Conferencia_Meszaros.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2011.

_____. "Das crises cíclicas à crise estrutural"*, in: Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.* Tradução: Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo Editorial, 2002, p. 795-810.

_____. *A crise estrutural do capital*. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um Novo Mundo Rural. Política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=24>. Acesso em: 1º fev. 2007.

_____. Referências para o desenvolvimento territorial sustentável. Série textos para a discussão, n. 4. Brasília: Out. 2003.

_____. Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário de 2006. Brasília: s/d.

OLIVEIRA, D. J. G. de.; GONÇALVES, C. A.; RAMOS FILHO, E. "Problematizando a Integração Regional: As conexões entre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Brasil"*, in: Revista IDeAS* – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, v. 7, n. esp., p. 260-304, 2013. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/cpda/ideas/revistas/v07/nesp/9.Eraldofilho.pdf>.

PEREIRA, J. M. "O Banco Mundial e a construção político-intelectual do 'combate à pobreza'"*, in: Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez., p. 260-282, 2010. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi21/Topoi21_14Artigo14.pdf>.

RAMOS FILHO, E. da S. "Movimentos socioterritoriais, a reforma agrária de mercado do Banco Mundial e o combate à pobreza rural: os casos do MST, Contag e Maram. Subordinação ou resistência camponesa". Buenos Aires: Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – Clacso-Crop, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/clacso-crop/20140820043916/MovimentosSocioterritoriais.pdf>.

_____. "Substituição da reforma agrária por programas de combate à pobreza rural e à miséria no Brasil"*, in:* TELLO, Sonia Perez, *et. al*. (orgs.). *Multidimensionalidad de la pobreza*: propuestas para su definición y evaluación en América Latina Y el Caribe. Buenos Aires: Clacso, 2014, p. 305-337. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/clacso-crop/20131204115049/Multidimensionalidad.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

_____. "A expansão dos agrocombustíveis e os impactos socioterritoriais nos assentamentos de reforma agrária em Sergipe – Brasil"*, in:* RAMOS FILHO, E. da S.; SANTOS, A. R.; SANTOS, L. R. S. (orgs.). *Agrocombustíveis, trabalho e resistências territoriais*. São Paulo: Outras Expressões, 2015a, p. 15-52. (Coleção Território e Questão Agrária). Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br>.

_____. "O campesinato entre a segurança e a soberania alimentar"*, in:* RAMOS FILHO, E. da S. *et al*. (orgs.). *Estado, políticas públicas e território*. São Paulo: Outras Expressões, 2015b, p. 39-64. (Coleção Território e Questão Agrária). Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/livros/Questao%20Agraria%20Estado%20Politicas%20Publicas%20e%20Territorio.pd>.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. *Cadernos Territoriais* – SDT (vários).

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. Brasil 2008. Brasília: Governo do Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazine-pdf/3638408.pdf>. Acesso em: 14 ago 2017.

Sites consultados

http://www.pstu.org.br/pacto-social-uma-armadilha-contra-os-trabalhadores/

http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI33545-15223,00-PACTO+SOCIAL+DE+LULA+COMECA+A+TOMAR+FORMA.html

http://www.correiodobrasil.com.br/lula-da-partida-para-pacto-social-no-brasil/

http://www.tribunapr.com.br/noticias/brasil/lula-lanca-pacto-social-e-anuncia-a-fase-dificil/

http://www.fao.org/brasil/pt/

http://outraspalavras.net/mundo/america-latina/rumo-a-agricultura-do-medo/

http://www.iica.org.br/Docs/Editais/EditalSelecao_118-2009_MONITORIA.pdf

http://www.iica.int/pt/content/brasil-%C3%A9-refer%C3%AAncia-em-desenvolvimento-territorial

http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/misocial/tabelas/mi_social.php

AGROECOLOGIA QUE UNE E TRANSFORMA: EXPERIÊNCIA DE ARTICULAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS E A RELAÇÃO COM A POLÍTICA PÚBLICA DO NEDET SERGIPE[1]

Laiany Rose Souza Santos
Josefa de Lisboa Santos
Eraldo da Silva Ramos Filho

No capitalismo, a realidade material de realização do trabalho feminino é negada com a intenção de explorar a mulher como força de trabalho, colocando-a numa condição ainda mais marginal do que a dos homens nos diversos setores da economia e extratos sociais.

O sistema sociometabólico, em certa medida, destaca as mulheres como frágeis, divinizadas, uma forma de romantizar as relações e associá-las a noções como: mãe-terra, mãe-natureza, numa imagem de mulher como reprodutora ou fornecedora de recursos, num processo de exteriorização que a vê como coisa passível de ser explorada (Smith, 1988). Além disso, se apropria de concepções da natureza que lhe convém, a fim de fortalecer o discurso da exterioridade que fundamenta e "explica" sua passividade para a exploração conforme escreveu Smith:

> É extraordinário que o tratamento das mulheres na sociedade capitalista iguale-se ao tratamento da natureza. Assim como a natureza exterior, as mulheres são objetos que a humanidade tenta dominar e oprimir, arruinar

[1] Esse artigo reflete uma somatória de esforços para discutir a questão agrária, em especial no tocante às mulheres camponesas, aliada à sensibilidade dos autores com a vivência camponesa durante os anos de atuação no Nedet Sergipe, assim como uma reflexão teórica construída no doutoramento de Laiany Rose Souza Santos, financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação Política no Campo Sergipano (Nedet Sergipe) assessorou, entre janeiro de 2015 e junho de 2017, os quatro Territórios da Cidadania de Sergipe: Alto Sertão Sergipano, Sertão Ocidental, Sul Sergipano e Baixo São Francisco. Sua realização foi auspiciada pela camada CNPq/MDA/SPM-PR n. 11/2014.

> e tornar românticos; elas são objetos de conquista e penetração, da mesma forma como idolatria e culto. A linguagem é exata. As mulheres são postas em pedestais somente quando sua dominação social está garantida; precisamente como se faz com relação à natureza, a romantização é aí uma forma de controle. (1988, p. 43)

Para o sistema capitalista, exteriorizar a mulher e a natureza (terra) é uma percepção súbita genial, uma vez que, assim, ela se torna passível de ser coisificada para ser dominada. Esse sistema que se apresenta como imutável e a-histórico não poderia apresentar-se como dependente e incapaz de controlar a vida e a morte, como fazem elas (mulher e terra), capazes de produzir através do seu próprio corpo o alimento para gerar e dar vida, independente do sistema socioeconômico.

O controle sobre as mulheres e sobre a terra é uma forma de domar aquilo que pode romper o sistema em discurso e prática. Por isso, afirma-se a inevitabilidade da intervenção[2] masculina, seja ela no parir, seja no plantar, sendo que às mulheres afirma-se a necessidade de ter uma pessoa para "fazer seu parto", na maioria dos casos, são direcionadas ao parto cesáreo mesmo sem justificativa,[3] e a terra, ao uso de agrotóxicos[4] para acelerar seu processo de produção.

Entretanto, a prática cotidiana das mulheres brasileiras camponesas tem sido de enfrentamento e de criação de formas de resistência às imposições do modelo de produção capitalista, assim como de (re)existências, por meio da criação de experiências fora da lógica do mercado, mas sem neces-

---

[2] Intervenção no corpo, nas práticas de saúde, no Direito, entendendo todas essas dimensões como território em que conflituam entre as necessidades e vontades das mulheres e imposições e opressões baseadas num sistema de moral que, como afirmou Foucault (1984, p. 24), "trata-se de uma moral de homens: uma moral pensada, escrita, ensinada por homens e endereçada a homens, evidentemente, livres".

[3] Brasil é líder mundial de cesáreas "com 52% dos partos feitos por cesarianas – enquanto o índice recomendado pela OMS é de 15% –, o Brasil é o país recordista desse tipo de parto no mundo. Na rede privada, o índice sobe para 83%, chegando a mais de 90% em algumas maternidades. A intervenção deixou de ser um recurso para salvar vidas e passou, na prática, a ser regra" (BBC, 2014). Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/04/140411_cesareas_principal_mdb_rb. Acesso em: 9 ago. 2016.

[4] Segundo o jornal *El País* (2015) "desde 2008, o Brasil ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial de consumo de agrotóxicos. Enquanto nos últimos dez anos o mercado mundial desse setor cresceu 93%, no Brasil, esse crescimento foi de 190%, de acordo com dados divulgados pela Anvisa". Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822_851653.html. Acesso em: 9 ago. 2016.

sariamente a perspectiva de ruptura com o modelo de produção. Neste viés, uma das formas estratégicas consideradas pelas mulheres como alternativa e de contraposição ao sistema é a agroecologia.

A agroecologia aparece compreendida como prática política e laboral que possibilita ao ser humano compreender-se como natureza, sendo capaz de usufruir de seus bens sem ter como premissa uma relação de domínio. O trabalho é carregado de sentido e realizado para a produção de valores de uso, enquanto as mulheres se apresentam como protagonistas na transformação de suas comunidades. Assim, compreende-se que a agroecologia transcende práticas saudáveis e relações equitativas, revelando-se uma possibilidade de autonomia e articulação política.

Nesse sentido, objetiva-se mostrar a articulação das mulheres camponesas em Sergipe e a relação com a agroecologia como processo transformador e com a política de desenvolvimento territorial acompanhada por meio da experiência do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial: Agroecologia, Gênero e Participação Política no Campo – Nedet Sergipe, que foi uma política de assessoramento aos territórios da cidadania e territórios rurais, que segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem como base "uma Agenda Social que objetivava consolidar uma política garantidora de direitos e reduzir a desigualdade social" (Brasil, 2013).

Discute-se as contradições dessa política, cujo direcionamento era o combate à pobreza e a desigualdade de gênero com metodologia de participação social que, mesmo com todos os entraves para a superação das condições de vida das mulheres camponesas, ainda era tomada como uma afronta aos interesses dos grupos detentores do capital no Brasil, de modo que, tão logo foi deflagrado o golpe ultraconservador de 2016, por meio do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, a política foi extinta, junto com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Um cenário de ataque à classe trabalhadora e camponesa, em especial, às mulheres.

NÚCLEO DE EXTENSÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: AGROECOLOGIA, GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO CAMPO (NEDET/SERGIPE)

A década de 1990 marcada pelo neoliberalismo, expõe a face feminina da pobreza (Campos, 2011). Por diretriz do Banco Mundial, são implemen-

tadas políticas com foco nos pobres e também foco de gênero, como forma de compensar a população mais afetada através das políticas assistenciais, forjadas na construção de políticas-foco (Leguizanón, 2005) direcionadas a soluções conjunturais para problemas estruturais da sociedade.

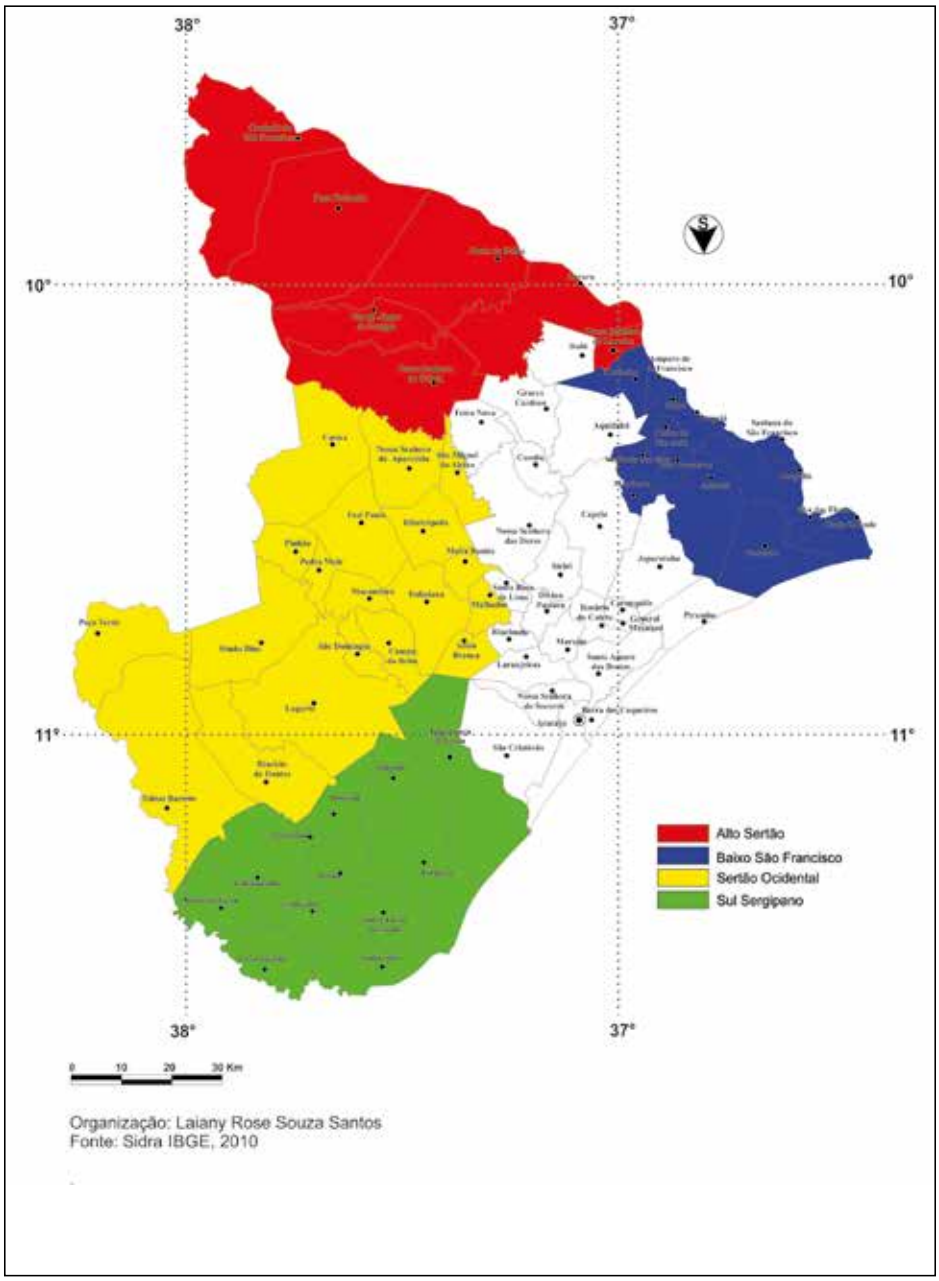
Dentre as políticas de combate à pobreza e desigualdade de gênero há a política de assessoramento aos territórios da cidadania e territórios rurais, chamada de Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet). Essa proposta de núcleos de extensão e desenvolvimento tem como discurso a elaboração e acesso a políticas de combate à pobreza e políticas direcionadas ao campo de forma mais democrática, uma vez que os territórios se organizam com suas representações do poder público e da sociedade civil para discutir demandas e decidir como construí-las.

O Nedet Sergipe foi construído de forma participativa com diversos movimentos sociais e socioterritoriais e instituições como a Universidade Federal de Sergipe (UFS), o Instituto Federal de Sergipe (IFS) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a perspectiva do paradigma da questão agrária e de formulação teórico/prática de autonomia e desenvolvimento territorial rural desde o campesinato.

Nesse estado, dentre os 75 municípios, apenas 23 não foram contemplados com a política de desenvolvimento territorial, tendo sido constituídos quatro Territórios da Cidadania (TC): o TC Alto Sertão, o TC Baixo São Francisco, o TC Sertão Ocidental e o TC Sul Sergipano. O mapa 1, oferece a dimensão espacial e também permite entender onde e como estão organizados os TCs.

Cada TC foi contemplado pelo Nedet com três assessores/as com remuneração em forma de bolsa de extensão no país, do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): assessor/a de inclusão produtiva, assessor/a de gestão social e assessor/a de políticas para mulheres. A assessoria de Políticas para Mulheres recebia uma bolsa EXP – C, de menor valor que as destinadas às outras assessorias (EXP – B), despertando o interesse em refletir os motivos para tal desvalorização. Este questionamento foi levantado pelas assessoras da região Nordeste em dois momentos, a saber: durante realização de capacitação das equipes dos Nedet, promovida pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em Juazeiro, Bahia (19 a 21 de agosto de 2015); e no 3º Encontro da Coordenação Nacional dos Nedet-NE, em Fortaleza, Ceará (23 a 25 de maio de 2016).

Mapa 1 – Sergipe
Territórios da Cidadania – 2015



A diferenciação no valor da bolsa-trabalho entre as assessorias expressa um paradoxo da política pública, que tem como direcionamento o combate à pobreza e a redução das desigualdades de gênero nos Territórios da Cidadania e Territórios Rurais. Enquanto a própria chamada pública apresenta a desigualdade de remuneração pela função, que na prática expõe uma hierarquia de funções relacionadas ao gênero, ela superdimensiona as dificuldades internas dos grupos de trabalho, que externalizam a relevância da desconstrução dessa desigualdade na prática social.

Nota-se que o Estado colabora para manter a condição da mulher na sociedade, mostrando que sua inferiorização, invisibilidade e violência não acontecem por acaso, manifesta-se tanto em formas de destruição corporal sem precedentes, como em formas de tráfico e comercialização do que estes corpos possam ofertar, até o último limite" (Segato, 2012, p. 2, tradução nossa). O próprio sistema exclui a mulher da sociedade capitalista utilizando sua força de trabalho.

> O Estado entrega aqui com uma mão o que retirou com a outra: entrega uma lei que defende as mulheres da violência a que estão expostas porque já rompeu com as instituições tradicionais e com a trama comunitária que as protegiam. O advento moderno tenta desenvolver e induzir seu próprio antídoto para o veneno que inocula. (Segato, 2012, p. 5, tradução nossa)

Portanto, o Estado reconhece a condição de feminização da pobreza, de violência de gênero e desigualdade, mas ao mesmo tempo mantém essa estrutura. Quanto mais coisificada e exteriorizada a mulher, maior o grau de exploração, seja no trabalho doméstico não pago, seja no não reconhecimento da sua condição de ser social produtora de história.

Compreende-se a mulher em sua heterogeneidade como categoria política de articulação, o que para Federici é "uma categoria de análise legítima e as atividades associadas à reprodução seguem sendo um terreno de luta fundamental" (Federici, 2004, p. 21). Destaca-se, numa leitura de totalidade que, por reprodução, se entende todas as esferas da vida, relacionadas ao modo de produção e, portanto, não só a reprodução biológica fetal (que nem toda mulher realiza).

Por isso a organização das mulheres é uma afronta à simbiose capitalismo-patriarcado-racismo (Saffioti, 1987), e a condição camponesa expressão da rebeldia, uma vez que lutando contra as diferentes manifestações de opressão no espaço agrário elas constroem a liberdade cotidianamente; sua luta é pelo direito à vida, ao território, por um modo de produção social-

mente justo, economicamente equitativo e ambientalmente responsável. O trabalho com a agroecologia pressupõe a igualdade de gênero no interior dos espaços de reprodução e fora deles.

Diante da contradição expressa pela política, a possibilidade de superação da condição de desigualdade à qual estão submetidas as mulheres camponesas perpassa a auto-organização com vista à construção de autonomias. Assim, compreende-se a importância da participação política no desenvolvimento territorial rural, que tem como uma de suas ações o Nedet. Mas, com a clareza de que para transformar suas realidades, as mulheres não podem estar presas a essa política pública.

Essa consciência também foi uma construção devido à possibilidade de se desafiar a sair de casa, ou seja, da condição do isolamento que o sistema capitalista-patriarcal-racista impõe ao encarcerar a mulher ao lar, ao trabalho doméstico e às demandas da vida privada. Através de formação política, inserção nos espaços de governança dos territórios da cidadania, articulação e do compartilhar de experiências com movimentos sociais, sindicais e coletivos de mulheres, foi possível perceber que o pessoal é político, e isso propiciou processo de transformação de consciência individual/coletiva.

As experiências de organização das mulheres camponesas que já existiam e que foram se formando ao longo de 2015 a 2017 foram mapeadas por meio de trabalho realizado no Nedet, possibilitando a identificação e articulação dos/entre grupos de mulheres (movimentos sociais/socioterritoriais, sindicatos, grupos, coletivos etc.). Complementam-se as informações por meio de pesquisa de campo, participação em eventos de mulheres camponesas e nas reuniões dos Comitês de Gênero/Câmaras Temáticas de Gênero criadas nos Territórios da Cidadania de Sergipe.

Até abril de 2017, registrou-se 856 mulheres, organizadas em 105 grupos conforme demonstra a prancha a seguir, em que as cores de fundo expostas fazem referência ao percentual de mulheres residentes no campo e os círculos lilás representam, no mapa à esquerda, a quantidade de grupos de mulheres; no mapa à direita, número de participantes.

Conforme se observa na prancha, mesmo nos municípios com percentual rural de mulheres mais elevado, não necessariamente existe maior quantidade de grupos, como o caso de Gararu, no Território do Alto Sertão Sergipano e o caso oposto de Estância, onde o percentual rural de mulheres é baixo e aparecem muitos grupos organizados.

Desses grupos catalogados, 75 são articulados (71%), ou seja, pertencem a movimentos sociais de mulheres, ou sindicais, ou movimentos sociais mistos. Enquanto 30 grupos (29%) foram considerados como isolados, ou seja, aqueles que têm iniciativa dentro da comunidade e podem atuar nos conselhos/comitês/ou outras instâncias públicas. Algumas vezes, há venda dos alimentos ou artesanato/arte, entretanto, não fazem parte de nenhuma rede que proporcione intercâmbios de experiência e debate, o que por vezes é desmotivador e razão para enfraquecimento ou mesmo cessação do grupo diante do acirramento da conjuntura.

Em todos os espaços de reuniões da política de desenvolvimento territorial, sejam eles específicos de mulheres, sejam mistos (homens e mulheres), notou-se que para a real participação[5] da mulher, há dependência da sua disponibilidade diante das demandas do cotidiano, que aparecem em relatos como prioritárias, dentre elas: a) o cuidado com as crianças; b) a saúde; c) o trabalho doméstico. A queixa é porque as crianças exigem atenção e são as mães as principais responsáveis pelo cuidado, o que reduz a possibilidade de participação em ações dos movimentos coletivos.

No período da pesquisa, entre os anos de 2015 e 2017, houve um esforço para discutir e encontrar soluções para as demandas a fim de que as mulheres pudessem participar ativamente. Havia ali a compreensão de que o esforço do "sair de casa" para participação na política pública impulsionou processos transformadores de consciência, que reverberaram nos Planos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PTDRS) dos Territórios da Cidadania, com a possibilidade de atuação na apresentação de pautas políticas. Tais pautas serão discutidas na próxima seção.

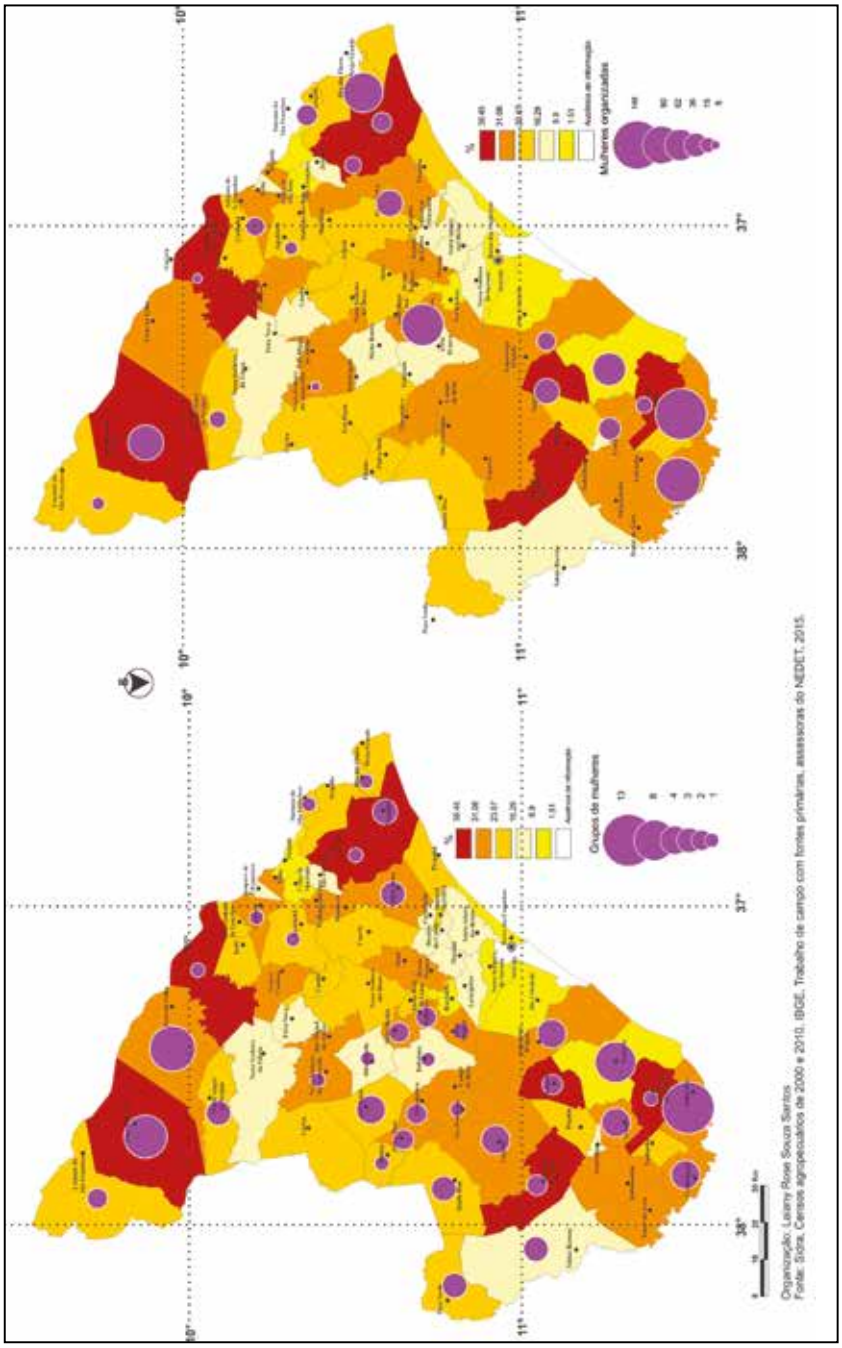
PAUTAS DAS MULHERES NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL SUSTENTÁVEL (PDTRS)

Os PDTRS são instrumentos de planejamento construídos no contexto da política de desenvolvimento territorial rural sustentável (2015-2017), junto aos colegiados territoriais.

A contradição da política do Nedet na sua expressão hierárquica de gênero, que foi apontada inicialmente entre as assessorias, aqui se apresenta de

[5] Com a expressão "real participação" enfatiza-se que não é só de corpo presente, ou na companhia de marido, mas sendo sujeita da sua própria história.

Prancha 1 – Sergipe – Percentual rural de mulheres e a relação com o quantitativo de grupos de mulheres e sujeitas organizadas – 2017



forma explícita no texto do documento construído pelo colegiado do Território Sul Sergipano, em que há uma reflexão sobre a condição da mulher:

> É notória a desigualdade das relações de gênero na sociedade, no que diz respeito à mulher, isso é fato que se comprova desde a geração de renda, a ocupação de cargos de maior visibilidade na sociedade, nos direitos, nas oportunidades, nos espaços de lideranças e até mesmo nos investimentos. (...) a participação da mulher no primeiro momento das discussões, partiu da decisão coletiva das mesmas e não por serem valorizadas pelos demais companheiros de luta. (PTDRS Sul Sergipano, 2017, p. 13)

Apesar das dificuldades encontradas pelas mulheres para que pudessem participar das atividades, reuniões etc., elas constroem alternativas de superação da condição de desigualdade social acentuada nos processos políticos e socioeconômicos por gênero. Prova disso foi a demarcação das pautas das mulheres camponesas nos PTDRSs.

No processo de elaboração dos PTDRSs de Sergipe, optou-se por uma metodologia que partiu de três frentes: a realidade, o desejo e o caminho, ou seja, o que se tinha de condição real/problemática, qual seria a meta e a metodologia ou forma de construí-la. Essa metodologia permitiu traçar um plano de ações fundamentado nas pautas das mulheres para transformação da realidade, o que aparece compilado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Pautas e ações das mulheres – Planos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável – PTDRSs, 2017

Pautas	Ações
Superar todas as formas de violência contra as mulheres	– ampla divulgação da Lei Maria da Penha e dos mecanismos de enfrentamento (escolas, universidades, associações, igrejas, movimentos sociais e sindicatos, grupos de mulheres); – delegacias capacitadas para o atendimento às vítimas de violência com atendimento 24h.; – casa abrigo para medidas socioprotetivas, garantindo também o acolhimento de mulheres que tenham filhos. (quais os critérios para abrigar, e por quanto tempo pode-se ficar acolhida); – criação e fortalecimento das coordenadorias e dos conselhos municipais de mulheres.
Promover a autonomia econômica e financeira	– luta articulada para reformulação da lei do Pronaf para que as mulheres possam efetivamente acessar a linha Pronaf Mulher, garantindo que exista teto disponível independente do cônjuge ter acessado o teto máximo; – garantir o acompanhamento permanente de Ater dos grupos produtivos aos grupos de mulheres; – capacitação e formação em marketing, comercialização e produção.

Fomentar a produção e comercialização	– acompanhar, fortalecer e incentivar os trabalhos produtivos nos grupos de mulheres; – fortalecer os intercâmbios e mutirões dentro dos processos de experiências agroecológicas; – incentivar e fortalecer os quintais produtivos agroecológicos; – fortalecer as feiras da agricultura familiar no território; – isenção do imposto para os produtos da agricultura familiar nas feiras livres; – promover geração de trabalho e renda, através do cooperativismo e associativismo (capacitações e oficinas permanentes); – adquirir de maquinário apropriado para produção do óleo de coco; – estabelecer parceria com IFS para realização de curso técnico sobre produção de óleo de coco; – estudos que indiquem técnicas de dessalinização das águas para produção de alimentos nos municípios próximos à foz do Rio São Francisco.
Garantir acesso à saúde	– fortalecer e incentivar o cultivo e tratamento com ervas medicinais pelas mulheres nos quintais produtivos; – informar a sociedade da importância do uso dos remédios fitoterápicos, produzir materiais informativos; – saúde pública: promover a ampliação do atendimento à saúde de forma humanizada, para realização de exames, consultas especializadas e diversificadas, específicas para as mulheres; – resgatar as sementes crioulas e valorizar o conhecimento fitoterápico, ofertando como alternativa aos tratamentos convencionais do SUS; – ampliar, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde.
Construir relações de gênero igualitárias	– formação continuada e ciclo de debates sobre relações e desigualdade de gênero para todos e todas profissionais da educação através das secretarias municipais e estadual de educação; – ações educativas dos Centro de Referência de Assistência Social (Cras) nas escolas, comunidades, grupos produtivos, associações, com acompanhamento de psicólogos; – combater as desigualdades de gênero partindo de processo claro de debates nos grupos de trabalho, inclusive nas plenárias territoriais; – promover a formação de gestores/as e servidores/as estaduais e municipais de gestão direta, profissionais da educação e estudantes dos sistemas de ensino público de todos os níveis nos temas da equidade de gênero e valorização das diversidades.

Fonte: PTDRS Sul Sergipano, PTDRS Baixo São Francisco, PTDRS Sertão Ocidental, 2017. Organização: Laiany Rose Souza Santos, 2018.

O esforço dos diferentes grupos organizados converge para a reclamação de ações que podem assegurar melhor qualidade de vida para a população camponesa. Por sua vez, o conjunto de ações pressupõe acesso a trabalho, igualdade de condições, melhoria das condições de saúde, maior participação, fomento à produção/comercialização, entre outras, que podem minimizar, se acionadas pelo Estado, as dificuldades da vida no campo.

Diante desse conjunto de pautas e ações, notou-se que para as mulheres camponesas a agroecologia existe como movimento, relação social intra e

extrafamiliar, modelo de produção, comercialização e uma relação sociometabólica que evidencia a possibilidade de equilíbrio entre a natureza e o atendimento das necessidades humanas. Através dela é possível acessar políticas públicas. A agroecologia aparece na centralidade do debate, nucleando outras demandas.

DEFINIÇÕES DE AGROECOLOGIA PELAS MULHERES E SEUS MOVIMENTOS

Discutir a luta por vida digna das mulheres do campo é discutir concomitantemente a defesa da agroecologia como modo de produção e reprodução da vida. Para o conjunto dos movimentos por terra no Brasil, há necessidade da construção da soberania alimentar.[6] Este debate é pautado pela Via Campesina – que é um movimento autônomo, pluralista, sem ligações políticas ou econômicas com o governo dos Estados, constituído por 181 movimentos camponeses em rede, de 78 países.[7]

A Via Campesina assegura a ampliação do debate de questões centrais para o conjunto dos movimentos que a ela estão articulados na escala mundial. A importância da discussão da agroecologia e da sua difusão como ideário de vida e trabalho no espaço rural é impulsionada pelas mulheres, pois permite o desenvolvimento de um olhar crítico para o que se produz e se consome, o que demonstra a postura política das mulheres que percebem e passam a defender que uma nova sociedade só é possível quando a terra, os meios de produção e as mulheres forem totalmente livres.

Como forma de ação (e construção teórica) para mudança no modelo de produção e relação social no campo, as mulheres adotam a agroecologia

[6] Segundo Desmarais, construir a soberania alimentar exige: i) fornecer preços competitivos para os agricultores (homens e mulheres), o que supõe um poder para proteger os mercados internos contra as importações à baixos preços; ii) regular a produção dos mercados internos para abolir a criação de excedentes; iii) deter o processo de industrialização dos métodos de produção e desenvolver uma produção sustentável baseada na família agrária; iv) abolir qualquer ajuda à exportação direta ou indireta (2007, p. 56-57, tradução nossa).

[7] Segundo a contagem da Via Campesina no documento Membros da Via Campesina, o movimento camponês rebelde possui, a partir de 2017, 182 movimentos e organizações de 81 países. Contudo, ao verificarmos e contabilizarmos a lista de membros aferimos um número menor, com 181 movimentos e organizações de 78 países. Uma das justificativas para as diferentes contagens, é que a Via Campesina considera regiões em litígio e com autonomias reivindicativas como um Estado-nação independente, como o caso do País Basco que reivindica autonomia da Espanha, e da Palestina, que resiste e disputa território com Israel.

como prática social. Entende-se agroecologia como uma alternativa construída a partir dos movimentos sociais camponeses que visam à autonomia de produção, a relação adequada com a natureza, com a saúde e justa com o consumidor, que possibilite constituir a estratégia da soberania alimentar.

Para Hecht (2002, p. 21), "o uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 1970, mas a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura". Segundo Caporal e Costabeber (2000, p. 9) "a agroecologia recolhe as contribuições de diferentes fontes teóricas para conformar um novo paradigma científico que pretende responder questões emergentes desde o início do novo milênio".

A construção da agroecologia presume a incorporação de valorar outras formas de conhecimento no resgate da cultura camponesa introduzindo-a no processo de conhecimento científico, no transcurso dos modelos de produção. Para Michela Calaça[8] "a agroecologia é um modo de vida e ele não pode ser completo sem o feminismo", pois a mudança para tornar-se socialmente justo está baseada na equidade de gênero.

O reconhecimento do conhecimento, experiências e práticas desenvolvidas na realidade material, ora é apropriada pelo capital, naquilo que conhecemos por captura da subjetividade,[9] ora vai se constituindo uma das frentes de resistência dos movimentos no chão da comunidade. A agroecologia então assume função/força não só de modelo produtivo, mas de impulsionadora de transições de consciência que levam ao enfrentamento e à transformação da realidade.

Em Sergipe existem diversas experiências de mulheres que trabalham com a agroecologia, organizadas em movimentos sociais ou experiências isoladas, como apresenta o mapa a seguir:

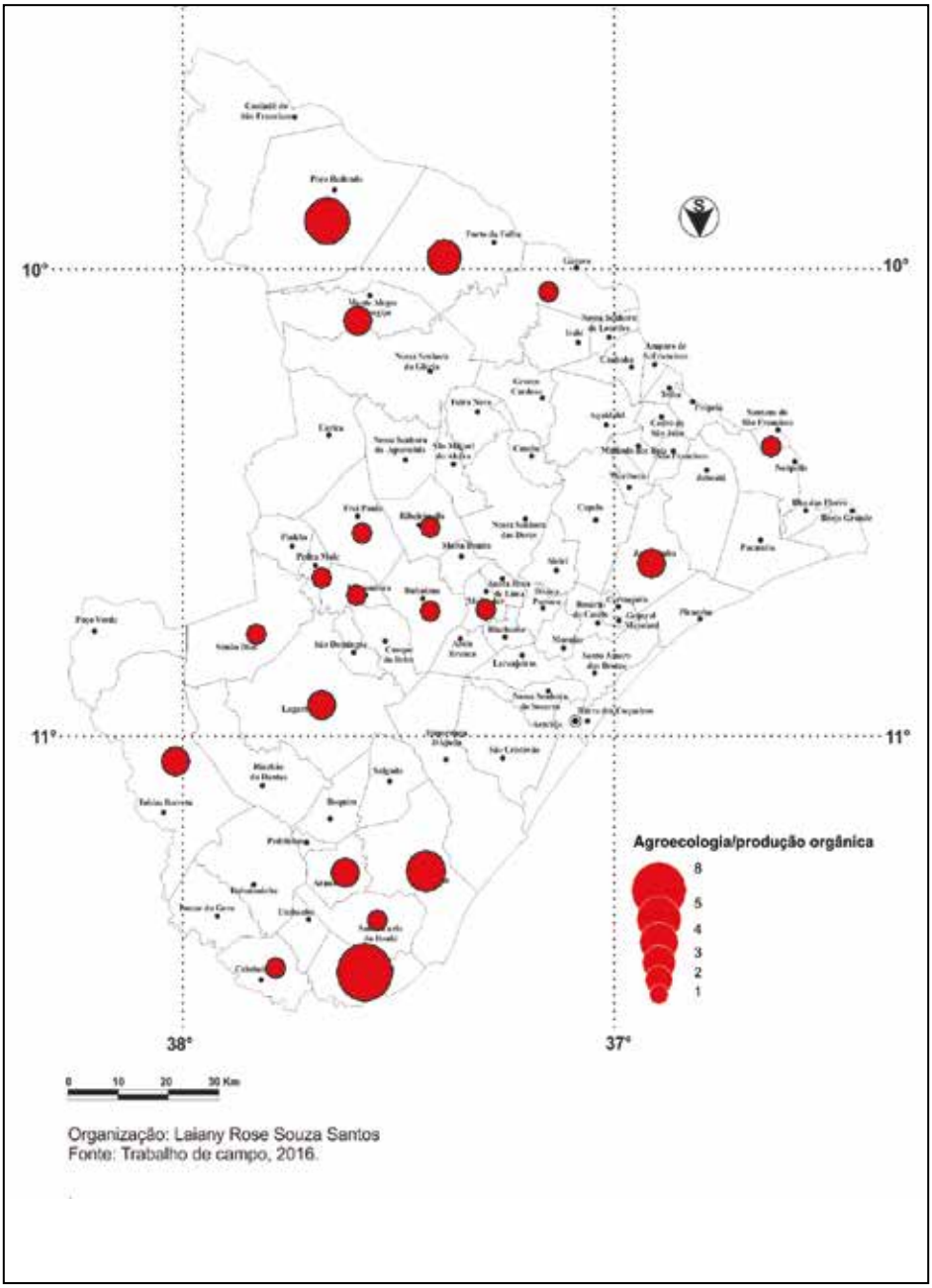
Vale lembrar que mesmo a agroecologia ganhando força e fomentando transformações no campo e a inserção camponesa em espaços políticos, compreende-se que a questão central do/no campo brasileiro remete à realização da reforma agrária, o que implica a liberação de terras para a prática camponesa.

---

[8] Marcela Calaça integra a direção nacional do MMC e concedeu entrevista para esta pesquisa, em julho de 2016, na cidade de Brasília.

[9] Esse tema é tratado por Carlos Walter Porto-Gonçálves no livro: *A Globalização da Natureza e a natureza da globalização*, da Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2006.

Mapa 2 – Sergipe – Grupos de mulheres que trabalham com produção orgânica e agroecológica



Com terras à disposição, os camponeses poderão produzir para a sua reprodução, reduzindo a demanda por produtos comerciais/industrializados e fortalecendo ainda mais a contestação da necessidade do uso de agrotóxicos para a garantia do aumento da produção. Deste modo, corrobora-se o pensamento da Contag no tocante ao conceito de que:

> Sem terra e sem água não há agroecologia, mas também não pode haver agroecologia se as mulheres vivem relações de subordinação e violência, se elas não têm autonomia sobre seus corpos, se não têm seus direitos sexuais e reprodutivos assegurados e se continuam excluídas dos espaços de poder e representação política. (2015, p. 24)

Em uma reunião da Câmara de Gênero, realizada no Território da Cidadania do Baixo São Francisco em fevereiro de 2015, foram apontadas três palavras-chave: mulher, feminismo e agroecologia. Essas palavras serviram como norteadoras das discussões, visto que a mesma palavra tem diferentes significados não só semânticos, mas desde as diferentes interpretações de mundo. Utilizou-se de metodologia de elaboração de cartaz sensorial que propõe expor o pensamento utilizando elementos que estejam à disposição e que podem ser escritos, colados, costurados, da forma como a pessoa consiga melhor se expressar a fim de construir o entendimento do grupo sobre um determinado tema, como mostra a imagem a seguir. O que permitiu singeleza para despertar, desde as diferentes realidades, a relação da agroecologia como propulsora de transformações objetivas/subjetivas nos sujeitos e territórios, em especial para a vida das mulheres camponesas.

Naquele espaço haviam mulheres de diferentes gerações, o que propiciou enfrentamento de ideias. Nas falas detectou-se que ser mulher é algo individual/subjetivo, que não pode ser generalizado; já feminismo, apareceu como ação das mulheres para o autorreconhecimento e luta por direitos; enquanto agroecologia, foi compreendida como possibilidade de transformar as relações e "se entender como natureza".[10]

O debate da agroecologia mostra que este modelo não é novo porque seus princípios já existiam[11] nas práticas camponesas e indígenas de trato e relação

[10] Fala da camponesa em trabalho de campo, TBSF, fevereiro, 2015.

[11] "Os princípios da agroecologia se baseiam em três pilares: ser socialmente justa, economicamente equitativa e ambientalmente responsável. Para tal não é necessário a desvinculação somente ao uso de agrotóxicos e adubos transformados, mas também a associação a relações sociais que implicam no reconhecimento de uma produção agroecológica". (Santos, 2013, p. 13)

com a terra. As demandas se associam ao retorno a essas práticas, agora compreendidas como necessárias frente à destrutividade promovida pelo agronegócio que envenena a saúde do trabalhador/a. Por sua vez, mostra que mulheres camponesas vêm fortalecendo a relação entre feminismo e agroecologia.

Figura 1 – Cartaz construído pelas mulheres do Território do Baixo São Francisco – 2015

Fonte: Acervo fotográfico de Laiany R. S. Santos, 2015.

Comercialização e suas demandas

Entende-se que a condição de transformação ambiental deve estar relacionada ao debate da questão agrária, pois com o latifúndio, agrotóxico e mesmo a produção orgânica em larga escala, não é possível competir numa lógica de mercado capitalista.

Entende-se, portanto, que:

> a agroecologia nos traz a ideia e a expectativa de uma nova agricultura, capaz de fazer bem aos homens e ao meio ambiente como um todo, afastando-nos da orientação dominante de uma agricultura intensiva em capital, energia e recursos naturais não renováveis, agressiva ao meio ambiente, excludente do ponto de vista social e causadora de dependência econômica. (Caporal; Costabeber, 2002, p. 1)

A produção limpa nem sempre é agroecológica, mas a produção agroecológica é sempre limpa (sem uso de agrotóxicos). Embora se reproduza por meio da operação do modo de produção capitalista, a agroecologia é uma relação socioeconômica excêntrica, ou seja, em si mesma não é capitalista, pois seu objetivo

não é o lucro, mas a realização da vida, embora "no capitalismo, todo produto lançado no mercado assuma a forma de mercadoria capitalista independente do processo específico de produção que lhe deu origem" (Bartra, 2011, p. 2).

Os alimentos produzidos de modo agroecológico lançados ao mercado assumem a forma de mercadoria, que entra e sai no processo de circulação do capital na sua forma – é a troca primitiva sendo agora realizada por sua forma monetária. O dinheiro é a forma alienável da mercadoria, que sempre terá o mesmo valor, apesar de poder variar de preço.

Assim, a comercialização é incorporada ao debate da agroecologia como uma necessidade de viabilização da vida camponesa. A perspectiva é a da economia solidária ou mesmo da comercialização economicamente viável. Tem sido feita através das feiras da agricultura familiar, muitas vezes articuladas ao Incra e participam principalmente as mulheres que são da base do Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST). Vendem seus produtos na capital (nas feiras, em articulação com professoras da UFS e na experiência do Cantinho da Roça).[12]

Atualmente esses espaços não têm dado todo o aporte necessário ao escoamento da grande quantidade produzida para viabilizar a vida das camponesas, por isso elas reivindicam a criação de mais cooperativas e espaços de comercialização – atendendo assim mais mulheres –, além do apoio de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Notou-se que a comercialização é uma pauta relevante da organização das mulheres camponesas, visto que elas entendem a necessidade de inserir seus produtos no mercado, embora cientes de que mesmo produzindo produtos agroecológicos, culinária regional e itens artesanais de alta qualidade "todo produto construído na lógica camponesa não tem a paridade com a lógica capitalista" (Bartra, 2011).

Práticas de cooperação para autonomia financeira

Foi possível notar que a maioria dos grupos trabalha com cooperativismo, oficialmente declarado (através de cooperativas) ou não, quando o sistema

[12] Cantinho da Roça é um projeto que une produtores e consumidores agroecológicos de Sergipe em prol de uma alimentação saudável e um comércio justo. Disponível em: https://www.facebook.com/cantinhoaju/about/?entry_point=page_nav_about_item&tab=overview. Acesso em: 15 jul. 2016.

de divisão e organização do grupo perpassa as práticas cooperativistas. Em muitos casos, esses espaços não são oficializados porque os grupos entendem que já participam da dinâmica do movimento social ao qual pertencem e não têm interesse ou mesmo desconhecem os passos para organizarem uma cooperativa.

Em trabalho de campo realizado no TC do Baixo São Francisco, em maio de 2016, registrou-se a experiência de autonomia financeira por meio da metodologia de Grupo de Oportunidades Locais e Desenvolvimento (Gold). Na experiência socializada em reunião da Câmara de Gênero, as mulheres destacaram a importância de arrecadarem recursos nas chamadas "caixinhas", que segundo uma camponesa presente "é melhor que em casa, pois sempre surge uma necessidade e se o companheiro souber dessa poupança fica ainda mais difícil continuar", isso aponta para o início a uma rede solidária de poupança construída por elas.

CONSIDERAÇÕES

Enquanto a civilização é colocada em risco por esse sistema destrutivo das forças produtivas, que domina-explora a natureza e o ser humano ilimitadamente, preocupando-se com acumulação de mais-valia, a crise estrutural do capital declara a sua insustentabilidade, como mostra Löwy,

> A acumulação ilimitada de capital, a mercantilização de tudo, a exploração impiedosa do trabalho e da natureza e uma brutal competição solapam as bases de um futuro sustentável e, portanto, colocam em risco a própria sobrevivência da espécie humana. A ameaça profunda e sistêmica que enfrentamos demanda uma transformação profunda e sistêmica: uma grande transição. (2019, p. 1)

Löwy fala em relação à natureza, base material da vida, que tem sido destruída pelo sistema sociometabólico do capital, dessa forma, destaca que o modelo de produção é irrefreável em relação à essa questão. Por outro lado, por vezes, o capitalismo incorporou algumas pautas da organização dos trabalhadores, como distribuição de renda pelo aumento de salário, alguns direitos associados a saúde, habitação, educação. Tais pautas, em momento determinado da acumulação capitalista, foram sendo incorporadas pelo capital, sem que implicasse ameaça a ele, ao contrário, foram convenientes à sua acumulação.

Nos espaços de diálogo entre as mulheres foi possível perceber como o "sair de casa" é desafiador, ainda mais porque as questões cotidianas que de-

marcam o "papel da mulher" as amarram, e esses espaços políticos propiciam repensar suas angústias e perceber que o pessoal é político, ao contrário do isolamento que o sistema capitalista-patriarcal-racista impõe no espaço privado destinando-o à mulher.

Ainda que se juntando para realizar o mesmo trabalho – que faria só (como cozinhar, lavar etc.) –, na companhia de outras mulheres se tornam acolhedoras, fortalecedoras e desvelam a condição de sujeitas de segunda categoria, como processo de consciência. Logo, as atividades domésticas se valem como trabalho coletivo, realizado de forma cooperada entre elas "longe de ser uma fonte de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres. Era a base de uma intensa sociabilidade e solidariedade feminina". (Federici, 2004, p. 40)

A condição criada pelo capital, de isolamento das mulheres, além de se processar como uma violência à premissa de ser humano, que é ser social pelo contato com o outro, também intensifica a violência no âmbito doméstico, com a valorização da condição de propriedade que é atribuída à mulher.

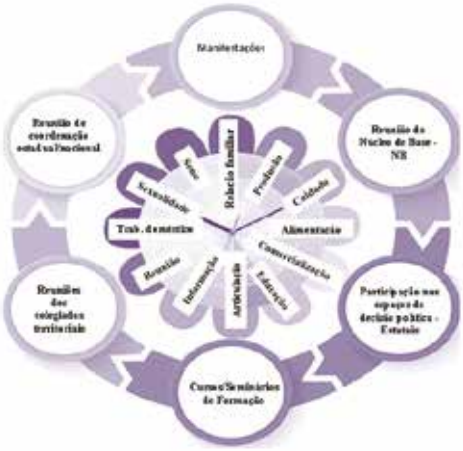
Assim, à medida que entende sua condição alienada também descobre como o desvendar é libertador e pesado, em sua contradição, pois inseridas dentro da lógica do Estado que se utiliza do discurso do "não trabalho", ou seja, da atribuição das atividades relacionadas à esfera reprodutiva para maior exploração-dominação sobre ela, na prática, romper com esse processo, lhe demanda mais carga de trabalho e horas destinadas a tal, como mostra o infográfico a seguir.

Este infográfico permite visualizar o conjunto de atribuições que recaem sob as mulheres em relação ao seu tempo, expressando a materialidade das lutas, que se dão desde garantir a execução das suas funções "dentro de casa" até o processo de "sair de casa", no sentido de se organizar. Revela as múltiplas jornadas de trabalho nessa correlação das atividades cotidianas e das que são "extras" com o relógio (tempo) e nos provoca a reflexão de que ainda há um longo caminho para a emancipação, embora a organização seja um primeiro passo.

A agroecologia propõe transformação no modelo produtivo e nas relações sociais, e se torna ferramenta política de formação e articulação para as mulheres camponesas, ao mesmo tempo que, dedicar-se à atividade política pressuponha mais sobrecarga de trabalho. Expõe a contradição da necessidade de maior carga de exploração de energia/trabalho para romper com a

condição capitalista-patriarcal-racista de enclausuramento como condição individual/coletiva para superação/empoderamento.

Infográfico 1 – Relação de tempo, rotinas de trabalho e atribuições políticas das mulheres camponesas



Fonte: Trabalho de campo, 2014-2017. Organização: Laiany Rose Souza Santos, 2019.

Não se coloca que com isso há empoderamento das mulheres, mas questiona-se até que ponto esse "empoderamento" amplia as rotinas de trabalho já intensas, mesmo "dentro de casa" (no sentido do cuidado familiar e não somente dentro de quatro paredes, pois compreendemos que o cuidado é uma tarefa bem mais ampla, como por exemplo, levar à escola, ao médico etc.). A rotina se amplia ao participarem de movimento social, sindical, grupos e coletivos, ou mesmo do poder público na atuação com a questão das mulheres, embora estejam conscientes de que, sem esse processo, se distancia muito mais uma transformação social.

Nesse sentido, entendemos que a focopolítica de desenvolvimento territorial rural em sua ação do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet), estruturada para atender os Territórios da Cidadania, a fim de fomentar a participação do poder público e da sociedade civil na construção do desenvolvimento local, impulsionou organizações de mulheres. As reuniões que dispunham de estrutura muito simples (transporte e alimentação, ocorrendo muitas vezes em locais dos sindicatos e movimentos

sociais) agitaram a participação das mulheres já inseridas nesse contexto (de organização) e outras que nunca tiveram a oportunidade (seja financeira, seja pelo despertar do interesse, entre outras.) mas deram o primeiro passo pelo "sair de casa".

Portanto, a ação do Nedet Sergipe, com suas contradições já apresentadas, conseguiu alavancar processos de transformação de consciência individual/coletiva e fomentar participação política, o que não é o objetivo real do Estado brasileiro, ancorado na inferiorização do trabalho feminino para maior acumulação do capital, ter mulheres conscientes politicamente transformando em diferentes escalaridades (local-global) o modo de produção.

No início da política do Nedet Sergipe, a representação do poder de Estado, no maior cargo da República, era uma mulher eleita democraticamente – a presidenta Dilma Rousseff –. Entretanto, seu mandato foi questionado quando desafiou o sistema ao criticar as altas taxas de juros. Este mandado democrático findou confiscado, através de um processo de *impeachment*, justificado, entre outras coisas não comprovadas, pela incapacidade feminina para administrar o país. Esse processo trouxe o avanço da extrema-direita defendendo o "lugar da mulher" como "recatada e do lar", ou seja, o enclausuramento que reafirma a dominação-exploração sobre o conjunto das mulheres.

O golpe de Estado imposto pela direita ultraconservadora impactou, imediatamente, na destruição de políticas sociais e interposição de óbices à participação da sociedade civil, cujo exemplo emblemático foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Evidenciou-se que o governo do Estado, então assumido somente por homens em todas as suas pastas, se utiliza das esferas do Judiciário, Legislativo e Executivo para atender ao objetivo da acumulação, expondo a contradição ao Estado democrático de direito que combate a pobreza e a desigualdade de gênero ao mesmo tempo que a cria e recria.

Na contramão do sistema, as mulheres camponesas se organizam, tendo a agroecologia como modelo produtivo limpo e de relações equitativas com a natureza e de gênero, e também como possibilidade de transformação de consciência e articulação política, se apropriando de política pública ou não, ainda que a prática para tal exija mais jornadas de trabalho.

REFERÊNCIAS

BARTRA, Armando. *Os novos camponeses*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e sustentabilidade. Base conceptual para uma nova extensão rural*, in:* WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 10, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Irsa, 2000.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa*: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

HECHT, S. A evolução do pensamento agroecológico*, in:* ALTIERI, M. *Agroecologia*: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

LÖWY, Michael. "Michael Löwy reformula a Opção Ecossocialista". Tradução: Marianna Braghini, 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrapolitica/michael-lowy-reformula-a-opcao-ecossocialista-1/>, Acesso em: 10 fev. 2019.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. "A implantação do núcleo de extensão em desenvolvimento territorial: agroecologia, gênero e participação política no campo sergipano". Nera – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária –*Dataluta,* novembro de 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção polemical).

SANTOS, Laiany Rose Souza. *O território camponês sob o enfoque de gênero*: a divisão sexual do trabalho e a agroecologia. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SEGATO, Rita Laura. "Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial". Tradução de Rose Barboza. *E-cadernos CES*, n. 18, Epistemologias feministas: ao encontro da crítica radical, 2012.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*: natureza, capital e produção de espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro Bertrand Brasil, 1988.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E POLÍTICAS PÚBLICAS: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – MULTIDIMENSIONAL NO PRONERA[1]

Rodrigo Simão Camacho

INTRODUÇÃO

Existe uma desigualdade educacional no tocante aos moradores das áreas rurais brasileiras. Para ser combatida exigem-se políticas específicas destinadas à educação. A Educação do Campo emerge como uma importante oportunidade para desenvolver os territórios dos camponeses e diminuir essa desigualdade.

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) é um exemplo importante de Educação do Campo na esfera da política pública. Foi criado no Brasil em 1998, como uma resposta aos esforços dos movimentos sociais e sindicais camponeses.

O Pronera pode ser considerado uma experiência inovadora, uma vez que foi implementado em territórios cujos sujeitos têm sido, historicamente, marcados pela exclusão social e pela ausência de políticas públicas na área da educação. Seu principal objetivo é fortalecer ambientes rurais como território de vida em todas as suas dimensões: econômica, social, política, cultural e ética. Com a formação de milhares de jovens no campo, podemos afirmar que o programa tem ajudado a construir outra forma de desenvolvimento territorial no campo com base na equidade e sustentabilidade.

O principal objetivo desse artigo é discutir o desenvolvimento territorial proposto pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), a partir da experiência e análise da realização do Curso Espe-

[1] Este texto é um recorte da tese de doutorado intitulada: "Paradigmas em disputa na Educação do Campo", defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-Unesp em Presidente Prudente – SP, sob a orientação do prof. dr. Bernardo Mançano Fernandes, em 2014.

cial de Graduação em Geografia – CEGeo (convênio Incra/Pronera/Unesp/ENFF).[2]

Para escrever esse artigo dividimos nossos procedimentos metodológicos em quatro etapas principais. Na primeira, revisamos a literatura sobre Educação do Campo dialogando, sobretudo, com o Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) publicado em 2011. Na segunda, fizemos quatro trabalhos de campo relacionados ao Curso Especial de Graduação em Geografia – Presidente Prudente e Guararema (SP) –, no qual entrevistamos os educandos-camponeses. A terceira etapa foi o trabalho com as fontes orais e teve um caráter de pesquisa qualitativa não objetivando quantificar as respostas, mas sim, ouvir as argumentações dos sujeitos da pesquisa.

A EMERGÊNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

A criação de um projeto de Educação do Campo está relacionado às experiências educativas alternativas que eram desenvolvidas em acampamentos e assentamentos pelos movimentos camponeses. Elas foram sistematizadas nos seminários e encontros regionais e nacionais a partir da segunda metade da década de 1990. Com os esforços conjuntos de algumas entidades, formou-se, em 1998, a Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo". Esse movimento foi criado para fazer frente à realidade de abandono por parte do Estado e começou a exigir políticas públicas de instituições governamentais, bem como o financiamento para a investigação relacionada a questões educacionais em comunidades rurais. O silêncio, esquecimento, e até mesmo a falta de interesse pelas comunidades rurais em pesquisas sociais e educacionais é um ponto que se tornava preocupante. Por isso, o movimento foi criado para relatar esse silêncio e o esquecimento das instituições governamentais, instituições de investigação de financiamento, programas de pós-graduação e pesquisadores que estudam as questões sociais e educacionais (Arroyo, 2004).

A primeira conferência nacional chamada "Por uma Educação Básica do Campo" ocorreu em Luziânia (GO), em 1998. As entidades que promoveram esse evento foram: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

[2] Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária / Universidade Estadual Paulista / Escola Nacional Florestan Fernandes.

(CNBB), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Universidade de Brasília (UnB) e Grupo de Trabalho da Reforma Agrária (GTRA).

A primeira razão por trás da luta pela Educação do Campo no Brasil é a realidade existente de exclusão dos habitantes do campo. A falta de acesso a uma educação que permita o desenvolvimento territorial das comunidades no campo está relacionada com a história da estrutura agrária no Brasil baseada no latifúndio e na desterritorialização das populações camponesas de sua terra de trabalho (Camacho *et al.*, 2015).

A realidade para os povos do campo tem sido sempre de uma educação que não ultrapassa os anos iniciais do ensino fundamental. Há ainda um grande número de analfabetos no campo. A educação sempre foi inacessível para essas populações excluídas. A leitura e a escrita são instrumentos de *status* e poder dentro de uma sociedade capitalista e são, geralmente, um privilégio das classes dominantes. Assim, as classes subalternas têm poucas oportunidades para dominar os códigos de culturas letradas (Brandão, 1999; Camacho, 2014).

O acesso à educação continua sendo um grande desafio para populações rurais estabelecidas em todas as regiões do país (Brasil, 2011). As desigualdades sociais e regionais, bem como os níveis de analfabetismo, ainda são altos, especialmente, nas regiões Norte e Nordeste (Paiva, 2004). As causas principais que explicam a falta de acesso à educação formal no campo é a inexistência de escolas próximas às residências das pessoas, a falta de transporte escolar, ou devido às condições de vida precárias de suas famílias, o que exige que os filhos comecem a trabalhar ou ajudar nas tarefas domésticas em uma idade muito precoce.

A ausência de políticas públicas demonstra o tratamento desigual e discriminatório recebido pela população rural. Essa atitude negligente por parte do Estado tem levado a problemas educacionais de longa data, como o analfabetismo; crianças, adolescentes e jovens fora da escola ou sem escola; discrepâncias entre idade e série, repetição e fracasso; conteúdo inapropriado; problemas com a titulação, salários e carreiras dos professores; e uma oferta de escola que é geralmente reduzida para os cinco primeiros anos do ensino fundamental (Arroyo, 2013).

A exclusão social e educacional dos habitantes das comunidades rurais tem de ser entendida historicamente. No Brasil, a força da ideologia dominan-

te, que foi composta por oligarquias agrárias que prevalecem no país desde os tempos coloniais, tem defendido que era inútil e supérfluo para os camponeses aprender a ler e escrever. Essa afirmativa parte do pressuposto de que a natureza do trabalho rural (produção de alimentos pelo cultivo da terra para sua subsistência e a venda do excedente para a população urbana) não requer qualquer formação escolar. O próprio modo de vida dos camponeses era, *a priori*, a razão para negar-lhes o acesso à educação (Arroyo, 2004; Camacho, 2014).

Apesar de a educação ser reconhecida como um direito humano, esse reconhecimento não atingiu áreas rurais brasileiras. Moradores de comunidades rurais foram totalmente excluídos dessa conquista e esse direito só se manteve no nível abstrato do conceito de cidadania e não atendeu às necessidades específicas e concretas da realidade das comunidades rurais (Arroyo, 2004; Camacho *et al.*, 2015). Portanto, a Educação do Campo é uma condição fundamental para que a população rural possa exercer sua cidadania (Fernandes; Molina, 2004).

A realidade de marginalização social e educacional vivida pelos moradores do campo, devido à falta de políticas públicas voltadas para a sua realidade, engendrou a emergência da luta de sujeitos coletivos que reagiram diante dessa condição social. Dentre essas lutas, destaca-se a luta pela terra que desencadeou a luta por políticas públicas de Educação do Campo (Camacho *et al.*, 2015).

O ESTADO E AS DISPUTAS PELO DIREITO À POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

As políticas públicas significam a materialização dos direitos contidos no artigo 6º da Constituição Federal brasileira de 1988. Elas são parte constituinte de uma concepção de igualdade jurídico-política presente em nossa sociedade atual. Somente o Estado tem condições de instituí-las mediante suas ações, ou seja, em razão da Constituição Federal, o Estado tem que implantar ações que sejam capazes de criar condições de garantirem a igualdade de direitos a todos os cidadãos (Molina, 2012).

Todavia, é necessário frisarmos que a igualdade jurídica não significa, em sua essência, uma igualdade real. Na sociedade capitalista, sua essência impede que a igualdade seja conquistada em sua plenitude, tendo em vista que alguns se apropriam privadamente dos meios de produção e da força de trabalho da grande maioria. A conquista da igualdade real requer mudanças

estruturais, ou seja, a superação desse sistema. Mas, ainda assim, a radicalização da democracia vislumbrada na igualdade jurídico-política é muito relevante, pois é o resultado do acúmulo de conquistas da humanidade (Molina, 2012; Camacho, 2014).

Para entendermos essa condição contraditória de igualdade jurídico-política no capitalismo é necessário sabermos que existem três posições diferentes acerca da interpretação do Estado. A primeira é o Estado-opressor, representante das classes dominantes. A segunda é o Estado-conciliador, da negociação e da cooptação. E o terceiro é o Estado-conflito, espaço em disputa pelas classes sociais, podendo representar opressão ou cooptação dependendo da conjuntura das forças políticas das classes subalternas (Sá; Molina, 2010; Camacho, 2014).

De acordo com Lais Mourão Sá e Mônica Castagna Molina, na medida em que a sociedade civil organizada se encontra "(...) dentro do Estado discutindo a Educação do Campo, é preciso ir além de uma visão dicotômica do Estado: de um lado, a visão idealista do Estado do bem-estar; de outro, a visão do representante das classes dominantes" (2010, p. 79). Assim, o entendemos numa perspectiva marxista pautada em Antonio Gramsci (2004; 2006) e Nicos Poulantzas, "como uma *relação social*, mais especificamente, como a condensação material de uma *relação de forças entre classes e frações de classe* (...)" (2000, p. 130, grifo nosso).

O Estado é produto da sociedade divida em classes. Essa interpretação o coloca na condição de campo/território de lutas (Poulantzas, 2000). Quando as classes sociais se articulam para viabilizar seus projetos de sociedade, por meio de políticas públicas, elas estão disputando uma parcela do Estado. Por isso, não pode ser visto como uma unidade homogênea de comando de uma classe. Não é apenas a burguesia que o comanda de maneira irrestrita e ilimitada. É necessário o pensarmos por meio de uma relação dialética – dinâmica/contraditória/conflituosa. As lutas dos movimentos sociais acabam sendo incorporadas por ele, entre elas, as políticas públicas de Educação do Campo. Partindo do pressuposto de que os recursos são públicos, o seu uso deve ser disputado pelas classes sociais distintas (Michelloti *et al.*, 2010; Camacho, 2014).

É possível e necessário *disputar o Estado*, na perspectiva de colocar *frações do Estado* a serviço das classes subalternas. "(...). A compreensão da importância da luta por políticas públicas dá-se, portanto, nessa perspectiva de lutar para ampliar a esfera pública e tentar reduzir e barrar a ampliação da

esfera do mercado, da privatização, da exclusão dos direitos" (Molina, 2010, p. 145, grifo nosso). Por isso, sua ação depende da força social conseguida pelas classes subalternas em determinado período, isso o faz conceber e executar determinada política pública. Daí a importância do acúmulo de forças para a conquista de políticas sociais (Molina, 2012).

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PRONERA

A ação política do movimento da Educação do Campo pode ser vista como uma posição conflituosa dentro do Estado. Esse movimento pretende universalizar o direito à educação e definir uma política específica que forneça elementos para uma nova epistemologia (Sá; Molina, 2010).

Pelo fato de as desigualdades existentes no acesso à educação pública no campo serem muito grandes, isso obriga o Estado, respeitando a constituição, a implantar políticas específicas que sejam capazes de minimizar os prejuízos já sofridos pela população do campo por terem sido privados historicamente do direito à educação escolar (Molina, 2012).

Por isso, a história da Educação do Campo está diretamente relacionada à conquista de políticas públicas, e a primeira grande conquista da Educação do Campo foi o Pronera. O Programa nasceu em 1998 da luta das representações dos movimentos sociais e sindicais do campo. Sua implantação permitiu que milhares de jovens e adultos, trabalhadores das áreas de reforma agrária, tivessem o direito do acesso a diferentes níveis de ensino. Em termos de política pública específica, por meio da interação com os movimentos socioterritoriais[3] camponeses, a experiência do Pronera conseguiu se relacionar com a extrema diversidade de situações presentes no

[3] Segundo Bernardo Mançano Fernandes (2005), o conceito de movimentos socioterritoriais está relacionado com a necessidade de produção de uma teoria geográfica para o estudo dos movimentos sociais. Tendo em vista que a sociologia não discute os processos de produção/construção/transformação dos territórios gerada pelos movimentos sociais, bem como a destruição de territórios capitalistas conseguida pela a ação dos movimentos sociais. Esses movimentos sociais produzem espaços sociais e transformam espaços em territórios. Entretanto, o autor faz questão de frisar que não estamos querendo criar, com a consolidação desse conceito, uma dicotomia entre os conceitos de movimentos sociais e de movimentos socioespaciais/socioterritoriais. Nem mesmo indicar a existência de dois sujeitos coletivos distintos. Na verdade, os dois conceitos dizem respeito aos mesmos sujeitos, o que muda, então, é apenas o olhar específico da ciência geográfica sobre o mesmo.

campo brasileiro. Diversidade essa que envolve desde a heterogeneidade dos sujeitos sociais do campo, bem como a diversidade das condições culturais, ambientais, geográficas e de organização da produção agrícola. Seu principal objetivo é fortalecer o meio rural enquanto território de vida em todas as suas dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas. Essa característica do Pronera somente foi possível devido à interlocução direta que foi travada com os protagonistas desse processo (Molina, 2004; Brasil, 2011; Camacho, 2014).

Para Monica Molina (2004), o Pronera é parte intrínseca da construção teórico-prática da Educação do Campo. Está vinculado ao Movimento da Articulação Nacional por uma Educação do Campo. Funciona como uma espécie de indutor da própria reflexão e de muitas ações da Educação do Campo e tem como objetivo a construção de uma educação adequada à lógica do trabalho e da cultura nos territórios dos povos do campo em busca de uma outra forma de desenvolvimento territorial, que seja multidimensional, portanto, cujo objetivo seja a preocupação com a totalidade das relações engendradas nos territórios camponeses: natureza, economia, política, cultura, educação etc.

O Pronera compreende hoje as ações de alfabetização de jovens e adultos, escolarização nos níveis fundamental, médio, superior e pós-graduação, formação continuada de professores, formação técnico-profissional para a saúde, a comunicação, a produção agropecuária e a gestão do empreendimento rural. Todas essas modalidades de educação estão pautadas em metodologias de ensino adequadas à realidade sociocultural do campo (Andrade; Di Pierro, 2004).

No período de 1998 a 2010, o Pronera foi responsável pela escolarização e formação de cerca 400 mil jovens e adultos assentados e/ou acampados da reforma agrária. O Programa capacitou cerca de 300 profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias para atuarem na Assessoria Técnica, Social e Ambiental junto aos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária e agricultura familiar (Pronera, 2011).

Para a atualização dos dados, o Pronera lançou a Segunda Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (II Pnera). Essa foi uma pesquisa realizada em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (MEC-Inep) e o Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea). A pesquisa teve como objetivo caracterizar a demanda educacional e diagnos-

ticar a situação do ensino ofertado nos assentamentos da reforma agrária. O resultado da pesquisa é que no período entre 1998 a 2011 foram realizados 320 cursos do Pronera por meio de 82 instituições de ensino em todo o país, sendo 167 de Educação de Jovens e Adultos Fundamental, 99 de nível Médio e 54 de nível Superior. Os cursos foram realizados em 880 municípios, em todas as unidades da federação (MST, 2015). Vejamos a figura 1:

Figura 1: Cursos do Pronera por município de realização (1998-2011)

Fonte: II Pnera, 2015.

O Pronera ocorre por meio de uma parceria entre universidades, movimentos sociais e governo federal (Superintendências Regionais do Incra). Por isso, esse é um modelo de gestão tripartite. O grau de democracia na gestão compartilhada depende das características dos parceiros, isto é, do envolvimento e da forma de participação de cada sujeito (Jesus, 2004). As universidades cumprem as seguintes funções: fazer a mediação entre os movimentos sociais e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), fazer a gestão administrativo-financeira e a coordenação pedagógica dos projetos. Os movimentos sociais estão representados, principalmente, pelo MST, pelos sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Eles fazem a ligação direta com a comunidade. O Incra é responsável pelo acompanhamento financeiro, logístico e pela articulação interinstitucional (Andrade; Di Pierro, 2004).

Dessa maneira, os conhecimentos priorizados nos cursos do Pronera objetivam a formação de sujeitos que auxiliem no desenvolvimento territorial de sua comunidade de modo que possam intervir de maneira qualificada em todas as dimensões do território, ao qual pertencem.

O CURSO ESPECIAL DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA (CEGEO)

Esse curso foi organizado a partir de uma parceria construída entre a Via Campesina – Brasil; a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF); a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp) – *Campus* de Presidente Prudente; o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

A turma nomeada pelos educandos-camponeses de Milton Santos, contava inicialmente, em 2006, com 60 estudantes, dos quais 46 se formaram em 2011, todos representando movimentos sociais, principalmente, movimentos camponeses. Ligados a Via Campesina – Brasil, tínhamos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Pastoral da Juventude Rural (PJR). Também, havia representantes dos movimentos sociais: Rede de Amigos e Colaboradores das Escolas Família Agrícola do Espírito Santo (Racefaes), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto de São Paulo (MTST), Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes (Educafro) e o Movimento Consulta Popular (MCP).

Esse curso teve como metodologia a Pedagogia da Alternância, ou seja, alternava entre os territórios educativos (Antunes-Rocha; Martins, 2012) do Tempo Escola (TE) ou Tempo Universidade (TU) com o Tempo Comunidade (TC). Sendo que os TEs/TUs ocorriam em janeiro e fevereiro na Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Presidente Prudente (SP) e em julho e agosto na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema (SP), conforme mapa 1.

Esta metodologia traz uma importante contribuição que é pensar o processo educativo para além dos muros da escola. Nos ajuda a entender que a construção do processo educativo se dá em interação entre a escola, a fa-

mília, a comunidade e os movimentos sociais. A "Pedagogia da Alternância" permite a construção do processo de ensino-aprendizagem em territórios distintos e alternados. É essa rotatividade entre os territórios escola-comunidade que dá o significado específico a esse processo inovador de construção do conhecimento. Devido a essa dinâmica indissociável e solidária existente durante o processo de ensino-aprendizagem que podemos denominar esses dois tempos-espaços interligados de territórios educativos (Antunes-Rocha; Martins, 2012).

Mapa 1 - Localização dos municípios onde ocorreu o Tempo Universidade (TU)

Com essa metodologia, os objetivos dos cursos em nível superior do Pronera são de garantir a formação profissional para qualificar as ações dos sujeitos e disponibilizar, em cada área de reforma agrária, recursos humanos capacitados que contribuam para o *desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável* (Brasil, 2011). Conforme o Manual de Operações do Pronera: "Os cursos devem possuir uma sólida formação teórica e contemplar as situações da *realidade dos assentados* a fim de que os educandos encontrem soluções para os problemas e, simultaneamente, capacitem-se" (2011, p. 72, grifo nosso).

A partir desta compreensão, o curso está sedimentado em cinco princípios fundamentais referentes à sua proposta pedagógica: a docência como princípio articulador das atividades pedagógicas; a sólida formação teórica; o compromisso profissional com a realidade e a experiência prática como princípio articulador das atividades; a pesquisa como princípio formativo e a educação como estratégia para o desenvolvimento territorial sustentável (São Paulo, 2005; Brasil, 2011; Camacho, 2014).

Os conhecimentos adquiridos no bacharelado e licenciatura objetivam formar geógrafos e professores que auxiliem no desenvolvimento territorial de sua comunidade, formando-os militantes dos movimentos sociais. A relação com os movimentos socioterritoriais camponeses demonstra, entre outros aspectos, as seguintes características do curso: a relação direta estabelecida com a realidade na qual estão vinculados esses sujeitos; o modelo de gestão tripartite que revela o caráter democrático do Pronera; o contato direto com as necessidades reivindicadas pela sociedade civil organizada; a possibilidade de instrumentalização dos sujeitos para que transformem a sua realidade tendo como veículo um modelo de educação emancipatório; a possibilidade concreta de construção de uma outra forma de desenvolvimento com sustentabilidade proposta e efetivada por esses sujeitos.

A partir de trabalho de campo na Unesp – Presidente Prudente (SP) – e na Escola Nacional Florestan Fernandes – Guararema (SP) pudemos enxergar que os estudantes-militantes dos movimentos socioterritoriais camponeses entendem que o curso de geografia os auxilia em vários aspectos para a proposição de um desenvolvimento territorial menos desigual e mais sustentável (São Paulo, 2005; Camacho, 2014), auxiliando na compreensão das relações naturais e sociais dos territórios camponeses.

De acordo com o educando-camponês e militante do MST, L,[4] para quem atua na militância se faz necessário planejar a organização dos territórios conquistados, e a Geografia traz elementos que ajudam a pensar esse processo. Ela possui um conjunto de ferramentas que possibilita refletir acerca da construção de outras formas de assentamento.

Essa é uma tarefa que requer analisar a paisagem do território conquistado: o relevo, o solo, a hidrografia, a infraestrutura, se a localização do assentamento está no fundo de vale ou topo da montanha, se tem acesso a

[4] Utilizamos letras em vez dos nomes, para não identificar os sujeitos de nossa pesquisa.

água etc. Essas configurações territoriais implicam influências sobre, por exemplo, acesso a energia elétrica e às formas de escoamento da produção. O MST quer pensar novas configurações de organização para os assentamentos, quer pensar novas formas de organização do espaço. Nesse sentido, a Geografia auxilia os movimentos socioterritoriais camponeses para uma forma racional de pensar o espaço, de planejar o território conquistado, levando em consideração os aspectos naturais, para a construção de outras formas de assentamento mais eficientes. Em suas palavras:

> Então um dos grandes dilemas que se tem é como tu configurar novos *designes* de assentamentos, como tu construir formas organizativas olhando pra paisagem, olhando pro relevo, olhando pra infraestrutura local. (...) E a Geografia ela cai feito uma luva pra esse processo, de pensar o espaço, de pensar o território, de planejar esse território. (...) Temos que conceber assentamentos com desenhos diferentes de que tem hoje. Porque você vai pegar (...) assentamentos da década de 1980, até mesmo meados da década de 1990, 1995, (...) se dividia os lotes, sem critério nenhum. Sem critério se tá no fundo de vale, se tava no topo, se ia ter acesso a água ou não ia ter. (...) O primeiro assentamento planejado que teve foi em 1997, 1998, foram três assentamentos que ficam na região de Bagé (RS), que teve no mínimo uma racionalidade na hora de dividir os lotes. Que levou em conta um pouco o perfil do solo, essa questão topografia, acesso à água, aonde que ia ser estrada, por que que ia ser ali, por que que não ia. Ou seja, é uma forma racional de pensar um espaço, né. (L, Unesp, jan. 2011)

Outro ponto importante foram as monografias defendidas pelos educandos do curso que discutiram temas relevantes para a construção de um desenvolvimento territorial – multidimensional nos territórios camponeses. Os estudantes pesquisaram temas que pudessem auxiliar de maneira direta sua atuação em sua comunidade.

Com relação à produção com sustentabilidade, priorizando a questão ambiental do território, a estudante-camponesa N focou em sua pesquisa a questão da soberania alimentar e energética com a agroecologia, ou seja, a importância da produção de alimentos saudáveis e sem agrotóxicos e a utilização do biodigestor para a produção de gás em seu assentamento.

> Então, meu tema é 'soberania energética e alimentar' (...) e a experiência assim que existe, é o biodigestor, que é o gás de cozinha, onde se aproveita as fezes dos porcos pra fazer o gás e, também, serve de biofertilizante. Ao invés de ser o veneno lá, as ureias compradas na loja (...). Outra questão, também, trabalhar um pouco voltado na agroecologia, né, como que se li-

> berta do veneno e dos adubos, dos fertilizantes, produzindo e se libertando deles (...). (N, Unesp, jan. 2010)

O militante do MPA/ES, A, teve sua pesquisa ligada à questão da produção e comercialização na perspectiva de construção de um modelo alternativo de desenvolvimento, garantindo a soberania alimentar, energética e popular. Ele reafirma que a tomada de decisão do seu tema está relacionada com uma tomada de decisão coletiva do MPA. Discutiu em sua monografia a questão da importância das mini usinas de beneficiamento do leite.

> (...) Então, o meu tema hoje é essa questão do campesinato, agroindústria e mercado capitalista, fazendo um estudo da questão da produção de leite no município numa perspectiva da implantação de miniusinas de beneficiamento de leite. (...). É uma estratégia de sobrevivência, então, na perspectiva da construção da soberania alimentar, energética, da soberania popular. (A, ENFF, jul. 2010)

A construção de um desenvolvimento territorial-multidimensional no campo é uma bandeira dos movimentos socioterritoriais camponeses e o Pronera vem auxiliando na consolidação desse objetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública do Pronera permite construir uma nova visão sobre educação, campo, democracia, desenvolvimento e meio ambiente. Os cursos do Pronera têm a educação como uma estratégia para o desenvolvimento territorial sustentável (Camacho, 2015 *et al.*). A formação técnica e pedagógica do Pronera permitirá que os educandos-camponeses egressos possam contribuir para o desenvolvimento territorial em sua comunidade.

O relatório da II Pnera demonstrou o esforço do programa pela busca de soluções para o enfrentamento da realidade da educação do campo, na qual se encontram submetidos as 5 milhões de pessoas que vivem nos assentamentos de reforma agrária. O programa formou um significativo contingente pelo país que cumprirá tarefas desafiadoras da Educação do Campo e que permitirá um avanço para o desenvolvimento territorial no campo (Brasil, 2015).

A relevância e a capacidade para as intervenções desses sujeitos em sua comunidade são legitimadas pela participação dos movimentos socioterritoriais camponeses. O CEGeo permitiu que os educandos-camponeses-militantes se apropriem do conhecimento técnico-científico para se desenvolverem pessoalmente e para intervirem e modificarem a realida-

de de sua comunidade. Os conhecimentos adquiridos no bacharelado e licenciatura objetivaram formar geógrafos e educadores que auxiliarão no desenvolvimento territorial-multidimensional de sua comunidade. Assim, a presença dos camponeses na educação básica e superior garante que a educação formal cumpra seu papel em sua totalidade, ou seja, de formação técnica, política e social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara. "A construção de uma política de educação na reforma agrária"*, in:* ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al.* (orgs.). *A educação na Reforma Agrária em perspectiva*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: Pronera, 2004, p. 19-54.

ANUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. "Tempo Escola e Tempo Comunidade: territórios educativos na Educação do Campo"*, in:* ANUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Aracy Alves (orgs.). *Territórios Educativos na Educação do Campo*: escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 21-36. (Caminhos da Educação do Campo, 5).

ARROYO, Miguel Gonzalez. "A educação básica e o movimento social do campo"*, in:* ARROYO, Miguel G.; CALDART, Roseli S.; MOLINA, Mônica C. (org.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 67-86.

_____. "Reinventar a política – reinventar o sistema de educação". *Educação & Sociedade*, v. 34, n. 124, p. 653-678, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Manual de Operações do Pronera. Brasília: MDA/Incra, 2011.

_____. II PNERA: Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária. Brasília: MDA, 2015.

CAMACHO, Rodrigo Simão. *Paradigmas em disputa na educação do campo.* 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

_____ *et al.* "Evaluation of the relationship between education and sustainability in peasant movements: the experience of the national education program in agrarian reform". *Evaluation and Program Planning*, v. 1, p. 1-23, 2015.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais". *Revista Nera*, Presidente Prudente: Unesp, ano 8, n. 6, p. 14-34, jan./jun. 2005.

_____. "Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais", *in*: MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Educação do Campo e Pesquisa*: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 27-40.

_____; MOLINA, Mônica Castagna. "O campo da educação do campo"*, in:* MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). *Por uma educação do campo*: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", 2004, p. 53-91. (Por Uma Educação do Campo, 5).

GRAMSCI, Antonio. Conceito de ideologia*, in:* _____. *Obras escolhidas*. [S.L]: Instituto Gramsci; Estampa, 1974. p. 100-105.

_____. *Cadernos de cárcere*. Tradução: Nelson Coutinho. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v. 2.

_____. *Cadernos de cárcere*. Tradução: Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, v. 1.

JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. "Pronera e a construção de novas relações entre Estado e sociedade"*, in:* ANDRADE, Marcia Regina; PIERRO, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al.* (orgs.). *A educação na Reforma Agrária em perspectiva*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: Pronera, 2004, p. 89-100.

MICHELLOTI, Fernando *et al.* "Educação do campo e desenvolvimento"*, in:* MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Educação do campo e pesquisa II*: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010, p. 13-25. (Série Nead Debate, 20).

MOLINA, Mônica Castagna. "Políticas Públicas"*, in:* CALDART, Roseli Salete *et al.* (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 587-596.

_____. "Pronera como construção prática e teórica da educação do campo"*, in:* ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al.* (orgs.). *A educação na Reforma Agrária em perspectiva*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: Pronera, 2004. p. 61-85.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. "Pedagogia da resistência cultural: um pensar a educação a partir da realidade campesina"*, in:* ENCONTRO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 8, 2003, Goiás. [Trabalhos apresentados], [S.L: s.n.], p. 1-11. Mimeo.

PAIVA, Irene Alves de. "Escolaridade, inclusão e participação no Pronera"*, in:* ANDRADE, Marcia Regina; PIERRÔ, Maria Clara Di; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de *et al.* (orgs.). *A educação na Reforma Agrária em perspectiva*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: Pronera, 2004. p. 103-113.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SÁ, Lais Mourão; MOLINA, Mônica Castagna. "Políticas de educação superior no campo"*, in:* MOLINA, Mônica Castagna (org.). *Educação do campo e pesquisa II*: questões para reflexão. Brasília – DF: MDA/MEC, 2010, p. 74-83. (Série Nead Debate, 20).

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA / FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA. Curso de geografia: licenciatura e bacharelado. Projeto Político-Pedagógico. Presidente Prudente, [2005?]. (não publicado).

SOBRE OS AUTORES

Alyson Fernando Alves Ribeiro é mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia, UNIR. Foi bolsista do Grupo de pesquisa do Programa de Educação Tutorial, vinculado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). É membro do Laboratório de Estudos Territoriais (LATER/PPGEO/UFS) e dos grupos de pesquisa: Gestão do território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA e Grupo Interdisciplinario de Estudios Crítico y de América Latina (GIERCRYAL/Universidad Alicante). alyson_pop17@hotmail.com

Ana Terra Reis é doutora pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente e membro do CEGeT – Centro de Estudos em Geografia e Trabalho. anaterrareis@gmail.com

Antonio Thomaz Junior é professor Titular em Geografia do Trabalho junto ao Departamento de Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente. Coordenou o projeto temático/FAPESP "Mapeamento e análise do território do Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema – São Paulo – Brasil: relações de trabalho, conflitos e formas de uso da terra e da água, e a saúde ambiental". É coordenador do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT). Vice-coordenador do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical "Florestan Fernandes" (CEMOSi). É coordenador do Observatório do Trabalho "Istívan Mészáros" (OTIM). Coordenador do coletivo CETAS de Pesquisadores (Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde). thomazjr@gmail.com

Camila Ferracini Origuéla é doutora em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. É pesquisadora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e

Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de São Paulo. Desde 2009 é pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). ferracinicamila@yahoo.com.br

Carlos Alberto Feliciano é geografo, com mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente trabalha como pesquisador contratado pela UNESP de Presidente Prudente e professor dos Programas de Pós Graduação em Geografia da UNESP de Presidente Prudente e do Programa em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe. Coordena o Núcleo de Estudos em Agroecologia do Pontal do Paranapanema. carlos.feliciano@unesp.br

Edilene Mayumi Murashita Takenaka Graduação em Ciências Econômicas pela Instituição Educacional Toledo, Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Professora titular na Universidade do Oeste Paulista. Professora na FATEC de Presidente Prudente. edilene@unoeste.br

Eraldo da Silva Ramos Filho concluiu licenciatura e mestrado em geografia na Universidade Federal de Sergipe, doutorado em Geografia na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita" campus de Presidente Prudente, realizou estágio de doutorado na Faculdade de Geografia da Universidade de Havana e pós-doutorado na Universidade Federal Fluminense, Universidad de La Habana e na Universidade Federal de Uberlandia. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação em geografia da Universidade Federal de Sergipe campus de São Cristóvão. Coordenador do Grupo de trabalho CLACSO Estudos Críticos do Desenvolvimento Rural (2016 – 2019). Coordenador geral do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras de Sergipe e Bahia (PEAC) desde 2017. eramosfilho@gmail.com

Estevan Leopoldo de Freitas Coca é professor adjunto do Instituto de Ciências da Natureza (ICN), da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), onde é coordenador do curso de licenciatura em geografia. É professor permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unifal-MG. Pesquisador Credenciado do Instituto de Políticas Públicas e Relações

Internacionais (IPPRI), da Universidade Estadual Paulista (UNESP). estevanleopoldo@yahoo.com.br

Geisiane dos Santos Araújo Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional – UNOESTE, Especialista em Avaliação do Ensino e da Aprendizagem – UNOESTE, graduada em administração – FAPE, licenciatura plena em pedagogia – UFGD e pesquisadora no Núcleo de Estudos Ambientais e Geoprocessamento da UNOESTE. Professora Formadora / Conteudista no curso de Pedagogia EaD – UNOESTE, professora/tutora na pós-graduação EaD – UNOESTE. geisisantos2@gmail.com

Guilherme Magon Whitacker Possui curso técnico em meio ambiente (SENAC), graduação em direito pela Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, especialização em direito ambiental pela Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul – UFPeL, mestrado e doutorado em geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Presidente Prudente, São Paulo. Atualmente realiza Pós-Doutorado no Instituto de Políticas Públicas e Relação Internacionais (IPPRI – UNESP) – Programa de pós-graduação em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) e é pesquisador vinculado ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos sobre Reforma Agrária (NERA). guilhermewhitacker@yahoo.com.br

Guilherme Marini Perpetua é doutor em Geografia pela UNESP de Presidente Prudente, instituição onde também realizou pós-doutorado. Atualmente, é Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Mestrado Profissional da UNESP, coordena o Blog do Observatório do Trabalho István Mészáros (OTIM) e é membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT) e do Cento de Estudos e Pesquisas do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS). pilar.marini@hotmail.com

Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva possui graduação e mestrado em geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Desde 2010, realiza pesquisas de geografia com ênfase em questão agrária e questão urbana, compondo equipes de projetos e redes de pesquisas nacionais e internacionais. Atualmente realiza doutorado em geografia, também pela UNESP, com o tema mulheres camponesas, gênero e feminismo. É

pesquisadora dos grupos de pesquisa NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária e CEGET - Centro de Estudos de Geografia do Trabalho. mesquitahcg@unesp.br

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha possui doutorado em geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) campus de Presidente Prudente. Atualmente é docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), pesquisadora do Núcleo de Estudos Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), coordenadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (NaTERRA-UFTM) e do Laboratório de Geografia Agrária (UFTM). Docente credenciada ao Programa de Pós-Graduação da Cátedra da Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial – UNESP. Integra a Rede DATALUTA e é diretora substituta do IELACHS--UFTM. janadageo.unesp@yahoo.com.br

Jose Antonio Segrelles Serrano Professor da Universidade de Alicante (Espanha). Bolsista do Plano de Formação de Pessoal de Pesquisa (FPI) do Ministério da Educação e Ciência entre 1987 e 1989. . Subdiretor da seção de Pesquisa do Departamento de Cultura e Pesquisa do Instituto de Cultura de Alicante "Juan Gil-Albert" entre 1995 e 2007. Diretor do Grupo Interdisciplinar de Estudos Críticos e América Latina (GIECRYAL) da Universidade de Alicante desde 2007, um grupo que Desde 2015 faz parte da Rede CLACSO (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais) como instituição associada. Diretor da revista GeoGraphos. Revista Digital para Estudantes de Geografia e Ciências Sociais (ISSN: 2173-1276) desde 2010. Membro titular da organização internacional FLACSO Espanha (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) desde 2014. ja.segrelles@ua.es

José Sobreiro Filho é doutor em geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) campus de Presidente Prudente. É pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Agrárias sobre Espaço, Desenvolvimento e Conflitualidade (NEADEC). Foi professor visitante na School of Geography and Planning da Cardiff University (Reino Unido). Atualmente é pro-

fessor da Universidade Federal do Pará – UFPA. É professor permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPA, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP. Professor da diplomatura em Estudos Agrários na Universidade Nacional de Santiago del Estero (Argentina) e vice-coordenador da especialização em "Ensino em Geografia". sobreirounesp@gmail.com

Josefa de Lisboa Santos é doutora em geografia pela Universidade Federal de Sergipe, onde também fez licenciatura e mestrado. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – FCT/UNESP campus de Presidente Prudente, junto ao Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT. É professora Associada do Departamento de Geografia do Campus professor Alberto Carvalho e do Programa de Pós-graduação em geografia, onde coordena o Laboratório de Estudos Territoriais (LATER) e é líder do Grupo de Pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço – PROGEO/UFS/CNPq. josefalisufs@gmail.com

Laiany Rose Souza dos Santos é feminista e doutora em geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Professora substituta do Departamento de Geografia de Itabaiana – UFS. Pesquisadora do Consejo Latinoamenricano de Ciencias Sociales – CLACSO, vinculada aos Grupos de Trabalho – GTs: "Feminismos, Resistencias y Processos Emancipatorios em Latino AMerica y Caribe" e do Grupo de Trabalho "Estudios Críticos del Desarollo Rural". Pesquisadora em: Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos – LABERUR/UFS e Laboratório de Estudos Territoriais - LATER/UFS. laiany.santos@gmail.com

Lorena Izá Pereira é doutora em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP) e pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). lorena.izap@gmail.com

Munir Jorge Felício Possui graduação em teologia pela Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, graduação em Filosofia pela Universida-

de do Sagrado Coração, graduação em direito pela universidade do Oeste Paulista, mestrado em Educação pela Universidade do Oeste Paulista e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Atuou como docente permanente do Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade do Oeste Paulista no período de 2012-2017. Atualmente é pesquisador credenciado na Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. munirjfelicio@gmail.com

Paulo Roberto Rosa é mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Oeste Paulista (2015), MBA Executivo Internacional em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação pela Fundação Getúlio Vargas. Pós graduado em Administração com Ênfase em Análise de Sistema pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Graduado em administração de empresas pela Universidade de Marília e licenciado em sociologia pela Faculdade Paulista São José. paulorosapp@hotmail.com

Ricardo Gilson da Costa Silva Professor do Departamento de Geografia (DGEO) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Profissionais Interdisciplinares em Diretorias Humanas e Desenvolvimento da Justiça (DHJUS) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-doutorado em Ciências Humanas e Sociais pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (UBA). Coordenador do Laboratório de Gestão do Território (LAGET / UNIR) e do Grupo de Pesquisa em Gestão Territorial e Geografia Agropecuária da Amazônia (GTGA / CNPq). E-mail: rgilson@unir.br

Rodolfo de Souza Lima é doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na FCT-UNESP em Presidente Prudente. Concluiu o mestrado, licenciatura e bacharelado na mesma instituição. É Pesquisador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA). Atuou como professor de Projeto Interdisciplinar (PID) II e Metodologia em Geografia no Curso de Geografia da FCT-UNESP. rodolfo_souza13@hotmail.com

Rodrigo Simão Camacho possui graduação em geografia pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, mestrado em geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista campus de Presidente Prudente e pós-doutorado em geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atualmente é professor do magistério superior no curso de licenciatura em educação do campo (LEDUC) e no Programa de Pós-graduação interdisciplinar em educação e territorialidade na faculdade intercultural indígena (FAIND) da Universidade Federal da Grande Dourados. Docente permanente dos programas de pós-graduação em geografia na Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) campus de Três Lagoas. Professor orientador do subprojeto de Educação do Campo no Programa Residência Pedagógica (PRP). Líder do grupo de estudos, pesquisas e projetos geografia, educação do campo e questão agrária (GEOEDUCA) – UFGD. simaocamacho_ufms@yahoo.com.br

unesp

PPGEO

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus Presidente Prudente

Laberur
Laboratório de Estudos Rurais e Urbanos
Departamento de Geografia

LATER

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico

CEGeT
Centro de Estudos de
Geografia do Trabalho
Laboratório

CAPES

PROGEO

NERA
NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E
PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA

9 786587 389004